UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Henrique Araujo Aragusuku

**O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados:
análise crítico-discursiva e psicopolítica**

São Paulo
2018

HENRIQUE ARAUJO ARAGUSUKU

**O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados:
análise crítico-discursiva e psicopolítica**

Versão Original

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Prioli Cordeiro

São Paulo

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aragusuku, Henrique Araujo

O discurso da "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica / Henrique Araujo Aragusuku; orientadora Mariana Prioli Cordeiro. -- São Paulo, 2018.

206 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Análise do Discurso. 4. Psicologia Política. 5. Conservadorismo. I. Cordeiro, Mariana Prioli, orient. II. Título.

Nome: Aragusuku, Henrique Araujo

Título: O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências (Área de Concentração: Psicologia Social)

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À minha companheira, Maria Fernanda, agradeço pela paciência, pela grande ajuda nos momentos em que mais precisei e por tornar esta dissertação possível. Obrigado por fazer cada dia de minha vida especial.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Mariana Prioli Cordeiro, serei eternamente grato pelo acolhimento e pelo compromisso ético com esta dissertação. Pelas diversas conversas e orientações, e por ser para mim um exemplo de pesquisadora.

À minha mãe Célia, meu pai Walter e minha irmã Luiza, pelo apoio à minha formação, por todo carinho dedicado e pelo incentivo constante aos meus estudos e à trajetória profissional que escolhi. A minha família Aragusuku e Araujo, agradeço a todos/as pelo apoio e pelo afeto.

A señora Antonieta y mi cuñada Gabi por terem me acolhido em tantos momentos em sua casa e pelas vivências compartilhadas.

A meu amigo Yuri e minha amiga Rocio, com quem passei momentos difíceis e em quem encontrei apoio e companheirismo.

A minhas amigas e meus amigos pelas trocas acadêmicas, pelos afetos compartilhados e pelos momentos de descontração, em especial a Ingrid, Iuri, Ruzia, Naiana, Remom, Rodolfo, Gabriela, Ale, Mara, Luana, Bruno e Maurício.

Às companheiras e companheiros da Psicologia Política pelas conversas e trocas de conhecimento.

Ao Coletivo da Pós, espaço onde encontrei suporte e pude tornar esta caminhada menos solitária.

Às funcionárias técnico-administrativas do Programa de Psicologia Social (PST) que me auxiliaram nos processos burocráticos, em especial à Nalva pela prontidão e disponibilidade. Agradeço também ao Prof.^o Dr. Wellington Zangari e ao Prof.^o Dr. Gustavo Martineli Massola, coordenadores do programa, por terem me estendido a mão em um momento difícil.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido para a execução desta pesquisa.

A todas e todos aquelas com quem compartilhei vivências e que lutam pela construção de um mundo melhor – mais justo, livre e igualitário – companheiras de militância e resistência.

RESUMO

Aragusuku, H. A. (2018). *O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O discurso da “ideologia de gênero” pode ser compreendido enquanto um discurso político que mobiliza sujeitos e grupos sociais em torno de uma agenda unitária no campo das políticas sexuais. Trata-se de um discurso de reafirmação do ordenamento heteronormativo e patriarcal, sendo uma estratégia político-discursiva de característica transnacional, que surge como uma reação de grupos vinculados ao conservadorismo cristão contra o avanço das demandas feministas e LGBT no âmbito das políticas governamentais. No contexto brasileiro, sobretudo ao longo da presente década, o discurso da “ideologia de gênero” se difundiu na arena político-legislativa, ganhando capilaridade em importantes espaços de deliberação política, como a Câmara dos Deputados, a partir da atuação de parlamentares vinculados/as a uma ampla agenda conservadora protagonizada por lideranças religiosas, católicas e evangélicas. Dessa forma, nesta dissertação, buscamos analisar como o discurso da “ideologia de gênero” se materializou nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, abarcando o período de 2003 (primeira aparição do termo) a 2017. Para o processo de análise, nos amparamos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso, a partir dos linguistas Norman Fairclough e Teun van Dijk, e nas reflexões oriundas da Psicologia Política. Por análise crítico-discursiva, compreendemos a análise dos entrelaçamentos entre discurso e poder; e por análise psicopolítica, os atravessamentos entre as esferas psicossocial e político-ideológica. O processo de análise foi dividido em dois momentos: o primeiro que intitulamos de “análise discursiva socialmente orientada”, voltado para a análise do contexto sociopolítico que circunda este discurso, e o segundo de “análise discursiva linguisticamente orientada”, direcionado à análise linguístico-textual da sua enunciação em uma situação política em específico.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Análise do Discurso. Psicologia Política. Conservadorismo.

ABSTRACT

Aragusuku, H. A. (2018). *The discourse of “gender ideology” in the Chamber of Deputies: psychopolitical and critical-discursive analysis* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The discourse of “gender ideology” can be understood as a political discourse that mobilizes subjects and social groups around a unitary agenda in the field of sexual politics. It is a discourse of reaffirmation of the heteronormative and patriarchal order, a political-discursive strategy of transnational characteristic, which arises as a reaction of groups linked to christian conservatism against the advance of feminist and LGBT demands in the scope of governmental policies. In the Brazilian context, especially during the present decade, the discourse of the “gender ideology” spread in the political-legislative arena, gaining capillarity in important spaces of political deliberation, such as the Chamber of Deputies, based on the action of parliamentarians linked to a broad conservative agenda led by religious, catholic and evangelical, leaders. Therefore, in this dissertation, we seek to analyze how the discourse of “gender ideology” materialized in the pronouncements made in the Plenary of the Chamber, covering the period from 2003 (first appearance of the term) to 2017. For the process of analysis, we rely on the theoretical and methodological assumptions of Critical Discourse Analysis, from the linguists Norman Fairclough and Teun van Dijk, and from the reflections presented by the Political Psychology. By critical-discursive analysis, we understand the analysis of the interlacement between discourse and power; and through psychopolitical analysis, the intersections between the psychosocial and political-ideological spheres. The process of analysis was divided into two moments: the first that we denominate “socially oriented discourse analysis”, focused on the analysis of the sociopolitical context that surrounds this discourse, and the second, “linguistically oriented discourse analysis”, directed to the text-linguistic analysis of its enunciation in a specific political situation.

Keywords: Gender. Sexuality. Discourse Analysis. Political Psychology. Conservatism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência por ano do número de pronunciamentos que utilizaram o termo “ideologia de gênero”	31
Figura 2 - Distribuição por partido do número de pronunciamentos que se utilizaram do termo “ideologia de gênero”	33
Figura 3 - Dimensões do Discurso e da Análise do Discurso propostas por Fairclough (2003)	51
Figura 4 - Dimensões da Análise do Discurso e níveis sociopolíticos e sociocognitivos de descrição a partir de van Dijk (1995, 2009).....	53
Figura 5 - Nível de abstração e a conformação dos campos macro e micro no domínio da Política a partir de van Dijk (1999)	56
Figura 6 - Legitimação e deslegitimação no processo de identificação de atores a partir da generalização	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Deputados/as federais que mais utilizaram o termo “ideologia de gênero” em pronunciamentos no Plenário da Câmara.....	36
Quadro 2 - Categorias norteadoras do processo de análise discursiva do corpus documental e suas derivações	61
Quadro 3 - Conjunto de discursos individualmente analisados por numeração, data, parlamentar e posição ideológica	159
Quadro 4 - Representações vinculadas à “ideologia de gênero” nos discursos dos deputados federais do campo conservador	164
Quadro 5 - Estratégias discursivas de oposição ao discurso da “ideologia de gênero” pelos/as parlamentares agrupados no campo progressista	170

LISTA DE SIGLAS

ABPP	Associação Brasileira de Psicologia Política
ACD	Análise Crítica do Discurso
AILPP	Asociación Ibero-Latinoamericana de Psicología Política
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DCR	Denúncia por crime de responsabilidade
DEM	Democratas
DP	Discurso Político
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IEADP	Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco
IPCO	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira
ISPP	International Society Political Psychology
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Homens e Mulheres Transexuais
MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
MPV	Medida Provisória
ONU	Organização das Nações Unidas
PATRI	Patriota
PCdoB	Partido Comunista de Brasil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLV	Projeto de Lei de Conversão

PP	Partido Progressista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PODE	Podemos
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM PANORAMA GERAL	21
1.1 Contextualização e a escolha pelo discurso parlamentar	23
1.2 Levantamento e panorama geral do <i>corpus</i> documental.....	30
CAPÍTULO 2 - PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DISCURSIVA E PSICOPOLÍTICA.....	40
2.1 Por que Psicologia Política?	42
2.2. Discurso, cognição e ideologias políticas: teoria e método	49
2.3 Categorias e procedimentos de análise	58
CAPÍTULO 3 - A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA FEDERAL	64
3.1 As políticas de educação como um campo de batalha.....	68
3.2 A agenda conservadora e a emergência da extrema-direita.....	81
3.3 O pânico moral em torno das exposições artísticas	95
3.4 Uma inovação discursiva do conservadorismo cristão	104
CAPÍTULO 4 - ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E CONFRONTOS IDEOLÓGICOS NO PLENÁRIO DA CÂMARA	115
4.1 Os planos de educação no dia 23 de junho de 2015	119
4.2 A “perspectiva de gênero” no MPV 696/2016 no dia 18 de fevereiro de 2016	133
4.3 O pânico moral em torno das exposições artísticas no dia 2 de outubro de 2017	146
4.4 Síntese, aspectos gerais e análise crítica do conjunto dos discursos.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICE	192

INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira, o termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez, para muitas pessoas que trabalham com a temática das políticas sexuais, no início do ano de 2015, durante o conturbado processo de votação dos planos municipais de educação em diversas cidades do país. Antes daquele momento, este termo ainda não possuía uma utilização generalizada por grupos sociais e lideranças políticas, não apresentava relevância pública suficiente para modificar as relações de forças políticas e conduzir as decisões governamentais tomadas por parlamentares, gestores/as e outras/as integrantes do poder público.

Em 2015, em praticamente todas as capitais e em diversas outras cidades, tivemos fortes polarizações e conflitos sociais em torno da presença de termos como “diversidade”, “orientação sexual” e “gênero” nos planos de educação – atraindo pequenas multidões para as sessões legislativas para acompanhar e protestar em meio ao processo de votação destes planos. Em um polo, tínhamos padres, freiras, pastores e fiéis de denominações cristãs, sobretudo católicas e evangélicas, protestando em defesa da “família” e contra a “ideologia de gênero” nos planos de educação. No outro, movimentos sociais, sindicatos, grupos e militantes LGBT e feministas, e pesquisadores/as relacionados ao campo da sexualidade, que afirmavam a diversidade sexual e de gênero, reivindicando a necessidade de políticas de educação inclusivas, pautadas nos princípios dos direitos humanos.

No entanto, sob o “pânico moral” em torno da ameaça sexual da “ideologia de gênero” às crianças, a grande maioria das casas legislativas municipais optou pela supressão de qualquer referência a gênero e sexualidade dos planos de educação. Como relatado por um manifestante em 24 de junho de 2015, na votação do Plano Municipal de Educação de Cuiabá, em Mato Grosso:

Nós da comunidade católica somos contra a implantação da ideologia de gênero no plano de educação e a favor da família. Quem deve educar e ensinar se a crianças sobre sua identidade, sexualidade se será homem ou mulher é a família e não as escolas. Não será implantado no plano de educação a ideologia de gênero. O futuro de nossas crianças pertence a Deus¹.

¹ “Católicos vão à Câmara de Cuiabá e ‘diversidade sexual’ é retirada de plano”, G1 Mato Grosso (24/06/2015). Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/06/catolicos-vao-camara-de-cuiaba-e-diversidade-sexual-e-retirada-de-plano.html>. Acesso em 07/12/2018.

Esta lógica argumentativa se conformou enquanto um “ethos” das mobilizações vinculadas à votação dos planos de educação, sintetizando os posicionamentos político-ideológicos e as práticas socioculturais que circundam os movimentos de oposição à “ideologia de gênero”. Assim, vemos a construção de um antagonismo entre as políticas de educação (em direitos humanos e direitos sexuais) e a autoridade das famílias em direcionar a vida das crianças, confluindo com uma rejeição explícita a qualquer tipo de traço sexual “desviante”, relacionado ao ser homem ou mulher. Ou seja, se o meio familiar reprime e pune, sistematicamente, qualquer expressão (ou “sintoma”) de homossexualidade e/ou transexualidade apresentada por crianças e adolescentes; nesta lógica discursiva, não será a escola que irá acolher a diferença e as diversas formas de ser e se expressar na esfera da sexualidade.

Para tais grupos e sujeitos, os valores cristãos são enquadrados enquanto proposições precisas, estáticas e moralmente restritas, a partir da defesa da família heterossexual como a única forma possível e legítima de expressão da sexualidade – em uma conformação sociopolítica conservadora de subalternização e exclusão social das sexualidades consideradas “desviantes”. Nesta perspectiva, com a emergência de novas formas de expressão da sexualidade no mundo contemporâneo, os valores e a cultura cristã estariam ameaçados em sua essência, correndo o risco de serem destruídos em meio à “decadência moral” promovida pela liberalização dos costumes e das práticas sexuais.

Dessa maneira, a “ideologia de gênero” não se constitui apenas como um termo, ou um simples conceito, mas se conforma enquanto a síntese discursiva das percepções, de grupos e sujeitos políticos conservadores, acerca de uma potencial ameaça sexual no campo das práticas socioculturais. Diante disso, nesta dissertação, utilizamos a noção de *discurso* da “ideologia de gênero”, por este termo aglutinar diversos elementos que conformam uma ampla estrutura semântica e lexical, organizando assim a utilização das palavras e a circulação dos sentidos – e, consequentemente, os modos de subjetivação.

Como definido por Stefanie Mayer e Birgit Sauer (2017), “através da retórica da ameaça existencial, o discurso da “ideologia de gênero” cria um antagonismo impenetrável que não está limitado a problemas ou campos políticos específicos, mas pertence a sociedade como um todo” (Mayer & Sauer, 2017, p. 36, tradução nossa), rearticulando elementos de diversos discursos em uma estrutura comum, capaz de articular diferentes atores. Portanto, trata-se de um discurso político com forte poder de mobilização social, por atuar em um campo simbólico de produção de narrativas comuns que conformam antagonismos.

Por outro lado, Weronika Grzebalska, Eszter Kováts e Andrea Pető (2017) definiram a “ideologia de gênero” como um “aglutinante simbólico” [symbolic glue], um instrumento retórico que congrega uma série de demandas e atores sociais distintos – alguns inclusive opostos – em um discurso unitário. Apesar de utilizarmos o termo “discurso” no singular, ressaltamos que não se trata de uma estrutura semântica e lexical única e totalizada, mas que se constitui a partir de múltiplos formatos a depender do seu contexto de enunciação e dos distintos atores sociais que o enunciam. O discurso da “ideologia de gênero” pode congrega diferentes sentidos, temáticas e direcionamentos normativos, vinculados às particularidades de sua enunciação. Ainda assim, cabe ressaltar que existe um princípio sociopolítico unitário: a defesa do monopólio de um modelo societal fundamentado nas premissas morais do conservadorismo cristão; ou seja, a sexualidade como um locus de vigília constante, autocontrole individual e regulação institucional (religiosa), e a família como a união estrita entre um homem e uma mulher.

Anteriormente a sua ampla difusão social e política no contexto brasileiro, ocorrida em 2015, o termo “ideologia de gênero” havia sido utilizado com menor frequência e precisão conceitual no processo de discussão e tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados, em 2014 – quando entrou em discussão na Comissão Especial do PNE a supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual” realizada pelo Senado Federal, em contraposição à redação original encaminhada pela Mesa Diretora da Câmara, em 2012³. Naquele momento, em meados de 2014, a “ideologia de gênero” começava a ganhar capilaridade no discurso de lideranças religiosas e políticas, identificadas com o campo político conservador, em um movimento de reação às diversas transformações que ocorriam na esfera sociocultural e, sobretudo, político-institucional brasileira.

Lembrando que a sociedade brasileira havia passado por intensas transformações socioculturais e políticas nos últimos trinta anos, sobretudo após a abertura democrática e a queda do Regime Militar, com o fim da censura aos meios de comunicação e da proibição das associações da sociedade civil. A partir da década de 1980, o mundo “subterrâneo” da sociabilidade homossexual e transexual, emergente ao longo de todo o século XX, passou por um processo de associação e auto-organização política, visando à disputa dos rumos do espaço

² A tradução do termo em inglês “glue” (de forma literal, cola) por “aglutinante” foi proposta, inicialmente, por José F. Serrano Amaya (2017), em sua tradução para o espanhol.

³ O Plano Nacional de Educação foi discutido por meio do PL 8035/2010, de autoria do Governo Federal, que inicialmente regia as políticas de educação do período de 2011-2020. No entanto, com os atrasos, o PNE foi aprovado pelo Congresso Nacional e publicado pelo Poder Executivo apenas em 2014. Página de tramitação do PL disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em 07/12/2018.

público brasileiro, tendo em vista o fim da discriminação e das violências perpetuadas cotidianamente contra as pessoas LGBT (Figari, 2007; Green, 2000; Parker, 2002).

Concomitantemente, novos modos de sociabilidade e subjetivação, junto a novas expressões sexuais, emergiram no espaço público a partir de bares, jornais, revistas e grupos de encontro, e posteriormente nos anos de 1990, a partir dos festivais, das paradas, de páginas da internet e fóruns virtuais. Ressaltando que apesar de tomar contornos particulares na realidade brasileira, tais mudanças socioculturais também se fizeram presentes em outras partes do mundo, com a constituição de redes internacionais de movimentos e grupos LGBT na afirmação de direitos civis e pelo fim da discriminação social (Parker, Petchesky & Sember, 2008; Weeks, 2007). Logo, os próprios meios de comunicação do *mainstream* midiático assumiram parte de tais transformações no campo da sexualidade, como no retrato de romances homossexuais em novelas de televisão, e no tratamento do tema em revistas, jornais impressos, telejornais e programas de auditório.

A partir de meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000, começaram a ser construídas potentes redes institucionais pró-LGBT, tanto por meio de grupos acadêmicos e profissionais, quanto pela atuação de organizações não governamentais, movimentos sociais e partidos políticos – da criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)⁴, em 1995, à fundação da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), em 2001, entre diversas outras iniciativas. Por outro lado, as Paradas do Orgulho ganharam capilaridade social e se tornaram manifestações massivas, aglutinando milhares de pessoas em demonstrações realizadas em todas as regiões do país, evidenciando a relevância social desta temática e a grande visibilidade alcançada pelos movimentos LGBT no contexto brasileiro. Tendo isso em vista, uma parte do poder público passou a assumir uma agenda mínima pela ampliação de direitos e cidadania LGBT, com a proposição de políticas públicas específicas para esta população (Carrara & Ramos, 2006; Facchini, Daniliauskas & Pilon, 2013; Froemming, Irineu & Navas, 2010).

Esta agenda política – timidamente tocada pelo Governo FHC (1995-2002) a partir dos dois primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), de 1996 e 2002 – ganhou relevância no Governo Lula (2003-2010), sobretudo após a apresentação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, redigido em parceria com os movimentos LGBT, congregando uma série de ações governamentais em torno do combate à discriminação e da ampliação da

⁴ A ABGLT se chama atualmente Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, sendo um reflexo da ampliação das discussões, das identidades visibilizadas e dos movimentos congregados ao longo dos anos.

cidadania. Posteriormente, foram elaboradas e implementadas uma diversidade de ações no âmbito do Governo Federal, como a instituição da Conferência Nacional LGBT, em 2008; a publicação do Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Promoção de Direitos de LGBT, em 2009, a criação do Conselho Nacional LGBT, em 2010 (Aragusuku & Lopes, 2016, 2018; Mello, Brito & Maroja, 2012).

Como apresentado por Mello, Maroja e Brito (2010), como resultado de uma das maiores pesquisas de políticas públicas LGBT já realizada, a despeito das incertezas em relação a sua implementação efetiva, “o Brasil talvez tenha o melhor conjunto de propostas de políticas públicas para transexuais, travestis, bissexuais, gays e lésbicas em todo o mundo” (Mello, Maroja & Brito, 2010, p. 56). Naquele período, as políticas LGBT estavam em um momento de ascensão, constituindo uma ampla rede de sustentação no Estado brasileiro, tanto no âmbito dos Poderes Legislativos, Executivos e Judiciário, quanto nas esferas municipais, estaduais e federal.

No contexto brasileiro, o discurso da “ideologia de gênero” surgiu, ainda de forma tímida, no início da década de 2010, em contraposição às diversas transformações que ocorriam no campo da sexualidade, vinculadas ao avanço da sociabilidade e das políticas LGBT. Como destacado pelo padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, na apresentação da edição brasileira do manual do ativista católico argentino Jorge Scala (2011) sobre a “ideologia de gênero”:

O Brasil tem-se destacado vergonhosamente pelo apoio maciço a essa ideologia. E isso nosso governo tem feito por todos os meios: realizando Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT); apoiando as horrendas paradas de “orgulho” (sic) homossexual; produzindo material educativo (?) de “combate à homofobia” e distribuindo-o a crianças e adolescentes nas escolas; apoiando a “união estável” e o “casamento” entre pessoas do mesmo sexo; lutando perante a ONU e a OEA pela proibição internacional de toda discriminação (justa ou injusta) aos que praticam o vício contra a natureza (Cruz, 2011, p. 8).

Este diagnóstico da realidade social produzida por Luiz Lodi da Cruz é bastante representativo dos posicionamentos político-ideológicos do conservadorismo cristão, revelando uma das principais questões que mobilizam o discurso da “ideologia de gênero”: a rejeição da homossexualidade enquanto uma expressão sexual legítima, junto ao não reconhecimento das violências e discriminações perpetuadas contra este grupo social. O livro em questão, *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*⁵, publicado em 2011 por uma editora católica, foi a primeira publicação no Brasil destinada especificamente para a definição da

⁵ Trata-se da tradução do livro *La ideología de género o el género como herramienta de poder*, do ativista católico leigo e advogado Jorge Scala (2010), publicado na Argentina.

ameaça da “ideologia de gênero”, introduzindo este discurso para muitas lideranças políticas e religiosas brasileiras.

O próprio padre Luiz Lodi da Cruz, presidente da Associação Pró-Vida de Anápolis, militante assíduo da causa anti-aborto, participou ativamente do processo de reorganização das forças conservadoras no país, contribuindo para a difusão do discurso da “ideologia de gênero”. Por exemplo, já durante as eleições de 2018, o padre Lodi fez um vídeo onde declarou o seu apoio ao candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL), por sua afinidade com suas posições político-ideológicas no campo da moral e dos costumes. Em suas palavras: “Você tem falado contra a ideologia de gênero (...). Você é o único candidato que eu vi que disse que vetará uma lei vinda do Congresso para aprovar o aborto. É algo admirável. Você é a favor da família, você repudia a união de pessoas do mesmo sexo. Excelente⁶”.

A partir de 2011, no mesmo ano em que o referido livro era publicado, sendo também o início do Governo Dilma (2011-2016), tivemos um momento de descenso da agenda política LGBT no cenário nacional. Este recuo foi possibilitado pela atuação de parlamentares conservadores no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados – com forte destaque para a bancada evangélica – que pressionaram o Governo Federal a abandonar muitos dos projetos relacionados à pauta LGBT. Esta reorganização do campo conservador em torno das políticas sexuais no Brasil se iniciou com mais intensidade com as polêmicas relacionadas ao Programa Escola Sem Homofobia (intitulado de “kit gay” pelos conservadores), nos primeiros meses de 2011; perpassando a eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (na época, PSC/SP) na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, em 2013; chegando à rejeição da “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação e nos planos estaduais e municipais, em 2014 e 2015.

Um importante elemento que vemos após o ano de 2015, foi a integração do discurso da “ideologia de gênero” a uma ampla agenda conservadora, protagonizada por novos e antigos grupos de extrema-direita que retornaram para as ruas e para o centro da política nacional após décadas de descenso das direitas, unificando o campo conservador em pautas econômicas, políticas e socioculturais. Inicialmente, o principal elo unificar e mobilizador de tais grupos era a oposição ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores (PT), algo que posteriormente se diluiu em uma oposição política a tudo que pode ser identificado como de “esquerda”.

⁶ Vídeo publicizado na página de Youtube “Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz” (19/08/2018), intitulado “Mensagem ao candidato Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GfeKiyn4EXc>. Acesso em 07/12/2018.

Assim, unificaram-se proposições como o aumento da repressão do Estado sobre a “criminalidade” (em aspas, pois esta noção pode ser expandida, por exemplo, para partidos de esquerda e movimentos sociais); o rígido controle ideológico sobre as políticas de educação, tendo o Escola Sem Partido como a principal pauta mobilizadora; a afirmação da família tradicional e heteronormativa enquanto modelo societal, junto ao combate à “ideologia de gênero”; o desmonte de políticas sociais e de direitos humanos, junto à retração de direitos trabalhistas, a partir de uma concepção meritocrática de competição individual; entre diversas outras.

No âmbito do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados se tornou um dos principais palcos de disputa político-ideológica, culminando no acolhimento e na abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo então Presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Esta ação resultou no afastamento da Presidenta em abril de 2016, e na posterior aprovação do impeachment pelo Senado Federal, em agosto daquele mesmo ano. A votação pela admissibilidade do processo de impeachment na Câmara Federal foi marcada por uma forte cobertura midiática, que acompanhou a declaração integral de voto dos/as mais de 500 deputados/as federais, dividindo a população brasileira perante uma importante decisão política que certamente mudaria os rumos do país. Muitos dos votos repetiram um enunciado como um mantra: o voto pelo impeachment em nome da “família” e de “Deus” – acompanhado pela afirmação de uma política pautada pelo moralismo conservador.

Mesmo após o impeachment e o fim de seu principal objetivo comum, tais grupos de extrema-direita continuaram mobilizados, em um processo de crescente organização e especialização política, ganhando importantes espaços na sociedade e na arena político-institucional brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) em 2018, com um programa de extrema-direita, trouxe ao Governo Federal a assimilação política do discurso da “ideologia de gênero”, que se oficializou enquanto uma posição do novo governo.

Tendo em vista este cenário, nesta dissertação, buscamos nos aprofundar sobre um dos aspectos do discurso da “ideologia de gênero no contexto político brasileiro: a sua enunciação por deputados/as federais no Plenário da Câmara dos Deputados. Dessa forma, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (*e.g.* Fairclough, 1992, 2003; van Dijk, 1995, 1998, 1999, 2009) e das considerações teóricas presentes em trabalhos da Psicologia Política (*e.g.* Jost, 2006, 2017; Sidanius & Pratto, 1999), analisamos as representações evocadas e as estratégias discursivas mobilizadas pelos pronunciamentos que se utilizaram do termo “ideologia de gênero”, visualizando a sua conformação em meio aos

conflitos político-ideológicos e a relações de poder que se estabeleceram ao longo dos debates legislativos.

Como perceptível nesta introdução, a literatura sobre gênero e sexualidade – sobretudo aquela vinculada aos estudos LGBT (*e.g.* Corrêa, 2018; Haraway, 1991; Miskolci, 2007; Parker & Aggleton, 2007; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002, 2007) – também se constituiu enquanto um dos pilares teóricos desta dissertação, atravessando-a em suas reflexões e caminhos analíticos.

No primeiro capítulo, realizamos uma contextualização inicial do nosso objeto de estudo, assim como um panorama geral do *corpus* documental levantado para análise. Inicialmente, no primeiro tópico, trabalhamos com algumas definições relacionadas à introdução e contextualização da Câmara dos Deputados enquanto uma instituição política, junto com a apresentação sobre o porquê se faz relevante o estudo de documentos que disponibilizam a público os discursos enunciados por parlamentares no Plenário da Câmara. No segundo tópico, apresentamos um panorama geral dos pronunciamentos levantados que conformaram o *corpus* documental da pesquisa, efetuando uma análise geral dos pronunciamentos a partir de algumas quantificações simples, destacando questões como frequência por ano, parlamentar e partido.

No segundo capítulo, tratamos sobre os princípios teóricos e metodológicos que constituíram a pesquisa, junto à apresentação das categorias e dos procedimentos de análise. No tópico 2.1, realizamos uma breve introdução sobre o que é o campo da Psicologia Política, tratando sobre a sua história, seus direcionamentos epistêmicos e sua conformação enquanto um campo interdisciplinar de estudos sobre as intersecções entre política e psicologia. Posteriormente, no tópico seguinte, sistematizamos os princípios teóricos e metodológicos que embasaram a análise dos documentos, que podem ser sintetizar como: (1º) as reflexões sobre discurso, práticas socioculturais e hegemonia em Fairclough (1992, 1995, 2003); (2º) as reflexões sobre discurso, sociocognição e política em van Dijk (1993, 1995, 1997, 2009); (3º) as discussões sobre as particularidades do discurso político (Charaudeau, 2017; Chilton, 2004; Fairclough & Fairclough, 2012 van Dijk, 1999); e (4º) as definições sobre ideologias e psicologia política (Freedon, 1996, 2003; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999, van Dijk, 1998). E, por fim, no tópico 2.3, descrevemos as categorias e os procedimentos específicos utilizados para a análise dos discursos.

O terceiro capítulo foi reservado para a realização de uma primeira análise do *corpus* documental a partir do que intitulamos de “análise discursiva socialmente orientada”, na qual buscamos fundamentalmente compreender os entrelaçamentos entre o contexto sociopolítico e

os discursos levantados. Este capítulo foi dividido em quatro tópicos de análise, construídos e delimitados a partir da percepção dos pontos mais frequentes e sensíveis que perpassaram a enunciação do discurso da “ideologia de gênero” no Plenário da Câmara – algo possibilitado pela análise geral anteriormente realizada e descrita no capítulo 1.

Tratando sobre as intersecções entre este discurso e as políticas de educação no cenário sociopolítico brasileiro, no tópico 3.1, analisamos como a educação se tornou um verdadeiro campo de batalha, mobilizado por grupos e lideranças conservadoras que lutam contra a “doutrinação ideológica” das crianças nas escolas. No tópico seguinte, apresentamos a conformação de uma nova agenda conservadora no Brasil a partir da emergência de grupos de extrema-direita, com o discurso da “ideologia de gênero” se constituindo enquanto uma parte desta agenda, que congrega diversas outras pautas imersas nos campos político, econômico, sociocultural e moral.

No tópico 3.3, lançamos reflexões sobre o caso da ameaça da “ideologia de gênero” nas exposições artísticas iniciado em setembro de 2017, com os ataques perpetuados por grupos conservadores ao Queermuseu, exposto pelo Santander Cultural de Porto Alegre, e à performance La Bête, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Neste tópico, nos debruçamos também sobre os aspectos conceituais da noção de “pânico moral” (Cohen, 1972/2002; Goode & Yehuda, 2009; Machado, 2004; Miskolci, 2007), utilizada diversas vezes ao longo desta dissertação – assim como em outros trabalhos que trataram sobre o discurso da “ideologia de gênero” (Borges & Borges, 2018; César & Duarte, 2017; Miskolci & Campana, 2017). No tópico final, tratamos sobre a “ideologia de gênero” como uma estratégia discursiva do conservadorismo cristão, recuperando a história deste conceito, vinculada a intelectuais católicos/as, e o atual protagonismo de lideranças evangélicas na sua difusão política e sociocultural no contexto brasileiro.

O capítulo 4 foi destinado para o segundo momento de análise a partir do que intitulamos de “análise discursiva linguisticamente orientada”, com a utilização de procedimentos relacionados à análise linguístico-textual. Buscamos elucidar os aspectos gramaticais e as estratégias retóricas presentes nos discursos, assim como os direcionamentos político-ideológicos e suas correlações em termos de poder. Este capítulo também foi dividido em quatro tópicos – a partir dos pronunciamentos que foram enunciados na mesma sessão legislativa – porém sendo três tópicos de análise discursiva, e um tópico de síntese e análise crítica do conjunto de discursos levantados (19 ao total). Cabe destacar que, nos dois primeiros tópicos, analisamos cinco pronunciamentos de parlamentares favoráveis às pautas LGBT, que faziam oposição ao uso do termo “ideologia de gênero”.

No tópico 4.1, analisamos 6 pronunciamentos realizados na sessão legislativa do dia 23 de junho de 2015, momento em que estavam sendo votados os planos municipais e estaduais de educação em diversas regiões do país, com a frequente mobilização do discurso da “ideologia de gênero” por grupos e lideranças conservadoras. No tópico 4.2, analisamos 8 pronunciamentos realizados na sessão do dia 18 de fevereiro de 2016, em torno da votação da permanência do termo “perspectiva de gênero” no MPV 696/2015, que organiza a estrutura da Presidência da República e dos Ministérios. Para os parlamentares conservadores, a manutenção deste termo se tratava de uma forma de implementação da “ideologia de gênero” nas políticas promovidas pelo Governo Federal. No tópico 4.3, analisamos 5 pronunciamentos realizados na sessão do dia 2 de outubro de 2017, todos que repudiaram as exposições artísticas anteriormente analisadas no capítulo 3, se posicionando contra a “sexualização das crianças” e a ameaça da “ideologia de gênero” nos espaços públicos.

Por fim, no tópico 4.4, apresentamos uma síntese dos discursos analisados ao longo deste capítulo, explicitando as estratégias discursivas utilizadas, tais como as formas de identificação e as estruturas de enunciação, junto à conformação de relações desiguais de poder social a partir da enunciação discursiva – com a mobilização de identidades grupais, a busca pela estabilização de “sentidos comuns” para estabelecimento de hegemonias e ordens do discurso, e a construção de representações que dão sentido a tais proposições político-ideológicas que reafirmam determinadas práticas socioculturais.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM PANORAMA GERAL

O discurso da “ideologia de gênero” foi reproduzido, em diversos momentos, por parlamentares no Plenário da Câmara dos Deputados, sendo esta casa legislativa um importante espaço político no país. Nos últimos cinco anos, tivemos um processo de ascensão desse discurso, principalmente após 2015, a partir das polêmicas que envolveram o processo de aprovação dos planos municipais e estaduais de educação. Esta tendência de ascensão também foi percebida na atividade parlamentar da Câmara, onde os/as deputados/as se utilizaram de forma constante do plenário para realizar pronunciamentos reafirmando suas posições contra a implementação da “ideologia de gênero” nas escolas. Tal “ideologia” estaria sendo utilizada como um instrumento de “doutrinação” das crianças, visando a destruição da “família tradicional”.

A partir de uma revisão documental similar – porém abarcando apenas os projetos legislativos e discursos do período de 2015 – Naara Luna (2017) demonstrou que as iniciativas pela criminalização da “ideologia de gênero” propostas na Câmara dos Deputados são bastante significativas, articulando uma série de parlamentares, grupos sociais e atores políticos. Dessa forma, em sua compreensão:

(...) a criação de uma locução como “ideologia de gênero” funciona como categoria de acusação que gera mobilização em diversas instâncias, em particular na regulação da vida no âmbito do Legislativo, mas com especial preocupação com a escola e as instituições relacionadas à transmissão de saberes, em particular quanto à educação de crianças (Luna, 2017, s/p).

Em acordo com tal descrição, compreendemos que o discurso da “ideologia de gênero” visa em última instância a regulação da vida por meio das políticas públicas e do poder do Estado, tendo como uma de suas principais frentes a disputa pelos rumos do Poder Legislativo. Como uma das mais importantes arenas legislativas do país, a Câmara dos Deputados serviria tanto como um espaço propositivo, de discussão e aprovação de projetos legislativos, quanto como um espaço de disputa político-ideológica, com a demarcação de posições e a difusão de ideias políticas. Nesta dissertação, privilegiamos fundamentalmente a análise dos aspectos político-ideológicos que perpassaram a enunciação do discurso da “ideologia de gênero” no Plenário da Câmara, visando compreender quais as estratégias discursivas, as lógicas argumentativas e representações mobilizadas, os atravessamentos em termos de poder e hegemonia, e as correlações psicossociais e sociocognitivas; e como estes campos de constituem mutuamente (Fairclough, 2003; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999; van Dijk, 1998, 1999, 2009).

Neste capítulo inicial, descrevemos o processo de levantamento e análise geral do *corpus* documental da pesquisa, explicitando como o objeto de estudo foi definido e quais foram os critérios de seleção e organização dos documentos. Assim, no primeiro tópico, realizamos uma contextualização geral sobre o nosso “ambiente” de estudo, a Câmara dos Deputados, apresentando pontos importantes sobre a natureza deste objeto e algumas reflexões sobre a função ideológica e a capacidade de influência sociopolítica dos discursos produzidos pelos/as deputados/as federais – sujeitos políticos que, em nossa compreensão, se constituem como uma “elite simbólica” (van Dijk, 1993, 1998). Concomitantemente, apresentamos algumas questões de cunho teórico-metodológico referentes à escolha da análise do discurso parlamentar, a partir de documentos de domínio público com os pronunciamentos individuais feitos no Plenário da Câmara.

No segundo tópico, descrevemos os procedimentos de levantamento dos documentos e a sua organização, junto a uma apresentação do panorama geral do *corpus* documental, possibilitando assim uma visualização de aspectos gerais do conjunto de documentos levantados. Portanto, apresentamos aspectos como a frequência de pronunciamentos por ano, o número de parlamentares mobilizados/as, os partidos envolvidos, o perfil e o engajamento de tais deputados/as com o uso do termo “ideologia de gênero”. Com este panorama geral, pretendemos possibilitar ao/à leitor/a uma visão ampliada do *corpus* documental de pesquisa, trazendo elementos que complementam e contextualizam as reflexões e análises realizadas nos capítulos 3 e 4.

1.1 Contextualização e a escolha pelo discurso parlamentar

Assim, visando a contextualização do *corpus* documental, se faz fundamental a apresentação de algumas breves considerações sobre o nosso território de pesquisa. A Câmara dos Deputados⁷, em nossa compreensão, é um importante locus de produção de análises políticas e sociais, pois sua atividade influencia os rumos da política em nível nacional, contribuindo ativamente no processo de conformação de agendas públicas que podem afetar todas as regiões do país.

⁷ “Câmara dos Deputados” é o termo oficial utilizado para se referir a esta instituição, assim como instituído pela Constituição (Brasil, 1988). No entanto, o termo “Câmara Federal” é também corrente no debate público. Neste texto, serão utilizados os dois termos, porém com maior preferência pelo segundo, privilegiando uma linguagem de gênero neutra.

Como definido pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a Câmara Federal é uma das “casas” do Congresso Nacional, que organiza o Poder Legislativo Federal a partir de uma estrutura bicameral – com a divisão entre Senado (sistema majoritário, número de parlamentares distribuídos igualmente por unidades federativas, com mandatos de oito anos) e Câmara (sistema proporcional, número de parlamentares distribuídos de forma proporcional à população das unidades federativas, com mandatos de quatro anos). Em concomitância, o Congresso Nacional é organizado em legislaturas de quatro anos, que são renovadas via processo eleitoral, em paralelo à escolha dos/as representantes (presidência e vice-presidência) do Poder Executivo Federal.

Atualmente, a Câmara dos Deputados é composta por 513 deputados/as federais – número estabelecido pela Lei Complementar nº 78/1993 – divididos proporcionalmente pela população de cada estado, com o número mínimo de 8 parlamentares (estados como Acre, Amazonas, Mato Grosso, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, entre outros), chegando nos estados mais populosos a números como 39 na Bahia, 46 no Rio de Janeiro, 53 em Minas Gerais e 70 em São Paulo⁸. Assim como estabelecido pela Constituição de 1988, a principal função deste espaço político-institucional é legislar em nível nacional; ou seja, produzir parâmetros e normativas jurídicas relacionadas à organização e ao funcionamento do Estado brasileiro.

Em relação à atual composição da Câmara Federal, temos uma distribuição partidária e ideológica que favorece a promoção de políticas conservadoras, resultando em uma dificuldade crescente em torno da aprovação de legislações que tratam sobre gênero e sexualidade (Aragusuku & Lopes, 2018; Mello, Brito & Maroja, 2012). Esta inclinação ideológica ao conservadorismo vem se acentuando desde 2014, momento em que tivemos a eleição do que foi considerado, naquele período, o Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização, em 1985 (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014), com a ampliação de políticas que negam direitos sociais e trabalhistas e que se afirmam a partir de um discurso de “defesa da família” e de “moralização política”. Destacamos também que foi esta última legislatura (55^a, 2015-2019) que protagonizou o processo de impeachment de Dilma Rousseff – sob a Presidência da Câmara de Eduardo Cunha (ex-MDB/RJ), proeminente liderança da bancada evangélica, posteriormente preso por corrupção.

⁸ Dados extraídos do site oficial da Câmara Federal. O quadro total do número de parlamentares por estado está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/quantos-sao-e-de-que-forma-e-definido-o-numero-de-deputados>. Acesso em: 28/09/2019.

No campo das políticas de gênero e sexualidade, a bancada evangélica, que possuía em torno de 75 representantes na 55ª Legislatura⁹, se destacou por uma atuação pautada em princípios conservadores, se opondo radicalmente a projetos legislativos referentes ao aborto, ao casamento homoafetivo, à identidade de gênero, à educação em direitos humanos e sexualidade, etc. Por outro lado, quando tratamos sobre a oposição religiosa às políticas de direitos sexuais, temos também – como importantes atores políticos – as frentes parlamentares articuladas por lideranças conservadoras, na qual emergem com mais relevância a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (215 signatários), a Frente Parlamentar Evangélica (199 signatários), a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família (236 signatários) e a Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Família (207 signatários)¹⁰.

Cabe ressaltar que tais frentes são bastante heterogêneas em sua composição partidária e ideológica, pois qualquer parlamentar pode se inscrever nestas frentes sem algum critério de entrada. Portanto, não podemos compreendê-las como inteiramente conservadoras. Contudo, suas próprias temáticas, oriundas de um debate religioso promovido pelo cristianismo, já indicam algum tipo de direcionamento político-ideológico específico, sobretudo quando vinculado a assuntos considerados polêmicos no campo da moral e dos costumes.

Outro dado relevante é a distinção de parlamentares por gênero e raça, algo que ilustra a distribuição desigual de poder existente na sociedade brasileira, com a exclusão de mulheres e pessoas negras dos espaços políticos. Na 55ª Legislatura, do total de 513 parlamentares na Câmara Federal, apenas 51 eram mulheres, representando cerca de 10% da casa legislativa – número que progrediu para 15%, como um reflexo da eleição de 77 deputadas em 2018. Em relação à raça, também na 55ª Legislatura, apenas 19% das pessoas eleitas se declararam negras (pretas e pardas), com congregação de 103 parlamentares; em contrapartida à eleição de aproximadamente 80% de brancos/as, totalizando 410 parlamentares. Na eleição de 2018, esta distância também diminuiu, com a conformação de 75% de brancos/as e 24,4% de negros/as. Tanto em 2014, quanto em 2018, amarelos/as e indígenas não totalizaram 1% dos/as eleitos/as.

Assim, estes números revelam uma concentração de poder em determinados estratos da sociedade brasileira, visto que, apesar de 50% da população brasileira ser composta por

⁹ O tamanho da bancada evangélica não é exato devido à flutuação da composição da Câmara Federal com a entrada de suplentes. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014) apresentou que esta bancada possuía 75 integrantes no início de 2015; Ronaldo de Almeida (2017) apresentou o número de 72 integrantes também nesse ano; outros meios indicam o número de 82 integrantes em 2018 (ex.: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/09/partido-de-bolsonaro-e-nova-cara-das-bancadas-evangelica-e-da-seguranca-a-23555509/>. Acesso em 18/10/2018)

¹⁰ Dados extraídos da página das Frentes Parlamentares da 55ª Legislatura. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>. Acesso em 18/10/2018.

mulheres e por pessoas negras, estes grupos sociais encontram-se sub-representados neste espaço que possui uma grande importância política¹¹. Dessa forma, a composição da Câmara Federal, nos demonstra a existência de uma sociedade ainda marcada por exclusões e desigualdades.

No entanto, mais do que um reflexo exato ou uma síntese do posicionamento de grupos dominantes e das agendas conflitantes existentes em diversas localidades do país, compreendemos a Câmara Federal também como um espaço criativo de produção discursiva, que pode provocar contornos novos nas discussões e políticas conduzidas em nível micro e local. Assim, apesar da atuação ideológica dos/as deputados/as federais ser fortemente influenciada por uma dinâmica política que é exógena à própria prática legislativa da Câmara (por ex.: dinâmicas partidárias, vínculos políticos regionais, opinião pública, histórico político e social, etc.), assumimos a existência de uma relativa autonomia desta prática parlamentar, com a possibilidade de produção de inovações discursivas que emergem no seio dos processos políticos endógenos a este contexto institucional.

Em diversos momentos, tais inovações discursivas acabam por transpassar as fronteiras do debate legislativo da Câmara Federal – seja por meio de uma cobertura midiática, por sua circulação nas redes sociais, ou por sua absorção por grupos de interesse – influenciando outros contextos institucionais, políticos e sociais.

Um exemplo marcante deste processo criativo foi a atuação do deputado federal Jair Bolsonaro (naquele momento, PP/RJ) no plenário da Câmara, em fins de 2010, na exposição e denúncia dos materiais do Programa Escola Sem Homofobia, elaborados por organizações LGBT em parceria com o Ministério da Educação, posteriormente intitulados de “kit gay” por parlamentares conservadores. Até aquele momento, não existia ainda uma forte articulação de oposição ao avanço das políticas de cidadania LGBT no Brasil.

No entanto, logo no início do ano seguinte, em 2011, diversos parlamentares vinculados à bancada evangélica se mobilizaram contra o chamado “kit gay”, pressionando o Governo Federal a cancelar a sua distribuição – algo acatado e declarado por Dilma Rousseff em maio de 2011. Dessa forma, o discurso do “kit gay” contribuiu para a construção de uma lógica argumentativa que enquadrava as políticas de cidadania LGBT enquanto um perigo à ordem

¹¹ Dados extraídos de notícias do Portal EBC, de 08/10/2014 (disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/congresso-nacional-brancos-sao-maioria-dos-candidatos-eleitos>, acesso em 18/10/2018), do G1, de 08/10/2018 (disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>, acesso 18/10/2018), e do UOL notícias (<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/raio-x/camara/numero-de-deputados-federais-eleitos-por-partido/>, acesso em 18/10/2018).

social, aos costumes e à moralidade pública. Articulou-se assim um discurso de “ameaça sexual às crianças” (Balieiro, 2018; Freire, 2018; Kováts, 2017), impulsionando em determinados grupos sociais o “pânico moral” e a rejeição explícita a qualquer tipo de política pública LGBT, sobretudo vinculada à educação.

Em certa medida, podemos dizer que a polêmica do “kit gay” inaugurou um movimento de ofensiva contra as políticas de cidadania LGBT no Brasil, proporcionando novas ferramentas discursivas para a atuação de grupos e lideranças conservadoras em diversos contextos políticos e âmbitos institucionais. Foi construída uma retórica de potencialização da percepção da “ameaça”, na qual as crianças, as famílias e principalmente os valores cristãos foram vistos como vulneráveis à “corrupção moral” promovida pelo avanço de políticas sexuais, levantando assim a necessidade de uma reação da “sociedade” contra tal ameaça.

Apesar desta retórica da ameaça sexual ser antiga e já utilizada em outros contextos históricos e sociais (Kováts & Põim, 2015; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002), lançamos a hipótese de que sua utilização por parlamentares na Câmara Federal a partir do “kit gay” pode ser considerada uma inovação político-discursiva, pois possibilitou a instrumentalização e a ampla difusão social de um discurso político de propagação do pânico moral relacionados à “ameaça sexual”, se constituindo enquanto um instrumento discursivo de oposição às políticas públicas LGBT no Brasil. Assim, a partir do “kit gay” uma forte ofensiva contra os direitos LGBT se fez presente na Câmara Federal, com a articulação de uma rede atuante também na sociedade civil (grupos profissionais, igrejas, militância virtual, agrupamentos políticos, mídias, etc.), influenciando diversas instâncias de disputa político-ideológica.

Assim, em concordância com a perspectiva de van Dijk (1993, 1998), um dos importantes aspectos presentes em uma análise discursiva é a compreensão sobre como as elites exercem o seu poder simbólico na produção e difusão de discursos que visam a perpetuação de desigualdades sociais. Aqui o termo “elite” não aparece em seu sentido meramente econômico, mas sim diz respeito a grupos que possuem o poder de acesso privilegiado ao discurso público – em uma confluência entre poder material e simbólico – contribuindo para a produção e circulação de ideologias políticas.

Os/as integrantes da Câmara Federal possuem acesso a importantes recursos políticos e financeiros podendo ser considerados uma elite política institucionalizada, com o poder de acesso privilegiado ao discurso público e o poder de decisão sobre temas fundamentais vinculados ao ordenamento do Estado e, conseqüentemente, da sociedade brasileira. Assim, compreender como um determinado discurso foi instrumentalizado por parlamentares em discussões na Câmara Federal não é apenas analisar os reflexos de estruturas sociais sobre este

discurso, mas é também analisar a capacidade destes sujeitos políticos na produção de estratégias discursivas (em alguns momentos inovadoras) e na difusão de ideologias políticas que impactam a opinião pública e a agenda de políticas públicas em diversas instâncias do Estado brasileiro.

Adentrando no campo metodológico da pesquisa, podemos apresentar que a escolha pelo levantamento de pronunciamentos de parlamentares na Câmara Federal para a análise do discurso da “ideologia de gênero” decorreu de três impressões iniciais ao longo do desenvolvimento desta pesquisa: (1ª) a relevância social e a representatividade de tais discursos, (2ª) sua natureza discursiva fundamentalmente política e (3ª) sua disponibilidade pública e a facilidade de acesso por meio virtual.

Em relação à primeira impressão, como discorrido acima, compreendemos os pronunciamentos de parlamentares da Câmara Federal como uma fala de uma “elite” que possui acesso privilegiado a recursos materiais e simbólicos, possibilitando assim o poder a um discurso público amplamente difundido – tanto por meios institucionalizados pelo Estado (falas em sessões e comissões), quanto por sua interação com a sociedade civil (falas para meios de comunicação, reuniões com grupos e organizações, comícios, etc.). Dessa forma, o discurso parlamentar enunciado na Câmara, assim como é influenciado, também possui poder de influência sobre a sociedade. Trata-se de um discurso legitimado pelo poder estatal, relacionado à capacidade de parlamentares na tomada de decisões sobre assuntos públicos, sendo socialmente reconhecido por sua natureza “representativa” instituída pelo processo eleitoral.

Concomitantemente, por se tratar de uma casa legislativa nacional referenciada pelos princípios democráticos da representatividade popular, temos em sua composição parlamentares de todas as regiões do país. Dessa forma, este *corpus* textual de análise abrange os discursos e os posicionamentos ideológicos de sujeitos oriundos de diversas localidades, que possuem influência sobre grupos sociais diversos. Para se tornar um/a deputado/a é necessário o reconhecimento público e o apoio de uma parcela significativa da população de um estado pela via eleitoral (por exemplo, são mais de 100.000 votos nos estados mais populosos).

Neste sentido, foram levantados e analisados discursos que não são triviais ou socialmente irrelevantes, visto que possuem uma significativa representatividade territorial (abrangendo diversas regiões do país) e social (apoiada e difundida por grupos sociais mais amplos). Logicamente, se trata de uma representatividade relativa, pois não é possível estabelecer uma relação causal simples e direta entre os discursos de ditos “representantes” (elites simbólicas) e “representados/as”, seja em uma relação de influência top-down (que parte de cima para baixo), na perspectiva que privilegia a atuação das elites simbólicas, ou de bottom-

up (de baixo para cima), na perspectiva do processo de influência vindo unicamente das bases sociais (van Dijk, 1998, p. 174).

Sobre a segunda impressão, tais discursos possuem uma natureza fundamentalmente política por estarem localizados em uma casa legislativa, ou seja, um ambiente político institucionalizado, amparado pelas estruturas do Estado e socialmente reconhecido. Em nossa perspectiva, em confluência com as reflexões de diversos/as autores/as (Charaudeau, 2017; Chilton, 2004; Fairclough & Fairclough, 2012; van Dijk, 1999), o discurso político é conformado por seu contexto (político), sua forma (argumentativa e deliberativa) e seu conteúdo (direcionamento aos instrumentos de regulação social e ao Estado). Neste sentido, apesar de conceitualmente distintas, as noções de discurso político e de discurso ideológico se confundem por tratarem do mesmo espectro de fenômenos sociais e discursivos. Em outras palavras, podemos apresentar que todo discurso ideológico é político por natureza (Freeden, 1996, 2003) e que todo discurso político possui necessariamente elementos ideológicos (Fairclough & Fairclough, 2012; van Dijk, 1998, 1999).

Assim, nesta perspectiva, os pronunciamentos realizados por deputados/as na Câmara Federal podem ser definidos como discursos políticos, em princípio, por estarem localizados em um contexto político (inclusive institucionalizado), por estarem vinculados a formas argumentativas (estabelecimento do consenso) e deliberativas (decisão política e voto) e por possuírem um direcionamento à esfera do Estado enquanto um organismo regulamentador de relações sociais – consequentemente, carregando em si elementos ideológicos compartilhados por grupos sociais mais amplos (van Dijk, 1998).

Por fim, em relação à terceira impressão, a disponibilidade pública e a facilidade de acesso por meio virtual reforçam a importância social desses discursos, que estão disponíveis em plataformas de acesso livre e irrestrito, referenciadas por legislações e políticas de transparência pública. Concomitantemente, em decorrência da importância da divulgação destes documentos para o funcionamento do sistema democrático, tais materiais foram previamente organizados, revisados e sistematizados por servidores/as da Câmara Federal – por um lado dando confiabilidade aos dados levantados, e por outro facilitando o processo de pesquisa e análise. Dessa forma, a disponibilidade pública e a facilidade de acesso possibilitaram a análise detalhada de um número amplo e representativo de discursos, já disponíveis em documentos transcritos (notas taquigráficas), assim como em formato audiovisual.

Tal disponibilidade pública permite também a ampliação da visão dos/as interlocutores/as desta pesquisa, que podem recorrer aos documentos em seu estado “bruto”, de

forma a complementar, revisar ou mesmo contradizer as análises aqui efetuadas. Em termos analíticos, na perspectiva de Peter Spink (2013), os documentos de domínio público são produtos sociais resultantes de práticas discursivas, estando eticamente disponíveis para a análise por pertencerem ao “espaço público”. Neste sentido, tais documentos podem ser vistos e revistos a partir de uma análise que correlaciona contexto, localização e temporalidade, sem a pretensão de se produzir uma verdade final sobre tais enunciados.

Em suas palavras, os documentos públicos acabam por “refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal” (Spink, 2013, p. 91). Assim, consolida-se um processo de formalização de posições discursivas e sua estabilização no debate público, possibilitando tanto a análise de um “gênero de circulação” (formas de difusão discursiva), quanto de um “conteúdo” reflexo de práticas cotidianas (Spink, 2013).

1.2 Levantamento e panorama geral do *corpus* documental

Tendo em vista estas impressões iniciais, foram buscados no site oficial da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/>) os discursos de deputados/as na aba “Buscar no portal” e na seção de busca “Discursos” – que agrupam os pronunciamentos realizados no Plenário – a partir da utilização do descritor “ideologia de gênero”. Desse modo, todos os pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara que se utilizaram, ao menos uma vez, do termo “ideologia de gênero” foram discriminados durante o processo de busca. Assim, com o recorte temporal de 2003 (primeiro pronunciamento encontrado) a 2017¹², foram levantados e arquivados 151 pronunciamentos feitos no Plenário da Câmara, posteriormente lidos, sistematizados e tematizados (como pode ser visto no Apêndice 1) para a execução de uma análise mais específica e detalhada sobre o uso do termo “ideologia de gênero” nos debates legislativos.

Como destacado na Figura 1, a utilização do termo “ideologia de gênero” é bastante recente no contexto da Câmara Federal brasileira. Tivemos suas primeiras aparições em 2003 e 2004, cada ano com apenas uma frequência, sendo ambos pronunciamentos realizados pelo ex-deputado federal Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP), eleito por quociente eleitoral em 2002 com apenas 484 votos – um fato extraordinário possibilitado pela votação expressiva

¹² A delimitação pelo ano de 2017 ocorreu porque, durante a realização do levantamento, o banco de dados da Câmara estava incompleto em relação aos pronunciamentos feitos em 2018.

do político de extrema-direita Enéas Carneiro (presidente nacional do PRONA), que teve aproximadamente 1,5 milhão de votos. Elimar Damasceno, que é católico, foi o primeiro parlamentar a usar o termo “ideologia de gênero” na Câmara, vinculando-o à “promoção do homossexualismo” – realizando um único mandato parlamentar (2003-2007) fortemente direcionado à defesa de pautas conservadoras. O deputado foi, por exemplo, o autor do PL 5816/2005, que dá competência aos/às psicólogos/as para auxiliar as pessoas a voluntariamente “deixarem a homossexualidade”, e do PL 5872/2005, que proíbe a mudança de prenome em “casos de transexualismo”¹³.

Figura 1. Frequência por ano do número de pronunciamentos que utilizaram o termo “ideologia de gênero”

Posteriormente, em 2010, outro ano com apenas uma frequência, o deputado Jairo Paes de Lira (PTC/SP) retomou o seu uso no Plenário da Câmara. O ex-deputado, também católico, foi comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, realizando um único mandato (2009-2011) pautado por uma perspectiva assumidamente conservadora. Como dito pelo próprio parlamentar em seu discurso de autoavaliação, ao final de 2010, sabendo que não havia conseguido se reeleger: um mandato de defesa da “ordem pública” e de luta contra a “desfiguração da família brasileira”¹⁴. Curiosamente, Paes de Lira tinha sido eleito à suplência

¹³ Dados extraídos da página do CPDOC/FGV (disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/damasceno-elimar>, acesso em 07/10/2018) e da página do referido deputado no portal da Câmara Federal (disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74268&tipo=1, acesso em 07/10/2018).

¹⁴ Pronunciamento realizado pelo dep. Paes de Lira (PTC/SP) no Plenário da Câmara em 05/10/2010, às 15h08.

em 2006 com apenas 6 mil votos, assumindo o mandato em 2009 após o falecimento do estilista e apresentador de televisão Clodovil Hernandes (PTC/SP), primeiro gay assumido no Congresso Nacional, eleito deputado de forma expressiva com 493 mil votos¹⁵. Assim, até este momento, o discurso da “ideologia de gênero” era praticamente desconhecido na Câmara Federal, tendo sido utilizado apenas três vezes, por parlamentares ultraconservadores e católicos com uma expressão política insignificante.

Em 2013, o termo “ideologia de gênero” foi novamente utilizado em três ocasiões: dois pronunciamentos vinculados à discussão do PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia, realizado pelos deputados Pastor Eurico (PSB/PE) e Takayama (PSC/PR); e um pronunciamento relacionado aos debates sobre educação, feito pelo deputado Erivelton Santana (PSC/BA), já com referências ao Movimento Escola Sem Partido. Este último pronunciamento inaugurou uma tendência que marcaria o uso deste termo nos anos seguintes: as políticas de educação como o principal campo de disputa moral. Posteriormente, no ano de 2014, tivemos o aumento de seu uso (8 frequências), com a vinculação direta da “ameaça da ideologia de gênero” às políticas de educação, sobretudo relacionadas à tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE, PL 8035/2010) – aprovado em junho daquele ano.

Como bastante visível na Figura 1, nos anos posteriores tivemos uma “explosão” do uso do termo por parlamentares no Plenário da Câmara. No ano de 2015, com a frequência de 39 pronunciamentos, sua utilização esteve vinculada fundamentalmente à tramitação dos planos municipais e estaduais de educação, que deveriam ser aprovados naquele ano, assim como definido pelo PNE (sobre esta discussão, ver o tópico 3.1 do capítulo 3). No ano seguinte, em 2016, tivemos um aumento de sua utilização, com a frequência de 48 pronunciamentos, na qual foi perceptível a difusão do discurso da “ideologia de gênero” para além das políticas públicas de educação.

E, por fim, no último ano deste levantamento, em 2017, esta tendência crescente se estabilizou, com a frequência de 50 pronunciamentos. Portanto, a maioria dos pronunciamentos (137 ao todo) estão localizados na 55ª Legislatura da Câmara Federal (2015-2019). Tratou-se de um período marcado por intensos conflitos ideológicos e por profundas cisões relacionadas ao acirramento da crise política – tendo destaque o processo de impeachment de Dilma Rousseff (DCR 1/2015), em 2016 – e à discussão de pautas de cunho conservador que mobilizam grandes

¹⁵ Dados extraídos da página do CPDOC/FGV (disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-cristao-ptc>, acesso em 07/10/2018) e da página do referido deputado no portal da Câmara Federal (disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=154417&tipo=1, acesso em 07/10/2018).

controvérsias no campo da opinião pública, como a redução da maioria penal (PEC 171/1993), o projeto do Estatuto da Família (PL 6383/2013), o projeto do Novo Regime Fiscal (PEC 241/2016), as reformas trabalhista (PL 6787/2016) e da previdência (PEC 287/2016), entre outras.

Figura 2. Distribuição por partido do número de pronunciamentos que se utilizaram do termo “ideologia de gênero”

Por outro lado, a Figura 2 mostra a distribuição do número de pronunciamentos por partido, totalizando 147 pronunciamentos. Cabe destacar que, neste gráfico, quatro falas que não eram de parlamentares foram excluídas (como ilustrado no Apêndice 1). Dessa forma, dos 25 partidos que compunham a 55ª Legislatura (2015-2019) da Câmara Federal, 17 estão representados neste levantamento. Destacando que o Partido Trabalhista Nacional (PTN) mudou o seu nome para Podemos (PODE) em 2016; o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), após a morte de Enéas em 2006, se fundiu com o Partido Liberal (PL) e se tornou o Partido da República (PR); e, apesar do Partido Trabalhista Cristão (PTC) ter eleito dois deputados federais nas eleições de 2010, tais parlamentares mudaram de partido antes do término da legislatura, deixando o PTC sem representantes na Câmara Federal. Assim, é perceptível que o discurso da “ideologia de gênero” possui uma difusão política significativa, sendo reproduzidos em pronunciamento de parlamentares de diversos partidos, mais precisamente, 68% dos partidos representados na 55ª Legislatura.

No entanto, reconhecemos que se trata de uma difusão limitada, visto que geralmente não existe um vínculo orgânico entre política partidária e o discurso de combate à “ideologia de gênero”. Na maioria dos partidos, ao longo destes últimos dez anos, o termo foi utilizado poucas vezes (menos de dez vezes por partido) e por um número relativamente pequeno de parlamentares. Por exemplo, partidos grandes localizados no espectro do centro e da direita política – como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM), que juntos possuíam mais de um quarto do total de parlamentares da Câmara – agregaram apenas 16 pronunciamentos durante este período. Por outro lado, parlamentares de partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se referiram ao termo em seus pronunciamentos (19 vezes) apenas para se contraporem a sua utilização, questionando a sua legitimidade conceitual e fazendo oposição a sua instrumentalização discursiva nos debates políticos.

Os três partidos que contabilizaram o maior número de pronunciamentos – o Partido Social Cristão (PSC) com 41, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) com 22, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 15 – apresentaram alguns padrões que consideramos relevantes para uma leitura panorâmica deste *corpus* documental. O Partido Social Cristão (PSC), que agrupa o maior número de pronunciamentos levantados, foi fundado em 1985 (registro de 1990) e se apresentou no último período como um autêntico partido religiosos de extrema-direita, defendendo de forma radical as pautas do conservadorismo social e do liberalismo econômico, e articulando diversas lideranças vinculadas à congregação pentecostal Assembleia de Deus¹⁶.

Em segundo lugar no número de pronunciamentos, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), fundado em 2003 (registro de 2005), é atualmente a agremiação que unifica a atuação de lideranças políticas e parlamentares vinculados/as à denominação neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); apesar de também possuir diversos deputados federais vinculados a outras igrejas, como a Assembleia de Deus (Almeida, 2017). Neste último período, PSC e PRB foram dois partidos protagonistas no avanço da chamada “bancada evangélica” e de uma agenda conservadora cristã que aglutina também parlamentares vinculados ao catolicismo e a outras denominações evangélicas.

¹⁶ Cabe destacar que a Assembleia de Deus não possui uma estrutura organizativa unificada. Trata-se de fato de uma congregação internacional de igrejas pentecostais autônomas, dificultando uma atuação política centralizada. Algo diferente da IURD, que possui uma estrutura eclesial hierárquica e unificada, reverberando em uma maior centralização política.

A presença do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na lista das três maiores frequências por partido é um fato aparentemente contraditório, pois trata-se de um antigo e tradicional partido do espectro da centro-esquerda no Brasil. No entanto, tal número de pronunciamentos é explicado pela atuação de dois ex-deputados deste partido: o deputado Flavinho (atualmente PSC/SP), com 11 pronunciamentos, integrante da Renovação Carismática¹⁷, uma ala ultraconservadora da Igreja Católica; e o deputado Pastor Eurico (atualmente PATRI/PE), com 3 pronunciamentos, membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco (IEADP). Ambos deputados apresentam posições conservadoras no campo da moral e dos costumes, vinculada a motivações religiosas. O deputado Flavinho, por exemplo, disse em entrevista ao jornal O Vale (15/03/2018) que deixou o PSB por ser “um partido historicamente de esquerda” e que as suas direções “decidiram voltar às origens”, se filiando ao PSC pela inclinação deste partido ao conservadorismo político¹⁸.

Dessa forma, no âmbito deste *corpus* documental, é perceptível que apenas dois partidos, o PSC e o PRB, demonstraram algum tipo de vínculo orgânico com a pauta do combate à “ideologia de gênero”, que se estabeleceu principalmente a partir da influência de grupos e lideranças vinculadas ao cristianismo, sobretudo a denominações evangélicas. Cabe ressaltar que este cenário se tornou ainda mais complexo com a conformação da próxima legislatura (56^a, 2019-2023), na qual o Partido Social Liberal (PSL), anteriormente inexpressivo, deslanchou com a segunda maior bancada da Câmara (52 deputados/as) a partir da liderança do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL/RJ) – um dos deputados federais que mais se utilizou do termo “ideologia de gênero” em seus pronunciamentos – se conformando como o maior partido do espectro da direita e extrema-direita no cenário político brasileiro.

Como explicitado no Quadro 1, que apresenta os parlamentares que tiveram uma frequência de ao menos 4 pronunciamentos com o uso do termo “ideologia de gênero” (ver quadro completo da frequência por parlamentar no Apêndice 2), tivemos, por um lado, o protagonismo de alguns poucos deputados que fizeram o uso deste termo com maior frequência e, por outro, a ampla difusão desse discurso por parlamentares que fizeram três usos (8 parlamentares), dois usos (7) e apenas um uso (28).

¹⁷ A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento da Igreja Católica iniciado nos Estados Unidos que possui influência das práticas religiosas propagadas pelas igrejas evangélicas e neopentecostais, com a utilização de músicas de louvor, pregações energéticas e a evocação dos “dons do Espírito Santo” (profecia, cura, etc.). No Brasil, o Projeto Canção Nova é o principal grupo que difunde os preceitos da RCC, característico por suas posições conservadoras no campo moral e político.

¹⁸ O Vale (15/03/2018), “Por manutenção de postura conservadora, Flavinho deixa o PSB e disputará reeleição pelo PSC”. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/conteudo/2018/03/politica/34391-por-manutencao-de-postura-conservadora-flavinho-deixa-o-psb-e-disputara-reeleicao-pelo-psc.html>. Acesso em: 15/10/2018.

Quadro 1 – Deputados/as federais que mais utilizaram o termo “ideologia de gênero” em pronunciamentos no Plenário da Câmara

Nome	Partido	UF	N.	Religião	Raça	Gênero	Mandato
Professor Victório Galli	PSL (ant. PSC)	MT	18	Evangélico (Assembleia de Deus)	branca	masc.	1 mandato e 2 suplências (desde 2007) - suplência (2018)
Flavinho	PSC (ant. PSB)	SP	11	Católico (Canção Nova, Ren. Carismática)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - não disputou (2018)
Lincoln Portela	PRB (ant. PR)	MG	9	Evangélico (Igreja Batista Solidária)	branca	masc.	5 mandatos (desde 1999) - reeleito (2018)
Arolde de Oliveira	PSD (ant. PSC)	RJ	8	Evangélico (Igreja Batista)	branca	masc.	8 mandatos e 1 suplência (desde 1984) - eleito senador (2018)
Marco Feliciano	PODE (ant. PSC)	SP	7	Evangélico (Assembleia de Deus)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Alan Rick	PRB (ant. DEM)	AC	5	Evangélico (Igreja Batista do Bosque)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Givaldo Carimbão	AVANTE (ant. PHS e PROS)	AL	5	Católico	parda	masc.	5 mandatos (desde 1999) - suplência (2018)
Jair Bolsonaro	PSL (ant. PATRI, PSC, PP)	RJ	5	Católico	branca	masc.	7 mandatos (desde 1991) - eleito Presidente (2018)
Takayama	PSC	PR	5	Evangélico (Assembleia de Deus)	amarela	masc.	4 mandatos (desde 2003) - suplência (2018)
Antonio Bulhões	PRB	SP	4	Evangélico (IURD)	branca	masc.	3 mandatos (desde 2007) - não disputou (2018)
Ivan Valente	PSOL	SP	4	Católico	branca	masc.	6 mandatos (desde 1995) - reeleito (2018)

Ao todo, foram 54 parlamentares mobilizados/as, dos/as quais 42 assumiram o discurso da “ideologia de gênero” em seus posicionamentos, abarcando aproximadamente 8% do total de parlamentares na Câmara Federal. Esse dado demonstra a existência de uma baixa adesão do uso deste termo em pronunciamentos, apesar de bastante relevante. Por outro lado, existe um apoio silencioso, a este discurso, de um grupo de parlamentares significativamente maior. Como exemplo, este apoio silencioso legitimou a retirada dos termos vinculados à gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação, em 2014; o veto da chamada “perspectiva de

gênero” da Medida Provisória nº 696/2015, que reorganizou a estrutura da Presidência da República e dos Ministérios¹⁹; e vem amparando uma série de projetos legislativos, de autoria coletiva, que visam proibir a “ideologia de gênero” nas escolas em nível nacional.

Primeiramente, a partir da leitura do Quadro 1, vemos que um número restrito de deputados se apresentou bastante engajado no uso deste termo em relação à totalidade do *corpus* documental, no qual destacamos aqueles que apresentaram uma frequência de até 4 pronunciamentos. Destes 11 parlamentares, apenas um se opôs ao uso do termo “ideologia de gênero”. Trata-se de Ivan Valente (PSOL/SP), que está em seu sexto mandato consecutivo, antigo militante do campo da educação.

Portanto, na lista dos 10 parlamentares do campo conservador que mais utilizaram o termo “ideologia de gênero” em seus pronunciamentos, encontramos influentes lideranças políticas, algumas com longos mandatos, outras recém-eleitas, porém com um capital eleitoral expressivo. No entanto, nas eleições de 2018, apenas 3 conseguiram a reeleição: Lincoln Portela (PRB/MG), que conseguiu o seu sexto mandato consecutivo; Marco Feliciano (PODE/SP), que teve uma das maiores votações de seu estado, seguindo para o seu terceiro mandato; e Alan Rick (DEM/AC), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da 55ª Legislatura, alcançando o segundo mandato.

Por outro lado, foram três deputados que ficaram com suplências, com destaque para a derrota eleitoral de parlamentares influentes como Givaldo Carimbão (AVANTE/AL), que era coordenador da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, e Takayama (PSC/PR), uma das principais lideranças regionais da Assembleia de Deus e ex-coordenador da Frente Parlamentar Evangélica. Dois deputados, ambos de São Paulo, não concorrerão à reeleição: Flavinho (PSC/SP), vinculado à Renovação Carismática e um dos mais engajados no combate à “ideologia de gênero”, e Antonio Bulhões (PRB/SP), radialista vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus.

Por fim, cabe um olhar mais atento para os dois deputados que não concorreram à reeleição na Câmara dos Deputados, mas que conseguiram se eleger para cargos de maior projeção nacional. O ex-deputado federal Arolde de Rodrigues (PSD/RJ) – que está na Câmara desde o período pré-redemocratização, quando assumiu como suplente em 1984 – destacou-se por sua atuação conservadora no Congresso Nacional; sendo eleito senador na eleição de 2018 com o apoio de Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), que conseguiu a primeira vaga para o Senado. No

¹⁹ MPV 696/2015. Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1806554>. Acesso em: 17/10/2018.

outro lado, como uma das maiores surpresas da política nacional, o parlamentar de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL/RJ), que está no Congresso desde 1991, ganhou a eleição para Presidente da República, recebendo em torno de 55% dos votos válidos no segundo turno, disputado com Fernando Haddad (PT), em uma campanha pautada por premissas liberais no campo econômico e por proposições conservadoras e, inclusive, repressivas no campo social. Em diversos momentos de campanha, Bolsonaro se colocou abertamente contra a “ideologia de gênero” e se utilizou frequentemente da narrativa do combate ao “kit gay nas escolas” em seus discursos públicos.

Em relação à análise da totalidade dos/as 54 parlamentares (dados disponíveis no Apêndice 2), 12 se colocaram contra o uso do termo “ideologia de gênero”, sendo sete homens e cinco mulheres, dos partidos PSOL, PT, PCdoB e PTN²⁰. Assim, foram 42 parlamentares mobilizados/as na promoção do discurso da “ideologia de gênero” como uma expressão política conservadora, com a presença de apenas uma mulher. Curiosamente, aproximadamente metade destes parlamentares se identificou como pardo e um como amarelo, destoando da composição geral da Câmara – que é majoritariamente branca e masculina. Em termos de distribuição geográfica, foram encontrados pronunciamentos de parlamentares de todas as regiões do país: de forma completa nas regiões Sul (SC: 1, PR: 3 e RS: 2), Sudeste (SP: 9, MG: 4 e RJ: 4) e Centro-Oeste (MT: 1, MS: 1, DF: 3 e GO: 1), e de forma parcial nas regiões Norte (AM: 1, AC: 1, RR: 1 e PA: 1) e Nordeste (AL: 2, PE: 1, CE: 3, BA: 2 e PB:1).

No âmbito do pertencimento a alguma denominação religiosa, temos 17 parlamentares vinculados ao catolicismo (3 integrantes da Renovação Carismática), sendo 5 não engajados no reconhecimento do termo; 28 parlamentares vinculados/as a denominações evangélicas, todos/as engajados na difusão do discurso da “ideologia de gênero”; e 9 não identificados/as (não foi possível definir o vínculo religioso), sendo 7 não engajados/as. Assim, presenciamos uma certa estabilização ideológica no grupo vinculado às igrejas evangélicas, que enquanto grupo apresentou um forte engajamento na difusão deste discurso nos debates legislativos.

Por outro lado, das diversas denominações evangélicas, a Assembleia de Deus contou com o maior número de parlamentares mobilizados/as, com 13 deputados/as, sendo seguida pela Igreja Batista (4), a Igreja Universal do Reino de Deus (4), a Igreja do Evangelho Quadrangular (2) e outras cinco denominações que contaram com apenas um parlamentar cada.

²⁰ PSOL (Ivan Valente, de SP, Jean Wyllys e Chico Alencar, do RJ), PT (Maria do Rosário, do RS, Erika Kokay, do DF, Pedro Uczai, de SC, e Ságuas Moraes, de MT), PCdoB (Alice Portugal e Daniel Almeida, da BA, Jandira Feghali, do RJ, e Jô Moraes, de MG) e PODE (Bacelar, da BA).

Conjuntamente, podemos destacar a presença marcante da Igreja Batista que, apesar de possuir somente quatro parlamentares mobilizados neste levantamento, agregou três (mesma frequência apresentada por católicos e assembleianos) dos dez parlamentares que mais se utilizaram do termo “ideologia de gênero” em seus pronunciamentos – como pode ser visto no Quadro 1.

Dessa forma, em uma visualização panorâmica do *corpus* documental, a partir da sua organização em torno dos dados que consideramos mais pertinentes, foi percebido (1º) que este termo ganhou maior relevância a partir da 55ª Legislatura; (2º) que existe um recorte de gênero relacionado ao seu uso, com a presença majoritária de homens; (3º) que em termos raciais, este levantamento encontrou uma proporção maior de pessoas autodeclaradas pardas em relação à proporção geral da Câmara; (4º) que existe uma distribuição difusa em todas as regiões do país; e (5º) que a vinculação religiosa é um dado relevante relacionado à adesão ao uso deste termo, com uma presença marcante de parlamentares vinculados/as a denominações evangélicas.

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DISCURSIVA E PSICOPOLÍTICA

O discurso da “ideologia de gênero”, nos últimos cinco anos, adentrou a esfera do debate público no Brasil, alcançando o campo das políticas públicas sobretudo por meio do Poder Legislativo. O uso deste termo para o embasamento de discussões legislativas e projetos de lei se tornou uma prática constante em todo o país – referenciando polêmicos projetos (alguns aprovados em âmbito municipal) que proíbem qualquer tipo de debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Neste sentido, a partir de um enquadramento específico sobre o uso do discurso da “ideologia de gênero” no debate político-legislativo, buscou-se o entendimento sobre como este termo foi instrumentalizado por parlamentares no Plenário da Câmara Federal e, principalmente, sobre quais as estratégias assumidas em termos discursivos e psicopolíticos.

A utilização da noção “discursivo”, em termos analíticos, partiu das discussões presentes no campo da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1995, 2003; van Dijk, 1993, 2009; Wodak & Meyer, 2001), que compreende o discurso enquanto uma “prática social”, ou seja, uma conformação linguística que é “praticada” em um determinado contexto histórico (temporal) e social (espacial). Assim, como destacado por Fairclough (1995, p. 7) – destrinchando a ampla premissa da análise discursiva como uma análise da estrutura textual para além da sentença – o termo discurso pressupõe uma análise do uso da linguagem enquanto uma prática interacional que se articula em diferentes níveis, aliando assim a análise gramatical e linguística (textualmente orientadas) com as análises contextual, sociocognitiva, política e/ou sociocultural. Neste sentido, tratando-se de uma prática social, as práticas discursivas são fundamentalmente perpassadas por relações de poder, geralmente não explícitas ou declaradas, sobretudo quando vinculadas a relações de dominação e à subjugação de outros grupos sociais. Portanto, a necessidade de explicitação deste aspecto relacional do discurso em termos de poder conforma-se enquanto uma premissa basilar para a produção de reflexões “críticas” no processo de análise discursiva (Fairclough, 1995; van Dijk, 1993, 2009).

Por outro lado, a utilização da noção “psicopolítica” derivou das inquietações epistêmicas presentes no campo da Psicologia Política (Hur & Lacerda Júnior, 2016a, 2016b; Iyengar & McGuire, 1993; Jost & Sidanius, 2004; Nesbitt-Larking, Kinnvall, Capelos & Dekker, 2014; Sandoval, Hur & Dantas, 2014) sobre como e a partir de quais mecanismos as esferas da psique e da política se atravessam e se constituem mutuamente. Neste sentido, assumimos a premissa defendida por John Jost (2017), na qual a busca pela compreensão sobre como os indivíduos produzem, absorvem e reproduzem as ideologias políticas foi definida como a essência do trabalho acadêmico da Psicologia Política. Concomitantemente, o autor destacou a importância da análise da esfera sociocognitiva das práticas políticas, com a análise das intersecções entre fenômenos psicológicos e político-ideológicos. Nesta perspectiva, não se

busca analisar apenas o aspecto racional, “frio” e consciente da cognição, caracterizado pela formalidade, mas também o seu aspecto emotivo, “quente” e inconsciente, que em diversos momentos possui um papel fundante na conformação da cognição e do comportamento político (Jost, Glaser, Kruglanski & Sulloway, 2003). Dessa forma, nesta pesquisa, a análise psicopolítica foi assumida como uma perspectiva de focalização analítica, de forma complementar ao uso dos métodos e procedimentos da análise crítico-discursiva.

2.1 Por que Psicologia Política?

O estudo de fenômenos políticos pode ser realizado a partir de diferentes posicionamentos epistêmicos, que condicionam nossa forma de visualizar o objeto estudado, nossas ferramentas de pesquisa e nossas possibilidades analíticas (Furlong & Marsh, 2010). O presente estudo – que busca iluminar aspectos pouco compreendidos sobre as políticas sexuais do conservadorismo cristão a partir da análise do discurso da “ideologia de gênero” – foi construído dentro de uma tradição acadêmica específica que pretendemos tornar explícita, dando consciência ao/à leitor/a de seus objetivos e direcionamentos implícitos. Neste sentido, é fundamental discorrer que articulamos nossa prática de pesquisa tendo como referência o campo da Psicologia Política, que possui um desenvolvimento próprio vinculado a uma vocação interdisciplinar.

A Psicologia Política é um campo de estudos que realiza pesquisas que privilegiam as intersecções entre fenômenos políticos e psicológicos – ou, de forma mais direcionada, entre estruturas de ação política, condicionantes psicossociais e processos intersubjetivos. Trata-se de um campo com uma longa história epistêmica e um recente desenvolvimento disciplinar, diverso em suas perspectivas epistemológicas, em suas abordagens teóricas e metodológicas (Dorna, 1998; Iyengar & McGuire, 1993; Jost & Sidanius, 2004; Monroe, 2002; Nesbitt-Larking et al.; 2014, Sabucedo, 1996). E, como todo campo acadêmico, é também percorrido por dissensos e tensionamentos internos, por disputas vinculadas a sua definição, aos seus aspectos normativos e ao seu futuro enquanto campo disciplinar e institucional.

Historicamente, os campos disciplinares da Ciência Política e da Psicologia Social possuem um papel preponderante sobre o desenvolvimento da Psicologia Política enquanto uma disciplina acadêmica – algo que, em determinada medida, ainda se reflete nos dias atuais. No entanto, presenciamos também a adesão de pesquisadores e pesquisadoras de outras áreas do saber das Ciências Sociais e Humanas, como da História, da Economia, da Saúde Coletiva, da Linguística, da Sociologia, etc. Como apresentou Janice G. Stein (2002), a Psicologia Política

deve ser compreendida mais enquanto um “campo de inquérito” [field of inquiry] do que como uma disciplina, pois o ponto de convergência entre psicólogas e psicólogos políticos estaria em seus escopos de investigação, na forma como os problemas de pesquisa são tratados a despeito da diversidade de aportes teóricos e metodológicos. Assim, o foco não estaria em um desenvolvimento disciplinar coeso e homogêneo, mas sim na resolução de problemas teóricos e práticos que perpassam o campo da política, visualizando a importância da análise dos elementos psicológicos que agenciam o comportamento político. Por conseguinte, não existe Psicologia Política sem a inter-relação de macro e microfundamentos no processo de análise política.

Seguindo esta perspectiva, de acordo com George Marcus, “psicólogos/as políticos/as buscam responder questões políticas, para melhorar a compreensão sobre como pessoas perpassam as políticas, em parte no inquérito sobre a sua psicologia” (Marcus, 2002, p. 96, tradução nossa), sendo a Psicologia Política um campo de estudos majoritariamente voltado para a resolução de problemas práticos perpassados por questões de princípio normativo – como exemplo, no seu caso, por sua experiência pessoal e familiar com o Holocausto Nazista, a opção pelo estudo da temática da tolerância política. Consequentemente, podemos citar diversos outros problemas de natureza empírica perpassados por fortes implicações normativas que compõem os estudos em Psicologia Política, como as questões em torno da violência política, do autoritarismo, da cidadania, dos movimentos sociais, da dominância social, das relações étnico-raciais e de gênero, da democracia e do Estado, da liberdade, etc.

Neste sentido, a Psicologia Política vem historicamente se articulando enquanto um campo centrado no problema [problem-centred field], marcado por uma significativa heterodoxia teórica e metodológica dentro de um espectro interdisciplinar (Nesbitt-Larking et al., 2014). Este direcionamento ao problema torna a Psicologia Política um campo possível e minimamente unitário, apesar de suas diferenças internas, fortalecendo e valorizando as suas contribuições analíticas para a resolução das questões políticas emergentes no mundo contemporâneo. Portanto, compartilhamos das reflexões de Ian Shapiro (2002) sobre as problemáticas que perpassam as pesquisas direcionadas à teoria ou à metodologia [theory-driven; method-driven], que comumente reduzem e constroem o seu objeto para adaptá-lo a imperativos teóricos e metodológicos, empobrecendo a capacidade de explicação e iluminação sobre o problema estudado, conduzindo assim a conclusões triviais e convenientes [self-serving]. A falta de uma ortodoxia metodológica ou teórica e o direcionamento ao problema [problem-drivenness] na execução das pesquisas enriquecem as reflexões da Psicologia Política e possibilitam a sua existência interdisciplinar e marcadamente plural.

Em relação ao desenvolvimento do campo, quando falamos de uma “longa história epistêmica e de um recente desenvolvimento disciplinar”, definimos que existe uma divisão qualitativa em sua história, que podemos representar a partir de dois âmbitos ou dois momentos distintos. Primeiramente, temos os estudos de Psicologia Política *lato sensu*, ou seja, todas as reflexões que inter-relacionam psicologia e política, porém que geralmente se localizam em uma relação de ancestralidade com o campo disciplinar. Nos referimos à longa tradição de pensamento ocidental que antecedeu e inspirou, de forma explícita e implícita, o desenvolvimento dos postulados epistêmicos da Psicologia Política. Neste sentido, diversos autores (Dorna, 1998, Parisí, 2008, Sabucedo, 1996) constroem uma longa linhagem histórica de estudos psicopolíticos que se inicia na Filosofia Grega, em pensadores como Platão e Aristóteles, perpassando escritos políticos clássicos de autores como Niccolò Machiavelli (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Alexis de Tocqueville (1805-1859), Karl Marx (1818-1883), entre diversos outros.

Como discorreu Robert Farr (2013), em relação ao desenvolvimento histórico da Psicologia Social, todo processo de definição histórica de um campo disciplinar envolve questões que perpassam disputas do presente. A definição dos antecedentes filosóficos de um campo se relaciona diretamente com a definição de marcos ontológicos e epistemológicos que condicionam as reflexões realizadas em pesquisas atuais. Por exemplo, quando maximizamos a importância filosófica de determinados/as autores/as em contrapartida a outros/as, estamos nos localizando em uma tradição específica de pensamento. Contudo, pelo desenvolvimento recente da Psicologia Política enquanto campo autônomo, que ocorre somente na década de 1970, ainda existem poucos debates e confrontos acadêmicos em relação a tais definições, que são marcadas por uma grande variação dependendo de quem a conceitua, sem qualquer tipo de reflexão mais aprofundada. A evocação de autores do século XX – como Gustave Le Bon (1841-1931), Sigmund Freud (1856-1939), Antonio Gramsci (1891-1937), Harold Lasswell (1902-1978), Theodor Adorno (1903-1969) e Michel Foucault (1926-1984) – para o estabelecimento destes marcos antecedentes da Psicologia Política, torna esta definição ainda mais complexa, abrindo um grande leque de possibilidades epistemológicas e ontológicas para a construção de reflexões e análises psicopolíticas.

No entanto, apesar de as dificuldades no estabelecimento de marcos epistêmicos precisos, um princípio basilar é compartilhado por todos os pensadores antecedentes citados, que remonta ao surgimento do pensamento filosófico ocidental: a conceitualização dos campos autônomos da “psicologia” e da “política”, que perpassam a existência humana – o primeiro,

em sua essência individual e singular; e, o segundo, em sua natureza social e interacional. A ideia de que possuímos uma psique, ou uma alma em contraposição ao corpo, e a proposição de seu estudo minucioso e sistemático a partir da lógica racional, iniciou-se na Antiguidade Grega com o surgimento da Filosofia (Mueller, 1968). O mesmo ocorreu com a noção de política, que se desenvolveu no seio da polis (antigas cidades gregas) como o âmbito da organização social, da divisão do poder e da governança (Dorna, 1998).

Como já dito no século III a.C.: “o homem é um animal naturalmente político, destinado a viver em sociedade” (Aristóteles, 2006, p. 12). Dessa forma, temos consciência que a Psicologia Política, em certa medida, possui uma matriz filosófica primordial originária do pensamento grego clássico, apesar de suas incontáveis ramificações que a tornam um campo marcadamente plural.

O segundo momento, relacionado ao seu “recente desenvolvimento disciplinar”, perpassa a consolidação da Psicologia Política enquanto um campo acadêmico, articulado por uma comunidade epistêmica comprometida com sua evolução e perpetuação. Assim, chegamos a uma Psicologia Política *stricto sensu*, que se constrói em uma posição consciente de pertencimento a um campo disciplinar – ou como diria Maritza Montero (1991), uma “psicologia política propriamente dicha”. Assim, iniciou-se a enunciação do campo da Psicologia Política, antes disciplinarmente inexistente, principalmente a partir de artigos, livros, manuais, grupos de pesquisa, conferências, etc. É importante salientar que o surgimento da Psicologia Política enquanto uma disciplina é um fenômeno notadamente estadunidense, que posteriormente se expande para outros países, tomando contornos bastante distintos principalmente na América Latina.

Temos, como marcos históricos incipientes, a criação da cadeira de Social and Political Psychology da Maxwell School of Syracuse University, em 1924, assumida pelo psicólogo social Floyd Henry Allport (1890-1979); e os trabalhos do cientista político Charles E. Merriam (1874-1953) da University of Chicago, que discorria abertamente sobre a união entre a Psicologia e a Ciência Política (Ward, 2002). Por conseguinte, na primeira metade do século XX, tivemos a publicação de diversos livros que articularam fenômenos políticos e processos psicológicos (McGuire, 1993), que logo seriam consagrados como precursores do campo, como o *Psychologie Politique et la défense sociale* (1911), de Le Bon; *Psychopathology and Politics* (1930), de Laswell; o *Escape from Freedom* (1941), de Erich Fromm; e o *The Authoritarian Personality* (1950), de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford.

Porém, é apenas em 1969 que presenciamos o primeiro passo para a disciplinarização da Psicologia Política, com a criação da primeira pós-graduação na Yale University. Pouco

depois, em 1974, tivemos a publicação do pioneiro *Handbook of Political Psychology* (1973), editado por Jeanne N. Knutson. E, por fim, como a principal ação pela consolidação do campo, em 1978 é fundada a International Society of Political Psychology (ISPP), que passa a aglutinar psicólogos e psicólogos políticos, contribuindo para a sistematização e legitimação da Psicologia Política enquanto um campo disciplinar. Após dois anos, em 1980, temos a criação do *Journal of Political Psychology*, vinculado à ISPP – o primeiro periódico científico do campo (Deutsch & Kinnvall, 2002, Ward, 2002).

A partir da fundação da ISPP, a Psicologia Política se expande para outras localidades, com a abertura de novos cursos de pós-graduação e a organização de grupos de pesquisa em outros países. Nos anos 80, temos o desenvolvimento de trabalhos em países da Europa e da América Latina, que passam a produzir um tipo distinto de Psicologia Política, se diferenciando da tradição norte-americana a partir da crítica à hegemonia estadunidense no cenário acadêmico mundial. Também temos tensionamentos em relação a posicionamentos epistemológicos e metodológicos (Martín-Baró, 2013, Montero, 2015, Rodríguez Kauth, 2008, Sabucedo & Rodríguez, 2000), em que a Psicologia Política norte-americana é acusada de ser demasiadamente cientificista e positivista, produzindo generalizações indevidas e apagamentos históricos. E, em proximidade com o marxismo, critica-se a passividade política do campo e a aceitação da democracia liberal e da cultura estadunidense como o “fim da história”, ou seja, o modelo societal universal a ser seguido pelos países “atrasados” e “subdesenvolvidos”.

Entretanto, a diferença entre Psicologia Política norte-americana e latino-americana não está restrita a uma relação de tese e antítese, mas é também composta por desenvolvimentos epistêmicos singulares, relacionados aos diferentes problemas de pesquisa emergentes em cada localidade. É também percebido o encontro de grupos e a troca acadêmica de diferentes países a partir de proximidades geográficas e linguísticas – facilitando o agenciamento de confluências teóricas e metodológicas. Neste sentido, de forma mais didática, podemos apresentar que internacionalmente a Psicologia Política é composta por duas correntes epistêmicas majoritárias, que podem ser representadas como:

- *Psicologia Política Norte-americana* ou de matriz linguística anglo-saxônica: a primeira a se legitimar enquanto uma disciplina acadêmica e se institucionalizar como um campo, se desenvolvendo inicialmente nos Estados Unidos e depois se expandindo internacionalmente a partir da ISPP, tendo forte proximidade com a Ciência Política.

- *Psicologia Política Iberoamericana* ou de matriz linguística latina: desenvolvida a partir dos anos de 1980, sobretudo na América Latina, em proximidade com a Psicologia Social Crítica, a Psicologia Comunitária e a Psicologia da Libertação, contando com representantes na Península Ibérica e na França.

A Psicologia Política Iberoamericana possui suas raízes nos turbulentos anos de 1980, momento em que diversos países latino-americanos viviam a intensificação de conflitos políticos e o fim de governos ditatoriais, com a emergência de guerras civis, o caso da Nicarágua e de El Salvador, ou processos verticais de transição democrática, como na Argentina e no Brasil. Assim, presenciou-se um curso crescente organização política da sociedade civil, na qual diversos/as psicólogos /as se engajaram em movimentos democráticos e contestatórios. Em certa medida, podemos considerar que a realidade social de miséria e de desigualdade que perpassa os países do sul, aliada a uma atuação neocolonialista dos chamados países “centrais” dentro do cenário internacional, motivou fortemente tais profissionais e acadêmicos/as a pensar em uma Psicologia Política radicalmente comprometida com a transformação de contextos sociais excludentes e opressores, visando a “libertação” dos grupos subjugados e a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária (Martín-Baró, 2013; Montero, 1987).

Tal perspectiva psicopolítica se reflete nos trabalhos de Salvador Sandoval, Leoncio Camino e Sílvia Lane no Brasil, de Maritza Montero na Venezuela, de Ángel Rodríguez Kauth na Argentina, de Ignacio Martín-Baró em El Salvador, e de Pablo Fernández Christlieb no México. Como um marco, temos a publicação do livro *Psicología Política Latinoamericana*, editado por Maritza Montero (1987), sendo a primeira sistematização transnacional de trabalhos para além da Psicologia Política norte-americana. Conjuntamente, começam a se organizar grupos de pesquisa focados no estudo das problemáticas presentes na realidade latino-americana, abarcando questões como processos revolucionários, movimentos guerrilheiros, conflitos rurais, repressão política e ditaduras militares, fragilidade democrática, entre diversos outros.

A Psicologia Política na Espanha surge no mesmo período e, apesar de suas confluências epistêmicas com a América Latina, possui antecedentes e um desenvolvimento disciplinar próprio. Neste sentido, já em 1987, temos a realização do primeiro Congresso Nacional de Psicologia Política; em 1988, a publicação do primeiro manual espanhol de Psicologia Política; e, em 1990, a criação da revista *Psicología Política* – segunda do mundo a demarcar, em seu título, do nome do campo (Garzón, 1993). Na França, a Psicologia Política se desenvolveu principalmente a partir dos trabalhos do chileno Alexandre Dorna, professor da Université de

Caen; passando por um processo de institucionalização em 1999, com a criação da Association Française de Psychologie Politique (AFPP) e posteriormente, em 2002, com a criação do periódico científico *Les cahiers de psychologie politique*.

Recentemente, tivemos a criação da Asociación Ibero-Latinoamericana de Psicología Política (AILPP) em 2011, na cidade de Córdoba, Argentina (Silva, 2015), com a participação de nomes proeminentes da Psicologia Política latino-americana, como Silvina Brussino da Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina; de Alessandro Soares da Silva da Universidade de São Paulo, no Brasil; de Agustín Espinosa Pezzia da Pontificia Universidad Católica del Perú; e Graciela A. Mota Botello da Universidad Nacional Autónoma de México. A AILPP realizou três congressos: o primeiro no Peru, em 2012; o segundo no México, em 2014; o terceiro na Colômbia, em 2016 (Acosta, 2016); e o último no Chile, em 2018. Concomitantemente, tivemos também a realização dos Encontros Suramericanos de Psicología Política, o primeiro em 2015, na cidade de São Paulo, e o segundo em 2017, em Bogotá, na Colômbia.

Por fim, cabe destacar o surgimento de um dos “embriões” da Psicologia Política no Brasil ainda nos anos de 1980, que tem um desenvolvimento incipiente iniciado pelos grupos acadêmicos organizados por Salvador Sandoval, na Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); por Leoncio Camino, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); por Elizabeth Melo Bonfim e Maria Helena Freitas de Campos, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e por Pedrinho Guareschi, na Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – atuantes a priori na consolidação da Psicologia Comunitária, dentro do campo da Psicologia Social (Sandoval, Dantas & Ansara, 2014, Silva, 2012).

Neste sentido, ao longo deste momento inicial, temos a organização dos grupos de trabalho sobre “psicologia dos movimentos sociais” nos simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) a partir de 1988, e a inserção de temáticas eminentemente políticas nos encontros nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Consequentemente, parte deste grupo de pesquisadores/as, comprometido com o estudo de fenômenos políticos, se juntaria na cidade de São Paulo, em 2000, para o I Simpósio Nacional de Psicologia Política, culminando na fundação da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). No ano seguinte, em 2001, é publicado o primeiro volume da revista *Psicologia Política*, que permanece em funcionamento contínuo até os dias atuais.

Atualmente, a ABPP possui filiados em diversos estados brasileiros, contando com grupos de pesquisa em sete estados – Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. O Simpósio Nacional de Psicologia Política é

realizado bianualmente, contando com quase duas décadas de desenvolvimento contínuo. E, dessa forma, a Psicologia Política brasileira vem passando por um processo de expansão e consolidação disciplinar, com a publicação de novos livros sistematizando os desenvolvimentos do campo (Hur & Lacerda Júnior, 2016a, 2016b, Sandoval, Hur & Dantas 2014, Silva & Corrêa, 2015), além de presenciarmos também o crescimento do interesse de seu ensino em cursos de graduação e pós-graduação. Apesar da presença majoritária de pesquisadores/as da Psicologia Social, atualmente a Psicologia Política brasileira vem se afirmando enquanto um campo interdisciplinar, reunindo estudos em diversas áreas de interesse.

2.2. Discurso, cognição e ideologias políticas: teoria e método

Como discorrido no início deste capítulo, a análise dos pronunciamentos de parlamentares na Câmara Federal foi efetuada a partir de uma perspectiva crítico-discursiva e psicopolítica, com a visualização dos entrelaçamentos (entre discurso, cognição, emoção e ideologia) que perpassam a esfera da política. Neste sentido, compondo o âmbito das reflexões de natureza teórica, foi articulada uma vasta literatura de pesquisa social, abarcando temáticas como discurso político e psicologia política (*e.g.* Chilton, 2003; Fairclough, 2003; Fairclough & Fairclough, 2012; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999; van Dijk, 1999, 2009); conservadorismo e ideologias (*e.g.*; Jost et al., 2003; Freedman, 1996, 2003; van Dijk, 1998); pânico morais (*e.g.* Cohen, 1972/2002; Machado, 2004; Miskolci, 2007) e políticas de gênero e sexualidade (*e.g.* Germon, 2009; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002).

No entanto, cabe ressaltar que, em termos procedimentais, a análise do *corpus* documental ocorreu tendo como base os aportes metodológicos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (1992, 1995, 2003) e van Dijk (1993, 1995, 1997, 1999, 1998, 2009), que articulam importantes reflexões sobre as diversas formas de realização de uma análise integrada entre texto, cognição, discurso, interação política e contexto social. Dessa forma, os dados analisados nesta pesquisa foram tecidos tendo em vista os princípios e métodos desenvolvidos pela Análise do Discurso vinculada à Linguística Crítica (Wodak & Meyer, 2001). Assim, foram analisados documentos públicos oriundos de debates legislativos, visando a articulação entre análise de textualidades e reflexões mais amplas de natureza psicológica, política e social.

Na visão de Norman Fairclough (1995), “‘discurso’ é o uso da linguagem visto como uma forma de prática social, e análise do discurso é a análise sobre como textos trabalham com as práticas socioculturais” (Fairclough, 1995, p. 7, tradução nossa). Ou seja, para o autor, discurso não é meramente um sinônimo de linguagem enquanto estrutura gramatical, trata-se

de uma prática social de natureza linguística, que inter-relaciona textualidade e contexto sociocultural no processo analítico. Nesta perspectiva, compreende-se o papel da análise do discurso como a construção de análises das estruturas textuais para além da “sentença”, visualizando o contexto de enunciação e as relações socioculturais que as constituem. De acordo com Fairclough (1995), o caráter crítico da análise do discurso se encontra em sua capacidade de desnaturalização das ideologias que sustentam formas implícitas ou explícitas de dominação social, com a construção de análises e reflexões sobre como os discursos são produzidos, para quais fins, em que contextos e por quais forças sociais.

Entretanto, tratando sobre agência e estrutura, Fairclough (2003) apresenta que “agentes sociais não são agentes ‘livres’; eles são constrangidos socialmente, mas suas ações não são socialmente determinadas em sua totalidade. Agentes possuem suas ‘forças causais’ [causal powers] próprias que não são redutíveis às forças causais das práticas e estruturas sociais” (Fairclough, 2003, p. 22, tradução nossa). Desse modo, sua abordagem analítica busca a compreensão da ação de agentes individuais e coletivos a partir de seus enunciados linguísticos, porém sem reduzi-los aos seus contextos estruturantes (cultura, sociedade, instituição, etc.). Neste sentido, busca-se assim uma análise que visa entender como as estruturas produzem os sujeitos e, vise e versa, como os sujeitos em uma ação ativa produzem e reproduzem as estruturas, tratando sobre como agência e estrutura se constituem mutuamente nos campos discursivo e social.

Dessa maneira Fairclough (1992, 1995, 2003) propõe uma abordagem tridimensional para a Análise Crítica do Discurso (ACD), abrangendo três dimensões específicas, porém interligadas, do discurso e do processo de análise: o texto, a prática discursiva e a prática sociocultural – e, respectivamente, os procedimentos de descrição, interpretação e explicação (ver Figura 3). Nesta proposição metodológica, articula-se uma análise combinada entre processos micropolíticos e macrosociais.

Por texto, entende-se o produto do discurso (seja escrito ou oral); por prática discursiva, o processo de produção e interpretação do texto; e por prática sociocultural, a mediação entre o discurso e o contexto de sua enunciação, podendo se articular a partir de diferentes níveis estruturais (situacional, institucional, organizacional, societal, etc.). Dessa forma, temos a articulação de três tipos de procedimentos metodológicos na análise do discurso, que se sobrepõem às três dimensões citadas anteriormente: a **descrição** linguística do texto analisado (conteúdo, propriedades gramaticais, elementos contraditórios, etc.); a **interpretação** das relações entre a prática discursiva e o texto, ou seja, a análise do processo ativo de produção, assimilação e difusão de um texto; e a **explicação** das relações entre a prática discursiva e os

processos socioculturais, visualizando o papel das estruturas sociais sobre o processo de interação discursiva – análise sociológica, política, antropológica, socioeconômica, entre outras. (Fairclough, 2003, p. 97-100).

Figura 3. Dimensões do Discurso e da Análise do Discurso propostas por Fairclough (2003)

Neste sentido, Fairclough (1992, 1995, 2003) articula uma esfera de análise filosófica e social a uma esfera de análise propriamente linguística do discurso, mobilizando noções como poder e contrapoder, hegemonia, intertextualidade e ordens do discurso, de forma a possibilitar o entendimento sobre como o discurso se conforma nas esferas micro e macro em termos de difusão social e dominação política. Nesta perspectiva, a noção de hegemonia, ancorada à teoria gramsciana (Coutinho, 1990, 2000; Gramsci, 1971; Laclau & Mouffe, 1985/2001), nos dá instrumentos para compreender como determinados grupos sociais estabelecem as suas ideologias enquanto “senso comum”, naturalizando-as no campo sociocultural.

Por outro lado, para a apreensão, por meio da análise discursiva, das lutas hegemônicas na sociedade, tem-se em vista a análise da intertextualidade, ou seja, como diferentes textos se constituem mutuamente em uma trama discursiva; e a análise das ordens do discurso, conceituadas como redes de prática sociais que atuam na organização social e no controle das variações linguísticas em termos de gêneros (formas de agir), discursos (formas de representar) e estilos (formas de ser). Nas palavras do autor, “uma ordem do discurso constitui a faceta

discursiva/ideológica de um equilíbrio contraditório e instável (hegemonia)” (Fairclough, 1995, p. 77, tradução nossa), visando a institucionalização, a naturalização e a estabilização na esfera pública das práticas discursivas promovidas por grupos sociais dominantes.

A partir de uma reflexão que guarda diversas semelhanças, Teun van Dijk (1993, 1995, 2009) define a ACD enquanto um campo voltado para o estudo do papel do discurso na produção, na afirmação ou no questionamento da dominação; a análise da função das ideologias no processo de produção discursiva; do exercício do poder político pelas “elites simbólicas” e dos usos abusivos do poder para a perpetuação de desigualdades sociais. Em sua perspectiva, enfatiza-se a necessidade do estudo do discurso dominante para o desvelamento de tais problemáticas, como no caso do estudo do discurso do racismo, visualizando a sua difusão social e a sua produção pelas elites que detêm o poder de acesso (ou mesmo de monopólio) ao discurso público e o poder de controle sobre contextos enunciativos.

Por outro lado, de forma mais específica, van Dijk (1995, 1998) propõe uma análise sociocognitiva do discurso – um elemento não presente na perspectiva de Fairclough – possibilitando assim a construção de reflexões mais explícitas em relação à esfera individual e psicológica, tratando sobre como os discursos são perpassados por estruturas cognitivas que mediam a interação linguística e sociocultural. Por conseguinte, existe um processo ativo de assimilação e reprodução dos discursos pelos indivíduos, a partir de uma movimentação particular conformado por características subjetivas únicas, vinculadas às experiências passadas, aos processos de socialização e identificação grupal, à constituição da memória episódica e da memória social, aos modelos e representações mentais, etc.

A percepção deste nível sociocognitivo, por exemplo, traz importantes reflexões sobre a noção de contexto (van Dijk, 1995, 1998, 2009), que em seus trabalhos é articulado a partir de duas formas de conceituação: a noção básica de “contexto” como ambiente social que estrutura a interação discursiva, em uma perspectiva realista; e a noção de “modelos de contexto”, vinculada às representações mentais dos indivíduos sobre o contexto que os cerca, em uma posição construcionista. Os modelos de contextos, como representações mentais vinculadas à cognição individual, demonstram que o “contexto” não é uno ou um dado da realidade compartilhado de forma similar por todos os indivíduos. O contexto, entendido como o ambiente social, é sempre mediado pela cognição, ou seja, é interposto pela capacidade dos indivíduos de perceberem e conhecerem o mundo a partir de uma experiência subjetiva e particular.

Assim, a partir de reflexões metodológicas levantadas pelo autor, elaboramos um esquema que resume sua abordagem de análise do discurso – explicitado na Figura 4. Cabe

destacar que a apresentação deste esquema neste formato, relacionando esferas do discurso e níveis de descrição, trata-se de uma elaboração própria desta pesquisa, na qual foram mescladas as discussões teóricas e metodológicas sobre ideologia e discurso (van Dijk, 1995) e cognição e discurso político (van Dijk, 2009).

Figura 4. Dimensões da Análise do Discurso e níveis sociopolíticos e sociocognitivos de descrição a partir de van Dijk (1995, 2009)

Dessa forma, elaboramos um esquema que articula três níveis do processo de interação discursiva: o nível base, que contém discurso e cognição; o nível intermediário, que contém o contexto/interação; e o nível superior, que contém o campo das estruturas sociais – possibilitando assim os enquadramentos analíticos do “nível sociopolítico de descrição” e do “nível sociocognitivo de descrição”. Trata-se de um esquema didático e integrado, que dá autonomia analítica ao estudo de processos subjetivos e individuais.

Nas palavras de van Dijk (2009), por nível base, compreende-se a esfera dos atores políticos individuais, suas crenças e seus discursos; por nível intermediário, a esfera das instituições e dos grupos políticos, suas representações coletivas, seu discurso coletivo e suas interações; e por nível superior, a esfera dos sistemas políticos e das representações abstratas, as ordens do discurso e os processos sociopolíticos, culturais e históricos. Tais níveis se constituem mutuamente, apesar de se estruturarem em uma lógica piramidal, na qual o primeiro nível serve de base para a existência do segundo, e o segundo de base para o terceiro (van Dijk,

2009, p. 252). Por outro lado, destrinchando o nível individual, temos as esferas do discurso e da cognição, que aparecem como campos distintos de análise, com a definição da cognição como o campo das representações mentais e da apreensão individual e coletiva do mundo, e do discurso como a materialização gramatical e linguística destas representações (van Dijk, 1995).

Assim, a partir de tais esferas, se conformam dois níveis de análise: o **nível sociopolítico de descrição**, no qual “as estruturas e os processos políticos estão constituídos por eventos situados, interações e discursos dos atores políticos em contextos políticos” (van Dijk, 2009, p. 253); e o **nível sociocognitivo de descrição**, no qual “as representações políticas compartilhadas estão relacionadas com as representações individuais destes discursos, interações e contextos”, sendo a “interface teórica indispensável entre a dimensão pessoal e a dimensão coletiva da política e do discurso político” (van Dijk, 2009, p. 253). Dessa forma, a articulação destes dois níveis de análise possibilita tanto a análise da relação entre discurso e sociedade, quanto da relação entre discurso e psicologia individual.

Concomitantemente, van Dijk (1997) também concebe a utilização de outras três dimensões de análise discursiva. Assim, temos a **análise da linguagem enquanto estrutura verbal** que envolve a visualização de aspectos formais do discurso, incluídos na análise gramatical (semântica, sintaxe, morfologia, estilística etc.) e lexical, buscando a compreensão de uma esfera propriamente textual no processo análise discursiva. A **análise cognitiva** que visa o entendimento do âmbito psicossocial que circunda o texto e o discurso, concebendo a formação da esfera intersubjetiva, da cognição social e da cognição pessoal, compreendidas como partes constitutivas do discurso. E, por fim, a **análise da interação linguística** que busca a apreensão do aspecto interacional da prática discursiva a partir da análise pragmática (do ato comunicativo), retórica e argumentativa – abarcando questões como o direcionamento e os objetivos do discurso, as racionalidades, as modalidades enunciativas, as performances, etc.

Portanto, as abordagens de Fairclough (1992, 1995, 2003) e van Dijk (1993, 1995, 1997, 1998, 1999, 2009) possibilitam diferentes enquadramentos no processo de análise do texto e do discurso, sendo a primeira uma abordagem que se estabelece em olhar privilegiado ao campo filosófico-normativo e sociopolítico, tratando sobre como os discursos se relacionam com macroestruturas e a esfera sociocultural; e a segunda uma abordagem voltada fundamentalmente para a análise do campo psicossocial, sobre como os discursos se relacionam com estruturas cognitivas, imersas em uma esfera intersubjetiva.

Como apresentado anteriormente, nesta perspectiva, definimos os pronunciamentos dos/as parlamentares enquanto discursos políticos – ou seja, discurso que possuem uma conformação particular em relação a outros gêneros discursivos. Neste sentido, a partir das

contribuições de diversos/as autores/as (Charaudeau, 2017; Chilton, 2004; Fairclough & Fairclough, 2012 van Dijk, 1999) definimos o discurso político (DP) fundamentalmente por seu contexto, por sua forma e por seu direcionamento; mais especificamente, (I) por seu contexto de enunciação eminentemente político, (II) por sua forma argumentativa e deliberativa, e (III) por seu direcionamento à esfera pública, ao Estado e aos instrumentos de governança. Neste sentido, o DP está diretamente relacionado com o exercício do poder e da governabilidade, com a ação pública e a construção de estratégias para a gestão da vida social.

Para a definição deste conceito, retornando à filosofia aristotélica, Paul Chilton (2004) e Isabela Fairclough e Norman Fairclough (2012) ressaltaram a importância da linguagem, da fala [speech] e do pensamento racional para o fazer político. Nesta perspectiva, a política é definida pela tradição da pólis: da atividade coletiva de discussão e deliberação tendo como objetivo o ordenamento e a gestão da sociedade. Assim, analisando o ser humano enquanto um animal político imbuído pelo poder da fala [power of speech], Chilton (2004) apresentou que “a atividade política não existe sem o uso da linguagem. É verdade, como notado anteriormente, que outros comportamentos estão envolvidos e, em particular, a coesão física. Porém o fazer em política é predominantemente constituído na linguagem” (Chilton, 2004, p. 6, tradução nossa).

Por outro lado, Fairclough e Fairclough (2012) enfatizam o caráter deliberativo e argumentativo do discurso político, uma prática social que envolve necessariamente processos de tomada de decisão [decision-making] dentro do espectro do raciocínio prático [practical reasoning]. Em sua perspectiva: “a Política tem como premissa a capacidade de agência, a capacidade dos atores e grupos de atores de fazerem diferença, de mudar as coisas. Agência implica estratégia: atores e grupo de atores possuem a capacidade de desenvolver e seguir estratégias para mudar as coisas em direções particulares” (Fairclough & Fairclough, 2012, p. 26, tradução nossa). Dessa forma, a política é apresentada enquanto um campo de tomada de decisão (deliberação) e ação pública constituído essencialmente pela interação discursiva. O discurso político é a possibilidade de sobreposição às estruturas sociopolíticas instituídas, a partir da racionalização tendo em vista a construção de estratégias e deliberações direcionadas à prática política.

Concomitantemente, em sua definição sobre o discurso político, van Dijk (1999) destaca a importância do contexto, discorrendo que o DP não pode ser definido como um discurso produzido apenas por atores políticos institucionalizados. Neste sentido, o DP seria definido por seu contexto de enunciação, sendo produzido por atores institucionais e não institucionais, em um direcionamento à esfera pública, com uma intencionalidade própria e implicações

sociopolíticas, no qual texto e contexto se definem mutuamente. Para o autor, o Discurso Político deve ser entendido como um modo de “fazer política”, um exemplo específico de interação e prática social.

E, como demonstrado na Figura 5, dentro do domínio da Política – do nível mais abstrato dos grandes sistemas políticos e sociais, ao nível mais concreto da cognição e da ação individual – o Discurso Político se localiza em um nível micro, vinculado à produção e operacionalização da política. Como uma premissa da análise do discurso, toda interação humana é perpassada por algum tipo de mediação linguística ou discursiva, não sendo diferente no domínio da Política, independentemente de seu nível de abstração. No entanto, busca-se com o conceito de DP a descrição e a análise de um âmbito microsocial, essencialmente prático e operacional, de fenômenos políticos.

Figura 5. Nível de abstração e a conformação dos campos macro e micro no domínio da Política a partir de van Dijk (1999)

Este aspecto operacional, por exemplo, é enfatizado por Patrick Charaudeau (2017) em sua discussão sobre as estratégias e a instrumentalização do discurso político, visualizando a sua utilização prática na arena política. Assim, o autor prioriza a produção de reflexões sobre as formas de “dramatização do discurso”, sobre a manipulação das emoções, a acessibilidade dos discursos às massas por meio da simplificação, sobre as condições de argumentação e o papel da persuasão. Para o autor, o DP está vinculado a características essenciais do ser “político”, que busca o convencimento do público da pertinência de seu projeto político, visando a adesão do maior número possível de adeptos. Dessa forma, é preciso “que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba *aderir* à imagem ideal do chefe que se

encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções” (Charaudeau, 2017, pp. 80-81). Neste sentido, em relação a seu aspecto estratégico:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na *desordem social* da qual o cidadão é vítima, na *origem do mal* que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na *solução salvadora* encarnada pelo político que sustenta o discurso (Charaudeau, 2017, p. 91).

Portanto, a noção de discurso político está necessariamente vinculada ao aspecto instrumental das disputas que perpassam a esfera da “pólis”. Ou seja, o DP está conectado aos processos de operacionalização das ideias políticas (por grupos sociais, instituições e indivíduos) nos confrontos sociopolíticos que perpassam a divisão social do poder, demarcando assim o seu caráter político-ideológico. Desse modo, como um importante aspecto relacionado à análise do discurso político, destacamos a necessidade da delimitação e explicitação conceitual sobre uso da noção de ideologias políticas – compreendendo que em nossa perspectiva a análise de um discurso político, em última instância, se constitui também enquanto uma análise ideológica.

De acordo com Michael Freeden (2003), em sua abordagem morfológica, as ideologias se constituem como um conjunto de ideias, crenças e valores que (1) exibem um padrão recorrente, (2) são carregados por grupos significativos, (3) competem na providência e no controle de planos para as políticas públicas; (4) atuando, neste sentido, com o objetivo de justificar, contestar ou mudar os arranjos políticos e sociais e os contornos de uma determinada comunidade política (Freeden, 2003, p. 32). Esta característica coletiva e grupal das ideologias é, por exemplo, destacada por van Dijk (1998), que a localiza no campo da cognição social e em processos discursivos relacionados às disputas políticas.

Dessa forma, compreendemos que as ideologias se constituem como um tipo de pensamento político que possui uma morfologia e um direcionamento particular, voltada ao controle das políticas públicas e a manipulação do poder estatal (Freeden, 1996, 2003), sendo também um tipo de cognição social que atua no sentido de simplificar o conteúdo político (Brussino, Imhoff, Paz García & Dreizik, 2018), possibilitando assim a sua ampla difusão e operacionalização. Neste sentido, algumas questões são prioritárias no processo de análise ideológica, como: quais são os grupos envolvidos, que políticas públicas estão em jogo, como conceitos e ideias são manipuladas conduzindo à formação de um padrão discursivo; que arranjos sociais e políticos são contestados ou justificados.

Na esfera da psicologia política, Jost et al. (2003) destacam o caráter motivado e relacional das ideologias políticas, que se constituem enquanto uma “cognição social motivada”; ou seja, como uma cognição vinculada a fatores ambientais e sociais, não sendo um processo unicamente consciente e racional. Como destacado pelos autores, na proposição de um modelo integrativo, o conservadorismo é substancialmente motivado por estímulos ambientais que desencadeiam sentimentos de incerteza, medo e ameaça, tendo como contrapartida política a resistência à mudança e o apoio/aceitação [endorsement] da desigualdade social.

Por outro lado, Sidanius e Pratto (1999) vinculam as ideologias políticas aos “mitos legitimadores” [legitimizing myths], conceituados como “atitudes, valores, crenças, estereótipos, e ideologia que fornecem justificação intelectual e moral para as práticas sociais que distribuem valor social através do sistema social” (Sidanius & Pratto, 1999, p. 45, tradução nossa). Tais mitos, quando vinculados a ideologias como o conservadorismo político, atuam como discursos que justificam e dão legitimidade a hierarquias grupais e desigualdades sociais, confluindo com fatores ambientais e tendências psicossociais à dominância social; ou seja, à conformação de hierarquias de base grupal e a subjugação de grupos considerados “inferiores”.

No entanto, tais estudos psicopolíticos pouco se atentam às particularidades linguísticas do discurso político conservador ou, em outras palavras, um discurso potencializador do *status quo* e das desigualdades sociais. A correlação de tais estudos com as reflexões teóricas e metodológicas da Análise Crítica do Discurso certamente nos possibilitam outro tipo de enquadramento sobre este fenômeno, ampliando a compreensão sobre o objeto de estudo, reconhecendo assim a sua complexidade.

2.3 Categorias e procedimentos de análise

Neste tópico, buscamos explicitar as categorias e procedimentos de análise que conformaram as reflexões presentes nos capítulos 3 e 4, demonstrando os caminhos da pesquisa e sua forma particular de interpretação dos dados – amparados pela sistematização do *corpus* documental e a realização de uma análise geral dos documentos levantados, presente no capítulo 1. Apesar de já evidenciado ao longo deste capítulo, cabe novamente destacar que os dados foram analisados, fundamentalmente, a partir de métodos qualitativos de análise discursiva e de análise sociopolítica, voltados para a interpretação linguística e a análise crítica. Ao final deste tópico, descrevemos os dois momentos de análise do *corpus* documental, com a “análise do discurso socialmente orientada” e a “análise do discurso linguisticamente orientada”.

Inicialmente, a partir dos princípios teórico-metodológicos e dos instrumentais analíticos descritos no tópico anterior, foram elaborados alguns questionamentos de pesquisa que, posteriormente, direcionaram as categorias para a análise das textualidades levantadas. Portanto, como uma forma de tornar visível o direcionamento deste estudo, elaboramos cinco pontos que resumem tais questionamentos iniciais:

- Como o discurso da “ideologia de gênero” presente nos pronunciamentos esteve conectado com a conformação de lutas hegemônicas, de ideologias e discursos políticos, e com o estabelecimento de “ordens do discurso”?
- Quais atores sociais e identidades grupais foram mobilizadas junto ao termo “ideologia de gênero”, e como tal mobilização foi instrumentalizada nos confrontos políticos?
- Quais estratégias discursivas, em termos linguísticos, foram utilizadas nos pronunciamentos que fizeram o uso do termo “ideologia de gênero”?²¹
- E, por fim, quais empreendimentos morais, representações e emoções foram mobilizadas e para quais fins? Existe uma relação entre os sentimentos de medo, incerteza e ameaça com o discurso da “ideologia de gênero”?

Neste sentido, temos o estabelecimento de algumas perguntas de pesquisa, que contribuíram para a conformação das categorias analíticas que direcionaram o processo de análise discursiva do *corpus* documental. Logicamente, não se objetivou a resolução de todas estas questões em sua totalidade, trata-se de um enquadramento analítico específico para a compreensão sobre como este discurso se conformou nos pronunciamentos de parlamentares no Plenário da Câmara Federal.

Cabe destacar que as categorias de análise foram, em parte, delineadas tendo como base as proposições metodológicas descritas por Luisa Rojo (2004), também oriundas da ACD, a partir da sistematização dos aspectos fundamentais que percorrem o processo de análise crítica dos discursos. Como destacado pela autora, visualiza-se duas áreas de investigação: (I) uma centrada nas representações sociais mobilizadas pelos discursos, e outra (II) nos efeitos (políticos) dos discursos no ordenamento da sociedade. Nas suas palavras, a primeira se concentra no “estudo de como os discursos ordenam, organizam e instituem nossa interpretação

²¹ Neste ponto, diz-se respeito a uma esfera propriamente linguística de análise, que trata sobre as escolhas lexicais; a definição e o posicionamento dos sujeitos nas sentenças; a visualização de causalidade e agência nos enunciados linguísticos; os estilos retóricos, se há a presença de metáforas, ironias, etc.; entre outros.

dos acontecimentos e da sociedade e incorporam, além disso, opiniões, valores e ideologias” (Rojo, 2004, p. 218). A segunda, em “como esse poder gerador dos discursos é administrado socialmente, de como o discurso são distribuídos socialmente, do como lhes atribuímos um valor diferente na sociedade de quem os produza e onde sejam difundidos. Isso é a ordem social do discurso” (Rojo, 2004, p. 218).

Em concordância com tal concepção, as categorias elencadas buscam trabalhar sobre estes dois polos (ou áreas) de análise; por um lado, o estudo dos usos da linguagem e das representações que organizam a percepção do mundo e, conseqüentemente, as práticas sociopolíticas, e por outro, a análise da administração dos efeitos dos discursos, sobretudo em termos de poder social, visualizando o âmbito das disputas político-ideológicas. Nesta perspectiva, a análise crítico-discursiva assume uma função dupla, tanto por possibilitar uma melhor compreensão dos aspectos linguísticos da enunciação discursiva, quanto por realizar uma análise focada nos aspectos políticos dos discursos e no processo de concentração do poder social em determinados grupos, em detrimento a outros.

Assim, estabelecemos algumas categorias de análise, que direcionam os processos de descrição, interpretação e explicação dos entrelaçamentos entre texto, discurso, cognição e política. Dessa forma, temos: (1) representações sobre o contexto, (2) representações sobre os atores sociais, (3) representações sobre “ideologia de gênero” e (4) estratégias discursivas – assim como explicitado no Quadro 2. Concomitantemente, temos também as derivações das categoriais em (1) interesses em jogo, e processos políticos; (2) localização dos atores, qualificação dos atores, e identidades grupais; (3) associações, e qualificações; e (4) formas de identificação, estruturas de enunciação, legitimação e deslegitimação, e mobilizações afetivas e empreendimentos morais.

Nas *Representações sobre o contexto*, visualizamos como os/as parlamentares representam o contexto sociocultural e político em seus discursos, compreendendo que os sujeitos constroem representações particulares sobre o contexto, que não pode ser entendido simplesmente como um “dado” da realidade – assim como tratado nos modelos mentais de contexto, definidos por van Dijk (1995). Portanto, dividimos este ponto em duas derivações, que compreendem a análise dos “interesses em jogo” explicitados pelos discursos, ou seja, quais são os direcionamentos e objetivos de sua enunciação; e a análise dos “processos políticos”, como os sujeitos que enunciam o discurso constroem as relações causais, os jogos de forças e os cenários políticos nos quais os conflitos político-ideológicos estão inseridos.

No campo *Representações sobre os atores* tratamos sobre a forma como os sujeitos (gramaticais) são definidos e aparecem dispostos no discurso, explicitando processos e relações

de antagonismo, subordinação, causalidade, legitimação, desqualificação, etc. Na “localização dos atores”, foi analisada fundamentalmente a disposição dos atores no discurso; e na “qualificação dos atores”, a forma como eles foram qualificados e definidos, visualizando formas de referenciação e predicação. A análise de “identidades grupais” esteve relacionada a compreensão dos processos intergrupais que perpassam os confrontos político-ideológicos (Sidanius & Pratto, 1999; van Dijk, 1998), em como os grupos são identificados, qualificados e relacionados aos sujeitos e a outros elementos do discurso, conformando hierarquias e desigualdades sociais em termo de poder.

Quadro 2 – Categorias norteadoras do processo de análise discursiva do corpus documental e suas derivações

Categorias	Derivações
<i>- Representações sobre o contexto</i>	Interesses em jogo
	Processos políticos
<i>- Representações sobre os atores</i>	Localização dos atores
	Qualificação dos atores
	Identidades grupais
<i>- Representações sobre “ideologia de gênero”</i>	Associações
	Qualificações
<i>- Estratégias discursivas</i>	Formas de identificação
	Estruturas de enunciação
	Legitimação/deslegitimação
	Mobilizações afetivas/empreendimento morais

Se tratando de um importante aspecto deste estudo, em *Representação sobre ideologia de gênero*, buscamos analisar como este termo foi definido nos discursos e vinculado a outras representações. No ponto “associações”, visualizamos como este termo foi associado a diferentes discursos e representações, em muitos momentos atuando como um “aglutinante simbólico” (Grzebalska, Kováts & Pető, 2017; Kováts & Põim, 2015) a partir do ordenamento

de distintas representações em um único discurso. Nas “qualificações”, analisamos como este termo foi definido e qualificado nos discursos.

Por fim, no campo *Estratégias discursivas*, que atua de forma transversal em relação às outras categorias de análise, examinamos quais foram as estratégias utilizadas pelos discursos visando o êxito de seus objetivos. Nas “formas de identificação”, analisamos a conformação das identidades e dos sujeitos gramaticais dos discursos, visualizando processos de generalização e estereotipização, indeterminação dos sujeitos, focalização e atribuição de responsabilidade, etc. Nas “estruturas de enunciação”, analisamos como o discurso se conformou em seu processo de enunciação, sobretudo em termos de instrumentos retóricos – como, por exemplo, a partir da utilização de ironias, metáforas e analogias.

No ponto “legitimação/deslegitimação”, analisamos como foram construídas representações que propiciaram processos desqualificação ou qualificação de atores e eventos, junto à definição de hierarquias sociais e desigualdades em termos de poder. No ponto “mobilizações afetivas/empreendimentos morais”, analisamos como as emoções são articuladas nos discursos, visualizando a inter-relação entre processos cognitivos e emotivos na conformação das disputas político-ideológicas (Jost, 2017; Jost et al., 2003), além da propagação de políticas morais, com a definição do “mal” que deve ser combatido (Cohen, 1972/2002; Machado, 2004; Miskolci, 2007).

O processo de análise do *corpus* documental foi dividido em dois momentos distintos, dispostos no capítulo 3 e capítulo 4, visando a compreensão de diferentes aspectos da utilização deste discurso por parlamentares na Câmara Federal – apenas introduzidos aqui, porém melhor delimitados e explicados na introdução dos capítulos seguintes.

Em um primeiro momento (no capítulo 3), temos a “análise do discurso socialmente orientada”, que está vinculada à utilização de métodos hermenêuticos, visando a compreensão dos entrelaçamentos entre discurso, sujeitos, grupos sociais, instituições e contexto sociopolítico, que conformam as lutas hegemônicas e as disputas em termos de ideologia e poder. Assim, esta orientação de análise se fundamentou no uso de categorias macrosociais, na visualização de processos difusos e dispersos no terreno discursivo, em uma análise de fragmentos textuais e a sua conexão em uma trama discursiva.

Em um segundo momento (no capítulo 4), com a “análise do discurso linguisticamente orientada”, buscou-se a compreensão da materialidade linguística de tais discursos, sendo uma análise focada e direcionada à visualização dos textos enquanto objetos empíricos disponíveis para a análise (Coutinho, 2006). Neste sentido, foi examinada a esfera microsocial e linguístico-textual da interação discursiva – os modos de enunciação, os aspectos gramaticais e

lexicais, os estilos retóricos, os entrelaçamentos entre discurso e ideologias, cognição e emoção, entre outros.

CAPÍTULO 3

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA FEDERAL

Neste capítulo, realizamos uma análise de alguns tópicos vinculados ao discurso da “ideologia de gênero” a partir dos pronunciamentos de parlamentares no Plenário da Câmara Federal. Concomitantemente, buscamos analisar como este discurso se conformou em uma rede discursiva marcada pela intertextualidade e como tal rede dialogou com um contexto político e sociocultural mais amplo. Como delimitado anteriormente, trata-se de uma abordagem analítica que definimos de “análise discursiva socialmente orientada”, que busca a compreensão de processos macrossociais (e seus entrelaçamentos micropolíticos) a partir métodos que consideramos mais próximos de uma perspectiva hermenêutica ou humanística – ou seja, métodos de base interpretacionista, que não buscam a produção de conhecimentos replicáveis e generalizáveis, trabalhando mais sobre a compreensão das particularidades dos processos políticos, psicossociológicos e socioculturais, do que sobre a sua explicação em termos de causas e leis (Marsh & Furlong, 2010; McGuire, 1993; van Dijk, 2011).

Assim, a partir desta orientação de análise, visamos fundamentalmente a produção de reflexões de caráter político-filosófico e teórico-social dentro do campo psicossociológico de análise política, tratando sobre como este discurso foi utilizado pelos sujeitos em uma arena política específica, e como este uso esteve vinculado a uma ampla trama discursiva e a um contexto sociopolítico extenso e de difícil delimitação (por ser difuso e impalpável). Neste sentido, não há uma precisão analítica em relação ao do uso sistemático de dados empíricos, mas sim uma utilização reflexiva de textualidades e fragmentos discursivos, possibilitando assim a construção de observações e considerações – certamente parciais e provisórias, porém não efêmeras – sobre o cenário sociopolítico que circunda o objeto de estudo.

Portanto, quando definimos nossa perspectiva analítica como “socialmente orientada” nos referimos a uma inclinação pela produção de análises críticas sobre fenômenos socioculturais e políticos. Nesta perspectiva, temos como uma importante referência a abordagem de análise sociocultural das práticas discursivas elaborada por Fairclough (1992, 1993, 2003), que correlaciona texto, discurso e contexto social a partir de uma orientação crítica (como discutido no tópico 2.2 do capítulo 2). No entanto, neste capítulo, enfocamos mais as categorias socioculturais e políticas do que no âmbito propriamente linguístico-textual de descrição e análise.

Desse modo, utilizamos fragmentos de textos, oriundos dos pronunciamentos de parlamentares na Câmara Federal, e do recurso analítico da intertextualidade para a construção de interpretações e reflexões críticas sobre o cenário sociopolítico brasileiro e a conformação de ideologias políticas, de lutas hegemônicas e de relações de poder, sobretudo vinculadas ao campo das políticas sexuais (Butler, 2004; Carrara, 2015; Facchini, Daniliauskas & Pilon, 2013;

Miskolci, 2007; Rubin, 1984; Weeks, 1989, 1985/2002). Recordando que tal análise foi centrada nos materiais incluídos no *corpus* documental, descrito no capítulo 1, e nos princípios teórico-metodológicos e nas categorias analíticas descritas no capítulo anterior, articuladas aqui de forma mais dinâmica e flexível. Vale destacar, também, que este capítulo, em certa medida, introduz e complementa o ponto seguinte de análise, que se baseia em métodos e procedimentos mais relacionados à interpretação linguística e sociocognitiva.

Neste sentido, tratando sobre as principais temáticas presentes nos pronunciamentos que se utilizam do termo “ideologia de gênero” na Câmara Federal, delimitamos quatro tópicos de análise, tendo em conta a sua maior frequência e relevância a partir da análise do *corpus* documental em sua totalidade. Por outro lado, tais temáticas elencadas também receberam (ou ainda recebem) um grande destaque midiático, político e social, compondo assim uma rede discursiva que extrapolou os limites do debate legislativo na Câmara Federal. Dessa forma, definimos os seguintes tópicos para a análise: (1º) “as políticas de educação como um campo de batalha”, (2º) “agenda conservadora e a emergência da extrema-direita”, (3º) “o pânico sexual em torno das exposições artísticas” e (4º) uma inovação discursiva do conservadorismo cristão”.

No primeiro tópico, que aborda os confrontos em torno das políticas de educação, demos destaque ao constante uso do discurso da “ideologia de gênero” na justificação da manutenção de uma política de educação pautada unicamente em princípios conservadores e heteronormativos (Borges & Borges, 2018; Freire, 2018; Rosado-Nunes, 2015), mantendo-a avessa à diversidade sexual e de gênero emergente na sociedade brasileira. Inclusive, neste campo político, o discurso da “ideologia de gênero” amparou a proposição de medidas repressivas, como o cerceamento da atividade docente e da liberdade de expressão nas escolas, a partir da defesa da proibição de qualquer tipo de referência da comunidade escolar a temáticas como gênero, sexualidade, LGBT, feminismo, educação sexual, etc.

Tal questão já foi abordada por uma série de trabalhos acadêmicos – em uma diversidade de artigos (Borges & Borges, 2018; Freire, 2018; Reis & Eggert, 2017; Rosado-Nunes, 2015; Silva, Brabo & Moraes, 2017; Souza, 2018), e em dissertações de mestrado e teses de doutorado (Cavalcante, 2017; Maia, 2017; Mendonça, 2017; Moreno, 2016; Oliveira, 2017; Orofino, 2018; Silva, 2017) – e pretendemos, neste tópico, tratar sobre a sua presença nos discursos parlamentares no Plenário da Câmara dos Deputados. Cabe destacar que, dos discursos levantados para esta pesquisa, em torno de 60 pronunciamentos abordaram de forma prioritária o campo das políticas de educação, abarcando quase metade do *corpus* documental, sendo a temática que mais mobilizou o uso deste discurso nas discussões no Plenário da Câmara.

Na segunda temática, buscamos analisar os entrelaçamentos entre o discurso da “ideologia de gênero” e uma agenda conservadora mais ampla, impulsionada por parlamentares identificados com a construção de um novo projeto de direita para o Brasil. Consideramos tais parlamentares como representantes do campo político-ideológico da extrema-direita (Löwy, 2015; Pierucci, 1987; Velasco e Cruz, Kaysel & Cudas, 2015), fundamentalmente por seus posicionamentos congregarem radicalismo moral e religioso, punitivismo, conservadorismo social e liberalismo econômico como elementos de uma agenda política. Assim, a partir de uma análise geral do *corpus* documental (realizada no capítulo 1), foi perceptível que alguns pronunciamentos indicavam para a existência de uma ampla agenda política, na qual o combate à chamada “ideologia de gênero” seria apenas uma das diversas pautas articuladas.

Dessa forma, o discurso da “ideologia de gênero” estaria atrelado a uma agenda conservadora mais ampla, a partir de pautas como o anticomunismo e a censura ideológica, o enrijecimento do Estado penal e das práticas punitivistas, a liberalização irrestrita da economia e o desmonte de políticas sociais, o controle ideológico sobre a educação e as escolas, entre diversas outras. Por outro lado, essa agenda conservadora não se conformou apenas por seu conteúdo, mas também pela composição de sujeitos políticos no estabelecimento de alianças e blocos.

A terceira temática tratou sobre as tensões e os conflitos que eclodiram, em setembro de 2017, em torno de duas exposições artísticas que foram acusadas de promotoras da “ideologia de gênero”: o caso do Queermuseu, uma exposição centrada na temática LGBT promovida pelo Santander Cultural da cidade de Porto Alegre; e da performance “La Bête”, intitulada de “performance do homem nu” pela mídia, que ocorreu no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Ambas exposições artísticas foram denunciadas pelas redes sociais por grupos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), sendo logo replicadas e difundidas por lideranças políticas e grupos religiosos que trabalharam pela criminalização de tais exposições, acusando-as de apologia à pedofilia e à zoofilia. Concomitantemente, tais casos receberam uma ampla cobertura midiática, influenciando sobre a opinião pública nacionalmente.

Consideramos que estes casos se conformaram como fenômenos de emergência de pânico morais em torno do campo da sexualidade (Cohen, 1972/2002; Goode & Ben-Yehuda, 2009; Machado, 2004; Miskolci, 2007; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002), articulando uma série de sujeitos políticos e mobilizando a opinião pública a partir da ameaça moral e da construção de um mal comum [*folk devil*] – algo marcado por representações exageradas, por políticas do medo e pela sobrelevação de emoções negativas.

Por fim, na quarta temática, lançamos algumas reflexões sobre a presença do discurso da “ideologia de gênero” como uma inovação político-discursiva e como um dos elementos essenciais de uma agenda política do conservadorismo cristão, articulado principalmente por grupos católicos e evangélicos na Câmara Federal. Tal agenda foi definida por grupos e lideranças conservadoras a partir de um discurso de reação à “destruição” da família e dos valores cristãos, que na compreensão destes sujeitos se encontram ameaçadas pelo avanço dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda de políticas públicas. O estabelecimento dessa agenda conservadora cristã, que no cenário brasileiro vem se mobilizando fortemente por meio das identidades evangélicas na política (porém não apenas), contribuiu para a emergência de discursos como o da “ideologia de gênero” em arenas políticas de todo o país.

Assim, temos a articulação de pautas como a criminalização do aborto, a proibição do casamento homoafetivo, a restrição à adoção homoparental, a defesa do ensino religioso confessional, o controle da educação sexual, a afirmação da família monogâmica e heteronormativa, entre diversas outras. Em termos gerais, trata-se de fato de uma agenda política negativa – de reação às transformações socioculturais que ocorreram nas últimas décadas – apesar de vermos avanços significativos na conformação de seus aspectos propositivos em termos políticos e legislativos.

3.1 As políticas de educação como um campo de batalha

O discurso da “ideologia de gênero” encontrou um fértil terreno nas disputas em torno das políticas de educação no Brasil, que se tornaram um alvo privilegiado de investidas de grupos conservadores no terreno das políticas sexuais, sobretudo a partir de 2011, após os confrontos relacionados ao intitulado “kit gay”. No entanto, até 2014, o este discurso ainda era pouco conhecido pela maioria das lideranças políticas e religiosas do conservadorismo cristão, que não possuía um discurso unificador para efetuar uma oposição político-ideológica socialmente significativa e efetiva.

Desse modo, a “ideologia de gênero” se constituiu enquanto um eficaz instrumento de mobilização social e política, possibilitando uma oposição discursiva consistente e unificada. Seguindo um certo padrão internacional (Blázquez-Rodriguez, Cornejo-Valle & Pichardo-Galán, 2018; Defago, Faúndes & Vaggione, 2018; Kaoma, 2016; Kováts & Pöim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017; Miskolci & Campana, 2017), a “ideologia de gênero” gradualmente passou a se tornar o principal discurso de oposição às políticas feministas e LGBT emergentes na arena brasileira de políticas públicas. Nos últimos anos, foi perceptível a transformação do terreno

das políticas de educação em um campo de batalha, conflagrado por uma cruzada moral em defesa da “família”, das “crianças” e, em alguns momentos de forma declarada, pela manutenção do ordenamento sexual heteronormativo. O trecho do pronunciamento do deputado Pastor Luciano Braga (PRB/BA²²), de novembro de 2017, é bastante explícito ao descrever a percepção e os sentimentos compartilhados pelo campo conservador em relação à “ideologia de gênero”:

(...) eu quero falar sobre uma força estranha que está tentando entrar nas famílias e destruí-las através das crianças.

É preciso termos muito cuidado com essa tal da ideologia de gênero. Esse é um trabalho de desconstrução da família. Esse trabalho da ideologia de gênero faz com que as crianças venham a experimentar o sexo igual e o oposto, para decidirem se vão ser meninos ou meninas. Isso é uma obra satânica!

Nós temos que ficar de olhos abertos! Não podemos aceitar, de maneira alguma, ideologia de gênero na escola. Escola é um lugar para criança aprender Matemática e Português, e não coisas sobre sexo. Vamos prestar muita atenção e lutar contra a ideologia de gênero, que é um golpe para destruir a família²³.

Portanto, em seu pronunciamento, Luciano Braga – membro da bancada evangélica e representante da Igreja Internacional da Graça de Deus – definiu a “ideologia de gênero” como uma grave ameaça às famílias e às crianças. Em termos religiosos, como uma “obra satânica”, certamente depósito de um grande mal. Concomitantemente, sua fala apresentou um direcionamento político preciso, na qual a população e sobretudo as famílias necessitam “prestar muita atenção” e devem “lutar” contra qualquer tentativa de implementação dessa ideologia que busca atingir as crianças por meio da educação escolar. Desse modo, coexiste em seu discurso político (Charaudeau, 2017; Chilton, 2004) a construção de um problema social (um mal, uma ameaça, etc.) e a proposição de soluções práticas para este problema, que se materializam pela organização da sociedade civil, permeada por uma guerra político-moral (César & Duarte, 2017), e pela disputa do ordenamento jurídico de políticas de educação.

Como relatado pela literatura acadêmica (Bracke & Paternotte, 2016; Junqueira, 2017; Machado, 2018; Miguel, 2016) e percebido em textos divulgados por conservadores (Scala, 2010; Pontifício Conselho para a Família, 2014), tal direcionamento seria uma forma comum às várias enunciações do discurso da “ideologia de gênero”, com a construção de um objeto

²² A partir deste momento, os/as parlamentares serão identificados/as pelo partido que integravam no período do pronunciamento. Para ver as mudanças de partido dos/as parlamentares, ver o Apêndice 2.

²³ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Pastor Luciano Braga (PRB/BA) no Plenário da Câmara em 10/11/2017, às 10h12.

discursivo (abstrato e pouco conciso, porém eficaz) que ameaça as famílias e a estrutura da sociedade como um todo.

Algo que é seguido pela mobilização social e política, visando alcançar a opinião pública e o campo midiático; para então exercer pressão sobre governos, instituições e agentes públicos com a propagação de uma agenda político-ideológica regressiva em termos de direitos sexuais (Kuhar & Paternotte, 2017; Miskolci & Campana, 2017). Neste caso, uma agenda de conformação transnacional, com características particulares no contexto brasileiro, vinculada a posições sociopolíticas de grupos cristãos conservadores no campo da sexualidade, da moral e dos costumes.

Assim, optamos por dar destaque a este trecho da fala do deputado pela explicitação de três aspectos específicos de seu discurso: (1º) os elementos emotivos do medo, sentimentos de ameaça, incerteza e desestruturação constituem a “espinha dorsal” do discurso da “ideologia de gênero”, que possui um lastro não racional e motivações comumente relacionadas com o espectro do conservadorismo político (Jost et al., 2003; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999); (2º) temos um discurso que se mobiliza em um direcionamento estratégico que pode ser caracterizado enquanto um “pânico moral” (Cohen, 1972/2002; Machado, 2004; Miskolci, 2007), de construção de uma ameaça iminente que necessita de uma rápida reação da sociedade e do poder público, um discurso que visa sobretudo exercer pressão sobre a opinião pública e a agenda de políticas públicas; e (3º) trata-se de uma retórica de princípios intransigentes, onde não há termos e espaços para síntese, moderação ou acordo, pois se a “ideologia de gênero” e seus grupos agregados (LGBT, movimentos sociais, professores/as, feministas, etc.) produzem unicamente o mal e a degradação moral e social, a única solução é a sua completa anulação do espaço público (Aghdgomelashvili, 2015; Grzebalska, Kováts & Pető, 2017).

Dessa forma, a partir do momento em que compreendemos alguns aspectos basilares da estrutura lógica e semântica deste discurso político, visualizamos um arranjo discursivo que se constitui sobretudo a partir da mobilização de emoções “negativas” (medo, ameaça, incerteza, etc.); que conflui na afirmação de um projeto societal mais amplo vinculado a um espectro político-ideológico conservador, com tendências autoritárias e repressivas; e que consequentemente possui um direcionamento à aniquilação do discurso que considera produtor do “mal”, ou dos discursos ideologicamente antagônicos ao seu – homogeneizados, estereotipados e agregados neste caso sob o termo (ou sintagma) guarda-chuva “ideologia de gênero”.

Apesar de não termos uma resposta sobre as causas exatas da conformação deste cenário político, podemos afirmar que o efeito mobilizador da “ameaça às crianças” (Balieiro, 2018;

Freire, 2018; Kováts, 2017) que possui uma forte influência sobre a opinião pública, foi instrumentalizado por determinados grupos sociais pelo discurso político da “doutrinação ideológica” (Frigotto, 2017; Miguel, 2016), contribuindo para a transformação do terreno das políticas de educação em um verdadeiro campo de batalha moral no Brasil. Certamente, a “ideologia de gênero” atualmente é apenas um dos elementos de uma agenda conservadora mais ampla que não afeta apenas as políticas de educação. Em última instância, compreendemos estes discursos se conformam em meio a uma luta pela hegemonia da sociedade (Fairclough, 1995, 2003; Gramsci, 1971; Laclau & Mouffe, 1985/2001), na produção de “sentidos comuns” que ditam a normalidade, a moral e os costumes sexuais (Kováts & Pöim, 2015). Algo que na realidade brasileira caminha para o estabelecimento de formas coercitivas de controle social e de cerceamento discursivo a partir da disputa pelo controle do aparelho estatal, visando a estabilização de um projeto societal no qual a religião e o paradigma cristão possuem um papel privilegiado na construção da “realidade”.

Neste sentido, é interessante notarmos que no primeiro momento em que o discurso da “ideologia de gênero” foi relacionado às políticas de educação em um pronunciamento na Câmara Federal, tivemos a sua associação imediata com o discurso da “doutrinação ideológica” nas escolas. O deputado Erivelton Santana (PSC/BA), representante da Assembleia de Deus, foi o primeiro parlamentar a mobilizar esta discussão no Plenário da Câmara, já em dezembro de 2013, dando destaque para o site do Escola Sem Partido e tecendo elogios ao seu idealizador, o procurador paulista Miguel Nagib, no momento em que denunciava os “excessos cometidos pelo Estado brasileiro no processo de formação de juízo de valores de nossas crianças”. Concomitantemente, sua fala caminhou para a realização de duras críticas ao Conselho de Educação do Distrito Federal que estaria implementando a “ideologia de gênero” nas escolas, seguindo uma agenda de valores morais propagada por diversos atores sociais e institucionais – como as novelas, o Ministério da Educação (MEC) e, inclusive, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu órgão de educação, a UNESCO. Na concepção deste parlamentar, com esta agenda global:

(...) o objetivo não é transmitir conhecimento aos alunos, mas sim inculcar determinados valores e sentimentos na consciência do estudante, a fim de que ele adote determinado comportamento. É um tipo de lavagem cerebral, porque utiliza, muitas vezes, técnicas de manipulação mental bastante conhecidas. Recomenda-se, a propósito, a leitura do livro *Maquiavel Pedagogo*, de Pascal Bernardin²⁴.

²⁴ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Erivelton Santana (PSC/BA) no Plenário da Câmara em 16/12/2013, às 16h27.

A citação deste livro não é trivial e nos dá indícios sobre as ideologias que embasam e sustentam tais discursos políticos. Em *Maquiavel Pedagogo: ou o ministério da reforma psicológica*, Bernardin (2013) afirmou que existe uma conspiração global protagonizada pela ONU, que visa doutrinar a população por meio de políticas de educação para torná-las apáticas e manipuláveis, se tratando de uma forma de dominação sociocultural em escala internacional. Com a publicação de sua edição brasileira, o livro se tornou uma importante referência de grupos e lideranças políticas da extrema-direita nacional, sendo amplamente divulgado por formadores de opinião como o ativista virtual Olavo de Carvalho²⁵. Seguindo esta linha, na compreensão do dep. Erivelton Santana, a “ideologia de gênero” seria um dos elementos desta agenda global de “doutrinação”, que visa retirar a autoridade dos pais em educar seus filhos, delegando-a ao Estado e aos órgãos governamentais – provocando, em última instância, a “destruição da estrutura familiar”.

Outro ponto relevante do discurso do deputado foi a citação do artigo nº. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), comumente intitulada de Pacto de San José, que trata sobre a “liberdade de consciência e de religião”. Este artigo da CADH vem sendo constantemente utilizado por lideranças conservadoras para justificar a proibição da “ideologia de gênero” e da “doutrinação ideológica” nas escolas, embasando inclusive os projetos legislativos do Escola Sem Partido, pois em sua redação dita-se que “os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1969). Por exemplo, muito recentemente, nos debates sobre a Ley de Educación Sexual Integral na Argentina, realizados em outubro de 2018, advogados vinculados ao movimento “Con mis hijos no te metas” se utilizaram do artigo 12 da CADH para justificar a rejeição de uma suposta imposição da “ideologia de gênero” no processo de revisão desta lei²⁶.

Nos anos seguintes a este primeiro pronunciamento, o discurso da “ideologia de gênero” adentrou de forma mais orgânica nas disputas parlamentares em torno das políticas de educação: em 2014, com alguns pronunciamentos referentes à tramitação do Plano Nacional de

²⁵ Olavo de Carvalho é atualmente uma importante liderança vinculada à emergência de uma “Nova Direita” brasileira. Apesar de atuar desde os anos de 1990, seu pensamento ganhou destaque nesta última década, sobretudo entre setores da juventude, após a criação de seu blog virtual e a circulação de seus vídeos sobre política, onde difunde ideias conservadoras a partir de um linguajar diretivo e vulgar. Nas informações editoriais da edição brasileira do livro de Bernardin (2013), temos o seguinte trecho: “Edição brasileira autorizada ao Instituto Olavo de Carvalho pelo autor”.

²⁶ Radio Provincia de Corrientes LT7 (29/10/2018), “‘Con mis hijos no te metas’: personas marcharon en contra de la reforma en la ESI”. Disponível em: <http://www.radiolt7.com/noticia/2-52051-quotcon-mis-hijos-no-te-metasquot-personas-marcharon-en-contra-de-la-reforma-en-la-esi.htm>. Acesso em: 03/11/2018.

Educação (PNE); e em 2015, momento em que as discussões sobre os planos estaduais e municipais de educação ganharam grandes proporções no cenário político nacional.

Em 26 de março de 2014, ainda antes da aprovação final do PNE sem a intitulada “ideologia de gênero”, o deputado Eros Biondini (PTB/MG) se pronunciou em nome da bancada católica, replicando os alertas do Cardeal Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, em relação à “ideologia de gênero”. Certamente, o deputado fazia referência ao texto de Tempesta publicado no dia anterior, no site oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro, onde o Cardeal reconstituiu uma história conceitual da “ideologia de gênero”, solicitando ao final para que “todas as forças vivas da nação se unam em defesa da vida e da família (...) para que uma ideologia que pretende ser “revolucionária” como a de gênero não os prejudique [crianças, adolescentes e jovens]” (Tempesta, 2014).

Como já descrito na literatura (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Dorlin, 2016; Junqueira, 2017), a Igreja Católica e sua hierarquia eclesial tiveram um papel fundamental no processo inicial de difusão internacional desse discurso. No Brasil, a atuação de padres, bispos e arcebispos – como o Padre Paulo Ricardo, de Mato Grosso, o Cardeal Odilo Scherer, de São Paulo, o Cardeal Orani João Tempesta, no Rio de Janeiro, entre outros – sobretudo na mobilização dos grupos leigos (pastorais, conselhos, fiéis, etc.), foi fundamental para a construção da ameaça e amplificação do discurso da “ideologia de gênero” nos planos de educação.

Posteriormente, o PNE foi aprovado definitivamente pelo plenário da Câmara dos Deputados em 28 de maio de 2014, e no dia da votação o deputado Givaldo Carimbão (PROS/AL) parabenizou a bancada que ele intitulou de cristã (“evangélicos, católicos, aqueles que têm compromisso com a vida, com a família”) pela rejeição da “ideologia de gênero” na política nacional de educação. Concomitantemente, Carimbão destacou também a sua posição enquanto parlamentar e o seu enraizamento pessoal (e identitário) sobre o assunto: “estou aqui em nome daqueles que me elegeram no meu Estado. Eu sou cristão assumido, católico apostólico romano, tenho uma irmã freira, um sobrinho padre, três tios padres. Tenho tradição de família cristã”²⁷. Como ressaltado pelo deputado, tendo em vista tal posicionamento intersubjetivo, ele jamais votaria em um projeto que autorizasse os/as professores/as a discutir “gênero” na educação.

Neste mesmo ano, em julho, o deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fez um pronunciamento criticando a realização do “dia

²⁷ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Givaldo Carimbão (PROS/AL) no Plenário da Câmara em 28/05/2014, às 20h00.

de quem cuida de mim” (em contraposição ao dia dos pais e/ou mães) por uma escola municipal de São Paulo. Tal evento foi considerado pelo deputado como uma forma de desfiguração da família brasileira, se tratando de um reflexo do avanço da “ideologia de gênero” na educação.

Na visão do deputado, em um discurso abertamente conspiratório, vivemos uma “guerra contínua”, na qual “os soldados da batalha cultural contra as tradições são nossos vizinhos. Podem estar nos hospitais e nas escolas dos nossos filhos inocentes”²⁸. Por fim, compara a realização deste dia a uma ação de “reengenharia social” feita por “burocratas”, que visam “achatar” a família, abrindo assim o caminho para a ação nefasta das ideologias. Portanto, vemos um discurso de características nitidamente paranoicas e generalizantes, produzindo um forte pânico moral sobre uma ação escolar específica, retirando-a de seu contexto e estereotipando seus atores. Neste sentido, vemos um pânico moral que se estrutura a partir da ameaça difusa e da metáfora da guerra oculta, uma batalha interna que se desloca para o terreno da cultura.

Seguindo o caminho temporal, em 2015, os pronunciamentos replicaram e amplificaram os confrontos que ocorreram nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país. Por outro lado, nesse ano era iniciada a 55ª Legislatura (2015-2019), com um crescimento da coalizão conservadora no Congresso Nacional em decorrência da boa votação de diversas lideranças do espectro político-ideológico conservador (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014). Como um exemplo, o recém-eleito deputado Prof. Victório Galli (PSC/MT), membro da Assembleia de Deus e principal mobilizador do discurso da “ideologia de gênero” na Câmara Federal (ver Apêndice 2), foi o primeiro parlamentar a alertar no Plenário da Câmara sobre a ameaça da inclusão da “ideologia de gênero” nos planos estaduais e municipais de educação. Algo que em sua concepção traria “grandes consequências para as nossas crianças nas escolas”. Como relatado de forma enfática em seu discurso:

Caso esse desastre chegue às escolas estaduais, distritais e municipais de nosso País, acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformar sua identidade. E isso seria obrigatório, por força de lei. Os pais que se opuserem poderão ser criminalizados²⁹.

²⁸ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Antonio Bulhões (PRB/SP) no Plenário da Câmara em 01/07/2014, às 18h28.

²⁹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Professor Victório Galli (PSC/MT) no Plenário da Câmara em 15/04/2015, às 15h12.

Outro elemento presente nos pronunciamentos foi o uso da retórica da vontade popular, supostamente representada pela ação dos/as parlamentares identificados/as com o campo político-ideológico conservador. Dessa forma, tivemos a denúncia dos “golpes” efetuados pelo MEC e pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) contra esta vontade popular (majoritária) pela rejeição da “ideologia de gênero” dos planos de educação – assim como enunciado pelos deputados Marx Beltrão (PMDB/AL), Pastor Eurico (PSB/PE) e Flavinho (PSB/SP) em junho de 2016. Nesta lógica argumentativa, se afirmou a existência de uma “maioria” (homogênea e coesa) que não pode ser submetida pela vontade das “minorias”. No entanto, percebe-se que tal elemento retórico certamente foi mobilizado por grupos sociais específicos que dificilmente se conformam enquanto “majoritários” (no sentido estrito da palavra), tendo em vista a existência de uma sociedade marcadamente plural, buscando se impor enquanto majoritários e dominantes (Sidanius & Pratto, 1999) a partir da disputa político-ideológica.

Cabe explicitar que, como um espaço de diálogo entre Estado e sociedade civil, a CONAE é um evento consultivo quadrienalmente organizado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), fórum permanente criado pelo MEC em 2010³⁰. A partir de uma forte participação de movimentos sociais, o documento final da CONAE de 2014 congregou uma diversidade de propostas direcionadas à promoção da diversidade sexual e de gênero, reafirmando assim as diretrizes da CONAE anterior, realizada em 2010 (Brasil, 2010, 2014). Como apresentado por Reis e Eggert (2017), a CONAE 2010 serviu de base para a elaboração do PL 8035/2010 (PNE 2011-2020), de autoria do Governo Federal, encaminhado à Câmara dos Deputados em dezembro daquele ano. Em diversas localidades, os projetos legislativos dos planos de educação foram elaborados tendo como base não apenas o PNE (aprovado pelo Congresso Nacional), mas também o documento final da CONAE de 2014, que apresentava uma maior sintonia com as políticas de direitos sexuais propagadas pelo MEC e pelo Governo Federal naquele momento.

Tal fato gerou uma forte reação de grupos sociais vinculados ao conservadorismo cristão que, em muitas localidades, se constituíram a partir de um vínculo orgânico com a Igreja Católica, com a realização de mobilizações (virtuais e presenciais) contra a “ideologia de gênero” nos planos de educação. Contudo, essa forte mobilização de grupos vinculados ao catolicismo não ocorreu de forma espontânea. Assim como ressaltado pelo deputado Flavinho (PSB/SP), em seu pronunciamento de 17 de junho de 2015, o Secretário-Geral da Conferência

³⁰ Portal virtual do Fórum Nacional de Educação (disponível em: <http://fne.mec.gov.br/>, acesso em 03/11/2018).

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Steiner, já havia se pronunciado por meio de comunicado oficial, emitido em maio de 2015, sobre a tramitação dos planos municipais de educação.

Neste comunicado, o Secretariado Geral da CNBB “urgiu” por uma ação da hierarquia católica, que deveria atuar pela aprovação de mais investimentos públicos na educação e pela reprovação da “ideologia de gênero” nos planos (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2015). Concomitantemente, o deputado citou também a nota da Regional Sul 1 da CNBB, presidida pelo Cardeal Odilo Scherer, publicada em 11 de junho de 2015, que considerou a “ideologia de gênero” uma “grave ameaça aos valores da família”³¹. Neste sentido, podemos afirmar que existem fortes indícios de que a atuação e os posicionamentos da hierarquia católica contribuíram decisivamente para o sucesso das mobilizações sociais, de 2015, que exigiram a retirada da “ideologia de gênero” dos planos municipais e estaduais de educação.

Por conseguinte, no ano de 2015, a maioria dos pronunciamentos se direcionaram à votação local dos planos de educação em diversas regiões do país, que deveriam ser aprovados e sancionados ainda naquele ano, assim como definido pelo PNE. Assim, diversos deputados federais se utilizaram do Plenário da Câmara para alertar sobre a ameaça da “ideologia de gênero” nos planos de educação, como Ronaldo Martins (PRB/CE), em 30 de junho, que destacou a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) de Fortaleza; Victório Galli (PSC/MT), em 2 de julho, que parabenizou aprovação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso; Flavinho (PSB/SP), que convocou a participação da população em manifestações nas Câmaras Municipais de São Paulo, em 11 de agosto, e de São José dos Campos, em 3 de setembro; e Lincoln Portela (PRB/MG), que fez um informe, em 15 de dezembro, sobre a votação do plano municipal em Belo Horizonte.

Mais especificamente, no dia 23 de junho, tivemos no Plenário a enunciação de diversos pronunciamentos seguidos que trataram sobre os planos de educação, com a aparição de falas conflituosas entre parlamentares que defendiam a presença da diversidade sexual e de gênero nos planos, e parlamentares que eram contrários à “ideologia de gênero” nas escolas (ver tópico 4.1 do capítulo 4).

Neste mesmo ano, três pronunciamentos reafirmaram os posicionamentos antagônicos dos grupos conservadores do Congresso Nacional em relação à gestão do MEC, sobretudo em relação à condução de políticas de educação em direitos humanos e sexualidade. Novamente

³¹ “Regional Sul 1 divulga nota sobre ideologia de gênero nos planos de educação”, portal da CNBB (11/06/2015). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/regional-sul-1-divulga-nota-sobre-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>. Acesso em 10/11/2018.

mobilizado por esta temática, em 17 de setembro, o deputado Prof. Victório Galli (PSC/MT) denunciou a publicação da Portaria n.º 916, de 9 de setembro de 2015, que instituiu o Comitê de Gênero no âmbito do MEC. O deputado defendeu em seu discurso que tal portaria deveria ser revogada por estar em desacordo com o PNE, sendo uma ação “gravíssima contra a soberania do Congresso e contra a representatividade da Igreja”³². Na esfera político-institucional, em consequência dos protestos de grupos conservadores e parlamentares contra este comitê recém-criado, poucos dias depois, o MEC acabou por mudar o nome desse órgão para Comitê de Combate à Discriminação, por meio da Portaria n.º 949, de 21 de setembro de 2015.

Por outro lado, neste momento de ofensiva, em 23 de setembro, o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) repudiou a publicação da Nota Técnica n.º 24/2015 do MEC, que trouxe explicações sobre os conceitos de “gênero” e “orientação sexual” e a relação de tais conceitos com os planos de educação (Brasil, 2015). Em seu discurso, contrariando a nota técnica, o conceito de “gênero” não possuiria nenhuma base acadêmica ou científica, independentemente da quantidade de grupos de pesquisa que trabalham com a sua utilização, tendo em vista que “qualidade não corresponde à qualidade”. Nas suas palavras, essa nota técnica comprovaria “o quanto esses movimentos autodenominados defensores das minorias são ardilosos no afã de impingir ao povo brasileiro uma cultura alienígena que nada mais visa do que desconstruir o alicerce basilar de toda a sociedade, que é a família tradicional”³³.

Em 27 de outubro de 2015, a deputada Geovania de Sá (PSDB/SC), vinculada à Assembleia de Deus, protestou sobre a presença da frase “ninguém nasce mulher” em uma das perguntas presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado naquele ano. Algo que a preocupou muito, pois tratou-se de uma tentativa de promoção da “ideologia de gênero” por meio das políticas de educação. A presença deste trecho do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no ENEM, gerou protestos de grupos conservadores em diversas partes do país, propagados fundamentalmente pelas redes virtuais, ganhando posteriormente uma ampla repercussão midiática. A partir desta repercussão, tais protestos alcançaram importantes espaços de deliberação política, como a Câmara Municipal de Campinas que aprovou, no dia

³² Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Professor Victório Galli (PSC/MT) no Plenário da Câmara em 17/09/2015, às 18h51.

³³ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Pr. Marco Feliciano (PSC/SP) no Plenário da Câmara em 23/09/2015, às 16h58.

28 de outubro, uma moção de repúdio contra o MEC por conta da presença da “ideologia de gênero” em uma questão do ENEM³⁴.

Dessa forma, a partir da análise do conjunto destes pronunciamentos, podemos afirmar que 2015 foi um ano marcado pela emergência de uma nova estratégia político-discursiva no campo da sexualidade, com a ampla difusão do discurso da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira, que se tornou um termo “guarda-chuva” amparando a atuação de grupos e lideranças conservadoras (Grzebalska, Kováts & Petó, 2017; Kováts & Põim, 2015). Muito certamente, um ano em que as posições sociais do conservadorismo cristão avançaram sobre as políticas de educação, impondo derrotas aos movimentos sociais feministas e LGBT na arena de políticas públicas em diversas regiões do país, sobretudo a partir de mobilizações afetivas e políticas do medo estruturadas em torno de uma narrativa de combate à ameaça sexual às crianças (Balieiro, 2018).

Nos dois anos seguinte, em 2016 e 2017, o discurso da “ideologia de gênero” se expandiu para outros campos políticos e a temática da educação perdeu o foco central, apesar de ser ainda um dos principais campos de atuação dos grupos conservadores cristãos. Por outro lado, o combate à “ideologia de gênero” nas escolas acabou se integrando ao combate mais amplo à “doutrinação ideológica”, momento em que os projetos legislativos do Escola Sem Partido passaram a ganhar destaque político no Congresso Nacional e nas casas legislativas de diversas regiões do país (Frigotto, 2017; Miguel, 2016).

Concomitantemente, a partir de outubro 2016, entrou em funcionamento na Câmara Federal uma Comissão Especial (intitulada de Escola Sem Partido) destinada exclusivamente para a tramitação do PL 7180/2014³⁵, de autoria de Erivelton Santana (PSC/BA). É interessante notarmos que a primeira versão do projeto, apresentada em 2014, não incluía o combate à “ideologia de gênero” em sua redação, algo inserido posteriormente a partir das emendas e pelo apensamento de outros projetos legislativos – como o PL 10.577/2018, de autoria do deputado Cabo Daciolo (PATRI/RJ), que proíbe qualquer forma de expressão cultural ou pedagógica da “ideologia de gênero” nas escolas de todo o país.

Em nosso *corpus* documental, foi perceptível uma guinada para o debate sobre currículo escolar e materiais didáticos, elencados agora como os principais espaços ameaçados pelo avanço da “ideologia de gênero” na educação. Como apresentado pelo deputado Elizeu

³⁴ Uol Educação (30/10/2015), “Vereadores de Campinas aprovam ‘moção’ contra Enem e Simone de Beauvoir” (disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/30/vereadores-de-campinas-aprovam-mocao-contr-a-enem-e-simone-de-beauvoir.htm?mobile&width=914>, acesso em: 03/11/2018).

³⁵ PL 7180/2014 (Escola Sem Partido), altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 04/11/2018.

Dionizio (PSDB/MS), evangélico da Assembleia de Deus, a despeito da sua rejeição pelo PNE aprovado em 2014, a “ideologia de gênero” continuava a ser implementada por meio dos livros e materiais didáticos. Nas suas palavras, a partir do uso dos materiais distribuídos pelo MEC em 2016, crianças de 6 a 10 anos recebiam uma “carga ideológica forte de que é comum famílias de gays e lésbicas adotarem filhos, (...) ‘ensinadas’ sobre bigamia, poligamia, bissexualismo e transexualismo, doenças sexualmente transmissíveis e os mais diferentes métodos anticoncepcionais”³⁶.

Portanto, como uma forma de proteção das crianças, o deputado apresentou o modelo de “notificação extrajudicial” elaborado e difundido pelo Procurador da República Guilherme Schelb, umas das lideranças do Escola sem Partido membro honorário da Associação Nacional de Juristas Evangélicos. Nesta notificação, ainda disponível em diversas páginas virtuais³⁷, os/as docentes e a direção da escola são ameaçados/as, pelos/as progenitores, com ações judiciais por danos morais, caso a “ideologia de gênero” continue a ser ensinada a seus/suas filhos/as.

Neste sentido, a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a estabilização do Governo Temer (2016-2019), os grupos conservadores de oposição à “ideologia de gênero” ganharam espaços de interlocução direta com o Governo Federal e o MEC, facilitando as negociações em torno das políticas de educação. Assim, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) se tornou um alvo de investidas de parlamentares conservadores, pois a sua versão prévia elaborada pelo governo anterior ainda mantinha termos como “gênero” e “orientação sexual”. Por exemplo, já em abril de 2016, ainda antes do impeachment, o deputado Carlos Andrade (PHS/RR) fez um alerta no Plenário da Câmara sobre a preocupante introdução da “ideologia de gênero” na BNCC, algo que embasaria a permanência desta ideologia nos materiais didáticos distribuídos pelo MEC, “afetando diretamente as famílias brasileiras”³⁸.

As pressões para a publicação da nova BNCC sem qualquer referência à gênero e sexualidade se intensificaram em 2017. Em 6 de abril daquele ano, no mesmo dia em que o MEC entregava uma nova versão do documento (sem a “ideologia de gênero”) para a análise e

³⁶ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Elizeu Dionizio (PSDB/MS) no Plenário da Câmara em 03/02/2016, às 15h18.

³⁷ Como, por exemplo, em Padre Augusto Bezerra (26/03/2017), “Procurador da República cria notificação extrajudicial contra a ideologia de gênero – Saiba como fazer!”. Disponível em <https://padreaugustobezerra.com/2017/03/26/procurador-da-republica-cria-notificacao-extrajudicial-contra-a-ideologia-do-genero-saiba-como-fazer/>. Acesso em 04/11/2018.

³⁸ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Carlos Andrade (PHS/RR) no Plenário da Câmara em 07/04/2016, às 15h30.

aprovação do Conselho Nacional de Educação, o presidente interino Michel Temer (PMDB) se reunia com representantes das frentes parlamentares “evangélicas, católica, antidrogas e em defesa da vida” para a negociação e o estabelecimento de acordos políticas.

Como relatou o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), da Assembleia de Deus, em entrevista para a mídia: “O presidente disse que pessoalmente sempre está alinhado com os nossos pensamentos e que jamais defenderia a legalização do aborto ou algum desses temas, mas que iria encaminhar à equipe técnicas os nossos pleitos”³⁹. Dessa forma, o Governo Temer, apesar de não se declarar abertamente conservador no campo da sexualidade e dos costumes – mantendo o silêncio em relação às políticas LGBT já existentes – a sua base de sustentação política era composta por importantes lideranças do conservadorismo cristão, protagonistas no combate à “ideologia de gênero”.

Naquele momento, podíamos visualizar a consolidação de um novo “bloco histórico” (Gramsci, 1971) no Brasil, a partir da convergência programática e da conformação de alianças entre amplos setores das elites econômicas, políticas e religiosas (industrialistas, mercado financeiro, setores do judiciário, grandes meios de comunicação, igrejas evangélicas, católicos conservadores, agronegócio, etc.). Compreendemos que tal bloco histórico atuou visando o controle irrestrito do aparelho estatal, a partir da estruturação de um projeto societal (socioeconômico, político e cultural) para o país – com a eliminação e o cerceamento das oposições políticas. Em relação ao discurso da “ideologia de gênero”, trata-se de um dos elementos difusos deste projeto societal em conformação, mais especificamente, o principal discurso político de manutenção das hierarquias sexuais e do ordenamento patriarcal e heteronormativo no campo sociocultural (Rubin, 1984; Saffioti, 2004). Por outro lado, como destacado por Eszter Kováts (2017), este discurso anti-gênero não pode ser lido apenas como uma reação social conservadora, mas também como uma grave crise do ordenamento socioeconômico e político neoliberal.

Por fim, cabe ressaltar que toda hegemonia é um empreendimento por natureza precário (Laclau & Mouffe, 1985/2001), sendo a sociedade civil um campo marcado pela multiplicidade e por diferentes grupos sociais, projetos políticos e posições societais em interação. Como salientado pelo deputado Ezequiel Teixeira (PODE/RJ), em junho de 2017, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot e o Supremo Tribunal Federal (STF) atuaram contra as leis aprovadas em diversos municípios que proibiram a “ideologia de gênero” nas escolas,

³⁹ Trecho retirado de O Globo (07/04/2017), “Bancada religiosa pediu a Temer retirada de questão de gênero da Base”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/bancada-religiosa-pediu-temer-retirada-de-questao-de-genero-da-base-21179389>. Acesso em 04/11/2018.

consideradas inconstitucionais. Para o deputado, a ação do judiciário foi antidemocrática e autoritária, pois a presença da “ideologia de gênero” na educação teria sido negada pela maioria da população brasileira. Em sua concepção, “a ideia deturpada de que nascemos neutros e não como homem ou mulher precisa ser banida da nossa sociedade urgentemente. Essa imposição de uma minoria, disfarçada de luta contra o preconceito, é um acinte às nossas famílias”⁴⁰.

Neste caso, o Poder Judiciário impediu o poder arbitrário de um grupo social se utilizar do aparelho estatal para “banir ideias” e dominar outros grupos considerados minoritários. Assim, vemos que, apesar de existir uma retórica de que a “ideologia de gênero” foi proibida pelo PNE, justificando assim a sua proibição nas escolas, este discurso não se sustenta juridicamente em um ordenamento democrático. Dessa forma, existem setores significativos da sociedade brasileira que possuem desacordos fundamentais com o discurso conservador cristão, que defende uma definição restrita de família e sexualidade – desafiando os limites do princípio da laicidade (Gabatz, 2017), constitucionalmente estabelecido, ao adentrarem na política institucional e na arena de políticas públicas.

No entanto, como analisado neste *corpus* documental, é inegável que a pressão realizada por lideranças políticas e “elites simbólicas” – dentre elas os/as deputados/as federais – foi fundamental para o afastamento das questões de gênero e sexualidade das políticas de educação promovidas pelo Governo Federal e por muitos governos municipais e estaduais. Em nosso entendimento, existiu nos últimos anos um grande esforço de alguns/umas deputados/as federais, comprometidos/as com uma agenda conservadora, na difusão do discurso da “ideologia de gênero”

Este discurso se consolidou na agenda pública nacional, a partir de 2015, com a mobilização do pânico moral em torno das políticas de educação, tendo como base os discursos da “doutrinação ideológica” e da “ameaça sexual às crianças”. E, conseqüentemente, se estabilizou enquanto uma ordem do discurso (Fairclough, 2003) que percorre as disputas socioculturais que atravessam o campo das políticas sexuais na realidade brasileira.

3.2 A agenda conservadora e a emergência da extrema-direita

No tópico anterior, em diversos momentos, tratamos sobre a existência de uma “agenda conservadora” no Brasil, que se conformou na arena do legislativo federal a partir da atuação de parlamentares identificados/as com o espectro ideológico das direitas políticas, mais

⁴⁰ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Ezequiel Teixeira (PODE/RJ) no Plenário da Câmara em 20/06/2017, às 16h20.

especificamente com um espectro ideológico que podemos intitular de extrema-direita. Desse modo, no atual tópico, buscamos analisar, de forma mais sistemática, como esta agenda conservadora foi abordada nos pronunciamentos e se materializou no *corpus* documental levantado, traçando assim as possíveis relações entre o discurso da “ideologia de gênero” e uma ampla agenda política que congrega uma variedade de pautas, grupos sociais, sujeitos políticos e discursos em interação.

No entanto, inicialmente, cabem algumas considerações conceituais sobre a temática: o que seria uma “agenda conservadora” e como definir a extrema-direita no Brasil? Como destacado no título deste tópico, que congrega os dois termos, consideramos que neste caso tais fenômenos ou “objetos” se interpelam a partir de uma estrutura de mútua constituição. Ou seja, apesar da agenda conservadora não estar restrita aos grupos sociais e sujeitos políticos localizados no campo da extrema-direita, consideramos que atualmente tais atores se estabelecem enquanto os principais impulsionadores desta agenda político-ideológica no Brasil. Assim, como apresentamos no tópico anterior, o discurso da “ideologia de gênero” seria um dos elementos desta agenda conservadora, fundamentalmente vinculado ao campo das políticas sexuais, da moral e dos costumes (Carrara, 2015; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002).

Portanto, na análise geral do nosso *corpus* documental, foi percebido que a relação entre esta “agenda conservadora” (e conseqüentemente seus sujeitos) e o discurso da “ideologia de gênero” se apresentava enquanto uma questão relevante que perpassou uma diversidade de pronunciamentos, demandando conseqüentemente uma análise discursiva mais detalhada.

Primeiramente, as considerações de Antônio Flávio Pierucci (1987) sobre o que ele intitulou de “nova direita” – considerada como uma das forças políticas emergentes no período posterior à redemocratização de 1985 – nos oferecem um importante ponto de partida para a produção de reflexões sobre conceitos como campo, espectro e agenda político-ideológica. Em seu entendimento, a definição exata do universo político-ideológico das direitas e a compreensão de seus modos de funcionamento eram tarefas certamente “complicadas”. Tratava-se, naquele período, de um terreno ainda nebuloso, que demandava sistematizações e aprofundamentos. No entanto, como destacado por Pierucci, as dificuldades na compreensão e interpretação deste universo ideológico não decorria simplesmente de um problema ou um déficit metodológico, mas sobretudo pela falta de pesquisas e de análises mais sistemáticas que conseguissem destrinchar este objeto de estudo. Neste sentido, tratando sobre tais dificuldades, o autor decidiu por conceituar o universo político-ideológico das direitas enquanto uma “constelação”:

Porque se trata disso mesmo, de contornos diluídos, de fronteiras indefinidas, limites incertos. As diferentes posições ou alinhamentos que encontramos nesta zona cultural de expansão da extrema direita não são peças de um quebra-cabeça que pudessem ir se encaixando como subconjuntos independentes, formando um todo harmonioso e confinado (...). Pelo tipo de material empírico que levantamos (entrevistas semi-diretivas), é possível acompanhar a formação dessas constelações e ir tentando decifrar quem é quem, a que família pertence, através dos campos semânticos que se estruturam em torno de algumas idéias-chave. Só que esta fase da análise está em seus primórdios, balbuciente ainda (Pierucci, 1987, p. 40).

Trazendo tais considerações para os tempos atuais, podemos afirmar que a definição precisa da agenda e do campo político-ideológico das direitas no Brasil ainda se constitui enquanto uma tarefa “complicada”, complexa e de difícil delimitação. Em certa medida, podemos nos questionar o quanto realmente avançamos na compreensão mais sistemática desta constelação, que continua ainda nebulosa e opaca. Nos deparamos novamente com análises e estudos que se encontram em seus “primórdios”, pois o campo das direitas caminharam com o passar dos anos – com a emergência de novos atores, a constituição de novas alianças e agendas políticas – acompanhando a transformação que perpassaram as práticas socioculturais, a realidade socioeconômica e o contexto político.

Apesar de existirem permanências, foi perceptível que ocorreram mudanças significativas na composição de grupos sociais, alianças e sujeitos políticos, e na estruturação dos campos discursivo e político-ideológico das direitas e, sobretudo, das extremas-direitas no Brasil. Portanto, neste tópico, buscamos também analisar os aspectos particulares que compõem o campo da extrema-direita no Brasil, contribuindo para a melhor compreensão desta “constelação” político-ideológica. Quando utilizamos as noções de “agenda conservadora” e “extrema-direita”, fazemos referência a fenômenos difusos, ainda pouco sistematizados e sem uma delimitação precisa ou acabada – levantados aqui como recursos analíticos para a compreensão das práticas socioculturais e do contexto político que circundam a enunciação do discurso da “ideologia de gênero”.

No entanto, apesar desta opacidade, tais termos carregam um conteúdo específico em meio às disputas sociopolíticas que conformam os rumos da sociedade e das políticas públicas. Concomitantemente, também tem-se ciência que os próprios termos “direita/esquerda” e “conservador/liberal” possuem uma característica marcadamente polissêmica (Brussino et al., 2018; Freeden, 1996, 2003; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999; Velasco e Cruz, Kaysel & Cotas, 2015), tanto no mundo acadêmico, quanto nos meios políticos, sendo relevante destacar a impossibilidade do estabelecimento de cristalizações conceituais, reflexões fechadas e análises finais.

Dessa forma, definimos o conservadorismo político (ou seja, o conteúdo da “agenda conservadora”) como uma inclinação político-ideológica específica que, independentemente dos diferentes contornos assumidos em contextos socioculturais e políticos particulares, se organiza a partir de alguns princípios comuns, que são basilares para os grupos identificados com o *continuum* político das direitas – da centro-direita à extrema-direita. Assim, como definido por Michael Freeden (1996), o conservadorismo enquanto uma ideologia política se estrutura a partir de duas características morfológicas cruciais: primeiro, temos a sua conformação a partir da reação a ameaças que afetam o ordenamento de sua estrutura ideológica; e, segundo, sua unidade é preservada pelo confronto com outras ideologias políticas.

Por outro lado, temos dois direcionamentos práticos desta ideologia, que conformam a sua estrutura “conservadora”: (1) a resistência a algumas mudanças, por mais que sejam inevitáveis; e, simultaneamente, (2) a subordinação de outras mudanças à crença de que leis e forças de origem extra-humana guiam a sociedade, sendo algo que não depende da vontade e da ação dos sujeitos. Assim, as mudanças e as permanências são encaradas com fruto de uma vontade “maior” ou de uma lei natural, guardando um forte grau de instrumentalidade retórica nos confrontos políticos, de forma a possibilitar a afirmação ou a negação dos interesses de determinados grupos sociais (van Dijk, 1998; Sidanius & Pratto, 1999). Por exemplo, no pronunciamento do deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), que destacamos no tópico anterior, temos o seguinte trecho que expressa essa flexibilidade retórica do conservadorismo, no qual alguns discursos são interpretados como imposições ideológicas e outros como expressões naturais (e inquestionáveis) da sociedade:

É preciso ficar atento e resistir, porque os valores conservadores da família são os verdadeiros obstáculos da reengenharia social que os modernos ideólogos tentam implantar. Achatar a família é deixar caminho livre para as ideologias construírem seus modelos. Proíbem salgadinhos nas cantinas e agora decidem que não se comemora o Dia das Mães e o Dia dos Pais nas escolas. É uma prepotência orgulhosa.

Os conservadores, por outro lado, não têm a pretensão de dizer o que é melhor para cada pessoa, porque sabem que ditar normas é uma maneira de subjugar. Também não intentam dizer como construir um novo mundo, porque sabem que o tempo futuro será também condicionado por fatos que ainda não sabemos (itálicos nossos)⁴¹.

Em uma reflexão psicossociológica, Jost et al. (2003) destacam que o conservadorismo político não está vinculado unicamente a estruturas lógico-rationais presentes nos campos ideológico e político-discursivo. Em contraparte, o conservadorismo político também estaria

⁴¹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Antonio Bulhões (PRB/SP) no Plenário da Câmara em 01/07/2014, às 18h28.

atrelado a aspectos irracionais e inconscientes que perpassam os processos sociocognitivos. De forma mais específica, na compreensão dos autores, as ideologias se conformam a partir de uma cadeia de respostas, que partem do nível base, dos estímulos ambientais que produzem resultantes psicossociais; alcançando o nível intermediário, das motivações cognitivo-sociais que compõem a esfera intersubjetiva e psicossocial; terminando assim na resultante ideológica vinculada diretamente às disputas sociopolíticas.

No caso do conservadorismo político, os estímulos ambientais estão associados à percepção do medo, da ameaça e da incerteza, condicionando as motivações cognitivo-sociais, que resultam em variações como: a fuga da incerteza, a necessidade de ordem e estruturação, a intolerância à ambiguidade, a prevenção de perdas, a dominância de base grupal, a racionalização do interesse pessoal, entre outras. Assim, a partir de tais motivações cognitivo-sociais temos a conformação do conservadorismo enquanto uma ideologia política, resultando fundamentalmente em dois posicionamentos sociopolíticos assumidos pelos sujeitos: (I) a resistência à mudança e (II) aceitação das desigualdades sociais.

Também tratando sobre a esfera psicossocial das ideologias políticas, Sidanius e Felicia Pratto (1999) sustentam que a compreensão das identidades grupais se constitui enquanto uma tarefa fundamental para a análise dos conflitos políticos e das relações desiguais de poder que se estabelecem entre diferentes grupo sociais. Nesta perspectiva, a sustentação de um ordenamento societal ocorre fundamentalmente a partir da constituição da hegemonia (formação do “senso comum”) e de formas de dominação que privilegiam determinados grupos sociais em detrimento a outros. De forma simultânea, os processos psicossociais e sociocognitivos de generalização e estereotipização contribuem para a produção de hierarquias grupais que conformam as relações desiguais de poder presentes na sociedade. Portanto, em nossa compreensão, o conservadorismo político (mobilizado pelas direitas) atuaria em uma perspectiva de reafirmação das hierarquias grupais, visando a manutenção de desigualdades presentes em um determinado ordenamento de práticas socioculturais.

No Brasil, tivemos um processo gradual de avanço dos grupos de direita e extrema-direita nas últimas duas décadas, que se intensificou sobretudo a partir de 2015 com o agravamento da crise de representatividade política no país. Tal crise, em certa medida, se constituiu enquanto resultado do desgaste público dos governos petistas (comumente caracterizados como de centro-esquerda), após mais de dez anos no poder, junto a cobertura midiática de alguns casos emblemáticos de corrupção, que atingiram os principais partidos do sistema político brasileiro. Por conseguinte, presenciamos a rejeição de uma parte significativa

da população aos partidos tradicionais e à tradição política que se instituiu no período da Nova República (1985-).

Ao longo desses anos, algumas lideranças políticas se mantiveram fiéis aos ideais conservadores e participaram ativamente do processo de reorganização do campo das extremas-direita, como o deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP), católico ultraconservador, entusiasta do integralismo e da Ditadura Militar⁴². Já em 2003, este deputado reproduziu o discurso da “ideologia de gênero”, pela primeira vez, no Plenário da Câmara Federal, ao tratar sobre os “aspectos éticos e morais de nossa sociedade, afetada pelas ideologias alienígenas de uma sociedade globalizada”⁴³. Ideologias que estariam promovendo ataques à vida por meio do aborto e da inseminação artificial, e atentados à família por meio da apologia ao “homossexualismo”.

No ano seguinte, o Elimar Damasceno voltou a se pronunciar sobre o assunto, reproduzindo a versão católica da história da “ideologia de gênero”, provavelmente retirada do *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre a família, a vida e questões éticas* (Pontifício Conselho para a Família, 2014), publicado pela Igreja Católica em 2003. Seguindo a lógica argumentativa desenvolvida pelo ativismo católico, Elimar Damasceno se utilizou da noção “termos ambíguos” para alertar sobre a aparição de novas nomenclaturas como “gênero” e “orientação sexual” na arena política internacional. Em sua compreensão, tais nomenclaturas estariam sendo introduzidas na legislação brasileira, visando a promoção de “ideologias contrárias a nossa comunidade fundamentada na família – base da sociedade – e na defesa da vida humana”⁴⁴. É interessante notarmos que o deputado, em seus dois pronunciamentos, fez diversas referências a atores institucionais e individuais de outros países, destacando que suas proposições político-ideológicas eram compartilhadas por uma variedade grupos e organizações, articulados em uma rede transnacional.

Como descrito no capítulo anterior, Elimar Damasceno foi um parlamentar com uma atuação política inexpressiva, sendo eleito deputado federal em 2002 com apenas 484 votos, algo unicamente possibilitado pela votação histórica de Enéas Carneiro (PRONA/SP), eleito

⁴² Elimar Damasceno realizou, em 2006 – em nome do PRONA e de seu presidente, Enéas Carneiro – um pronunciamento em homenagem ao falecimento do jurista Miguel Reale, saudando a sua participação ativa no movimento integralista (de inspiração fascista) durante os anos de 1930; e no suporte jurídico aos governos militares na década de 1960. Este pronunciamento foi posteriormente replicado no portal oficial da Frente Integralista Brasileira. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=54&ox=12#.W-TUQHtKjIV>. Acesso em 08/11/2018.

⁴³ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) no Plenário da Câmara em 14/07/2003, às 19h16.

⁴⁴ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) no Plenário da Câmara, em 27/05/2004, às 16h06.

com mais de 1,5 milhões de votos. O médico cardiologista Enéas Carneiro (1938-2007) foi uma polêmica figura da extrema-direita brasileira, conhecido por seus posicionamentos conservadores, sua postura “anti-sistema” e sua defesa radical da atuação intervencionista do Estado – tanto em assuntos econômicos, quanto em questões culturais e morais. Orador de fala agressiva e adepto de análises políticas conspiratórias, Enéas antecipou muitas das tendências e posicionamentos ideológicos dos atuais grupos de extrema-direita no Brasil, conseguindo votações expressivas, para um candidato de extrema-direita, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998. Entretanto, em seus últimos momentos, Enéas era visto como um político caricato e exagerado, que apesar de ter angariado uma certa representatividade social, não tinha força política suficiente para produzir algum tipo de impacto significativo sobre o contexto sociopolítico local (no caso de São Paulo) e nacional⁴⁵.

Cabe destacar que o recorde de candidato mais votado para a vaga de deputado federal no Brasil, conseguido por Enéas em 2002, foi quebrado apenas em 2018, pela votação expressiva de Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) – eleito deputado federal com 1,8 milhões de votos, seguindo a onda que acompanhou a vitória da extrema-direita nas eleições de 2018. O PSL, partido irrelevante até 2018, conseguiu eleger a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, e elegeu Jair Bolsonaro na Presidência da República. Em uma curiosa confluência de atores da extrema-direita, Jair Bolsonaro e Carlos Bolsonaro foram os autores do PL 7699/2017, que inscreve o nome de Enéas Ferreira Carneiro no Livro dos Heróis da Pátria, guardado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves de Brasília, junto a nomes como Zumbi dos Palmares, Chico Mendes, Getúlio Vargas e Anita Garibaldi.

Outro pioneiro do uso do discurso da “ideologia de gênero” na Câmara Federal, o deputado Paes de Lira (PTC/SP) era também um político com pouca expressão social, sendo eleito como suplente com um número pequeno de votos, assumindo o mandato após a morte de Clodovil Hernandes, em 2009 (vide tópico 1.2 do capítulo 1). Em seu pronunciamento de avaliação de seu mandato, após não se reeleger em 2010, Paes de Lira deu enfoque a duas temáticas principais: a questão da segurança pública, em específico a valorização da Polícia Militar e a defesa do porte civil de armas; e a temática da moralidade e dos costumes sexuais, destacando a sua atuação contra a “desfiguração da família” promovida pela “ideologia de gênero”.

⁴⁵ Como destacado em notícia veiculada na BBC Brasil (07/08/2017), com o avanço da extrema-direita nas eleições de 2018, tivemos um reavivamento das ideias e da memória de Enéas Carneiro. “O retorno de Enéas, ícone da extrema-direita e ‘herói’ de Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40833881>. Acesso em 08/11/2018.

No ano seguinte, em 18 de outubro de 2011, o então ex-deputado foi convidado para dar uma palestra no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), que intitulou de “Ideologia de gênero: saiba como se defender dessa arma psicológica contra a Família”⁴⁶, baseando seus argumentos no livro *Ideologia de Gênero - o neototalitarismo e a morte da família*, de Jorge Scala (2010, 2011). Este evento também se constituiu como uma forma de divulgação da edição brasileira deste livro. De forma bastante explicativa, o ex-deputado Paes de Lira iniciou a sua fala da seguinte maneira:

É uma honra para mim estar aqui presente nesta noite para falar a uma plêiade de pessoas extremamente importantes para o país, no meu modo de entender. Pessoas multiplicadoras de opinião, lideranças em suas comunidades e pessoas que mantêm uma saudável posição conservadora a respeito da visão política, da visão social do nosso país. Uma posição conservadora que tem sido infelizmente muito desprezada ao longo das últimas décadas, tem sido que relegadas quase que ao esquecimento nas últimas décadas, mas que é fundamental em qualquer Estado moderno para a preservação do Estado Democrático de Direito (...) os brasileiros estão até adormecidos e anestesiados a respeito desta questão extremamente importante que representa uma ameaça, uma verdadeira ameaça, a tudo que é significativo para o país, principalmente uma ameaça à família⁴⁷.

Como visível nas fotos do evento e destacado na fala do palestrante, por “plêiade de pessoas extremamente importantes”, o ex-deputado fazia referência a integrantes do Exército Brasileiro, da polícia militar e da Igreja Católica (padres, freiras, etc.), jovens e antigos militantes conservadores, membros do IPCO e inclusive herdeiros da família real brasileira – como o Príncipe dom Bertrand de Orléans e Bragança⁴⁸, que participou ativamente do debate. Em sua palestra, Paes de Lira afirmou que existe uma verdadeira conspiração contra a família no país, implementada por programas de direitos humanos, como o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), e por meio de um “ativismo judicial” que logo buscará criminalizar e perseguir os “resistentes”. Portanto, neste evento, foi possível visualizar uma importante rede de extrema-direita articulada em torno do IPCO, instituição criada em 2006 em homenagem às ideias do intelectual conservador Plínio Corrêa de Oliveira. Dentre outras ações de importância histórica, Plínio Corrêa foi um dos fundadores, em 1960, da Sociedade

⁴⁶ Informações disponíveis no site do IPCO (25/10/2011), na notícia “‘Ideologia de Gênero – manifestação mais recente da Revolução Cultural’”. Disponível em: <https://ipco.org.br/ideologia-de-genero-manifestacao-mais-recente-da-revolucao-cultural/#.W-bGgHtKjIU>. Acesso em: 10/11/2018.

⁴⁷ Trecho da fala de Paes de Lira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rqxu6ylEStk>. Acesso em: 10/11/2018.

⁴⁸ Com o avanço conservador nas eleições de 2018, Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PSL/SP), também herdeiro da família real, foi eleito deputado federal, obtendo mais de 100 mil votos. Luiz Orléans e Bragança fundou o grupo liberal Acorda Brasil e participou ativamente das manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), conhecido grupo do conservadorismo cristão no Brasil.

No entanto, apesar da existência desses focos da extrema-direita que mantiveram alguma base social, desde a redemocratização, tais grupos encontravam-se ainda em uma localização “marginal” no espectro político nacional – fechados em nichos eleitorais e sociais, sem qualquer possibilidade real de influir sobre os principais eventos que compunham a realidade sociopolítica brasileira. Na Câmara Federal, até o momento da 55ª Legislatura (2015-2019), o discurso da “ideologia de gênero” não teve qualquer tipo de reverberação social e política significativa, ficando restrito a poucos parlamentares, sem um foco propositivo em termos político-legislativos.

Como destacado por Pierucci (1987), a maioria das lideranças políticas do período pós-redemocratização evitavam se identificar enquanto de “direita”, aderindo a nomenclatura do “centro” politicamente moderado, buscando se desvincular da imagem dos governos militares, desacreditados perante a opinião pública. Portanto, a extrema-direita encontrou poucos espaços políticos institucionalizados abertos para as suas ideias, retornando assim para a disputa orgânica da sociedade a partir de mobilizações de “base”, sobretudo vinculados às novas formas de comunicação e difusão político-ideológica possibilitadas pela internet e pelas redes virtuais.

Assim, gradualmente, uma nova agenda conservadora foi amadurecida por lideranças e grupos da extrema-direita, contribuindo para a conformação de novos discursos no âmbito das disputas pela hegemonia da sociedade (Fairclough, 2003; Gramsci, 1971, Laclau & Mouffe, 1985/2001). Tais grupos encontraram nas políticas sexuais um campo de batalha moral com forte apelo popular e lastro religioso no cristianismo, tendo em vista a emergência de novos pânico morais relacionados ao avanço de políticas públicas inclusivas à diversidade sexual e de gênero (Freire, 2018; Machado, 2018; Miskolci & Campana, 2017).

As eleições de 2014 foram um ponto crucial para a compreensão desta guinada no cenário sociopolítico brasileiro, realizadas após as manifestações de junho de 2013 que revelaram uma grave crise de representatividade política e uma fissura no projeto societal até então hegemônico desde a redemocratização do país. Apesar da vitória da chapa de Dilma Rousseff (PT), em uma das vitórias eleitorais mais apertadas da história, tivemos a eleição do então Congresso Nacional mais conservador da Nova República (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014), fortalecendo assim a reorganização do campo da extrema-direita no Brasil. Contudo, nas eleições seguintes, a 55ª Legislatura (2015-2019) perdeu este posto para a recém-eleita 56ª Legislatura (2019-2023), fortemente conformada pela vitória eleitoral da chapa “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” (PSL e PRTB).

Esta chapa, que elegeu Bolsonaro na Presidência da República, conseguiu alcançar o número de 52 deputados/as federais (segunda maior bancada partidária, atrás apenas do PT), trazendo a extrema-direita novamente para o centro da política nacional. Dessa forma, o resultado eleitoral de 2014 acabou por se mostrar como um prelúdio do que estaria por vir no campo das disputas político-ideológicas no Brasil, com o acirramento das polarizações e a vitória de uma “ordem do discurso” (Fairclough, 1992, 2003) pautada no moralismo, no discurso de autoridade e no ordenamento repressivo da sociedade.

Recordando que Bolsonaro demonstrou sua disposição em se candidatar à Presidência da República já em 2014, ainda pelo Partido Progressista (PP), quando apresentou, em um pronunciamento de abril daquele ano, uma série de propostas – como a redução da maioridade penal, o fim das demarcações de terras indígenas, a defesa da família tradicional, a luta contra o “kit gay” e a “ideologia de gênero”, e a liberalização do porte de armas. Em suas palavras: “Estou pleiteando uma vaga para disputar à Presidência da República. Por quê? Porque a Direita tem cara, tem nome e tem voto”⁴⁹. Apesar da anúncio pública de sua vontade em se candidatar à Presidência da República com um programa político para a direita, seu partido não acatou tal decisão e se manteve na chapa de Dilma Rousseff (PT), localizada no campo da centro-esquerda. Naquelas eleições, Bolsonaro permaneceu no PP e se manteve como candidato à deputado federal, sendo o mais votado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 460 mil votos, despontando assim como uma das principais lideranças da extrema-direita no país.

Dessa forma, após aproximadamente trinta anos de Nova República, tivemos um reavivamento das direitas políticas no país, com a emergência de grupos de extrema-direita no centro do cenário político nacional – declaradamente saudosistas do regime militar, pela promoção do controle sociocultural restrito e da patrulha ideológica efetuada por órgãos do Estado. Portanto, como apontado por Sebastião Velasco e Cruz (2015), “a direita no Brasil mostrou sua cara. E o fez ruidosamente, mal contida em seu entusiasmo, vencidas as barreiras que a inibiram por tanto tempo, condenando-a a uma existência, discreta e envergonhada” (Velasco e Cruz, 2015, p. 13).

No campo das políticas sexuais, o discurso de combate à “ideologia de gênero” surgiu, sobretudo a partir de 2015, como o principal elemento unificador da atuação de grupos conservadores. O termo “ideologia de gênero” aglutinou uma série de preocupações relacionadas à agenda conservadora em conformação, como os direitos sexuais das mulheres (em especial o aborto), a união civil e o casamento homoafetivo, a igualdade social entre

⁴⁹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Jair Bolsonaro (PP/RJ) no Plenário da Câmara em 30/04/2014, às 14h45.

homens e mulheres, a educação em sexualidade e direitos humanos, o reconhecimento das identidades trans, entre diversas outras (Bracke & Paternotte, 2016; Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Kováts & Põim, 2017; Machado, 2018).

Como um exemplo marcante da conformação de uma nova “agenda conservadora” no Brasil e sua vinculação com o discurso da “ideologia de gênero”, tivemos as discussões legislativas que perpassaram o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT). No momento de declaração do posicionamento das bancadas partidárias, na madrugada do dia 16 de abril de 2016, a bancada do Partido Social Cristão (PSC) foi a única que citou a necessidade do combate à “ideologia de gênero”, relacionada a uma diversidade de questões políticas, econômicas e socioculturais. Naquele momento, o posicionamento da bancada do PSC sobre o impeachment⁵⁰ – expresso nas falas de Jair Bolsonaro (PSC/RJ), Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), Marco Feliciano (PSC/SP), Arolde de Oliveira (PSC/RJ) e André Moura (PSC/SE) – evidenciou um amadurecimento das posições programáticas e político-ideológicas da extrema-direita brasileira, que começavam a se conformar em uma agenda política unitária.

Em tais pronunciamentos percebeu-se a constituição de um discurso unificado, que aglutinou uma diversidade de pautas em uma agenda única, aliando propostas tanto no campo político e econômico, quanto no campo moral e sociocultural. Na concepção de tais parlamentares, a “esquerda” brasileira estaria atuando a partir de uma agenda difusa e, em muitos momentos, oculta de dominação política, sendo necessária a proposição de uma contra-agenda conservadora para o Brasil. Propunha-se assim uma reação à “revolução cultural” promovida pelos governos petistas e propaganda internacionalmente pela esquerda global. Como destacado pelo deputado Arolde de Oliveira (PSC/RJ):

A ala marxista da esquerda abandonou, então, a luta armada como instrumento para conquistar o poder e adotou o pensamento de Antonio Gramsci, que orienta a tomada do poder pela via pacífica, para, então, desconstruir os valores e convicções preexistentes na sociedade alvo, inclusive usando a violência, se for necessário, para concluir a implantação do Estado socialista-comunista, de inspiração marxista.

A esquerda está no poder há mais de 13 anos, Sr. Presidente, e ensaia a última etapa do processo gramscista-marxista. Temos que interromper esse processo⁵¹.

A “ideologia de gênero” se constituiria como um dos instrumentos de “conquista do poder” utilizados pela esquerda, atuando no campo da desconstrução dos valores (cristãos) da

⁵⁰ A ata na íntegra da referida sessão legislativa está disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EN1604160500.pdf>. Acesso em 03/11/2018.

⁵¹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Arolde de Oliveira (PSC/RJ) no Plenário da Câmara em 16/04/2016, às 5h04.

sociedade brasileira. Portanto, o impeachment de Dilma não se trataria apenas de um julgamento de um caso de crime de responsabilidade fiscal, mas também de uma reação a um suposto processo de tomada de poder pelas esquerdas, com a desconstrução moral visando a instauração de um regime marxista. Como destacado, por Marco Feliciano (PSC/SP): “Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com menos de 4 anos de idade, com a sepultada – graças a Deus – ideologia de gênero”⁵². Neste sentido, vemos a conformação de uma agenda moral que traz as políticas sexuais para o centro das disputas político-ideológicas, colocando-as em uma posição de destaque e igualdade a assuntos econômicos e sociais comumente tratados pela arena política tradicional.

De forma simultânea, a percepção da ameaça constituiu o discurso dos parlamentares que se utilizaram do termo “ideologia de gênero”. Neste caso, não apenas uma ameaça local e imediata, mas uma ameaça difusa, articulada por distintos atores sociais e institucionais em um contexto globalizado. Na visão do deputado Lincoln Portela (PRB/MG), expressa em outubro de 2017, a despeito da “ideologia de gênero” ter sido tratada pelas pessoas que seguem “Marcuse, Engels, Marx ou outros”, esta ideologia não seria de esquerda, sendo uma invenção do “empresariado americano, europeu, um grande comércio mundial”⁵³. Assim, o deputado trouxe novos elementos para a caracterização desta ideologia, que seria promovida por uma rede de múltiplos grupos sociais, inclusive antagônicos no âmbito das disputas político-ideológicas.

Posteriormente, em outro pronunciamento naquele mesmo mês, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) ampliou as relações internacionais da “ideologia de gênero”, caracterizando-a enquanto um processo político “orquestrado” pela “esquerda brasileira e mundial”, tendo como base mentiras, visando a destruição da família. Assim, para traçar o histórico da “ideologia de gênero”, Lorenzoni introduziu o “americano, sociólogo, militante e demógrafo” Kingsley Davis, pois:

Ele, a partir da ONU, funda esse conselho [conselho populacional], que seria o precursor do “planejamento populacional”, através do aborto e de contraceptivos, e, por fim, da própria ideologia de gênero, aí agregada ao feminismo e à própria pedofilia.

⁵² Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) no Plenário da Câmara em 16/04/2016, às 5h04.

⁵³ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Lincoln Portela (PRB/MG) no Plenário da Câmara em 03/10/2017, às 17h52.

Dentre os objetivos desse conselho populacional, estava a destruição das soberanias nacionais, o controle do comportamento humano e o controle do crescimento populacional⁵⁴.

Dessa forma, deputado estabeleceu um inusitado vínculo entre sujeitos e grupos sociais; por exemplo, entre o trabalho pioneiro do demógrafo Kingsley Davis (1908-1997) sobre crescimento populacional e planejamento, e a “ideologia de gênero” promovida pela ONU nos anos de 1990. Em seu discurso, estabeleceu-se um elo causal entre a criação da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU em 1946 (erroneamente atribuída unicamente a Davis), e a introdução do termo “gênero” na IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, realizada em Pequim, em 1995 (também erroneamente atribuída a Judith Butler). Para o deputado, a ONU vem se utilizando de seus recursos “bilionários” para a implementação de uma agenda mundial, com a promoção da “transgeneridade”, do aborto, dos métodos contraceptivos e das políticas de gênero. Tratando-se de uma agenda que deve ser veemente combatida, pois “não há separação entre ideologia de gênero, agendas LGBT, feministas ou pedófilas. Compõem o mesmo vértice destrutivo, com o mesmo objetivo: destruir a família”.

Tais argumentos, ainda que conspiratórios e baseados em poucas evidências, são instrumentalizados por diversos ativistas conservadores e circulam livremente pelos discursos políticos, difundidos sobretudo na internet e nas redes sociais. Por exemplo, Padre Paulo Ricardo da Arquidiocese de Cuiabá, que possui uma forte militância virtual, publicou em seu blog, já em 2014, um texto que unifica as linhas argumentativas dos pronunciamentos de Lincoln Portela e Onyx Lorenzoni. No seu entendimento, a “ideologia de gênero” teria surgido a partir de uma “união maligna” entre atores sociais distintos e inclusive opostos, dos quais “sejam marxistas radicais, sejam filantropos capitalistas, ambos querem transformar a sociedade e, para tanto, eles se unem a fim de destruir a família”. Assim, nesta união temos a confluência da ONU, de políticas populacionais e demográficas, do feminismo, de marxistas revolucionários, de capitalistas, e de fundações de financiamento a pesquisas, em um projeto conspiratório que visa destruir os valores cristãos e a família para conseguir dominar politicamente a sociedade⁵⁵.

Como descrito por Michael Löwy (2015), a extrema-direita no Brasil e no mundo avança com um discurso antissistêmico, de oposição a ordem neoliberal instaurada nas últimas décadas. Adentrando no terreno da disputa político-ideológica, a extrema-direita brasileira vem

⁵⁴ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) no Plenário da Câmara em 11/10/2017, às 14h30.

⁵⁵ Christo Nihil Praeponere (CNP), Padre Paulo Ricardo (17/06/2014), “89. Herodes e Pilatos dicaram amigos!”. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/herodes-e-pilatos-ficaram-amigos>. Acesso em 12/11/2018.

se pautando em uma agenda política conformada por questões como corrupção e moralismo, o culto à violência policial, a intolerância contra as minorias sexuais e o apelo aos militares. Tendo em vista o acirramento desta tendência de avanço do conservadorismo político no Brasil, as considerações de Löwy nos trazem importantes reflexões sobre o cenário sociopolítico contemporâneo, possibilitando uma compreensão mais ampliada para além dos antagonismos políticos bem estabelecidos entre os espectros da esquerda e da direita. Nas palavras do autor:

Como explicar esse sucesso crescente da extrema-direita? O primeiro elemento de explicação é o processo de globalização capitalista neoliberal – também um poderoso processo de homogeneização cultural forçada – que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os identity panics [pânicos de identidade], a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais (Löwy, 2015, p. 656-657).

A análise do discurso da “ideologia de gênero” no Brasil compreende, necessariamente, a produção de reflexões sobre o avanço da extrema-direita e do conservadorismo político nos últimos anos. O que se articula no campo das políticas sexuais – perpassando as práticas socioculturais e as distintas ordens do discurso que compõem o contexto social – não está desvinculado de outros campos políticos, compondo uma rede de sujeitos, grupos sociais e discursos políticos que conformam um “bloco” que disputa a hegemonia da sociedade (Fairclough, 2003; Coutinho, 1990, 2000).

O discurso da “ideologia de gênero” possibilitou a organização dos campos semânticos e lexicais em torno de uma “guerra político-moral” (César & Duarte, 2017) que atravessa a sexualidade, se somando posteriormente a uma batalha ideológica contra o “marxismo cultural”, que visa a destruição dos valores da sociedade cristã, facilitando assim a dominação política por grupos de “esquerda”.

Concomitantemente, os posicionamentos ideológicos do conservadorismo cristão e o discurso da “ideologia de gênero”, que antes se encontravam restritos a pequenos grupos, agora estão presentes nas principais disputas sobre os rumos da sociedade brasileira. Algo que foi aprofundado após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições de 2018, sendo o combate à “ideologia de gênero” umas das pautas que compõem esta agenda política em andamento. No entanto, apenas o tempo nos dirá se este discurso conseguirá maior capilaridade no terreno das práticas socioculturais ou se irá se estagnar novamente em um nicho social bastante específico, sem conseguir se estabelecer enquanto senso comum e discurso hegemônico.

3.3 O pânico moral em torno das exposições artísticas

No dia 13 de setembro de 2017, a deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) fez um pronunciamento em repúdio a uma exposição artística realizada em Porto Alegre, no Santander Cultural, que em sua compreensão promovia a “ideologia de gênero”. Nas suas palavras, tratando sobre as suas motivações para repudiar esta exposição: “me senti no direito e na obrigação, como mãe e como mulher, de estar aqui defendendo as famílias brasileiras, vítimas de mais uma atitude que é lamentável”⁵⁶. Por outro lado, Geovania de Sá apresentou que o problema principal não era a existência desta exposição em si (“respeitamos a posição de cada um”), o grave problema se constituía pela ida de crianças à exposição, pois de acordo com a deputada mais de cem escolas levaram seus/suas estudantes para “ver cenas deprimentes”.

Novamente, nos deparamos com a reafirmação do discurso da “ameaça às crianças” (Balieiro, 2018; Freire, 2018; Kováts, 2017), no caso não centrado unicamente nas escolas, porém também em espaços públicos de circulação cultural, evocando um forte pânico moral em torno da presença das sexualidades “desviantes” em exposições artísticas, ou seja, em torno da afirmação destas sexualidades enquanto expressões socioculturais legítimas (Miskolci, 2007; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002).

Como publicamente conhecido, a deputada fazia referência à exposição artística “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, organizada pelo curador Gaudêncio Fidélis e inaugurada em 15 de agosto de 2017, no Santander Cultural de Porto Alegre-RS. A exposição, que reuniu mais de 200 obras de renomados/as artistas plásticos/as brasileiros/as, elencou a temática da diversidade sexual e de gênero como seu principal foco, sendo uma iniciativa pioneira na América Latina, por sua dimensão e pelo agrupamento inédito de obras de grande prestígio. Assim, foram reunidos trabalhos de importantes artistas contemporâneos/as, alguns reconhecidos internacionalmente – como as obras de Adriana Varejão, Alfredo Volpi, Lygia Clark e José Leonilson – que trataram sobre a questão da sexualidade no cotidiano da sociedade brasileira.

No entanto, alguns dias após a sua abertura, no início de setembro, a exposição artística começou a sofrer diversos ataques, replicados nas redes sociais, que a acusavam de possuir obras que faziam apologia à pedofilia e zoofilia, além de promoverem a “ideologia de gênero” e atacar símbolos religiosos cristãos. O Banco Santander foi responsabilizado por tais acusações, sendo alvo de ameaças de boicote e de novos ataques nas redes sociais. Como

⁵⁶ Trecho do pronunciamento realizado pela dep. Geovania de Sá (PSDB/SC) no Plenário da Câmara em 13/09/2017, às 14h16.

descrito pelo curador Gaudêncio Fidélis, em entrevista, poucos dias após a decisão pelo encerramento da exposição: “de repente, esses grupos de extrema direita, nesse caso liderados pelo MBL, descobrem a exposição, se dão conta que a exposição é uma plataforma de altíssima visibilidade e resolvem fazer dela uma plataforma para projeção de suas ideias conservadoras e reacionárias”⁵⁷.

Assim, diversos grupos de extrema-direita de todo o país replicaram os ataques ao Queermuseu em suas redes sociais. O Movimento Brasil Livre (MBL) do Rio Grande do Sul, um dos grupos mobilizados nas manifestações pelo impeachment em 2016, foi o principal grupo a coordenar e amplificar os ataques a esta exposição nas redes sociais, possibilitando a sua ampla difusão social. Com a repercussão negativa, no dia 10 de setembro de 2017, o Santander Cultural comunicou, em sua página nas redes sociais, a decisão pelo encerramento antecipado da exposição – algo que foi amplamente coberto pelos meios de comunicação, se tornando uma notícia de repercussão nacional. Neste mesmo dia, em entrevista ao jornal local Zero Hora, Paula Cassol, coordenadora estadual do MBL no RS, explicitando suas posições, afirmou que “discordamos que dinheiro público esteja envolvido na divulgação de pedofilia ou outras “filias”. Não acredito que seja um tipo de arte. Para começar, não entendo que isso seja arte, muito menos que uma criança tenha acesso a esse tipo de coisa”⁵⁸.

Outro exemplo foi o vídeo publicado no canal Mamaefalei, em 11 de setembro, onde o conhecido “youtuber”, também integrante do MBL, Arthur do Val – eleito deputado estadual pelo PSL/SP, em 2018, com mais de 400 mil votos – apresentou a sua posição pela defesa do “boicote” à exposição:

Me senti muito ofendido com isso fazer parte claramente de uma agenda autoritária de esquerda, com pessoas querendo de maneira autoritária empurrar isso goela abaixo. Não só para pessoas adultas como nós, mas para crianças e para jovens. Então é o seguinte, sabe onde eu me senti ofendido? Quando essa galera de esquerda começa a querer falar que isso é cultura, que isso deve ser ensinado e deve ser promovido enquanto cultura para jovens⁵⁹.

⁵⁷ Entrevista ao site do vereador David Miranda (PSOL), da cidade do Rio de Janeiro. David Miranda (11/09/2017), “Entrevista Exclusiva: Gaudência Fidélis, curador da exposição queer censurada em Porto Alegre”. Disponível em: <https://davidmirandario.com.br/2017/09/entrevista-exclusiva-gaudencio-fidelis-curador-da-mostra-queer-censurada-em-porto-alegre/>, acesso em 12/11/2018.

⁵⁸ Zero Hora (10/09/2017), “‘Não entendo que isso seja arte’, diz coordenadora do MBL/RS sobre a exposição ‘Queermuseu’”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/nao-entendo-que-isso-seja-arte-diz-coordenadora-do-mbl-rs-sobre-a-exposicao-queermuseu-9893226.html>. Acesso em 12/11/2018.

⁵⁹ Trecho dos vídeos “MBL Censura Exposição Queermuseu do Santander”, de 11/09/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FiSNvXJYmP4>. Acesso em 12/11/2018.

Dessa forma, sob a acusação de apologia a zoofilia e pedofilia e profanação de símbolos cristãos, o Queermuseu foi atacado e teve a sua exibição cancelada, sem qualquer tipo de averiguação das acusações ou tempo de defesa. Inclusive, a própria Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, recomendou a reabertura da exposição, além da realização de outros eventos que tratem sobre diversidade sexual. No entanto, por conta dos protestos nas redes virtuais e pelo medo de novos boicotes, o Santander Cultural decidiu pela não reabertura da exposição. Como destacado por Arthur do Vale, não se trata da exposição artística em si, mas da impossibilidade do reconhecimento das representações tratadas pelas obras enquanto expressões socioculturais legítimas, dignas de existirem no espaço público. Assim, as sexualidades “desviantes” são relegadas ao status da não existência, provocando pânico morais quando emergem e afirmam a sua existência no espaço público (Aghdgomelashvili, 2015; Miskolci & Campana, 2017; Rubin, 1984).

A noção de “pânico moral”, desenvolvida por diversos/as autores/as (Goode & Ben-Yehuda, 2009; Machado, 2004), se apresenta enquanto um útil conceito para a compreensão e interpretação dos fenômenos sociopolíticos que perpassam os ataques às exposições artísticas e ao “mal” intitulado de “ideologia de gênero”. Como descrito por Stanley Cohen (1972/2002), o pânico moral pode ser descrito como um fenômeno social relacionado aos confrontos políticos presentes na esfera pública, com o processo de emergência de um “objeto” que é elencado como uma ameaça à sociedade, gerando assim grandes conturbações e uma forte reação de grupos sociais, lideranças políticas e especialistas na proposição de soluções. Nas palavras de Cohen:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emergem para serem definidos como uma ameaça aos interesses e valores sociais; sua natureza é apresentada de modo estilizado e estereotipado pela mídia de massas; as barricadas morais são armadas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de pensamento direito [right-thinking people]; especialistas socialmente creditados pronunciam seus diagnósticos e soluções; as formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) utilizadas; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e se torna mais visível (Cohen, 1972/2002, p. 1, tradução nossa).

Apesar dessa definição do autor ser bastante ampla, alguns aspectos deste conceito delimitam a percepção de um fenômeno sociocultural e político particular. Assim, não se trata do processo habitual e corrente em toda e qualquer disputa política, de definição dos “problemas” e das “soluções” em relação a uma determinada conformação societal. Os pânicos morais certamente não são fenômenos ordinários e costumeiros; pelo contrário, são característicos por sua forma “emergente”, não cotidiana e em muitos momentos efêmera –

quando simplesmente desaparecem do debate público, caindo no esquecimento, após momentos de grande agitação

Por outro lado, temos uma ação focada de grupos de interesse na construção e amplificação da percepção da “ameaça” e dos “problemas” que demandam uma resposta pública, uma reação imediata de grupos sociais, instituições e sujeitos políticos, sobretudo vinculados ao poder público. Portanto, elencam-se os grupos e sujeitos que causam o “problema” e ameaçam a sociedade, a partir da promoção de verdadeiras “cruzadas morais” (Cohen, 1972/2002; Goode & Ben-Yehuda, 2009; Machado, 2004). Assim, a retórica da ameaça aos valores sociais e à moralidade se torna um potente discurso político, produzindo agitações sociais e confrontos intergrupais, com a conformação de mobilizações afetivas que justificam o combate irrestrito às causas do “mal”.

Em confluência a isso, Carla Machado (2004), em sua revisão sobre os usos deste conceito, apresentou que a noção de pânico moral possui algumas características basilares, compartilhadas por uma vasta literatura. Assim, temos características como: a sua natureza explosiva e intensa; sua conformação enquanto uma preocupação pública; seu caráter localizado no espaço e no tempo; a desproporcionalidade da ação em relação à ameaça real; a produção de dicotomias, estereotipização e hostilidades a determinados grupos sociais; e a volatilidade do processo como um todo, junto a seu caráter episódico.

Dessa forma, em sua compreensão, tendo em vista a característica comunicacional de produção e instrumentalização política de “eventos” na atualidade, o fenômeno dos pânicos morais assume “uma natureza essencialmente *performativa*, correspondendo a formas discursivas localizadas e transitórias, adaptadas ao objectivo de alcançar a visibilidade e a voz pública, através da difusão midiática” (Machado, 2004, p. 76). Cabe destacar que, nos dias atuais, os meios de comunicação de massas não estão mais restritos a suas formas tradicionais – jornais impressos, revistas, rádio, noticiários de televisão – mas se constituem de forma muito mais orgânica e, inclusive, eficaz nas novas tecnologias de comunicação e difusão midiática, a partir dos aplicativos de celular e das páginas de internet. Como visto no caso do discurso da “ideologia de gênero”, praticamente toda a sua construção discursiva e a sua difusão social se deu através da internet e de meios virtuais de comunicação.

Na visão de Jeffrey Weeks (1985/2002), historicamente, a sexualidade se constituiu enquanto um terreno fértil para a emergência de pânicos morais, por tratar sobre questões controversas relacionadas à identidade pessoal, que desestabilizam as fronteiras e hierarquias sociais. Desde o século XIX, tivemos a emergência de diversos pânicos morais no campo da sexualidade – acerca da sexualidade infantil, da prostituição, da pedofilia, da decência pública,

das doenças sexualmente transmissíveis, da pornografia, do homoerotismo, etc. Tais pânicos morais amplificaram uma “ansiedade social generalizada” em torno da sexualidade; comumente, resultando na elevação de determinados grupos sociais ao status de “mal comum” [folk devil], com a classificação dos degenerados e desviantes, tornando-os alvos prioritários no processo de combate à ameaça e de resolução do “problema”.

Como discorreu Gayle Rubin (1984), por conta do processo de mistificação da sexualidade nas sociedades ocidentais, “as guerras em torno dela são geralmente combatidas a partir de ângulos oblíquos, direcionadas a alvos falsos, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente, intensamente simbólicas” (Rubin, 1984, p. 171, tradução nossa). Na compreensão desta autora, o pânico moral se conformou enquanto o “momento político” da sexualidade, no qual atitudes difusas são canalizadas em ações políticas.

Tratando sobre os pânicos morais em torno do casamento homoafetivo no Brasil, Richard Miskolci (2007) conceitua esta noção como um “mecanismo de resistência e controle da transformação societária” (Miskolci, 2007, p. 103). Tal mecanismo emerge a partir de uma reação às rupturas com os padrões normativos instituídos, sendo consequentemente um produto de temores já existentes na sociedade. Para o autor, o processo de análise de um pânico moral envolveria também a produção de reflexões de caráter genealógico, abordando a historicidade dos fenômenos sociais, das relações de poder e de suas correlações políticas. Portanto, os pânicos morais não seriam eventos descolados, meramente situacionais e autônomos a um contexto sociocultural e histórico mais amplo; sua análise envolveria necessariamente uma reflexão crítica sobre os discursos que constituem os sujeitos e o seu contexto sociocultural, e como tais discursos propiciam a mobilização de “pânicos” enquanto um instrumento de disputa política.

Neste sentido, compreendemos que a reação de grupos sociais e organizações de extrema-direita ao Queermuseu se constituiu fundamentalmente a partir da produção de pânicos morais, desvelando uma “ansiedade generalizada” em torno das sexualidades “desviantes” (Weeks, 1984/2002) e de sua presença e legitimação em uma exposição artística pública. Algo que se converteu em um processo de estereotipização e classificação de “*folk devils*” sob o rótulo da pedofilia e da zoofilia, acirrando assim as hostilidades e impulsionando uma cruzada moral, mobilizada nas redes sociais, visando a supressão do “mal”. Em termos gerais, o discurso da “ideologia de gênero” atua sobre o mesmo mecanismo social, com a constituição de pânicos morais em torno da sexualidade, visando alcançar o “senso comum” da sociedade e a agenda de políticas públicas. Recordando que a linguagem e os discursos possuem um papel central na conformação dos fenômenos políticos, que se articulam a partir da interação linguística e

intersubjetiva (Chilton, 2004; Fairclough & Fairclough, 2012; van Dijk, 1999, 2009). Desse modo, o esforço analítico pela compreensão de pânico morais em torno da sexualidade perpassaria necessariamente a análise de processos discursivos.

Em nossa pesquisa, a partir do levantamento e da análise prévia dos pronunciamentos de parlamentares na Câmara Federal, o discurso da “ideologia de gênero” apareceu assimilado ao pânico moral gerado em torno das exposições artísticas, que se mostraram como um importante evento no ano de 2017. Como questionou o deputado Alan Rick (DEM/AC), em outubro de 2017, tratando sobre as exposições artísticas que considerou inadequadas, obscenas e criminosas: “A quem interessa erotizar as crianças do Brasil? A quem interessa implantar a ideologia de gênero nas escolas?”⁶⁰. Dessa forma, o discurso da “ameaça às crianças” se deslocou do perigo da “ideologia de gênero” nas escolas para as exposições artísticas, ou seja, tais expressões socioculturais deveriam ser excluídas do espaço público por causarem “danos” à sociedade.

O caso da performance “La Bête” no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, replicado como “performance do homem nu” pela mídia, ocorrido poucos dias após os ataques e a decisão pelo encerramento do Queermuseu. Esta performance trouxe elos supostamente mais explícitos entre a “ameaça às crianças” e as exposições artísticas consideradas degeneradas, amplificando o pânico moral em torno da “pedofilia” e da “ideologia de gênero” na arte e no espaço público.

Tratou-se de uma performance artística ocorrida em 26 de setembro de 2017, durante a abertura do 35º Panorama de Arte Brasileira, promovido pelo MAM, na qual o coreógrafo Wagner Schwartz realizou uma interpretação da obra “Bichos”, de Lygia Clark. A performance, no seu principal ponto, consistia em uma atuação interativa entre o artista e o público, que poderia manipular de forma voluntária o seu corpo nu. Poucos dias após a performance, o caso ganhou uma grande repercussão nas redes sociais, após a ampla difusão por grupos de extrema-direita de um vídeo no qual uma menina, de aproximadamente cinco anos, e sua mãe tocavam no artista que se encontrava nu, deitado no chão.

Dessa forma, este vídeo foi replicado por diversas páginas virtuais e lideranças políticas na internet, gerando um intenso debate nas redes sociais, novamente com acusações de apologia à pedofilia. Inclusive, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) instaurou, em 29 de setembro, um inquérito civil para averiguar as denúncias de “conteúdo impróprio para menores”; e posteriormente, em 27 de novembro, o MPSP e o MAM firmaram um Termo de

⁶⁰ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Alan Rick (DEM/AC) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 19h14.

Ajustamento de Conduta, com o estabelecimento de diversas exigências para a realização de performances com pessoas nuas⁶¹. Certamente, este inquérito foi aberto a partir de inúmeras denúncias efetuadas por grupos e lideranças conservadoras, que buscavam a criminalização desta performance artística. Assim como relatado pelo deputado Alan Rick (DEM/AC) no Plenário da Câmara: “nós entramos com uma representação junto ao Ministério Público Federal contra os promotores daquela performance lá em São Paulo, no Museu de Arte Moderna. O povo brasileiro não quer ver suas crianças serem violentadas em sua fragilidade moral e psicológica” (Idem).

O deputado Delegado Éder Maura (PSD/PA), em 2 de outubro de 2017, seguindo esta linha argumentativa, reafirmou a criminalização de tais exposições artísticas, com a acusação do Queermuseu de apologia à zoofilia e pedofilia, comparando também a presença da criança na performance “La Bête” a um “crime de estupro de vulnerável”. Por outro lado, o deputado mobilizou antagonismos e identidades, visando a mobilização contra a imposição da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Em suas palavras: “Esse pessoal que aqui defende esse tipo de coisa não vai ter trégua não só da bancada da segurança, mas também de todos aqueles que vieram de uma família. (...) Estão confundindo a cabeça das nossas crianças em escolas, tentando impor a ideologia de gênero”⁶².

Novamente, o Movimento Brasil Livre (MBL) foi um dos principais grupos a difundir a “ameaça às crianças” nas exposições artísticas em suas redes sociais, se somando aos grupos que foram protestar presencialmente na entrada do MAM. Como apresentado pela página “Monitor do debate político no meio digital”, entre os dias 28 e 29 de setembro de 2017, foram mais de 500 mil compartilhamentos de notícias e publicações sobre o caso da performance artística “La Bête”, impulsionados sobretudo pela página virtual Jornal Livre, vinculada ao MBL⁶³.

Aqui vemos nitidamente o papel da mídia no processo de emergência de um pânico moral (Cohen, 1972/2002; Machado, 2004). No entanto, neste caso, os grupos midiáticos tradicionais – como a Veja, a Folha de São Paulo e o Estadão, com notícias mais profissionalizadas e moderadas – dividiram a sua audiência com páginas vinculadas a grupos

⁶¹ Ministério Público do Estado de São Paulo (27/11/2017), “Ministério Público e MAM firmam TAC sobre fotos e filmagens em instalações artísticas”. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=17879933&id_grupo=118. Acesso em 13/11/2018.

⁶² Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Delegado Éder Mauro (PSD/PA) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 19h36.

⁶³ Postagem do dia 29 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/posts/entre-a-noite-do-dia-28-e-hoje-dia-29-o-pa%C3%ADs-viu-mais-de-500-mil-compartilhament/1552191778175613/>. Acesso em 13/11/2018.

de direita e extrema-direita, como o Jornal Livre, o think-tank liberal ILISP, a página Ceticismo Político e o portal oficial do Instituto Mises Brasil. Inclusive, as postagens das páginas de grupos conservadores, de tom mais agressivo e politizado, obtiveram um número maior de compartilhamentos no Facebook.

Dentre as postagens como mais interações sobre o caso, temos a publicação feita por Fernando Holiday (DEM/SP), em 29 de setembro de 2017 – uma das lideranças do MBL e vereador de São Paulo – que em novembro de 2018 já contava com mais de 30 mil compartilhamentos e 15 mil comentários. A partir de uma foto onde o artista aparece nu e de mão dadas com quatro meninas, provavelmente durante a realização da “La Bête” em alguma localidade, Fernando Holiday apresentou os seguintes comentários:

Pessoal, olhem essa foto! É um escárnio! Isso é nada mais e nada menos do que a implementação de uma agenda ideológica de esquerda. Eles perderam qualquer tipo de noção. E pra pirar isso é financiado com dinheiro PÚBLICO!

O “ator” que fica pelado sendo apalpado por crianças faz diversas postagens em seu facebook defendendo a ideologia de gênero e outros absurdos que já foram rejeitadas pela população. São uns vagabundos e canalhas! Só ainda conseguem fazer este tipo de coisa pois sugam o dinheiro do povo brasileiro por meio da mamata chamada Lei Rouanet⁶⁴.

Assim, Holiday não apenas hostilizou o artista, mas também produziu generalizações e estereotipização que foram direcionadas a um grupo social específico, apresentado neste texto enquanto um sujeito gramatical indeterminado (“são uns”, “ainda conseguem”). Entretanto, a partir da percepção do contexto e de outros elementos do texto, como a citação de uma “agenda ideológica de esquerda” na parte inicial da publicação, é possível a compreensão deste sujeito indeterminado como os grupos ou sujeitos vinculados à “esquerda”, enquadrados enquanto “*folk devils*” no processo de mobilização de pânico morais (Cohen, 1972/2002).

Por outro lado, este discurso político foi produzido a partir da evocação de um conhecimento de mundo mais amplo. Por exemplo, quando são utilizados termos como “financiado com dinheiro PÚBLICO”, “sugam o dinheiro do povo”, “mamata chamada Lei Rouanet”, vemos um processo de diálogo com a memória social (van Dijk, 1995, 1998) de seus receptores sobre a corrupção, reafirmando a sua vinculação aos grupos de esquerda – em muitos momentos, acusados de corruptos (no caso do uso do dinheiro público) e corruptores (no caso da “ideologia de gênero”) por grupos conservadores.

⁶⁴ Postagem da página “Fernando Holiday” no dia 29 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/fernandoholiday.mbl/posts/1951457555092401?_tn=K-R. Acesso em 13/11/2018.

Como apontado por Luis Felipe Miguel (2016), o Escola Sem Partido trabalhou sobre a construção do imaginário dos/as professores/as como potenciais corruptores/as, que deveriam ser vigiados, controlados e se necessário punidos. No caso das exposições artísticas, este imaginário foi expandido para além da questão da educação, alcançando as performances artísticas e consequentemente qualquer tipo de manifestação da “ideologia de gênero” no espaço público.

Como um exemplo disso, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) se pronunciou, no dia 2 de outubro de 2017, sobre as polêmicas em torno das exposições artísticas, apresentando que a confusão entre “liberdade de expressão artística” e “libertinagem” não poderia ser tolerada, principalmente porque crianças tiveram acesso à exposição do Queermuseu e à performance no MAM. Em sua compreensão: “Aqueles que promovem esse tipo de ação têm um objetivo: a sexualização das crianças, a ideologia de gênero. Eu não tenho nada contra a opção de cada um. Mas eu tenho tudo contra querer doutrinar criança para fazer opção antes da hora”⁶⁵. Nesta lógica argumentativa, a “ideologia de gênero” e seus promotores deveriam ser excluídos do espaço público por prejudicarem as crianças e ameaçarem as famílias.

Na esteira dos debates sobre as exposições artísticas, o deputado Flavinho (PSB/SP), em seu pronunciamento do dia 17 de outubro, estendeu os ataques aos artistas “que se uniram à esquerda”, à Rede Globo e a algumas empresas privadas, acusando-as de promover a “ideologia de gênero” e chamando a população para realizar boicotes. Com o forte impacto produzido pelos ataques às duas exposições artísticas e a grande mobilização nas redes sociais, Flavinho declarou no Plenário da Câmara: “o gigante despertou. Quem é esse gigante? São os 170 milhões de brasileiros que se cansaram desses ataques sistêmicos e endêmicos à família, à moral, aos bons costumes”⁶⁶. Dessa maneira, temos um processo de generalização das posições ideológicas de um determinado grupo social enquanto “senso comum” da sociedade brasileira, sendo um discurso que carrega uma função retórica de afirmação de uma pretensa maioria social que possui a “hegemonia” sobre o campo das práticas socioculturais (Fairclough, 2003).

O caso dos ataques às exposições artísticas no segundo semestre de 2017 exemplificou como o discurso da “ideologia de gênero” se potencializa a partir da emergência de pânico morais (Machado, 2004; Miskolci, 2007), provocando agenciamentos e mudanças na esfera pública e na agenda de políticas públicas. Nestas duas exposições, tivemos a mobilização de

⁶⁵ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 18h02.

⁶⁶ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Flavinho (PSB/SP) no Plenário da Câmara em 17/10/2017, às 14h30.

diversos atores sociais e sujeitos políticos, empurrando o poder público (sobretudo por meio dos poderes Legislativo e Judiciário) a agir tendo em vista a resolução do “problema” e a extinção do “mal”. Apesar de no caso do Queermuseu o Ministério Público regional ter se posicionado em defesa desta exposição, demonstrando que existem espaços de contradição e que tais posicionamentos não conseguem se estabelecer como totalizantes da realidade sociocultural brasileira.

Concomitantemente, foi perceptível a capacidade de deslocamento do discurso da “ameaça às crianças” para além das políticas de educação e das escolas, podendo ser generalizado em outras esferas do espaço público, tendo como resultado mais extremado a criminalização irrestrita das práticas socioculturais que contrariam e ameaçam o ordenamento heteronormativo. Neste sentido, compreendemos que a “ideologia de gênero” possui capacidade de construção e focalização de uma “ameaça”, atuando enquanto um “aglutinante simbólico” (Grzebalska, Kováts & Pető, 2017; Kováts & Põim, 2015), sendo instrumentalizado como um problema público que precisa ser enfrentado tanto no campo das disputas político-ideológicas, quanto no campo da repressão promovida pelo poder de coerção do Estado.

3.4 Uma inovação discursiva do conservadorismo cristão

O discurso da “ideologia de gênero” se conformou enquanto um potente discurso político não apenas na realidade brasileira, mas em diversas partes do mundo, principalmente nos lugares onde o cristianismo possui fortes lastros socioculturais – da América Latina (Amaya, 2017; Miskolci & Campana, 2017) ao continente Europeu (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017), ganhando inclusive capilaridade no continente africano (Kaoma, 2016). Neste sentido, assim como destacado na literatura, vemos que este discurso se estrutura a partir de uma leitura conservadora e, em muitos momentos, reacionária de mundo, baseada nos princípios oriundos do cristianismo, ganhando contornos específicos em cada localidade e a partir de cada denominação religiosa (católica, ortodoxa, evangélicas, etc.), porém mantendo uma estrutura relativamente coesa com a defesa de um modelo societal unitário.

Nos pronunciamentos dos/as deputados/as realizados no Plenário da Câmara Federal, a presença da identidade cristã, católica e evangélica, se configurou enquanto um aspecto marcante destes discursos. A “ideologia de gênero” foi enquadrada como uma grave ameaça aos valores cristãos, visando desconstruir a família (tradicional) brasileira e, conseqüentemente, a sociedade como um todo. No Brasil, o discurso da “ideologia de gênero” foi impulsionado na

arena política legislativa, sobretudo, através de lideranças religiosas, que atrelaram a tradição cristã brasileira a uma agenda conservadora e de extrema-direita. Como atuou insistentemente o deputado Arolde de Oliveira (PSC/RJ) – antigo quadro político da Igreja Batista – que na Sessão Solene em comemoração à Reforma Protestante, realizada em outubro de 2017, afirmou que uma “onda conservadora” iria “varrer” todas as ideologias que se contrapõem “aos fundamentos judaico-cristãos da nossa cultura, aos nossos fundamentos éticos e morais. Não será a ideologia de gênero, não será o casamento entre pessoas de mesmo sexo, não será o aborto, não serão essas tentativas que vão desconstruir os nossos valores”⁶⁷.

No entanto, antes de adentrarmos na realidade brasileira e nos discursos dos/as deputados/as, se faz importante algumas considerações genealógicas sobre como o discurso da “ideologia de gênero” se converteu em um potente discurso político-ideológico, capaz de aglutinar distintos atores políticos e grupos sociais em uma atuação conjunta, com um forte poder de mobilização e convencimento social. Como o discurso da “ideologia de gênero” compôs o campo das lutas hegemônicas e contribuiu para a ascensão de grupos do conservadorismo cristão na arena política local e global? E como esta vinculação entre a identidade cristã e o combate à “ideologia de gênero” esteve presente nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara?

É importante destacar que o conceito de “gênero” surgiu nos anos de 1950 nos Estados Unidos enquanto uma categoria médico-sexológica, com a divisão entre sexo (pertencente ao terreno da fisiologia) e do gênero (pertencente ao terreno da psicologia). Enquanto que o sexo está no campo da natureza, o gênero está no campo da cultura, impondo uma distinção analítica entre o âmbito da fisiologia sexual, da endocrinologia e das diferenças genitais, e o âmbito dos desejos, das identidades, dos costumes e das performances sexuais (Germon, 2009; Oakley, 1972/1985). Porém, naquela época, a noção de “identidade de gênero” era utilizada como uma ferramenta auxiliadora no tratamento de “desvios sexuais” como a transexualidade e a travestilidade, visando o alinhamento, considerado adequado pelo saber médico, entre “identidade de gênero” – a autopercepção enquanto homem ou mulher – e o sexo genital (Cyrino, 2013; Germon, 2009; Stoller, 1968/1974).

Apesar do desenvolvimento inicial deste conceito ser marcadamente conservador, vinculado a regulação e normalização da sexualidade, a noção de gênero possibilitou a desvinculação da sexualidade do determinismo biológico, demonstrando que o campo da cultural também possui um papel essencial na conformação da “diferença sexual”. A partir da

⁶⁷ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Arolde de Oliveira (PSC/RJ) no Plenário da Câmara em 31/10/2017, às 12h20.

entrada nos anos de 1970, o conceito de gênero foi introduzido na literatura acadêmica das Ciências Sociais e Humanas e passou a compor o vocabulário dos movimentos feministas anglo-saxônicos, confluindo com ascenso da contracultura, dos movimentos por direitos civis e das lutas por direitos sexuais protagonizada pelos movimentos feminista e homossexual daquele período (Germon, 2009; Weeks, 1985/2002). Como definiu a socióloga britânica Ann Oakley (1972/1985), em seu famoso livro *Gender, Sex and Society*: “‘Sexo’ é um termo biológico: ‘gênero’ um termo psicológico e cultural. O senso comum sugere que alguém que pertence ao, assim dizendo, sexo feminino automaticamente pertence ao gênero correspondente (feminino). Na realidade, não é assim” (Oakley, 1972/1985, p. 158, tradução nossa).

A partir dos anos de 1980, o conceito de gênero foi definitivamente afastado do saber médico-sexológico e de qualquer resquício de determinismo biológico, sendo utilizado por acadêmicos/as de tradição crítica para descrever e analisar relações de poder, hierarquias sociais e processos de subjugação e dominação baseados no discurso da diferença sexual (Germon, 2009; Haraway, 1991; Machado, 1998; Saffioti, 2004). Assim, gênero se tornou uma potente categoria analítica para a descrição de desigualdades sociais, abrangendo não apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas também o papel de padrões e normativas sexuais socialmente instituídas na repressão das sexualidades “desviantes” – uma questão que se intersecciona com a temática LGBT (Facchini, Daniliauskas & Pilon, 2013; Parker & Aggleton, 1999/2007).

Ainda antes do surgimento do termo “ideologia de gênero”, tivemos o início de uma ofensiva conservadora contra o conceito de “gênero” nos anos de 1990, quando esta noção passou a ser assumida por órgãos governamentais e paraestatais, adentrando na agenda de políticas públicas em diversas regiões do mundo. Essa ofensiva partiu da Igreja Católica e de grupos leigos de ativismo católico, que passaram a se articular internacionalmente contra o avanço da agenda de direitos sexuais e reprodutivos no mundo (Bracke & Paternotte, 2016; Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Corrêa, 2018; Junqueira, 2017; Vaggione, 2017) e, consequentemente, contra a “destruição da família” por meio do aborto, da liberalização dos costumes sexuais, do casamento homoafetivo e da adoção homoparental.

A IV Conferência Mundial de Mulheres da ONU, realizada em 1995, na cidade de Pequim, consolidou as políticas de gênero no cenário internacional, assim como abriu espaços para o reconhecimento de demandas como o direito ao aborto e as pautas LGBT, se tratando de um importante marco histórico quando nos referimos ao discurso da “ideologia de gênero” (Blázquez-Rodríguez et al., 2018; Corrêa, 2018; César & Duarte, 2017; Machado, 2018; Amaya, 2017). Isto se conformou desta forma porque, após esta conferência, o conservadorismo

cristão se reorganizou internacionalmente em uma “cruzada moral” anti-gênero (Balieiro, 2018). Como uma referência bastante influente para os grupos conservadores, o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, escrito pela ativista estadunidense Dale O’Leary (1997) em resposta à Conferência de Pequim (a autora participou ativamente das etapas preparatórias e da própria conferência como representante de um grupo católico), no qual foi descrita uma conspiração global contra a família perpetuada em nome das políticas de “igualdade de gênero” da própria ONU.

Posteriormente, tivemos em 2003 a publicação do *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, pelo Pontifício Conselho para a Família, que trouxe dois textos (ou verbetes) que abordaram o conceito de “gênero”, introduzindo o termo “ideologia de gênero” e sua lógica discursiva para a comunidade católica. De certa maneira, o *Lexicon* se constituiu também enquanto um posicionamento oficial do Vaticano sobre diversas questões polêmicas e emergentes na sociedade contemporânea – como a questão LGBT, os novos modelos familiares, a inseminação artificial, os direitos sexuais e reprodutivos, as novas tecnologias genéticas e embrionárias, etc.

Nas palavras de Cardeal Alfonso López Trujillo, presidente do Pontifício Conselho para a Família desde 1990, no prefácio do *Lexicon*, a elaboração deste livro/manual foi decidida em 1999, após um encontro de Organizações Não-Governamentais católicas em Roma, no qual surgiu a necessidade de “informar os participantes das diversas conferências e reuniões das Nações Unidas, como também os Parlamentos, os Movimentos Apostólicos etc, quanto aos termos e às expressões ambíguas, para evitar que ficassem surpresos e desorientados na sua boa vontade” (Pontifício Conselho para a Família, 2014, p. 12). Em sua compreensão, esta publicação se constituiria enquanto um útil instrumento para causa da família e da vida, explicando o conteúdo de termos correntes na esfera das políticas públicas, sobretudo aqueles que contrariam os valores cristãos e católicos.

No verbete “Gênero (“Gender”) do *Lexicon*, de Jutta Burggraf, professora de teologia da Universidade de Navarra, vincula à Opus Dei⁶⁸, a autora faz uma análise histórica e conceitual da noção de gênero, propondo uma diferenciação entre a “perspectiva de gênero”, que propõem a igualdade e o avanço de direitos para as mulheres sem negar as diferenças sexuais; e a “ideologia de gender”, que nega as diferenças naturais e espirituais entre homens e mulheres, desconstruindo os pilares da família (Pontifício Conselho para a Família, 2014, p. 453-461). Em um tom mais diretivo e político, o Bispo Oscar Alzamora Revoredo – ex-

⁶⁸ A Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei é uma organização, fundada em 1928, vinculada a estrutura da Igreja Católica, congregando quadros leigos e eclesiais tendo como finalidade a missão evangelizadora.

integrante da Conferência Episcopal Peruana – em “Ideologia de gênero: perigos e alcances”, revisitando às proposições de O’Leary, vincula o conceito de “gênero” a uma conspiração internacional pela desconstrução da sociedade e da família, se constituindo enquanto um ataque à religião, à tradição e aos valores cristãos (Pontifício Conselho para a Família, 2014, p. 491-507).

Nos termos de Elsa Dorlin (2016), a partir da conformação do discurso da “ideologia de gênero” se conformou uma “guerra epistemológica católica” contra os estudos de gênero e sexualidade, tendo em vista a reafirmação da heteronormatividade e da autoridade da Igreja sobre os assuntos relacionados à organização da vida privada familiar, à constituição subjetiva dos indivíduos, e ao ordenamento dos costumes e das práticas sexuais. O discurso da “ideologia de gênero”, de certa forma, possibilitou uma reação unitária às diversas transformações que ocorriam no campo das práticas socioculturais, com a emergência de novas expressões e sociabilidade no campo da sexualidade.

É interessante notarmos que, na Câmara Federal, o discurso da “ideologia de gênero” foi introduzido por um parlamentar vinculado ao catolicismo, o ex-deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP), em seus pronunciamentos realizados no plenário em 2003 e 2004. Nas suas falas, o deputado reproduziu a lógica argumentativa presente no discurso católico conservador, compartilhando um campo semântico e lexical similar – inclusive com citações diretas a documentos eclesiais e passagens bíblicas. Tratando de uma discussão ainda não habitual à arena política brasileira, o deputado apresentou um diagnóstico sobre a situação da “família” no Brasil, no qual afirmar que:

(...) a família tradicional formada pelo esposo, a esposa e seus filhos, vem sendo solapada de várias maneiras. A idéia de família como sendo a reunião dos pais, filhos, avós, tios, sobrinhos, netos etc, está desaparecendo graças às novas ideologias e conceitos defendidos por grupos interessados na destruição do que há de mais sagrado na sociedade, a família. Fundamentado na ideologia de gênero, as feministas radicais defendem a tese de que a primeira opressão da mulher se dá no casamento monogâmico, e para evitar essa opressão é necessário, segundo esse grupo, destruir a família⁶⁹.

Assim, nos primórdios do uso do discurso da “ideologia de gênero” por parlamentares no Plenário da Câmara, o deputado se pautou fundamentalmente na defesa de uma “família tradicional”, monogâmica e heterossexual, que estaria desaparecendo por conta de novas “ideologias e conceitos”. Com esta compreensão de que o terreno de disputa se deslocou para

⁶⁹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) no Plenário da Câmara em 27/05/2004, às 16h06;

o campo das ideias, ou da disputa político-ideológica, o conservadorismo cristão passou a mobilizar um contradiscurso, visando um restabelecimento de relações de poder e hierarquias sociais que estabilizam e conformam um determinado ordenamento sociocultural e político (Fairclough, 2003; van Dijk, 1999; 2009).

Por outro lado, tratando sobre a relação entre saber e poder, as reflexões de Michel Foucault (1984/1999) sobre a “polivalência tática dos discursos” nos oferecem importantes pontos de análise para se pensar sobre como o discurso da “ideologia de gênero” conseguiu se consolidar no campo sociocultural e político, confluindo com modos de subjetivação relacionados a uma determinada visão de mundo, mais especificamente ao conservadorismo cristão. Para Foucault, em sua polivalência tática, “o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 1984/1999, p. 96).

No entanto, o discurso da “ideologia de gênero” não atua simplesmente em uma lógica polivalente junto ao “gênero”, mas produz um jogo discursivo no qual se utiliza de algumas premissas do conceito de gênero de forma estereotipada e generalizada, produzindo uma distorção semântica (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017), para então caminhar no sentido da estratégia oposta. Enquanto que o “gênero” afirma o caráter socialmente construído da sexualidade, a “ideologia de gênero” busca minar as premissas basilares do conceito de gênero visando reafirmar o caráter natural do sexo.

Concomitantemente, a “polivalência tática” surge em um ponto imprevisível e pouco explorado, pois o conceito de “gênero” fez o conservadorismo cristão, de certa maneira, assumir que suas posições sobre a natureza do sexo também estão imersas no campo sociocultural – principalmente por não conseguirem mais se estabilizar enquanto naturais. De forma contraditória, a polivalência tática manifesta-se na própria noção de “ideologia de gênero”, pois ao mesmo tempo em que este discurso busca reafirmar a naturalidade do sexo, por outro lado, ele também evidencia a não naturalidade do sexo (e a sua característica socialmente construída), pois tal “natureza” se encontra minada pela necessidade constante de reafirmação política, contrariando a diversas expressões emergentes no campo sociocultural. Apesar de uma retórica de “guerra cultural” combatida pelo conservadorismo cristão contra as práticas antinaturais, vemos um direcionamento prático pelo controle do poder de coerção do Estado, visando à manutenção do ordenamento heteronormativo a partir de medidas repressivas e jurídicas.

Como demonstrado no tópico 3.1 que trata sobre as políticas de educação, ainda em 2015, a Igreja Católica teve um papel protagonista da difusão do discurso da “ideologia de

gênero” e, principalmente, na sua operacionalização nas disputas políticas. O processo de discussão e aprovação dos planos municipais e estaduais de educação contou com a interferência direta da hierarquia católica brasileira, com a participação de padres e bispos no processo de mobilização popular, junto ao posicionamento aberto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contrário à “ideologia de gênero”. Neste sentido, as prerrogativas anti-gênero discutidas e formuladas pela *intelligentsia* católica internacional desde o final dos anos de 1990, que conformaram o discurso da “ideologia de gênero, passaram a ser instrumentalizadas nas disputas políticas vinculadas ao ordenamento do Estado brasileiro. Como apresentou o deputado Flavinho (PSB/SP), em agosto de 2017, quando tratava sobre um conflito entre o movimento LGBT e uma palestra sobre “ideologia de gênero” na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro:

Eu vou dizer o que eu já disse outras vezes nesta tribuna: *"Não vão nos calar neste País! Não vão nos calar neste País!"* Se acham que os católicos são apáticos, estão indiferentes, vão aguentar tudo o que já foi feito até hoje, quero dizer que nós não nos calaremos mais! Na ordem, na legalidade, nós vamos trazer à luz aquilo que precisa ser trazido à luz no nosso País⁷⁰.

Assim, este deputado invocou a identidade “católica”, compartilhada pela maioria da população brasileira, visando articular antagonismos, possibilitando assim a mobilização social em torno de identidades grupais e conflitos político-ideológicos (Sidanius & Pratto, 1999). A referência ao caráter “apático” e “indiferente” do catolicismo revela uma representação dos/as católicos/as enquanto uma maioria “silenciosa”, que não se mobiliza em torno de temas políticos – em certa medida, em contraponto à grande visibilidade política recebida pela bancada evangélica nos últimos anos.

No entanto, seu discurso fez uma chamada pela mobilização política do catolicismo que, nas palavras do deputado, não irá se “calar” mais. Neste sentido, o discurso da “ideologia de gênero”, em muitas localidades, possibilitou uma reorganização política conservadora do catolicismo em torno da temática da sexualidade, a partir de um discurso político que conseguiu se fixar no imaginário popular, possibilitando assim mobilizações sociais relevantes, tendo em vista a ativação e a captação dos efeitos dos pânico morais (Borges & Borges, 2018; César & Duarte, 2017; Miskolci & Campana, 2017).

Outro elemento importante, levantado pelo pronunciamento, é a constante percepção da ameaça aos “valores cristãos” e a compreensão do cristianismo enquanto uma religião

⁷⁰ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Flavinho (PSB/SP) no Plenário da Câmara em 22/08/2017, às 15h06.

silenciada, atacada e perseguida. Assim, existe um modelo mental de contexto (van Dijk, 1995) compartilhado pelo campo do conservadorismo cristão que percebe o mundo a partir de antagonismos entre “cristãos” e “não cristãos”, no qual o perigo da destruição está sempre a vista, sendo necessária a mobilização política como uma forma de proteção e autopreservação. Como enunciado pelo deputado Lincoln Portela (PRB/MG), em agosto de 2017, sobre o processo de tramitação do Estado Sem Partido: “Precisamos trabalhar para que a ditadura da ideologia de gênero, da ideologia política e da descristianização do Brasil acabe nas escolas brasileiras”⁷¹. Portanto, para o deputado, vivemos um processo de descristianização do país, tendo como alvo as “famílias brasileiras” e sobretudo as crianças.

Em outro pronunciamento, de outubro de 2017, discorrendo sobre a votação da legalidade do ensino confessional nas escolas públicas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lincoln Portela apresentou que “a perseguição sobre o cristianismo, principalmente sobre o cristianismo evangélico e sobre o cristianismo católico, acirrou-se”⁷², com a “ideologia de gênero” se configurando como uma das principais investidas contra a família e os valores cristãos.

Apesar do discurso da “ideologia de gênero” ser uma formulação inicialmente católica, como se torna perceptível na análise dos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, tal discurso foi assumido pelas lideranças e grupos evangélicos, que passaram a utilizá-lo como um potente discurso político nos debates legislativos. O combate à “ideologia de gênero” foi incorporado enquanto uma das políticas prioritárias da bancada evangélica, que passou a atuar, nos últimos anos, com uma maior coesão ideológica em temas vinculados às políticas sexuais (Vital & Lopes, 2013).

Como destacaram Christina Vital e Paulo Lopes (2013), a partir da consolidação de uma maior organicidade na Frente Parlamentar Evangélica em 2006, tivemos uma atuação mais unitária das lideranças evangélicas no Congresso Nacional. Na compreensão dos/as autores/as, os argumentos contra a ampliação de direitos sexuais e reprodutivos apresentados pelas lideranças políticas evangélicas diziam respeito a “concepções em torno do direito à vida, da economia e da necessidade de preservação da família” (Vital & Lopes, 2013), com a ativação de pânico morais, sobretudo articulados por meio da “ameaça sexual” às crianças perpetuada pelas políticas de educação do Governo Federal.

⁷¹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Lincoln Portela (PRB/MG) no Plenário da Câmara em 10/08/2017, às 10h40.

⁷² Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Lincoln Portela (PRB/MG) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 17h54.

Como destacado por Flávio Pierucci (1987), já em fins dos anos de 1980, os evangélicos, principalmente os neopentecostais, em muitos momentos, se integravam aos grupos políticos da extrema-direita a partir de uma aliança em torno de temas vinculados à moralidade (familiar e sexual), possibilitando o alcance de uma base social distinta da tradicionalmente obtida pelas extrema-direita brasileira. Assim, um dos importantes elementos das políticas mobilizadas pelas igrejas evangélicas é a sua capilaridade social, resultado de um forte trabalho com meios de comunicação, como programas de rádio e televisão. No entendimento do autor:

O televangelismo. Numa era em que a própria igreja católica assiste internamente a um verdadeiro boom de movimentos pentecostais (os chamados "carismáticos"), numa era de igrejas eletrônicas e extrema direita midiática, a extrema direita política tem nos evangélicos fundamentalistas um aporte de know-how e recursos materiais nada desprezível (Pierucci, 1987, p. 44).

Na compreensão de Reginaldo Prandi e Renan William dos Santos (2017), o avanço da bancada evangélica no cenário nacional não é capaz de impor grandes ameaças ao processo constante de secularização da sociedade e do Estado – apesar de sua atuação pautada fundamentalmente em concepções políticas conservadoras e reacionárias no campo da moralidade. De forma contraditória, o avanço dos/as evangélicos/as na sociedade e na política brasileira representaria, inclusive, uma desestabilização da hegemonia católica no âmbito das políticas estatais, evitando assim uma possível dessecularização do Estado brasileiro a partir da instituição de uma religião oficial. Concomitantemente, temos a adaptação e acomodação das lideranças evangélicas às regras e leis do jogo democrático, aos acordos e negociações políticas, em contraposição à lei divina e à ortodoxia religiosa. Ou seja, apesar de preocupantes algumas proposições político-ideológicas da bancada evangélica, tais confrontos fariam parte das disputas políticas que perpassam o ordenamento democrático da esfera pública.

Por outro lado, Ricardo Mariano (2016) ressalta que não podemos minimizar o poder social, político e midiático dos evangélicos no Brasil, subestimando a sua capacidade de mobilização de antagonismos (sobretudo contra grupos feministas e LGBT) em torno da proposição de políticas conservadoras no campo da moral e dos costumes – impondo, consequentemente, grandes empecilhos para o estabelecimento de marcos jurídicos na esfera dos direitos sexuais e reprodutivos. Portanto, a compreensão do processo de secularização do Estado como um declínio gradual, constante e linear do poder da religião sobre a vida social não consegue mais abarcar a complexidade das novas expressões religiosas no campo político,

sobretudo após o avanço sociopolítico de grupos do conservadorismo religioso em diversas regiões do mundo ocidental (Mariano, 2016).

Em uma reflexão sobre o agenciamento entre a política evangélica e as direitas no Brasil, para Ronaldo de Almeida (2017), a bancada evangélica vem atuando a partir de um enquadramento de guerra, reconfigurando as relações entre a esfera pública e a religião, com o estabelecimento de alianças entre distintos atores e ideologias políticas (como meritocracia, liberalismo, punitivismo, etc.) na conformação de uma agenda política pautada pelo moralismo e pelo conservadorismo cristão.

Em nosso *corpus* documental, os/as parlamentares evangélicos/as realizaram aproximadamente 75% dos pronunciamentos que legitimaram o discurso da “ideologia de gênero”, enquanto que a proporção de evangélicos/as em relação ao total de parlamentares na Câmara Federal é de aproximadamente 15%. Neste sentido, vemos um alto grau de engajamento de parlamentares vinculados/as à bancada evangélica com a difusão do discurso da “ideologia de gênero”, demarcando uma forte afinidade entre a identidade política evangélica e o campo político-ideológico do conservadorismo cristão, sobretudo quando relacionado a temas que circundam as políticas sexuais (vide capítulo 1, complementado pelo Apêndice 2).

A 329ª Sessão, Não Deliberativa Solene, do dia 31 de outubro de 2017 – realizada em homenagem aos 500 anos da Reforma Protestante e ao Dia Nacional da Proclamação do Evangelho – nos trouxe importantes elementos que evidenciam a afinidade de uma parte significativa da bancada evangélica com o discurso da “ideologia de gênero”. Ao longo desta sessão, tivemos seis pronunciamentos que citaram o combate à “ideologia de gênero” como uma importante pauta da bancada evangélica em defesa da família e dos valores cristão. Por exemplo, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), tratando sobre a história de Martin Lutero, fez uma analogia com o passado, afirmando que:

(...) Lutero lutou contra o sistema corrupto e seus agentes, que, com suas artimanhas, astúcias e perfídias, corrompiam corações e mentes. Nada é tão conhecido, semelhante e atual, nos tempos sombrios em que vivemos, quando a família está sendo destruída pela ideologia de gênero e por aqueles que querem confrontar aquele que é o Deus de amor, que nos dá perdão e esperança⁷³.

Dessa forma, para o deputado, a atual luta contra a “ideologia de gênero” e a destruição da família pode ser compreendida como análoga à luta de Lutero contra um sistema corrupto,

⁷³ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) no Plenário da Câmara em 31/10/2017, às 10h40.

ou seja, análoga à luta contra a perseguição religiosa e política efetuada pela Igreja Católica na Europa do século XVI. Assim, Onyx Lorenzoni construiu uma representação de sua luta como um processo de libertação, contra aqueles que promovem a corrupção e confrontam a Deus e aos valores cristãos. Nesta lógica argumentativa, temos a construção de um antagonismo que estabelece um “nós” (bancada evangélica) e um “outro” (agentes da corrupção), fortalecendo uma identidade grupal que mobiliza políticas no campo da moral, dos costumes e da sexualidade.

Outro elemento ressaltado pelo deputado Takayama (PSC/PR), que estava presidindo a sessão, foi a focalização do combate à “ideologia de gênero” no campo das políticas de educação, se conformando como o principal campo de batalha de uma cruzada moral cristã e evangélica no campo da sexualidade. Nas palavras do deputado: “Nós não aceitamos ditadura de maioria, nem é essa a nossa intenção, e jamais vamos aceitar ditadura de uma minoria que quer implantar ideologia de gênero ou algo que agrida a palavra de Deus!”⁷⁴.

Concomitantemente, o deputado Stefano Aguiar (PSD/MG) destacou o combate à “ideologia de gênero” como uma das pautas da agenda política evangélica, porém sem esconder o caráter ideológico de seu discurso, ao apresentar que: “a ideologia de gênero não tem a força que nós estamos pregando. Vamos parar com esse discurso. É a ideologia do reino de Deus nas nossas crianças que vai invadir as escolas e revolucionar o nosso futuro”⁷⁵. Nesta lógica argumentativa, o deputado explicitou a existência de um conflito entre distintas ideologias que disputam o espaço público brasileiro, se colocando ao lado de uma ideologia fundada nos princípios e valores propagados pelo cristianismo.

Dessa forma, podemos dizer que o discurso da “ideologia de gênero” possui uma base epistemológica cristã, sendo formulado e inicialmente propagado por intelectuais católicos/as no final dos anos de 1990, para então adentrar no campo lexical e semântico de diversas denominações cristãs, como as evangélicas – que, no caso brasileiro, possuem uma atuação política insistente e energética, principalmente quando estão em jogo políticas relacionadas ao campo dos costumes e da moral. A emergência de novas expressões sexuais ao longo das últimas décadas (Weeks, 2007) amplificou a percepção da ameaça pelas lideranças eclesiais do catolicismo e das denominações evangélicas, que sentem que seus valores e suas ideologias estão perdendo importantes espaços no mundo contemporâneo.

⁷⁴ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Takayama (PSC/PR) no Plenário da Câmara em 31/10/2017, às 10h32.

⁷⁵ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Stefano Aguiar (PSD/MG) no Plenário da Câmara em 31/10/2017, às 10h56.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E CONFRONTOS IDEOLÓGICOS NO PLENÁRIO DA CÂMARA

Este capítulo foi reservado para a realização da análise sociocognitiva e linguístico-textual dos discursos políticos, com a delimitação do conjunto de documentos analisados a partir de uma orientação metodológica direcionada para o exame de textualidades. Como destacado anteriormente, definimos esta abordagem analítica como uma “análise discursiva linguisticamente orientada”, ou seja, fundamentada em métodos oriundos da Linguística, tendo como base os princípios e procedimentos formulados pelo campo da Análise Crítica do Discurso (ACD) – de orientação mais sociocultural, no caso de Fairclough (1992, 1995, 2003), ou sociocognitivista, no caso de van Dijk (1993, 1995, 1997, 1998, 1999, 2009).

Assim, trata-se de uma orientação mais empírica e descritiva de análise, não tão direcionada à interpretação e à reflexão político-filosófica, mas sim à descrição de processos de interação discursiva fundamentados na análise textual, de forma a visualizar como aspectos psicossociais e políticos se inter-relacionam nesses discursos. Por conseguinte, o âmbito empírico de análise se deslocou das categorias amplas e macrosociais que compõem o campo sociocultural (como hegemonia, campo societal, etc.), e se direcionou para a análise de textos, em nosso caso dando ênfase a um aspecto micro, sociocognitivo e psicopolítico dos discursos.

Desse modo, apesar de compreendermos que toda e qualquer textualidade está contida e imersa em um contexto sociocultural mais amplo, assumimos que, em última instância, nossa abordagem para este capítulo se constituiu enquanto uma análise empírica de textos. Portanto, o enquadramento analítico não se fixou nas categorias abstratas de análise sociocultural, utilizadas no capítulo anterior. Nos focamos na descrição linguística e gramatical dos textos, aqui compreendidos como objetos empíricos disponíveis para a pesquisa (Coutinho, 2006), que se constituem enquanto a base para a realização de interpretações e reflexões críticas sobre os usos da linguagem e os atravessamentos relacionados ao contexto sociopolítico de enunciação.

Por outro lado, não se trata de uma análise puramente linguístico-textual, trata-se de fato de uma orientação ou um enquadramento metodológico, que direciona a análise discursiva e psicopolítica, visando assim a compreensão dos questionamentos e das categorias elencadas anteriormente no tópico 2.3 do capítulo 2. Cabe destacar que este enquadramento de análise (linguisticamente orientado) atua em uma perspectiva de complementaridade à análise e às discussões (socialmente orientadas) realizadas no capítulo anterior. Neste sentido, optamos pela realização de dois procedimentos metodológicos distintos, abarcado o mesmo *corpus* documental, de forma a possibilitar um estudo integrado e complementar, proporcionando a percepção de diferentes aspectos ou “lados” do objeto de estudo, reafirmando a sua complexidade.

Assim, neste ponto, nos localizamos em uma tradição de análise discursiva que busca a integração da análise de textos e de discursos enquanto atividades que confluem no processo de descrição e interpretação linguística, visando a compreensão dos aspectos formais e contextuais das práticas discursivas. De acordo com as definições de Titscher, Meyer, Wodak e Vetter (2000), podemos definir o texto como “evento comunicativo”, que possui elementos internos [text-internal] e externos [text-external] – no qual podemos destacar a sua característica multifacetada enquanto um sistema complexo, marcado pelo dinamismo, pela mutabilidade e pela abertura (Coutinho, 2006). Este “evento comunicativo” é composto por sete aspectos, ou condicionantes textuais, sendo os dois primeiros internos ao texto, vinculados a uma análise linguístico-textual, e os outros externos, trabalhados fundamentalmente pela análise do discurso.

Assim, de acordo com Titscher et al. (2000), temos os seguintes aspectos ou condicionantes textuais: (1) coesão, concerne aos componentes da superfície textual, que fazem referência à sintaxe textual, às escolhas lexicais, às regras gramaticais e à sequência linear de elementos linguísticos; (2) coerência: também intitulada de semântica textual, constitui o significado de um texto, tratando sobre a forma como os conceitos são conectados para a sua realização (produção, recepção e interpretação) na superfície textual; (3) intencionalidade: relacionada às atitudes, intenções e propósitos dos/as produtores/as do texto; (4) aceitabilidade: trata-se do espelho da intencionalidade, a partir do reconhecimento dos textos pelos/as receptores/as em uma situação particular; (5) informatividade: diz respeito à qualidade da informação esperada para o texto; (6) situacionalidade: pressupõe que o contexto e a situação da fala possuem um papel importante na produção do texto; e (7) intertextualidade: pressupõe que um texto está sempre relacionado com um discurso prévio ou simultâneo, com a existência de critérios formais que conectam textos a gêneros e variedades textuais particulares.

Neste tópico, não buscamos efetuar uma análise aprofundada sobre todas estas condicionantes textuais – as utilizamos enquanto premissas de análise textual e recursos analíticos nos momentos necessários. Por exemplo, em determinados momentos podemos realizar uma análise que se foca em aspectos de intertextualidade e coesão, e em outros nos âmbitos da coerência e da intencionalidade. No entanto, como neste tópico nos propomos à realização de uma análise centrada nos aspectos linguístico-textuais – visualizando os âmbitos microsocial e linguístico que perpassam a esfera das interações discursivas, políticas e psicossociológicas – os elementos internos [text-internal] da coerência e da coesão foram as condicionantes textuais privilegiadas no processo analítico.

Dessa forma, como afirmado em diversos momentos desta dissertação, tais conceituações e princípios de análise discursiva e textual foram aplicados a partir da visualização das proposições teórico-metodológicas de Fairclough (1992, 1995, 2003) e van Dijk (1993, 1995, 1997, 1998, 1999, 2009), que se aliam à análise das intersecções entre processos ideológicos, psicopolíticos e sociocognitivos (vide tópico 2.2 do capítulo 2). Assim, tratou-se de um processo de análise discursiva linguisticamente orientada pela atenção privilegiada à análise linguístico-textual, logicamente sem se desvincular da análise sociocultural e psicopolítica. Neste sentido, tratou-se de uma análise que, seguindo a abordagem proposta por Fairclough (2003), “tenta transcender a divisão entre um trabalho inspirado pela teoria social que tende a não analisar textos, e um trabalho que enfoca sobre a linguagem de textos tendendo a não se engajar com problemas de teoria social” (Fairclough, 2003, p. 2-3).

No entanto, compreendemos que esta divisão no campo da análise do discurso ocorre historicamente pela conformação de enquadramentos e objetivos de pesquisa distintos, e não por procedimentos metodológicos insuficientes, falhos ou inválidos. Assim, enquanto que no capítulo 3 trabalhamos sobre uma abordagem “socialmente orientada”, que não realiza uma análise propriamente linguístico-textual, neste capítulo buscamos a aplicação de procedimentos da Análise Crítica do Discurso, principalmente ancorados em discussões teórico-metodológicas oriundas da Linguística Crítica e da Sociolinguística (Fairclough, 2003; Titscher et al. 2000; van Dijk, 1993; Wodak & Meyer, 2001).

Portanto, escolhemos três momentos para a realização da análise discursiva a partir do exame de atas de sessões da Câmara dos Deputados, tendo como critério de seleção a maior frequência de pronunciamentos individuais de parlamentares que fizeram o uso do termo “ideologia de gênero”. Desse modo, foram selecionadas as atas das seguintes sessões legislativas: (1ª) a 164ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, do dia 23 de junho de 2015, com seis pronunciamentos, na qual foram discutidos os planos municipais e estaduais de educação; (2ª) a 9ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, do dia 18 de fevereiro de 2016, com oito pronunciamentos, na qual foram votados pontos da Medida Provisória (MPV) 696/2016 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; e (3ª) a 284ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, do dia 2 de outubro de 2017, com cinco pronunciamentos, que trataram sobre a polêmica das exposições artísticas.

Apesar do principal critério para a escolha destes pronunciamentos ser a maior frequência por dia, observamos também a qualidade do uso deste termo, ou seja, a sua presença e relevância nos discursos e nas lógicas argumentativas. Tivemos um único caso em que o critério da alta frequência não qualificou a sessão para uma posterior análise: a 329ª Sessão

Solene, do dia 31 de outubro, realizada em comemoração aos Quinhentos Anos da Reforma Protestante e ao Dia Nacional da Proclamação do Evangelho, com o registro de seis pronunciamentos.

Apesar da alta frequência de aparição do termo “ideologia de gênero” em pronunciamentos nesta sessão, averiguamos um uso pouco relevante, com a presença de citações ocasionais do termo – o combate à “ideologia de gênero” enquanto uma das pautas da agenda evangélica (vide tópico 3.4 do capítulo 3) – sem qualquer tipo de implicação maior na lógica argumentativa dos discursos, nos encaminhamentos e nas discussões efetuadas ao longo da sessão.

Por fim, em relação à qualidade e relevância do uso do termo nos pronunciamentos, nas três sessões selecionadas visualizamos um processo interativo entre diversos/as parlamentares, no qual as falas se conectaram em torno do discurso da “ideologia de gênero”, seja na sua afirmação por lideranças conservadoras, ou na oposição por parlamentares que discordaram de sua instrumentalização política nas sessões legislativas. Assim, foi possível uma análise situada dos discursos, com a visualização do contexto imediato de sua enunciação e das interações discursivas, muitas vezes conflituosas, entre diferentes atores políticos – por exemplo, alguns pronunciamentos fizeram referência direta a outros realizados na mesma sessão. Por outro lado, vale ressaltar que as discussões em torno da “ideologia de gênero” não tomaram as três sessões legislativas em sua totalidade, foram de fato pequenas discussões em meio a uma diversidade de pautas e pontos de debate.

Entretanto, esta característica não destitui a relevância social dessas discussões, demarcando um processo de abertura de espaço para ideologias conservadoras no campo das políticas sexuais dentro de uma das principais arenas políticas nacionais. Algo que demonstra uma inclinação ideológica compartilhada por grupos sociais relevantes nas disputas por hegemonia da sociedade, certamente influenciando sobre outros campos sociopolíticos para além dos debates legislativos da Câmara Federal.

4.1 Os planos de educação no dia 23 de junho de 2015

No mês de junho de 2015, o discurso da “ideologia de gênero” foi constantemente mobilizado nas discussões no Plenário da Câmara (ver Apêndice 1), sendo um dos momentos de maior frequência de aparição deste termo nos pronunciamentos. Certamente, o principal motivo para esta grande mobilização foi a iminência da votação dos planos municipais e estaduais de educação, que deveriam ser aprovados ainda naquele ano, assim como previsto

pelo Plano Nacional de Educação. Como demonstrado no tópico 3.1 do capítulo anterior, naquele momento, houve uma grande mobilização de alguns setores da sociedade – sobretudo de grupos vinculados a denominações cristãs, em especial, ao catolicismo e às igrejas evangélicas – contra a implementação da “ideologia de gênero” nas escolas.

Assim, a partir dos primeiros meses de 2015, estes grupos protagonizaram protestos (virtuais e presenciais) e pressionaram a votação dos planos de educação nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país, conformando uma agenda de debate público em torno da pertinência das discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas políticas de educação. Logicamente, sendo um movimento protagonizado por grupos e lideranças conservadoras, a “balança política” tendeu para a exclusão desta temática do espaço público escolar, com a retirada de termos como “gênero” e “orientação sexual” de um grande número de planos estaduais e municipais de educação.

Desse modo, o discurso da “ideologia de gênero”, anteriormente pouco conhecido na arena política brasileira, se conformou enquanto um termo guarda-chuva, uma “aglutinante simbólico” [symbolic glue], no campo das políticas sexuais (Bracke & Paternotte, 2016; Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Grzebalska, Kováts & Pető, 2017; Kováts, 2017; Kováts & Pöim, 2015), aglutinando uma série discursos e temas. Ou seja, como uma importante ferramenta político-discursiva de oposição a uma ampla rede de atores e demandas sociais vinculadas aos movimentos feministas e LGBT – nos termos deste discurso, de oposição à “revolução cultural”, à “sexualização das crianças” e à “destruição da família e dos valores cristãos”.

Em junho de 2015, a discussão sobre a “ideologia de gênero” nos planos de educação estava em seu ápice. Tratava-se de um momento em que muitos planos estavam sendo aprovados, angariando importantes vitórias para o campo conservador a partir da realização de protestos que exerceram pressão sobre as casas legislativas, ampliando a difusão social deste discurso. Por conseguinte, tais eventos tiveram um impacto significativo sobre as posições de alguns/mas deputados/as federais e sobre os pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados. Assim, tivemos a reprodução do discurso da “ideologia de gênero”, visando a sua amplificação social e a potencialização das polêmicas em torno da votação local dos planos de educação, tendo como resultado final a retirada de qualquer referência às temáticas de gênero e sexualidade dos planos.

Como descrito anteriormente, no dia 23 de junho de 2015, tivemos o aumento da frequência do uso desse termo em pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, manifestos na 164ª Sessão Deliberativa Extraordinária, ocorrida no período da tarde, das 13h55

às 17h55. No início da sessão, foi registrado o número de 112 parlamentares presentes. Assim, foram analisados seis pronunciamentos, efetuados pelos deputados Vitor Valim (PMDB/CE), Jair Bolsonaro (PP/RJ), Flavinho (PSB/SP), Professor Victório Galli (PSC/MT), Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Ságuas Moraes (PT/MT) – discursos respectivamente enumerados em I, II, III, IV, V e VI. Cabe destacar que tais pronunciamentos apresentaram um forte aspecto interacional, pois além de abordarem a mesma temática no mesmo ambiente, também estiveram interligados em uma lógica de ponto e contraponto, com referências mútuas, complementações e contra-argumentações.

Por outro lado, estes pronunciamentos compuseram uma pequena parte das discussões efetuadas nesta sessão legislativa, que abarcaram também outras temáticas, como informes regionais, debates econômicos, a questão da redução da maioria penal (em discussão, naquele período) e um caso de intolerância religiosa perpetuado contra uma menina pertencente a uma religião de matriz africana. Concomitantemente, esta sessão legislativa (164ª Sessão Extraordinária) não deliberou sobre algum assunto específico, se conformando enquanto uma sessão de realização de informes, geralmente regionais, e afirmação de posicionamentos políticos.

Outro ponto importante foi o fortalecimento da bancada de oposição no Congresso Nacional ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e à Presidência de Dilma Rousseff após as eleições de 2014, com a amplificação e vinculação de temas polêmicos às políticas implementadas pelo Governo Federal, visando desgastá-lo perante a opinião pública. Lembrando que, desde fevereiro de 2015, a Presidência da Câmara dos Deputados estava sendo ocupada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) – liderança política ultraconservadora pertencente ao “baixo clero”, integrando também a bancada evangélica pela Assembleia de Deus, sendo posteriormente um dos protagonistas do processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Assim, naquele momento, lideranças religiosas, que antes compunham a base de sustentação do Governo Dilma (2011-2016), começaram a fazer uma forte oposição ao governo, se pautando principalmente em temas morais, como na denúncia à ameaça da “ideologia de gênero” nas escolas.

Na referida sessão legislativa, o debate sobre a “ideologia de gênero” nas políticas de educação foi iniciado pelo deputado Vitor Valim (PMDB/CE), integrante da Frente Parlamentar Católica, porém sem um vínculo orgânico com um ativismo religioso. Em seu pronunciamento, o deputado apresentou duras críticas ao PT e vinculou a implementação da “ideologia de gênero” a esse partido, sendo seu discurso marcadamente identificado com a bancada de

oposição da Câmara. Assim, selecionamos os seguintes trechos de seu pronunciamento, que explicitam suas posições e sua lógica argumentativa:

(I)

- (1) volto novamente a parabenizar a lucidez do ex-Presidente da República, em seus poucos momentos, que reconheceu que o PT está envelhecido e que o PT só pensa em cargos e empregos. A fala não é do Deputado Vitor Valim; é da maior referência dentro do PT: o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- (2) Mas eu quero falar de um assunto que já foi tratado muito na tribuna desta Casa, um assunto bastante polêmico (...) o Deputado Bolsonaro. S.Exa. trouxe algumas cartilhas que abordam educação sexual, temas como identidade de gênero. E vejam que muitos diziam que essas cartilhas não existiam, que era o Deputado Jair Bolsonaro que as estava trazendo à tribuna da Câmara para criar factoides.
- (3) Pelo contrário, na legislatura passada, o combativo Deputado Bolsonaro já trazia a esta Casa, infelizmente, a ideologia de gênero, que o Partido dos Trabalhadores assumiu. Isto já foi negado pela Casa no PNE, mas eis que voltou agora numa cartilha de orientação aos professores. Qualquer um pode visualizar. Está no *site* do MEC. Não adianta mais virem com a desculpa esfarrapada de dizer que são os Deputados da oposição os que querem criar fatos trazendo cartilhas inverídicas.
- (4) E a primeira parte desse documento justifica a importância da inclusão da orientação sexual como tema transversal nos currículos. Isso significa que crianças a partir dos 6 anos de idade vão ser abordadas com temas como aborto, orientação sexual, gravidez. Será que eu quero que o meu filho de 6 anos de idade seja abordado por esse tipo de tema, Sr. Presidente [da Câmara]?
- (5) Não podemos ficar calados! Essa aberração do Partido dos Trabalhadores já foi derrubada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Agora, querem introduzir isto nas escolas: ideologia de gênero⁷⁶.

Neste sentido, podemos traçar uma linha argumentativa na qual o discurso se construiu. Inicialmente, o deputado apresentou uma caracterização do Partido dos Trabalhadores (PT), definindo-o como um partido “envelhecido” e que “só pensa em cargos” – algo que, nas suas palavras, não seria uma fala sua, mas do próprio ex-presidente Lula, a “maior referência” do PT (1), dando legitimidade e veracidade a essa representação. Logo em seguida, Valim apresentou o motivo de seu pronunciamento era, na verdade, a “ideologia de gênero”, fazendo referência ao deputado Jair Bolsonaro, que trouxe à Câmara Federal o debate sobre as “cartilhas

⁷⁶ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Vitor Valim (PMDB/CE) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 15h00.

que abordam educação sexual”, dita por “muitos” como um “factóide” criado pelo referido deputado (2).

Na sequência, o deputado sustentou que estas cartilhas realmente existem e que estão disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC), qualificando as acusações de produção de “factóides” pela oposição como “desculpas esfarrapadas” (3). Com a “confirmação” da existência de tais cartilhas, o deputado então definiu o seu conteúdo como a abordagem de temas polêmicos como “aborto, orientação sexual, gravidez” para crianças de 6 anos, algo que inclusive contraria a sua posição enquanto pai (4). Por fim, vinculou a “ideologia de gênero” ao Partido dos Trabalhadores, qualificando-a enquanto uma “aberração”, momento em que demonstrou indignação e incitou uma reação tanto contra as cartilhas de educação sexual que promovem a “ideologia de gênero”, quanto contra o PT enquanto partido e governo (5).

Assim, a partir de uma análise geral do pronunciamento, vemos que esta linha argumentativa se direciona a dois objetivos principais: (1º) a oposição ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores; e (2º) a remoção das questões que envolvem gênero e sexualidade das políticas de educação. É interessante notarmos também a disposição e qualificação dos atores mobilizados no discurso. Em um polo temos basicamente o PT (com a citação em específico do ex-presidente Lula) e o MEC, que querem introduzir a “ideologia de gênero” nas escolas; e no outro uma série de atores, como o enunciador deste discurso, Vitor Valim (1), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, que derrubaram essa “aberração” (5), os “deputados de oposição” (3) e o “combativo” deputado Bolsonaro (3) – atores que se opõem a esta “ideologia”.

Concomitantemente, outros atores aparecem de forma oculta, sobretudo quando vinculados ao campo petista, como em “vejo que muitos diziam que essas cartilhas não existiam” (2) e em “não adianta mais virem com a desculpa esfarrapa” (3), dando a percepção de pouca relevância política. No caso “não podemos ficar calados” (5), no qual o discurso se direcionou a um processo de generalização, foi sugerida a existência de um consenso social sobre os malefícios da “ideologia de gênero” nas políticas de educação.

Dessa forma, o deputado construiu uma representação de polarização política e social, entre um “nós” generalizado que combate a “ideologia de gênero”, e um “outro” focado, o Partido dos Trabalhadores, que assumiu esta ideologia e busca implementá-la nas políticas de educação. Por outro lado, foi evocada a imagem da “criança” ameaçada por temas sexuais, e do papel dos pais na proteção de seus filhos (4), buscando provavelmente a produção de processos de identificação direcionados aos/às receptores/as deste discurso. O deputado também destacou que este discurso não pode ser acusado de inverídico (3) ou factóide (2), pois existem dados

que comprovam as suas afirmações (3). Em concomitância, seu discurso afirmou-se também em um amplo consenso parlamentar (5), enfatizando assim a sua veracidade e sua aceitabilidade no espaço político-legislativo.

Seguindo a ordem da inscrição de falas, após alguns pronunciamentos que trataram sobre outros assuntos, o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) retomou o pronunciamento de Vitor Valim. Cabe destacar que o presidente da sessão naquele momento, o deputado Carlos Manato (SD/ES), concedeu a palavra à Bolsonaro já o qualificando enquanto um “combativo defensor da família”, reafirmando um léxico comum ao campo conservador. Portanto, selecionamos os seguintes trechos do pronunciamento do dep. Bolsonaro para a realização da análise:

(II)

- (1) eu quero falar numa linha um pouco mais agressiva do que a do companheiro Vitor Valim sobre a ideologia de gênero.
- (2) O PT quer transformar criancinhas de 5, 6, 7 anos de idade em homossexuais e escancarar as portas para a pedofilia!
- (3) nós da Câmara dos Deputados, em Comissão Especial rejeitamos a ideologia de gênero. A mesma coisa o Senado fez: rejeitou a ideologia de gênero. Agora órgão vinculado ao MEC, a Conferência Nacional de Educação, passa a orientar as quase 6 mil prefeituras do Brasil a incluir no Plano Decenal de Educação Municipal a ideologia de gênero.
- (4) está ensinando o filho do pobre que é aquele que vai para a escola pública, que é aquele que recebe bolsa família, que, apesar de ter um apêndice, não é menino nem menina, é uma qualquer coisa.
- (5) Coloque essa porcaria para ele [neto de Dilma] e não para os filhos do povo! Respeita a criança! Respeite a família brasileira! Isso é atitude de canalha! Tem a cara do PT essa determinação do MEC (...).
- (6) A responsabilidade é de Dilma Rousseff, uma mulher que não governa nada, uma terrorista (...). É uma mulher que não tem caráter, não tem moral. Ela não respeita a Lei da Anistia! Por isso digo isso. Cria a chamada Comissão Nacional da Verdade para esculachar as Forças Armadas.
- (7) As crianças são o que existe de mais sagrado no meio familiar. O homem e a mulher se transformam quando têm filho. O homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando de boneca, por ter sido orientado na escola, que hoje Dilma Rousseff e o PT querem, através da canalhice, transformar em bordel homoafetivo. A criança não sabe o que é sexo ainda!
- (8) esse lixo chamado Secretaria de Direitos Humanos, que só defende vagabundo e canalha, que tem a mesma política que o PT está adotando junto às crianças nas escolas de ensino fundamental. Deixem de ser canalhas! Deixem as crianças em paz!⁷⁷

⁷⁷ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Jair Bolsonaro (PP/RJ) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 15h24.

Como relatado na ata, após o fim do pronunciamento, tivemos uma salva de palmas realizada por parte dos/as parlamentares presentes na sessão legislativa, destacando a aceitabilidade de um discurso assumidamente agressivo (1), que reproduz diversas violências contra as pessoas LGBT, com um alto grau de ofensividade. Assim, foi perceptível que Bolsonaro efetuou uma ampliação dos componentes presentes no pronunciamento de Vitor Valim, fortalecendo o discurso de polarização política a partir da identificação mais precisa dos atores envolvidos e da utilização sistemática de elementos emotivos e de empreendimento morais – algo que se configurou enquanto o principal motor de sua lógica retórica e argumentativa.

Novamente, os atores foram dispostos de forma precisa e localizada. No entanto, a ênfase do discurso foi dada fundamentalmente para os atores que são responsáveis pela produção da ameaça – o PT (1, 7 e 8), a Dilma Rousseff (6 e 7), o MEC, a Confederação Nacional de Educação (3) e a Secretaria de Direitos Humanos (8) – e os atores que estão ameaçados, os “filhos do pobre” (4), os “filhos do povo”, a família brasileira (5) e as crianças (2, 5, 7 e 8). Assim, o fortalecimento discursivo da polarização não se deu pela disposição de dois polos de atores opostos e antagônicos; mas sim pela disposição de um polo de atores (mais forte) que produz a ameaça, e um outro polo de atores (mais fraco) que é ameaçado. Neste sentido, a atuação da oposição parlamentar, e de deputados como Bolsonaro e Valim, estaria direcionada à proteção das famílias e das crianças contra a ameaça que é representada pela “ideologia de gênero” e pelo governo do PT. Em termos retóricos, não seria de fato uma polarização entre dois polos políticos igualmente legítimos, mas sim uma atuação de determinados atores políticos em prol da defesa de grupos sociais mais fracos que se encontram ameaçados por atores que representam o mal.

Novamente, visualizamos processos de generalização em relação às representações de homem e mulher (7), filhos do povo, crianças e família brasileira, e “nós da Câmara dos Deputados” e “Senado” (3), que se convertem em processos de identificação (van Dijk, 1998), favorecendo a lógica argumentativa e a capacidade de mobilização afetiva deste discurso. Por outro lado, outras generalizações, convertidas em estereótipos por estarem relacionadas ao polo oposto, se fazem presentes no discurso, como o atrelamento das representações de “homossexuais”, “pedofilia” (2), “vagabundo e canalha” (8), “terrorista” (6), “PT”, “bordel homoafetivo” (7). Concomitantemente, o caso da estigmatização da homossexualidade é bastante marcante neste discurso, definida ao mesmo tempo enquanto uma ameaça (contagante às crianças) e enquanto um efeito da “ideologia de gênero”.

Para além dos ataques ao PT, já presentes no pronunciamento de Vitor Valim, temos um direcionamento primordial deste discurso à desqualificação de Dilma Rousseff como Presidenta da República. Assim, enquanto que o PT foi representado como uma ameaça para as famílias e as crianças por implementar a “ideologia de gênero” nas políticas de educação, Dilma Rousseff foi qualificada como “uma mulher que não governa nada”, que “não tem caráter, não tem moral” (6), sendo a responsável direta pela implementação desta ideologia nos planos de educação. Por outro lado, o passado de Dilma como guerrilheira foi lembrado, de forma a qualificá-la como “uma terrorista”, levantando novamente um repertório de representações negativas. A partir desta representação, foi evocada a memória social do Regime Militar, direcionando-a à desqualificação da Comissão Nacional da Verdade, que teria desrespeitado a Lei da Anistia e as Forças Armadas (6). Neste sentido, o discurso da “ideologia de gênero” foi vinculado a outras questões mais amplas, que compõem uma determinada ideologia política, como quando foi feita a sua associação com a Secretaria de Direitos Humanos, órgão que só defenderia “vagabundo e canalha” (8).

A repetição constante do adjetivo “canalha” (5, 7 e 8) demonstrou um certo engajamento afetivo que perpassa o discurso como um todo, a partir da desqualificação dos adversários políticos por meio de um xingamento. Uma postura aparentemente incompatível com a atividade pública parlamentar, porém que torna contornos “positivos” por demonstrar espontaneidade, sinceridade e proximidade com a linguagem cotidiana e popular. Outro elemento relevante foi o uso constante de um discurso da ameaça iminente, mais especificamente, de “ameaça sexual às crianças” (Balieiro, 2018; Freire, 2018; Kováts, 2017), evocando sentimentos de medo e incerteza, como em “escancarar as portas para a pedofilia” (2), “não é menino, nem menina, é qualquer coisa” (4), “transformar [a escola] em bordel homoafetivo” (7) e “deixem as crianças em paz” (8). Como destacado na literatura acadêmica (Freedon, 1996; Jost et al., 2003; Pierucci, 1987), a percepção da ameaça, insegurança e desestruturação se conforma enquanto uma das principais características discursivas do conservadorismo como uma ideologia política.

Dessa forma, como no pronunciamento anterior, a ameaça da “ideologia de gênero” foi novamente vinculada ao PT enquanto partido e governo. Consideramos que esta lógica argumentativa não está vinculada apenas a uma disputa no campo das políticas sexuais promovida pelo campo conservador e por grupos de extrema-direita, mas também a uma disputa pela hegemonia da sociedade brasileira como um todo. Neste sentido, a intensificação do desgaste dos governos petistas e o convencimento da população de um projeto societal por meio da ativação de pânico morais se constituíram como importantes elementos de uma nova agenda

conservadora (em termos socioculturais, políticos e econômicos) que, naquele momento, se rearticulava no país.

Posteriormente, após duas horas de pronunciamentos, já próximo do fim da sessão, o deputado Flavinho (PSB/SP) voltou a fazer referências ao combate à “ideologia de gênero” – no entanto, sem retornar aos pronunciamentos efetuados por Valim e Bolsonaro. Assim, o deputado trouxe em seu pronunciamento a necessidade da rejeição da “ideologia de gênero” na votação dos planos municipais de educação, no qual destacamos os seguintes trechos que explicitam as suas posições:

(III)

- (1) venho aqui hoje para fazer um agradecimento a todos os Vereadores (...) que rejeitaram o texto que foi enviado pela Conferência Nacional de Educação – CONAE e que inclui a ideologia de gênero nos Planos Municipais de Educação.
- (2) É uma grande vitória que estamos tendo em nosso País ao preservarmos nossas crianças dessa ideologia maquiavélica, que visa destruir as nossas famílias e também a inocência das nossas crianças.
- (3) de forma arbitrária, o MEC e o Ministro da Educação, num fórum que aconteceu em maio deste ano, colocaram de novo no texto toda essa questão da ideologia de gênero e enviaram para os Municípios – de forma arbitrária, repito –, contrariando a Lei nº 13.005, de 2014, aprovada nesta casa.
- (4) queremos pedir e clamar aos Prefeitos das cidades onde já foi votado o PNE para vetarem e suprimirem do texto a ideologia de gênero, porque não foi aprovada nesta Casa, e o Governo Federal não tem autoridade para passar por cima desta Casa (...)⁷⁸.

É interessante notarmos que, neste pronunciamento, apesar de também presenciarmos uma tensão em relação ao Governo Federal e às políticas implementadas pelo Ministério da Educação, não existe um ataque direto ao PT ou uma oposição radical ao governo. Desse modo, o pronunciamento de Flavinho se apresentou mais como um discurso de pressão, do que de oposição e ataque frontal ao governo, sem o estabelecimento de um vínculo orgânico entre o PT e a “ideologia de gênero”.

Por outro lado, o deputado deu ênfase a um conflito entre o Poder Executivo, na figura do Ministério da Educação (3), e o Poder Legislativo, na figura da Câmara dos Deputados (4), que nas suas palavras teria aprovado o Plano Nacional de Educação sem a “ideologia de

⁷⁸ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Flavinho (PSB/SP) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 17h32.

gênero”. Neste sentido, nesta lógica argumentativa, o envio pelo MEC de um texto base que ampara a elaboração dos planos municipais de educação com a presença das questões de gênero e sexualidade seria uma arbitrariedade, pois tal ação infringiria a lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação (3).

Conjuntamente, o deputado optou por dar evidência a atores institucionais, como os “vereadores”, se demonstrando agradecido pela rejeição nos municípios do texto enviado pela CONAE com a “ideologia de gênero” (1); os “prefeitos”, pedindo e clamando pelo veto e pela supressão desta “ideologia” dos planos já aprovados nas casas legislativas (4); o MEC e o Ministro da Educação, que estariam promovendo à “ideologia de gênero” (3); e o Governo Federal, que estaria desrespeitando as decisões da Câmara Federal (4). Outra vez, tivemos a evocação do discurso de ameaça às famílias (destruição) e às crianças (inocência), sendo a retirada da “ideologia de gênero” dos planos de educação – qualificada enquanto uma “ideologia maquiavélica” – uma vitória para o país.

Logo em seguida, poucos minutos depois, o deputado Professor Victório Galli (PSC/MT) também fez um pronunciamento sobre os planos de educação, seguindo a lógica argumentativa do discurso enunciado pelo deputado Flavinho. Porém, Victório Galli buscou dar ênfase a alguns elementos regionais que compunham, naquele período, as disputas em torno da votação dos planos de educação no Estado de Mato Grosso. Dessa forma, selecionamos os seguintes trechos que consideramos mais relevantes para a realização de uma análise mais detalhada:

(IV)

- (1) tomei iniciativa de enviar à Presidente da República, Dilma Rousseff, ofício em que cobro urgentes e necessárias providências, sob pena de apuração de responsabilidade, para que o MEC admita e reveja seu equívoco (...).
- (2) Este material encaminhado pelo MEC contém diversas referência a “gênero”, “orientação sexual” e seus derivados, dentro da concepção da ideologia de gênero, incorrendo, assim, em crime de responsabilidade.
- (3) ao não cumprir a Lei nº 13.005, de 2014, o Ministério da Educação está gerando uma desorganização no setor educacional no País, pois corrobora a atitude de dirigentes de sindicato que agem em desrespeito ao que reza a Constituição Federal.
- (4) o SINTEP-MT não está a serviço da educação, das famílias. O sindicato segue orientação do PT, já que o próprio Governo da Presidente Dilma Rousseff, por intermédio do Ministério da Educação afronta as deliberações do Congresso Nacional, em total desrespeito à Constituição.
- (5) seu conteúdo [da nota do SINTEP] se contrapõe ao que temos discutido, explanado e advertido de forma séria e compromissada com a verdade sobre o que vem a ser ideologia de gênero. O

que está em jogo de verdade. Os agentes que publicaram essa matéria do SINTEP, irresponsavelmente, sem compromisso com a verdade, atingem segmentos religiosos compromissados com a família.

- (6) tenho certeza absoluta de que esse entendimento do SINTEP não representa o pensamento da maioria dos seus integrantes, que têm filhos, netos e sabem da importância de preservarmos os ensinamentos e valores da família cristã.
- (7) Esses poucos sindicalistas estão subvertendo a ordem das coisas e tentam falar de liberdade, raças, pessoas, direitos humanos sem nenhum nexo, com o único propósito de misturar informações e confundir a cabeça das pessoas de bem deste país.⁷⁹

Portanto, o deputado reafirmou a lógica argumentativa do pronunciamento anterior, apresentando que o Governo Federal, por meio do MEC, estaria cometendo uma ação arbitrária ao descumprir a lei que regulamenta o PNE (3); nas palavras do deputado, estaria cometendo um “equívoco” (1). Inclusive, Galli acusou o governo de afrontar as deliberações do Congresso Nacional e de desrespeitar a Constituição Federal (4), cobrando providências, sob pena de apuração de responsabilidade (1). Neste sentido, o deputado reafirmou uma argumentação jurídica sobre a ilegalidade da presença da “ideologia de gênero” nos planos de educação de todo o país, chegando a sugerir que o MEC estaria cometendo um “crime de responsabilidade” (2). Concomitantemente, o deputado se afirmou enquanto um agente dotado de iniciativa para a fiscalização das ações do governo e suas irregularidades (1).

De forma distinta ao pronunciamento anterior (discurso III), o nome de Dilma Rousseff enquanto chefe do governo voltou a ser enfatizado, indicando a sua responsabilidade pela presença da “ideologia de gênero” nos planos de educação. No entanto, assim como presente no discurso III, o pronunciamento seguiu um caminho de produção de pressão sobre o governo, e não de desqualificação e ruptura como visto nos discursos I e II. Algo enfatizado em trechos como “cobro urgentes e necessárias providências” e “reveja seu equívoco” (1), apesar da citação posterior ao PT, vinculando-o ao processo de desqualificação do sindicato. Por outro lado, cabe ressaltar que este discurso de pressão se aproximou de um discurso de ruptura, sobretudo quando destacou a questão do desrespeito à Constituição e do crime de responsabilidade.

Na maior parte de seu pronunciamento, o deputado buscou atacar o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT), que teria publicado uma nota onde apresentou seu posicionamento em favor da “ideologia de gênero” nos planos de

⁷⁹ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Professor Victório Galli (PSC/MT) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 17h38.

educação. Desse modo, o sindicato e seus dirigentes foram vinculados ao MEC, ao Governo da Presidente Dilma e ao PT – atores combinados em um polo – que além de desrespeitarem as leis e a Constituição, estariam também “gerando uma desorganização no setor educacional” (3). Por conseguinte, o SINTEP foi colocado em uma posição de antagonismo em relação aos/as deputados/as federais (apresentados/as enquanto sujeito indeterminados) que de forma séria e compromissada com a verdade estariam discutindo a “ideologia de gênero” (5), a setores religiosos compromissados com a família (5), e aos ensinamentos e valores da família cristã (6).

Em concomitância a isso, a diretoria do sindicato foi representada enquanto um grupo minoritário (“esses poucos sindicalistas”) vinculado ao PT, que não possui seriedade e compromisso com a verdade, que não está a serviço da educação e da família, produzindo desorganização, confusão e subversão (3, 4, 5, 6 e 7). Portanto, novamente, tivemos a propagação de processos de estereotipização de um grupo específico, em contrapartida à generalização do polo identificado com as posições ideológicas do deputado – “famílias”, “maioria dos seus integrantes, que têm filhos, netos e sabem a importância de preservarmos os ensinamentos e valores da família cristã”, “pessoas de bem” (4, 6 e 7). Dessa forma, neste discurso, foram reproduzidas representações e modos de identificação relacionados a uma perspectiva ideológica de manutenção do *status quo* e de reafirmação das desigualdades sociais e políticas manifestas na presente conformação societal (Fairclough, 1995, 2003; Jost, 2017; Sidanius & Pratto, 1999; Van Dijk, 2009).

Logo em seguida, a mesa da Câmara Federal abriu espaço para um pequeno pronunciamento realizado pelo deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), conhecido parlamentar engajado nas pautas por direitos humanos, sendo o único homossexual assumido e militante da causa LGBT eleito deputado federal na 55ª Legislatura (2015-2019). Em seu pronunciamento, Jean Wyllys procurou construir um contra-argumento em relação à influência do discurso da ideologia de gênero na votação dos planos de educação, buscando também a construção de uma representação negativa dos/as enunciadores/as desse discurso. Neste sentido, selecionamos os seguintes trechos de sua fala:

(V)

- (1) Nelson Rodrigues disse, certa vez, que no Brasil o absurdo está perdendo a modéstia. Eu diria que aqui nesta Casa a estupidez está perdendo a modéstia.
- (2) Se nós interrogarmos qualquer das pessoas que estão fazendo exortações contra a ideologia de gênero e lhes perguntarmos o que é a ideologia de gênero, elas não vão saber responder, porque é uma cantilena diabólica, repetida e repetida sem reflexão.

- (3) Essas exortações não vão eliminar da vida as pessoas homossexuais; não vão eliminar da vida as pessoas que professam as religiões de matriz africana. Então, ainda que eles façam uma rede legislativa e um trabalho para eliminar dos planos de educação municipais as referências à orientação sexual, identidade de gênero e gênero, essas pessoas vão continuar existindo, na sua concretude, nos seus corpos.
- (4) Essa desonestidade intelectual contra a pluralidade humana e contra uma educação verdadeiramente libertária é algo preocupante nesta Casa.
- (5) se perguntarem a qualquer um deles o que é ideologia de gênero, ninguém vai saber responder, porque repetem como papagaio irrefletido⁸⁰.

Em seu pronunciamento, o deputado qualificou o discurso da “ideologia de gênero” enquanto uma estupidez (1), como algo que é repetido seguidamente sem o devido conhecimento e sem reflexão (2 e 5). O processo de caracterização dos/as enunciadores/as deste discurso, que se conformou em um processo de estereotipização, se constituiu a partir de representações de ignorância e alienação, como ao afirmar que “eles não sabem responder” e “repetem como papagaio irrefletido” (2 e 5), reafirmando a representação inicial da estupidez. Por outro lado, enquanto que tais representações destacam uma inexistência de um discurso consciente, a noção de “desonestidade intelectual” (4) ressaltou a agência dos/as enunciadores/as e a intencionalidade do discurso. Assim, o campo conservador foi fundamentalmente representado a partir da imagem do discurso reproduzido de forma alienada, sem reflexão, apesar de existir um produtor intelectual deste discurso, desonesto por esconder suas reais intenções – de limitar a pluralidade humana e restringir uma educação libertária (4).

Simultaneamente, Jean Wyllys apresentou a sua posição ideológica em defesa da permanência dos debates de gênero e sexualidade nos planos de educação, reafirmando a existência das “pessoas homossexuais” (3), neste caso fazendo referência direta ao discurso da “ideologia de gênero”, e a existência das “pessoas que professam as religiões de matriz africana” (3), em referência ao caso de intolerância religiosa. Diferente dos outros pronunciamentos que fizeram o uso estratégico de generalizações que favoreceram o campo ideológico conservador – como visto nos discursos I, II e IV – neste discurso presenciamos um processo de particularização dos grupos envolvidos, com a singularização das identidades (3) e afirmação da pluralidade (4). Assim, vemos a conformação de uma estratégia distinta, que não se afirma no geral e no majoritária, mas sim no particular e minoritário.

⁸⁰ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Jean Wyllys (PSOL/RJ) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 17h44.

Em continuidade e seguindo as posições ideológicas do discurso anterior, o deputado Ságuas Moraes (PT/MT) discorreu brevemente sobre as questões de gênero e sexualidade nos planos de educação, antes de adentrar na temática da redução da maioridade penal – motivo pelo qual havia se inscrito inicialmente. Neste sentido, selecionamos os seguintes trechos de seu pronunciamento para a análise:

(VI)

- (1) No PNE, que é o Plano Nacional de Educação, foi colocado que haveria respeito à diversidade, ao gênero e à orientação sexual. Respeito, Sr. Presidente, significa que essas crianças, que esses jovens na escola precisam ser respeitados na sua diversidade.
- (2) Em nenhum momento se está pedindo para alguém mudar de sexo, em nenhum momento se está pedindo para as pessoas seguirem determinada orientação. O que se está colocando, como disse o Deputado Jean Wyllys, é que essas pessoas existem e continuarão existindo.
- (3) Aproximadamente 15% da população mundial é homossexual, aqui ou em qualquer parte do mundo, aqui ou em qualquer religião, aqui ou em qualquer lugar. Essas pessoas também precisam ser respeitadas como tal.
- (4) Isso é o que foi colocado no PNE e foi retirado por algumas forças religiosas e algumas forças fundamentalistas. Nós não podemos admitir mais essa situação⁸¹.

Apresentando um contraponto aos pronunciamentos anteriores que questionaram a presença da “ideologia de gênero” nos planos de educação, o deputado Ságuas Moraes ressaltou a necessidade do respeito à diversidade presente nas escolas (1). Em contrapartida ao discurso da “ideologia de gênero”, foi afirmada uma desvinculação dos debates de gênero e sexualidade da representação da promoção de uma “determinada orientação” (2), no caso a homossexualidade, como comumente acusado pelo campo conservador. Posteriormente, o deputado recorreu a dados estatísticos para assegurar que a homossexualidade existe enquanto um fenômeno natural, sendo uma expressão humana legítima e presente de forma universal em praticamente todas as sociedades (3). No entanto, tais dados são apresentados sem a descrição da fonte da informação e atualmente não existe um mapeamento mundial sobre a orientação sexual, sendo um dado estatístico utilizado unicamente como uma forma de legitimação (Best, 2001). Cabe destacar que a noção de “respeito” foi uma das principais representações levantadas no discurso, vinculada a defesa da permanência das temáticas de gênero e sexualidade nos planos.

⁸¹ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Ságuas Moraes (PT/MT) no Plenário da Câmara em 23/06/2015, às 17h44.

Em concomitância, o deputado optou por não realizar uma caracterização precisa sobre os grupos que se opuseram a tais temáticas nos planos de educação, qualificando-os de forma ampla como “algumas forças religiosas” e “algumas forças fundamentalistas” (4). Dessa forma, seu discurso abriu pouco espaço para polarizações e antagonismos, evitando assim um conflito aberto com os/as atores políticos e sociais que promovem o discurso da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira.

Assim, o discurso da “ideologia de gênero” foi oposto de formas bastante distintas, com o fortalecimento da polarização e a afirmação da particularidade por um lado (V), e por outro a afirmação do geral e o apaziguamento de antagonismos (VI). No caso dos parlamentares que afirmaram o discurso da “ideologia de gênero”, tivemos em todos os discursos um direcionamento à polarização, tendo em vista o momento de mobilização social em torno da aprovação dos planos municipais e estaduais de educação. Porém, os pronunciamentos se dividiram em um tom de ruptura com o Governo Federal (I e II) e de pressão e crítica ao governo visando o atendimento da demanda (III e IV).

4.2 A “perspectiva de gênero” no MPV 696/2016 no dia 18 de fevereiro de 2016

No dia 18 de fevereiro de 2016, tivemos a 9ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, ocorrida no período matutino, das 10h às 13h48, com a presença de 131 parlamentares em sua abertura – uma das primeiras sessões daquele ano, na qual foram votados alguns projetos legislativos importantes. Como apresentado em nosso panorama geral (vide capítulo 1), a partir de 2016, o discurso da “ideologia de gênero, amplamente difundido no ano anterior por meio dos planos de educação, adentrou em outras esferas sociais e políticas, ganhando capilaridade em diversos debates.

Desse modo, a noção de “gênero” passou a ser rejeitada em todo e qualquer projeto legislativo por alguns parlamentares, representando um “mal a ser combatido, não apenas nas políticas de educação, mas em todas os campos da sociedade. A 9ª Sessão Deliberativa Extraordinária de 2016 foi um momento em que o discurso da “ideologia de gênero” atuou enquanto um discurso político para além das políticas de educação, promovendo pânicos morais em torno das políticas sexuais de forma ampla (Balieiro, 2018; Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Miskolci, 2007; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002), abarcando outros campos políticos de debate legislativo.

Cabe destacar que, neste momento, as atividades da Câmara dos Deputados eram perpassadas por um grande conflito entre os dois maiores partidos da casa, o PT e o PMDB,

que também dividiam o comando do Governo Federal; o primeiro com a Presidência, e o segundo com a Vice-Presidência. Como apresentado no tópico anterior, no ano de 2015, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi eleito Presidente da Câmara, algo que contribuiu para o fortalecimento da oposição parlamentar ao governo e, em específico, ao Partido dos Trabalhadores nesta casa legislativa. Dividindo a base do governo na Câmara, Eduardo Cunha foi eleito presidente com um discurso de independência do Legislativo perante o Governo Federal⁸², dificultando as relações entre o Governo e o Congresso Nacional. Posteriormente, em 2016, com o agravamento da crise econômica, após a constatação da retração de 3,5% do PIB em 2015 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017) – que se somou ao andamento da Operação Lava Jato⁸³, que atingiu diversas lideranças da cúpula do Governo Federal, investigadas por desvio de recurso público – instaurou-se uma forte crise política que permeou a sociedade brasileira em sua totalidade.

Por outro lado, a crise política na Câmara Federal já havia sido instaurada em novembro de 2015, quando foi aberto um processo no Conselho de Ética para se investigar o presidente da casa, Eduardo Cunha, por quebra de decoro parlamentar, após as denúncias de ocultação de patrimônio, atividade financeira ilegal e desvio de dinheiro público, com a possibilidade de cassação do mandato. O andamento do processo de cassação produziu ainda mais cisões no Governo Federal e em sua base parlamentar, resultando em um clima favorável para a oposição, dificultando assim a tramitação dos projetos legislativos de interesse do governo. Para tensionar ainda mais o cenário político, em dezembro daquele ano, Eduardo Cunha acolheu o pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, formulado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Assim, neste início de 2016, corriam paralelamente, na Câmara Federal, o processo de cassação do mandato do Presidente da Câmara (finalizado com a cassação em setembro) e o processo de impeachment da Presidenta da República (aprovado na Câmara em abril), sendo um momento marcado por polarizações e fortes tensões.

Na sessão legislativa do período diurno, do dia 18 de fevereiro de 2016, encontramos uma frequência de 8 pronunciamentos que utilizaram o termo “ideologia de gênero” no debate legislativo, todos relacionados à votação final da Medida Provisória (MPV) nº 696, de 2015, de autoria do Poder Executivo. A MPV nº 696/2015 foi publicada pelo Governo Federal em

⁸² Portal G1 (01/02/2015), “Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>. Acesso em 23/11/2018.

⁸³ A Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal, tendo como objetivo a investigação de crime financeiro e desvio de recursos públicos no âmbito do Governo Federal, resultando na investigação e prisão de diversas lideranças partidárias da base do Governo Federal. Para uma leitura crítica da operação, ver Deysi Cioccarri (2015) e Armando Boito Jr. (2016).

outubro de 2015, dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. A título de informação, toda medida provisória produz efeitos imediatos após a sua publicação, se tratando de uma ação utilizada em casos de urgência ou de relevância pública. No entanto, o prazo de vigência de uma MPV é de no máximo cento e vinte dias, sendo necessária a sua aprovação pelo Congresso Nacional a partir da criação (logo após a publicação da MPV) de uma Comissão Mista destinada à sua discussão. Em caso de modificações, temos a proposição de um Projeto de Lei de Conversão (PLV), de autoria da Comissão Mista, que modifica a medida provisória. Por conta da realização de diversas modificações na MPV 696/2015 efetuadas pela comissão mista, foi proposto o PLV nº 25/2015, que aglutinou as mudanças sugeridas pela referida comissão⁸⁴.

A enunciação do discurso da “ideologia de gênero” no debate legislativo ocorreu durante a votação em separado da expressão “incorporação da perspectiva de gênero”, presente no PLV nº 25/2015, requerida pelo deputado Márcio Marinho (PRB/BA), líder do Bloco PRB, PTN, PMN, PTC, PTdoB e PSL. Complementando a versão original publicada pelo Governo Federal, que utilizou do termo “planejamento de gênero” no âmbito das atribuições do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; no PLV 25/2015, tivemos a proposição do seguinte trecho: “planejamento da incorporação da perspectiva de gênero que contribua na ação do Governo Federal e das demais esferas de governo na promoção da igualdade entre mulheres e homens”. Desse modo, foi proposta a incorporação do uso analítico do conceito de gênero pelo governo brasileiro enquanto uma forma de promoção de políticas públicas. A inclusão deste trecho no PLV gerou uma forte oposição por parte de algumas bancadas partidárias, que pediram a sua supressão do texto que seria encaminhado para apreciação no Senado Federal.

A votação em separado deste trecho produziu um longo e intenso debate no Plenário da Câmara, que se dividiu entre a supressão e a permanência do termo “perspectiva de gênero” no PLV 25/2015. A partir da votação nominal, o termo foi suprimido em uma votação apertada, com 166 votos pelo “sim” (manutenção) e 188 votos pelo “não” (supressão), junto a 2 abstenções. Apesar de mantida a necessidade da promoção da igualdade entre homens e mulheres, o termo “gênero” – presente no texto original da medida provisória – foi suprimido

⁸⁴ Informações sobre o processo de tramitação de uma medida provisória estão disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Dados da MPV nº 696, de 2015, disponíveis em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1806554>. Dados da PLV nº 25, de 2015, disponíveis em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2057633&ord=0>. O acesso das páginas referenciadas ocorreu em 23/11/2018.

a partir do discurso da ameaça da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Vale destacar que o PRB e o PSC, partidos com uma forte presença evangélica, votaram inteiramente pelo “não”; enquanto que as bancadas do PSOL, PCdoB e PT votaram inteiramente pelo “sim”. Por outro lado, apesar da maioria das bancadas partidárias terem orientado pelo voto no “sim” ou terem liberado seus integrantes para a livre escolha, partidos expressivos no momento da votação (como DEM, PTB, PSD, PR e PP) orientaram pelo voto no “não”, algo que se somou à divisão de partidos tradicionais como o PMDB e o PSDB, possibilitando assim a vitória da supressão.

Outro ponto relevante foi a introdução do trecho em que era definido que a coordenação da política nacional de direitos humanos deveria atuar em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos e com “os direitos e liberdades reconhecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)”. Na conversão da MPV 696/2015 em Lei nº 13.266, de 2016, este trecho foi vetado pela Presidenta Dilma Rousseff, que considerou que existem diversos tratados internacionais de direitos humanos, não cabendo ao órgão uma atuação pautada em um único tratado⁸⁵. Não foi possível traçar a emenda que originou a introdução deste trecho, no entanto, a sua inclusão na redação final aprovada pelo Congresso Nacional possivelmente esteve vinculada a atuação de parlamentares conservadores. Como analisado no capítulo anterior, a CADH é constantemente utilizada por grupos conservadores para se justificar a proibição da “doutrinação ideológica” e da “ideologia de gênero” nas escolas (vide tópico 3.1 do capítulo 3). Além de retirarem o termo “gênero” do MPV 696/2015, tais grupos também conseguiram incluir a referência à CADH na redação final da lei, seguindo a lógica argumentativa do discurso da “ideologia de gênero”.

Destacamos que não analisamos toda a discussão referente à votação deste ponto do PLV 25/2015, analisamos os pronunciamentos presentes no *corpus* documental definido no capítulo 1 (sistematizado no Apêndice 1). Ou seja, analisamos apenas os pronunciamentos que fizeram o uso do termo “ideologia de gênero”, de forma que não analisamos a discussão em sua totalidade, enquanto um processo, mas sim as representações presentes em alguns pronunciamentos. Isso se deu pela necessidade da produção de um recorte de análise, visto que o tratamento de um número muito extenso de pronunciamentos, enunciados em uma única sessão, seria inviável para o alcance dos objetivos propostos para este estudo. Dessa forma, analisamos os pronunciamentos dos deputados Vinicius Carvalho (PRB/SP), Erika Kokay (PT/DF), Jô Moraes (PCdoB/MG), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Sóstenes Cavalcante

⁸⁵ Presidência da República. Mensagem nº 125, de 5 de abril de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-125.htm. Acesso em 24/11/2018.

(PSD/RJ), Ronaldo Nogueira (PTB/RS), Marco Feliciano (PSC/SP) e Alfredo Kaefer (PSDB/PR) – respectivamente enumerados em VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV. Assim como no tópico anterior, tais pronunciamentos tomaram um pequeno espaço da sessão, que foi perpassado por outras temáticas e pautas para debate e aprovação.

Logo no início da discussão sobre a supressão do termo “perspectiva de gênero” da MPV 696/2015 – aberta pelo Presidente da Sessão, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) – e após a fala de Erika Kokay (PT/DF) sobre a importância da permanência do termo “gênero” no texto, o deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP), vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus, se pronunciou trazendo a questão da “ideologia de gênero. Portanto, selecionamos os seguintes trechos de seu pronunciamento que explicitam as suas posições:

(VII)

- (1) todos já devem ter ouvido esta expressão “*Água mole em pedra dura tanto bate até que fura*”. Essa expressão, Deputado Samuel, tem sido a máxima daqueles que defendem este instituto chamado ideologia de gênero.
- (2) A todo instante, eles tentam trazer para esta Casa expressões que têm o mesmo sentido, porém com palavras novas. Agora, nós vemos um texto do qual aprovamos 99% e apenas pedimos para suprimir a expressão: “*perspectiva de gênero*”, porque há similaridade.
- (3) Mas o que acontece? Quando trazemos a reflexão sobre o assunto, somos intolerantes, somos homofóbicos. Não se trata disso, Deputado João Campos. Estamos apoiando 99% deste projeto, que fala sobre a Secretaria da Mulher.
- (4) Mas, em relação ao texto que está posto – e que nós o combatemos, logicamente, com o apoio de todas as bancadas que interpretam da mesma maneira –, sugerimos que seja retirada apenas a expressão “*da incorporação da perspectiva de gênero*”, porque não vai mudar em nada o sentido da defesa do que está sendo defendido nesta Secretaria⁸⁶.

Em seu breve pronunciamento, o deputado pouco qualificou a discussão, pois para o parlamentar existe um consenso na Câmara sobre a rejeição da “ideologia de gênero”. No momento inicial, tivemos a apresentação de uma expressão popular, uma metáfora sobre a capacidade de um componente mais “fraco” em superar o mais “forte” a partir da insistência; utilizando-se desta metáfora o deputado definiu a “ideologia de gênero”, como algo que é introduzido pela insistência (1). Tal definição foi complementada pelo argumento do uso de diferentes expressões “que têm o mesmo sentido” nas discussões legislativas na Câmara

⁸⁶ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Vinicius Carvalho (PRB/SP) no Plenário da Câmara em 18/02/2016, às 12h28.

Federal, no qual o termo “perspectiva de gênero” seria apenas mais uma das variações da “ideologia de gênero” (2).

De outro modo, seu pronunciamento não adentrou em uma lógica de polarização ou conflito. Como pode ser visto ao longo do discurso, os sujeitos que defendem a permanência do termo “gênero” e, conseqüentemente, promovem a “ideologia de gênero” foram representados enquanto sujeitos indeterminados e abstratos; como algo aparentemente sem importância para a sua lógica argumentativa. Simultaneamente, tivemos a citação nominal de alguns parlamentares da oposição – como os deputados Samuel Moreira (PSDB/SP), que posteriormente votou pelo “sim”, e João Campos (PSDB/GO), que votou pelo “não” – e das “bancadas” que possuem a mesma compreensão que a sua (1, 3 e 4). Posteriormente, ao longo do debate, o dep. João Campos, em uma participação ativa nas discussões, afirmou que a “Frente Parlamentar Evangélica” e a “Frente Parlamentar da Família e Apoio da Vida” votavam pelo “não”.

Esta ausência de uma polarização explícita se mostrou condizente com a sua estratégia retórica, pois nas suas palavras com a supressão do termo “perspectiva de gênero” o conteúdo das atribuições do órgão permaneceria o mesmo, sem qualquer tipo de prejuízo ao texto final (4). Neste sentido, Vinicius Carvalho buscou se esquivar dos conflitos ideológicos a partir de uma estratégia retórica de conciliação, se desvinculando explicitamente das qualificações de “homofóbico” e “intolerante” (2). Ao mesmo tempo, sua lógica argumentativa buscava refletir a representação de “intolerância” para os sujeitos que defendiam a manutenção do termo “perspectiva de gênero”, pois tal manutenção não produziria mudanças de conteúdo na política, sendo uma exigência infundada dos/as defensores/as da “ideologia de gênero” (3 e 4).

Posteriormente, após as declarações de posicionamento das bancadas partidárias e o pedido de verificação e votação nominal, tivemos o pronunciamento da deputada Erika Kokay (PT/DF) defendendo a manutenção do trecho, porém buscando se desvincular das acusações promoção da “ideologia de gênero”. Assim, selecionamos os seguintes trechos para a realização da análise:

(VIII)

- (1) Quando nós falamos de perspectiva de gênero, não estamos falando de identidade de gênero nem de ideologia de gênero. Nós estamos falando no compromisso que tem que haver no Ministério que envolve as políticas para as mulheres, a fim de que possa haver uma perspectiva de gênero no conjunto das políticas públicas.
- (2) Não podemos mais permitir que a política de educação não trabalhe contra a violência que atinge as mulheres; que a política de saúde não trabalhe contra a violência que atinge as mulheres (...).

- (3) Observar a perspectiva de gênero é trabalhar o conjunto das políticas públicas para que homens e mulheres tenham direitos iguais⁸⁷.

Assim como presenciado no discurso anterior, a deputada Erika Kokay trabalhou igualmente em uma perspectiva de conciliação, buscando desvincular o termo “perspectiva de gênero” do campo semântico da “ideologia de gênero”. Desse modo, Kokay iniciou seu pronunciamento afirmando que não se tratava de “identidade de gênero”, mas sim de “políticas para as mulheres” (1), mesmo que isso contrariasse a própria noção de “gênero” definida pela literatura acadêmica e governamental (Brasil, 2015; Germon, 2009; Haraway, 1991; Heilborn & Sorj, 1999). Nesta lógica argumentativa, a deputada não destituiu a validade da noção de “ideologia de gênero”, mas buscou transferir as discussões para um outro campo semântico, mais vinculado à memória social sobre a necessidade do combate à violência contra a mulher (2) – ou seja, para uma temática amplamente aceita na opinião pública, contando com um forte apoio social e uma grande passabilidade nas discussões políticas.

Em sua finalização, este discurso vinculou a “perspectiva de gênero” às políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres (3), adentrando em uma outra temática amplamente aceita na sociedade e apoiada pelos atores políticos presentes na discussão. Afinal, em termos retóricos, quem não é favorável ao combate à violência contra a mulher e à promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres? É interessante notarmos que em seu pronunciamento não existem atores antagônicos ou conflitos ideológicos, sendo um discurso que se afirmou a partir de um “nós” generalizado e de temáticas pretensamente “inquestionáveis” que possuem uma ampla aceitabilidade sociocultural e política.

Pouco depois, após a defesa de Alan Rick (PRB/AC) pelo “não”, a deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) realizou um pequeno pronunciamento em defesa da manutenção do trecho do PLS 25/2015 que fazia referência à “perspectiva de gênero”. Para a análise, por se tratar de um pronunciamento mais curto, optamos por transcrevê-lo integralmente:

(IX)

- (1) nós estamos discutindo algo muito importante, que representou uma conquista para as mulheres brasileiras.

⁸⁷ Trechos do pronunciamento realizado pela dep. Erika Kokay (PT/DF) no Plenário da Câmara em 18/02/2016, às 12h28.

- (2) Quando foi criada, a Secretaria da Mulher tinha como objetivo explícito realizar e coordenar todas as políticas públicas que atingissem as mulheres na área de violência, na área da saúde, na área da assistência, na área educacional.
- (3) Vamos ao dicionário e encontramos lá “gênero feminino” e “gênero masculino”. Eu acho que se confunde deliberadamente, para se tirar os direitos das mulheres e as conquistas de políticas públicas, uma idealizada e inventada ideologia de gênero que não existe. Gênero é aquilo que separa direitos.... (*Desligamento automático do microfone.*)⁸⁸

Neste discurso, vemos a mesma lógica argumentativa presente no pronunciamento anterior, com a utilização de estratégias retóricas vinculadas à generalização e ao enquadramento na questão das políticas para as mulheres (1 e 2), temática que conta com uma ampla aceitabilidade social. No entanto, ao final de seu discurso, foi aberta a existência de uma polarização, apesar de não definidos os atores e os discursos relacionados neste conflito político-ideológico. Assim, a deputada afirmou que “se confunde” – apresentando uma oração com um sujeito inexistente – para gerar deliberadamente confusões na discussão, visando retirar “os direitos das mulheres” (3). Concomitantemente, a noção de “ideologia de gênero” foi desqualificada e apresentada como algo “idealizado” e “inventado”, sendo promovida pelos sujeitos que produzem as confusões.

Outro aspecto relevante deste discurso foi a citação de definições do dicionário (3) como um critério de aceitabilidade social e “inquestionabilidade”, se conformando enquanto um dos elementos que legitimam o seu posicionamento pela manutenção do termo “perspectiva de gênero” no MPV 696/2015. Em termos gerais, em seu discurso existe um polo que defende os direitos das mulheres e outro polo que busca retirar tais direitos a partir de promoção intencional de confusões. Um discurso que carrega traços de estereotipização, porém que se direciona a um sujeito abstrato, não localizado em nenhum sujeito ou grupo social específico.

Após o pronunciamento de João Campos (PSDB/GO) pelo voto no “não”, que sucedeu o discurso de Jô Moraes, tivemos a fala da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) que trouxe novos elementos para o debate e uma lógica argumentativa distinta dos últimos dois pronunciamentos que defenderam a permanência do trecho. Neste sentido, por conta da relevância dos trechos, que inseriram novos elementos às discussões, optamos outra vez pela transcrição integral do pronunciamento para a realização da análise:

(X)

⁸⁸ Pronunciamento realizado pela dep. Jô Moraes (PcdoB/MG) no Plenário da Câmara em 18/02/2016, às 12h28.

- (1) Eu estava num debate agora com um Deputado que dizia que a única divergência é semântica, porque como já há homem e mulher no texto, a divergência é semântica.
- (2) Por favor, não dá para aceitar que o argumento seja esse. Que se confrontem os argumentos reais! O que estamos discutindo aqui em perspectiva de gênero é muito mais abrangente do que o debate apenas de igualdade entre homens e mulheres. Há discussão de direitos reprodutivos, há discussão da diversidade sexual, há uma série de outros debates que são incorporados na questão de gênero.
- (3) Então, enfrentem o argumento abertamente. Não digam apenas que já está no texto “homem e mulher” e, portanto, não precisa haver a expressão que querem retirar.
- (4) Nós temos que parar de raciocinar como se estivéssemos no século XIX, porque estamos no século XXI. Não é possível que o Congresso se acocore diante de argumentos tão falsos para fazer este debate. Em minha, opinião, este Congresso vai dar um péssimo exemplo à sociedade brasileira, se retirar do texto a ideologia de gênero⁸⁹.

Inicialmente, a deputada rejeitou o argumento de que a presença dos termos “homem” e “mulher” substituíam o termo “perspectiva de gênero”, sendo uma simples divergência semântica (1). Em sua compreensão, este não seria um argumento “real”, pois o termo “perspectiva de gênero” seria muito mais abrangente do que a questão da igualdade entre homens e mulheres, abrangendo outros debates, como os direitos reprodutivos e a diversidade sexual (2 e 3). Assim, nas palavras da deputada, o uso deste argumento se conformou enquanto uma estratégia retórica que esconde os seus reais motivos, que visa se esquivar dos confrontos ideológicos que perpassam as políticas de “gênero”.

Diferente dos dois pronunciamentos anteriores, articulou-se um discurso de polarização entre duas perspectivas ideológicas, não estando este debate restrito às políticas para as mulheres, envolvendo também a questão da diversidade sexual (2). No entanto, não tivemos a definição precisa dos atores sociais envolvidos, que se encontram indeterminados neste discurso. Concomitantemente, Jandira Feghali buscou qualificar a atuação de tais atores que defendem a supressão do trecho, definindo o seu “raciocínio” como ultrapassado e baseado em argumentos “falsos” (4). O “Congresso” foi o único ator portador de agência definido no discurso, que estaria “se acocorando” (se agachando ou se submetendo) a esta forma errônea de raciocínio. Assim, a deputada finalizou afirmando que o Congresso daria um “péssimo exemplo” à sociedade se retirasse do MPV 696/2015 a “ideologia de gênero” (4), tratando-se de algo moralmente reprovável. Apesar da dep. Jandira Feghali defender a manutenção da

⁸⁹ Pronunciamento realizado pela dep. Jandira Feghali (PcdoB/RJ) no Plenário da Câmara em 18/02/2016, às 12h28.

“perspectiva de gênero” no texto, inclusive ampliando o debate para além do tema das políticas para mulheres; ao final, ela se utilizou do termo “ideologia de gênero”, comumente utilizado pelo campo conservador para deslegitimar o termo “gênero”.

É interessante que sua lógica argumentativa não entrou em confronto unicamente com o campo que defendia a votação pelo “não”, mas também a própria estrutura retórica dos últimos dois pronunciamentos, que se centraram em estratégias de generalização, em um enquadramento sobre as políticas para as mulheres (um tema que permeia o “senso comum” da sociedade brasileira) e em um discurso de conciliação e de apaziguamento de antagonismos. A deputada retomou um discurso de polarização ideológica, trazendo o conceito de “gênero” em seu significado mais próximo ao utilizado pelos grupos de interesse que o mobilizam – não restringindo-o unicamente à questão das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas a múltiplos temas que perpassam as políticas sexuais (Haraway, 1991; Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002) – revivendo as polêmicas que, por exemplo, perpassaram a aprovação dos planos de educação em todo o país. Algo já reproduzido por outros parlamentares que defenderam o voto pelo “não”. Desse modo, o discurso da “ideologia de gênero”, já distante do pânico moral inicial em torno das políticas de educação, se tornou uma memória social (van Dijk, 1995, 1998) compartilhada pelos/as integrantes da Câmara Federal, conformando os debates legislativos em diversos campos políticos.

O pronunciamento seguinte foi realizado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ), vinculado à Assembleia de Deus, que deslocou a discussão para o campo semântico e lexical comum ao discurso da “ideologia de gênero”, de forma a contextualizar a votação pela supressão do termo “perspectiva de gênero” deste projeto legislativo. Tratando-se de um pronunciamento breve, para a realização da análise, buscamos a sua reprodução integral:

(XI)

- (1) Sr. Presidente, é impressionante ver que há aqui aqueles que usam argumentos para defender, na verdade, a desconstrução da família brasileira. Eu gostaria de convidar os nobres pares, os nobres colegas, para entenderem o que querem aqueles que defendem essa ideologia no Brasil, alguns que se identificam um pouco mais com a Esquerda.
- (2) E não é só uma ideologia defendida aqui, mas também em âmbito mundial, até na ONU. A ideologia de gênero nada mais é do que a destruição da família, célula *mater* e base da sociedade.
- (3) Portanto, vamos votar “não” à ideologia de gênero para defender a família dos brasileiros⁹⁰.

⁹⁰ Pronunciamento realizado pelo dep. Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) no Plenário da Câmara em 18/02/2016, às 12h28.

O deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) direcionou sua lógica argumentativa em torno da busca pelo convencimento de outros parlamentares sobre a necessidade do voto no “não”, porém sem adentrar em um discurso de polarização, apesar de deslegitimar a atuação “daqueles” que defenderam naquela discussão a “ideologia de gênero” (1). Desse modo, o foco do seu discurso se concentrou fundamentalmente em uma caracterização da “ideologia de gênero”, construída enquanto uma ameaça à sociedade brasileira, no qual visou-se inclusive o convencimento de parlamentares identificados/as com a “Esquerda” (1) – destacando um conflito ideológico que perpassa o *continuum* direita-esquerda (Jost, 2006). O direcionamento do discurso aos “nobres pares” em uma estratégia de convencimento conformou a sua lógica argumentativa, desvinculando-a de polarizações explícitas a atores e grupos sociais localizáveis para além “daqueles” parlamentares que defenderam esta “ideologia”. O próprio *continuum* esquerda-direita é sobreposto pela factualidade da ameaça da “ideologia de gênero”, que coloca em perigo as famílias.

Nesta lógica argumentativa, votar contra a “ideologia de gênero” nos projetos legislativos se configurou enquanto uma forma de defesa da família brasileira contra a “desconstrução” (1) e a “destruição” (2); e, conseqüentemente, de defesa da sociedade como um todo, por conta da família ser concebida enquanto a sua base (2). Por outro lado, a “ideologia de gênero” foi caracterizada também como uma ameaça mundial, promovida inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU), fortalecendo a sua gravidade e a necessidade de sua rejeição pelos/as parlamentares. A partir disso, se construiu uma retórica moral: de defesa de um ator social ameaçado (família) e de combate a uma ameaça que produz o “mal” (“ideologia de gênero”).

Na sequência, o deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS), também vinculado à Assembleia de Deus, complementou o discurso anterior, definindo melhor seus posicionamentos ideológicos em relação à noção de família. Para a realização da análise, transcrevemos o seu pronunciamento na íntegra:

(XII)

- (1) Sr. Presidente, nós não podemos admitir o conceito do novo modelo de sociedade que se esconde atrás da ideologia de gênero, que quer introduzir uma terceira ordem sexual, até porque o modelo defendido pela sociedade brasileira está fundamentado em princípios cristãos.
- (2) Nós precisamos preservar aquele modelo de família. A família se constitui através da união de um homem e uma mulher, para a constituição da sua prole. Por isso, nós votamos “não”, Sr. Presidente.

Em um pronunciamento breve, o deputado definiu a “ideologia de gênero” como uma tentativa de introdução de um novo modelo de sociedade – uma nova “ordem sexual” – contrariando o modelo cristão, em suas palavras, defendido pela sociedade brasileira (1). Nesta lógica argumentativa, teríamos um modelo de família pautado nos “princípios cristãos” de união entre um homem e uma mulher, junto a sua “prole” (2). Assim, apesar de se tratar de um curto discurso, Ronaldo Nogueira trouxe novos elementos para a definição da ameaça da “ideologia de gênero” às famílias, defendendo abertamente uma definição restrita de família, identificada como “cristã”, e recorrendo a representações historicamente arraigadas da família como o homem, a mulher e seus filhos. A “ideologia de gênero” ameaçaria este “modelo” familiar a partir da promoção de outros modelos.

Neste discurso não há qualquer referência ao projeto legislativo em discussão, apenas a rejeição da noção de “gênero” e suas derivações sociais e políticas, enquadradas e estereotipadas no termo “ideologia de gênero”. Portanto, a supressão do trecho “incorporação da perspectiva de gênero” do MPV 696/2015 seria uma forma de afirmação de uma determinada “ordem sexual” vinculada aos “princípios cristãos”, sendo um modo de afirmação da família monogâmica e heterossexual como o modelo societal hegemônico. Tratou-se de um discurso fundamentalmente direcionado para as disputas no campo das práticas socioculturais (Fairclough, 1996, 2003), enunciando de forma aberta suas posições ideológicas sobre a organização da sociedade e das famílias.

Posteriormente, após alguns pronunciamentos no Plenário, tivemos a fala do deputado Marco Feliciano (PSC/SP) – conhecido parlamentar conservador e integrante da Assembleia de Deus – afirmando que o texto já está contemplado com os termos “homens” e “mulheres”. Assim, para a sua análise, transcrevemos o pronunciamento em sua totalidade:

(XIII)

- (1) Esse episódio que aconteceu aqui agora, a briga do Governo com o PT, é muito legal. Continue assim! Um reino dividido não subsiste nunca.
- (2) Em relação ao assunto que está em votação, é muito criterioso tentar entender o pensamento progressista. Os progressistas afirmam que essa questão de gênero que aqui está não é ideologia de gênero. Então, por que brigam tanto? O texto já contempla homem e mulher.
- (3) É horrível ter que suportar neste plenário pessoas falarem sobre fundamentalismo religioso e fazerem piadinhas conosco, dizendo que todos os que estão vindo ao microfone defender isso são apenas pessoas com ideologia da sua própria religião, quando, na verdade, não é assim. Abre precedente sim. E tudo pelo que se lutou neste Parlamento, como a questão da educação, pode voltar à tona.

- (4) Então, Sr. Presidente, tem que ser suprimido o texto, porque ele já contempla a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Inicialmente, o dep. Feliciano apresentou satisfação ao relatar uma divisão entre a base parlamentar do Governo Federal e o PT, uma divisão que poderia resultar na queda do governo (1). Adentrando na questão da votação, o parlamentar definiu os defensores da manutenção do termo “perspectiva de gênero” como “progressistas” (2), sendo os únicos atores mobilizados em seu discurso. Nas palavras do deputado, os progressistas presentes nesta discussão afirmaram que a “questão de gênero” não é “ideologia de gênero” (2); no entanto, a insistência pela manutenção do trecho daria indícios de que tal afirmação não seria verídica. Dessa forma, Feliciano retornou ao argumento de que o texto suprimido manteria a promoção da igualdade entre homens e mulheres (2 e 4), em uma estratégia retórica de conciliação e apaziguamento de antagonismos.

Em concomitância, o deputado construiu uma representação de vítima, ao afirmar que os defensores da supressão estariam sendo acusados de “fundamentalismo religioso” e também sendo debochados por pessoas presentes no Plenário (3). Nos termos deste discurso, a defesa pela supressão do trecho não tratou de uma mera defesa de “ideologias religiosas”, mas de uma temática (não explicitada) já discutida – como, por exemplo, na questão da educação – pela Câmara do Deputados. Assim, a introdução do termo “perspectiva de gênero” abriria precedentes para a volta de um debate já discutido, gerando a perda de uma luta anteriormente travada no campo da educação. A rejeição à “ideologia de gênero” não seria um fruto de ideologias oriundas das religiões (cristãs) dos/as próprios/as parlamentares, mas sim fruto de um debate amplamente consensuado pelo Poder Legislativo. Novamente, a estratégia da generalização dos atores, seja no âmbito de legitimação e universalização (“Parlamento”), ou da deslegitimação e estereotipização, se fez presente enquanto uma característica estruturante dos discursos políticos enunciados nesta discussão legislativa.

Por fim, após algumas discussões e pronunciamentos, o deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR) realizou o último pronunciamento deste ponto de debate antes da finalização da votação, que transcrevemos na íntegra para a análise:

(XIV)

- (1) Sr. Presidente, a insistência do Governo e do PT nessa proposta é um desrespeito aos Deputados que, durante 1 ano e meio, debateram o Plano Nacional de Educação e derrubaram a ideologia de gênero.

- (2) Eles querem fazer todos confundirem o direito de gênero com a ideologia de gênero. Todos os Estados e a maioria das Prefeituras aboliram a ideologia de gênero nos seus planos municipais e estaduais de educação. E o Governo Federal, o Ministério da Educação, continua insistindo nisso e vem de novo com essa medida provisória.
- (3) Então, o voto é “não”, porque nós, no Plano Nacional de Educação, já abolimos essa situação.
Manifestação no plenário: Não é verdade! Não é verdade!)

Como realizado pelo dep. Feliciano, neste pronunciamento, Alfredo Kaefer direcionou suas críticas ao Governo Federal e ao PT (1), conformando sua fala enquanto um discurso de oposição. Dessa forma, o Governo Federal e o PT, por meio do MEC, estariam desrespeitando a Câmara dos Deputados, insistindo em uma questão já resolvida a partir da rejeição da “ideologia de gênero dos planos de educação de “todos” os estados e da “maioria” dos municípios (1 e 2). Quando se utilizou do termo “já abolimos esta situação” (3), o deputado buscou generalizar a posição de um setor específico da Câmara (mesmo que majoritário) a todo o seu conjunto múltiplo de atores, no qual visualizamos distintos posicionamentos sobre a temática e inclusive uma polarização declarada.

Como descrito no capítulo anterior, a vitória do campo conservador em relação ao Plano Nacional de Educação e aos planos municipais e estaduais possibilitou o avanço do discurso da “ideologia de gênero” para outros campos políticos. Neste caso, foi produzida uma memória social (van Dijk, 1995, 1998) que deu coerência semântica a este discurso político, minimamente possibilitando a sua instrumentalização nas disputas legislativas – algo que gerou, por um lado, a vitória dos posicionamentos ideológicos do campo conservador cristão e, por outro, a vitória da oposição parlamentar perante as posições do governo e do PT (independentemente de seu conteúdo).

4.3 O pânico moral em torno das exposições artísticas no dia 2 de outubro de 2017

Como debatido no tópico 3.3 do capítulo anterior, os meses de setembro e outubro de 2017 foram perpassados pelas polêmicas em torno das exposições artísticas; mais especificamente, da exposição “Queermuseu” do Santander Cultural de Porto Alegre, cancelada em 10 de setembro após ataques nas redes sociais, e da performance “La Bête” ocorrida no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), em 26 de setembro daquele ano. As exposições artísticas foram acusadas por grupos e lideranças conservadoras de promover a “zoofilia” e a

“pedofilia”, além de desrespeitar a religião e os valores cristãos, sendo um atentado contra as crianças, a família e a cultura cristã.

Em nossa análise, consideramos que a crise das exposições artísticas se configurou de forma evidente enquanto um pânico moral, mobilizando grupos de interesse, meios de comunicação, especialistas e lideranças políticas em uma lógica de produção soluções para a resolução de um mal comum [*folk devil*] (Cohen, 1972/2002; Goode & Ben-Yehuda, 2009; Machado, 2004; Miskolci, 2007). Simultaneamente, no pânico moral, tal solução é perpassada pela localização da ameaça a ser combatida a partir da sobrelevação de políticas afetivas, sobretudo vinculadas ao medo e à fuga da complexidade a partir da construção de estereótipos.

Ao longo destes meses, no Plenário da Câmara, diversos/as parlamentares realizaram pronunciamentos tratando sobre esta temática; em alguns momentos, vinculando-a à questão da “ideologia de gênero”, que estaria por trás dos reais motivos dessas exposições artísticas. Nestes discursos políticos, a percepção da ameaça foi amplificada para além dos eventos em destaque; pois, para os grupos conservadores, o que tinha ocorrido naquelas exposições artísticas fazia parte de uma “agenda” ampla e difusa que atuava pela destruição da família e dos valores cristãos. Tratavam-se assim de eventos que não ocorriam de forma isolada, mas que estavam conectados por uma rede impulsionada pela perspectiva “ideológica” de “gênero” – que, por exemplo, trabalha incessantemente para atingir as crianças por meio da educação. Nesta lógica discursiva, buscou-se a fixação de uma memória social e de representações (van Dijk, 1995, 1998) vinculadas à cruzada moral perpetuada por grupos conservadores contra a “ideologia de gênero” nos planos de educação em 2015, trazendo-as para outros campos políticos e sociais.

Na 284ª Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 2 de outubro de 2017, entre o período da tarde e da noite, das 17h45 às 21h46, tivemos diversos pronunciamentos que trataram sobre o assunto, dos quais cinco fizeram referência direta à “ideologia de gênero”. Para a realização da análise neste tópico, nos centramos basicamente nestes cinco pronunciamentos, que foram levantados inicialmente no processo de estruturação do *corpus* documental (como visto no capítulo 1), visualizando como o discurso da “ideologia de gênero” conformou os pronunciamentos sobre as exposições artísticas enunciados pelos/as deputados/as. Certamente, a análise completa das discussões produziria resultados distintos, provavelmente adentrando em questões relacionadas aos aspectos situacionais e, consequentemente, em outras temáticas de debate.

A título de contextualização, em outubro de 2017, era perceptível a presença de um Congresso Nacional bastante distinto daquele existente nos últimos dois anos, apesar de continuarmos na mesma Legislatura (55ª, 2015-2019). Ainda no ano início do anterior, em

2016, tivemos a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) pela Câmara dos Deputados (em 17 de abril) e, posteriormente, pelo Senado Federal (em 31 de agosto), com o estabelecimento do então vice-presidente Michel Temer (PMDB) na Presidência da República.

Com a transição governamental e a reconfiguração da base parlamentar do Governo Federal – em um momento no qual o PT se conformava enquanto o principal partido da oposição – tivemos a vitória de Rodrigo Maia (DEM/RJ) na Presidência da Câmara, em julho de 2016, a partir de um forte apoio da antiga oposição parlamentar dos governos petistas. Desse modo, a correlação de forças políticas na Câmara Federal passou por mudanças significativas, com as trocas de comando tanto na Presidência da República, quando na Presidência da Câmara. Este aspecto contextual é bastante relevante, pois se configura enquanto uma mudança abrupta nos posicionamentos das bancadas partidárias e dos agrupamentos ideológicos da Câmara dos Deputados perante o Governo Federal.

Assim como ocorreu nas últimas duas sessões, os pronunciamentos analisados compõem uma pequena parte das discussões que perpassaram a sessão legislativa em sua totalidade. Nesta sessão, em específico, não tivemos a votação de nenhum projeto, se configurando mais enquanto uma sessão de discussão, informes e declaração de posicionamento, com a presença de temas como a reforma de previdência, a crítica ao Governo Temer e a morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – naquele momento, recentemente preso e liberado por uma operação da Polícia Federal – apesar das exposições artísticas serem a temática com maior frequência nos pronunciamentos.

Dessa forma, foram analisados os pronunciamentos dos deputados Lincoln Portela (PRB/MG), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), novamente Lincoln Portela (PRB/MG), Alan Rick (DEM/AC) e Delegado Éder Mauro (PSD/PA) – discursos respectivamente enumerados em XV, XVI, XVII, XVIII e XIX. Todos os pronunciamentos levantados foram efetuados por parlamentares identificados com posicionamentos conservadores, que legitimam o discurso da “ideologia de gênero”.

Logo no início da sessão, tivemos o pronunciamento do deputado Lincoln Portela (PRB/MG), vinculado à Igreja Batista Solidária, que não trata sobre as exposições artísticas, mas faz referência ao termo “ideologia de gênero” ao longo de seu discurso. Optamos por sua manutenção no processo de análise, mesmo sem tratar sobre o tema específico deste tópico, pois este discurso trouxe diversos elementos que foram reproduzidos em seu pronunciamento posterior, trazendo também importantes questões vinculadas às identidades cristãs para se pensar no discurso da “ideologia de gênero”. Neste sentido, selecionamos os seguintes trechos para a análise:

(XV)

- (1) A partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal derrotou por 6 votos a 5 aqueles que queriam tirar o ensino religioso das escolas, principalmente das escolas confessionais, a perseguição sobre o cristianismo, principalmente sobre o cristianismo evangélico e sobre o cristianismo católico, acirrou-se.
- (2) Queremos dizer que nós estamos aqui, tanto evangélicos, quanto católicos, para defender aquilo que é justo, que é honesto e que é íntegro e contra a malfadada, maldita ideologia de gênero, que veio para destruir as crianças brasileiras e transformá-las, no futuro, em verdadeiros zumbis. Somos contra isso⁹¹.

O deputado Lincoln Portela destacou enquanto um aspecto de contexto a votação apertada realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas brasileiras; nas palavras do parlamentar, uma ameaça inclusive às “escolas confessionais”, de caráter privado, apesar da discussão realizada pelo STF fazer referência apenas ao ensino religioso nas escolas públicas (Carvalho & Sívori, 2017). Para o deputado, após esta votação, acirrou-se a perseguição ao cristianismo católico e evangélico, que se encontram ameaçados (1).

Tendo como base o discurso da ameaça, Lincoln Portela ressaltou e mobilizou uma atuação política ativa das identidades católicas e evangélicas na defesa dos valores cristãos e das crianças brasileiras, ameaçadas pela “malfadada e maldita ideologia de gênero”. Foi mobilizada a imagem do “zumbi” (junto ao adjetivo “verdadeiro”), em uma referência à cultura popular, como uma representação de um ser que “não pensa” ou desprovido de vida. A vinculação entre “destruir” e “zumbis” (2), para representar a ameaça da “ideologia de gênero” para as crianças, demonstra um enquadramento de antagonismos irreversíveis por se tratar de algo que produz “morte”.

Desse modo, o deputado propagou a sua lógica argumentativa a partir de duas formas de mobilização afetiva: a afirmação de identidades grupais, junto à ativação de sentimentos de pertencimento; e a construção da ameaça comum, produzindo medo e impulsos reativos necessários a uma ação política fomentada por pânico morais. Por conseguinte, vemos a conformação de uma política pautada na mobilização de um “nós” contra os “outros” que geram a ameaça.

⁹¹ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Lincoln Portela (PRB/MG) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 17h54.

Alguns pronunciamentos depois, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) realizou um pronunciamento tratando sobre a exposição Queermuseu e o “episódio” que ocorreu em uma exposição no MAM, relacionando tais eventos com o discurso da “ideologia de gênero”. Portanto, para a realização da análise, selecionamos os seguintes trechos de seu pronunciamento:

(XVI)

- (1) O que essas pessoas querem fazer com as crianças brasileiras? Essa é a pergunta. Estão confundindo liberdade de expressão artística com libertinagem e, o que é pior, com safadeza! E isso não pode ser tolerado!
- (2) O maior de idade que tem acesso a uma exposição tem maturidade psicológica. O maior de idade tem livre arbítrio, assiste ao que ele quiser. Agora, por que esta obsessão de levar alunos de escola de primeiro grau? Por que esta obsessão de levar crianças?
- (3) As pessoas que defendem esse tipo de procedimento querem, na verdade, se valer da fragilidade psicológica das crianças, da capacidade de elas serem influenciadas. Para quê? Hoje, discute-se – e alguns ficam horrorizados – a questão da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. E não a querem (...).
- (4) Este movimento não nasceu aqui, vem desde a década de 70 do Hemisfério Norte para cá. Mas não é isso que a sociedade brasileira quer. Sociedade saudáveis protegem a suas crianças e valorizam os seus idosos.
- (5) Então, Sr. Presidente, é inadmissível que isso continue acontecendo no Brasil. Eu queria cobrar a tribuna da Câmara a manifestação do Ministro da Cultura.
- (6) Aqueles que promovem esse tipo de ação têm um objetivo: a sexualização das crianças, a ideologia de gênero. Eu não tenho nada contra a opção de cada um. Mas eu tenho tudo contra querer a doutrinar criança para fazer opção antes da hora.
- (7) Eu tenho que lutar e erguer a minha voz, para proteger as crianças brasileiras. Acho que todos os pais e mães que estão neste plenário neste momento têm que fazer essa reflexão. Portanto, deixo aqui o convite e o chamamento, para que o Parlamento se una na defesa das crianças brasileiras, porque isso não poder continuar em nosso País⁹².

No início de seu discurso, o deputado caracterizou tais expressões artísticas a partir da dicotomia “libertinagem” (ilegítima) e “liberdade” (legítima), qualificando-as enquanto “libertinagem” e “safadeza”, como algo que não pode ser tolerado (1). No ponto seguinte, Onyx Lorenzoni especificou sua representação de “criança”, como um sujeito que possui uma

⁹² Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 18h02.

“fragilidade psicológica” e uma capacidade de ser “influenciado” (3), sendo marcado pela passividade e pela vulnerabilidade. Em contrapartida, temos a representação do adulto ou do “maior de idade”, que possui “maturidade psicológica” e “livre arbítrio” (2), desvelando as características da atividade e da agência. Desse modo, como definido em seu discurso, um dos critérios de saúde das sociedades é a proteção de suas “crianças” (4).

Concomitantemente, o deputado fez referência à questão da redução da maioridade penal, destacando um posicionamento, na sua compreensão, contraditório, pois aqueles que ao mesmo tempo defendem a “doutrinação” das crianças, se utilizando da sua fragilidade psicológica, também ficam “horrorizados” com a redução da maioridade (3). Dessa forma, Onyx Lorenzoni buscou articular dois pontos que se configuram enquanto ingredientes de uma agenda conservadora brasileira, que devem ser trabalhados de forma conjunta – no combate aos desvios: ao crime e à delinquência feita por adolescentes (sujeitos já formados), e à doutrinação e sexualização das crianças (sujeitos em formação) – pois em princípio configuram um único projeto político e societal.

A referência ao hemisfério norte, provavelmente, esteve vinculada à construção do discurso das relações internacionais da “ideologia de gênero”, como uma ideologia alienígena (Kaoma, 2016; Kováts & Põim, 2015), contrária à vontade da “sociedade brasileira” (4). Como mostramos no capítulo anterior, o próprio deputado em outro pronunciamento realizou associações entre a ONU, a “esquerda mundial” e a “ideologia de gênero”, definindo-a como uma forma de destruição da soberania nacional. Neste pronunciamento, o deputado apenas trouxe uma afirmativa descontextualizada e solta no texto, porém com capacidade de acesso à memória dos/das receptores/as que possuem algum tipo de conhecimento prévio compartilhado sobre o discurso da “ideologia de gênero”.

Por outro lado, a “ideologia de gênero” foi definida como uma forma de sexualização das crianças, ou de doutrinação para a criança fazer a “opção antes da hora”, induzindo assim uma opção (sexual) específica (6). É interessante notarmos o jogo de palavras neste trecho, no qual tanto os sujeitos da ação, quanto os efeitos de suas ações, são manifestos de forma oculta no texto; não é explicitada qual seria esta opção em questão, nem as pessoas que a promovem por meio da “ideologia de gênero”. Entretanto, a partir de uma interpretação linguística tendo como base um repertório sociocultural amplo na realidade brasileira (Aragusuku & Lopes, 2016; Balieiro, 2018; Machado, 2018; Miskolci, 2007), fica implícita a referência à homossexualidade, junto ao posicionamento ideológico por sua exclusão do espaço público infantil, estabelecendo a heterossexualidade enquanto a única expressão sexual legítima que deve ser promovida.

Dentre os atores políticos mobilizados neste discurso, os promotores da “ideologia de gênero” aparecem sempre enquanto sujeitos indeterminados, imprecisos e abstratos. Os únicos atores identificados seriam aqueles que possuem agência e capacidade para combater essa “ideologia”, defendendo assim as crianças brasileiras – como o Ministério da Cultura (5), pais e mães (7) e o Parlamento (7). Por outro lado, tais atores foram chamados à ação, “porque isso não pode continuar”, momento no qual o deputado descreveu a si mesmo como alguém que tem que “lutar e erguer” a sua voz na defesa das “crianças brasileiras” (7).

Já depois que diversos parlamentares também trataram sobre a questão das exposições artísticas, o deputado Lincoln Portela (PRB/MG) voltou a se pronunciar no Plenário da Câmara, agora tratando especificamente desta questão, apesar de se utilizar da mesma lógica argumentativa presente no discurso anterior. Assim, selecionamos os seguintes trechos do pronunciamento para a análise:

(XVII)

- (1) eu tenho procurado me manter sempre numa posição de equilíbrio no que concerne às questões da religiosidade brasileira, com todo o respeito, é claro, mas nós percebemos que, quase sempre, esta Casa e grande parte da mídia brasileira perseguem aqueles que professam a fé cristã evangélica.
- (2) Ora, agora nos chamam de “os morenos”. Um dia desses ouvi o assunto “entre nós e eles”. Agora é “entre os morenos e a gente de bem”.
- (3) A “gente de bem” são os ricos, são os cultos, são os preparados, são os viajados, são os que gostam de arte – arte como aquela profanação que já aconteceu por duas vezes, que vimos. Diversas profanações dessa natureza acontecem no Brasil em relação às nossas crianças. Diga-se de passagem, o Brasil é considerado um país do turismo sexual e ainda o segundo País mais pedófilo do mundo.
- (4) Nada pior – e o Brasil inteiro viu isso – do que o que aconteceu em duas ou três exposições da chamada “arte”, que Marquês de Sade gostaria muito que acontecesse. Ele já havia vaticinado isso vários anos atrás.
- (5) não estamos calados. Continuaremos reagindo. Podem continuar falando. Falem mal da Frente Parlamentar Evangélica, falem mal dos evangélicos. Uma coisa é certa: quanto mais falarem de nós, não seremos apenas um terço, seremos um pouco mais que isso. Temos mostrado o bem que fazemos na recuperação de alcoólicos, na recuperação de drogaditos ou dependentes químicos, na recuperação de famílias e na reintegração de pessoas à sociedade brasileira.

- (6) E o maior desespero deles, Deputado Carlos Manato, Presidente desta sessão, é que nós evangélicos, nós católicos estamos juntos nesta Casa em defesa da família brasileira, para que ela não seja vilipendiada como está sendo agora, através desse mantra da ideologia de gênero⁹³.

Nos primeiros momentos de seu pronunciamento, o deputado Lincoln Portela descreveu uma representação de si enquanto um parlamentar de posições equilibradas sobre a questão da “religiosidade brasileira”, apesar de a Câmara Federal, de forma geral, e a maior parte da mídia brasileira perseguirem as igrejas evangélicas (1). Desse modo, construiu uma representação de moderação em suas posições, enquanto que seus adversários atuam de forma tendenciosa, visando deslegitimar e atingir a fé cristã evangélica, seguindo a lógica argumentativa de seu pronunciamento anterior.

Logo em seguida, o deputado buscou identificar os evangélicos como um grupo segregado, antagonizado por outros grupos, que os qualificam como “os morenos”, em contrapartida a “gente de bem” (2), não cristã evangélica. A despeito de não estar explícito no pronunciamento, tais escolhas lexicais foram retiradas do texto “Essa gente incômoda”, publicado no portal da Revista Veja, em 29 setembro de 2017, que se utilizou de diversas representações irônicas para defender o direito dos/as evangélicos/as de se posicionarem politicamente, mesmo que de forma polêmica – tratando inclusive sobre o caso das exposições artísticas. Sem o reconhecimento das ironias, o texto foi lido como uma representação pejorativa e negativa da revista sobre as pessoas evangélicas, como uma prova da perseguição midiática direcionada a esse grupo social⁹⁴. Em uma evidente relação de intertextualidade, foi desta forma como o deputado optou por reproduzir tal texto em seu pronunciamento.

Neste discurso, a “gente de bem” foi descrita a partir de uma representação de elite (“ricos”, “cultos”, “viajados”, etc.) distante da maioria da população; uma elite que gosta de “arte” que produz profanação, vinculada ao turismo sexual e, inclusive, à pedofilia (3). Portanto, vemos a utilização de uma estratégia de fortalecimento identitário de um grupo social (evangélicos) com a construção discursiva de um grupo antagônico, que consequentemente produz uma ameaça iminente e materializada no cotidiano – mesmo que este outro grupo

⁹³ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Lincoln Portela (PRB/MG) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 19h08.

⁹⁴ O texto original, de autoria de José Roberto Guzzo, publicado pelo site da Revista Veja e republicado na edição impressa (05/10/2017) está disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/essa-gente-incomoda/> (acesso em 27/11/2018). As críticas ao texto, inclusive com acusações de racismo, estão disponíveis em sites como o Gospel+ (06/10/2017), “Veja publica artigo com discriminação a evangélicos: ‘Gente incômoda’; Pastores reagem”. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/veja-discriminacao-evangelicos-gente-incomoda-93067.html>. Acesso em 27/11/2018.

representado tenha sido oriundo de uma construção propositalmente exagerada e generalizada, fruto de uma narrativa que se conformou a partir do recurso da ironia.

Dessa forma, o deputado considerou estas exposições artísticas como um acontecimento que não possui “nada pior”, questionando o seu status de “arte” e trazendo de forma abrupta a referência ao pensador Marquês de Sade (4); comumente associado a “exageros” e desvios sexuais, como a própria noção de “sadismo” (presente na literatura médica) explícita. Tendo isso em vista, foi novamente ressaltada a identidade evangélica que, a despeito das perseguições, continuará reagindo contra a “ideologia de gênero” visando a perpetuação do “bem”, com já vem fazendo na “recuperação” e “reintegração” de pessoas à sociedade (5).

Na finalização do discurso, o deputado Lincoln Portela apresentou o sentimento do “desespero” como uma expressão dos grupos antagônicos – enunciados a partir de um sujeito indeterminado (“deles”) – em relação à união entre católicos e evangélicos em defesa da família brasileira, que estaria sendo ameaçada pela “ideologia de gênero”, representada enquanto um “mantra”; ou seja, como algo que é repetido inúmeras vezes em um estado de transe. Portanto, assim como em seu pronunciamento anterior, a exaltação de uma identidade grupal “evangélica”, que se mobiliza politicamente contra uma ameaça, se conformou como o principal elemento da lógica argumentativa apresentada por seu discurso.

Seguindo a ordem de falas, após um pronunciamento que não tratou sobre as exposições artísticas, tivemos o pronunciamento realizado pelo deputado Alan Rick (DEM/AC), que fez uma denúncia sobre o andamento de uma “guerra ideológica” que vem ocorrendo na sociedade brasileira. Desse modo, selecionamos os seguintes trechos de seu pronunciamento para a análise:

(XVIII)

- (1) O Brasil tem assistido ultimamente, Sr. Presidente, a um processo de degradação de valores, de inversão de valores em nossa sociedade. Os últimos acontecimentos envolvendo manifestações que se dizem artísticas, que estão expondo crianças a cenas que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que são criminosas, que são inadequadas, que são obscenas, devem receber reflexão desta Casa.
- (2) o Brasil não pode aceitar este processo de busca de erotizar as nossas crianças. A quem interessa erotizar as crianças do Brasil? A quem interessa implantar a ideologia de gênero nas escolas? A quem interessa colocar crianças em uma peça teatral tocando em um homem nu? A quem interessa colocar crianças de mãos dadas a um homem nu com a sua genitália exposta? Que tipo de arte é essa?!

- (3) Ora, pais do Brasil inteiro, professores, educadores, cidadãos de todo o País, a sociedade brasileira se levantou contra isso. O povo brasileiro não quer ver suas crianças serem violentadas em sua fragilidade moral e psicológica.
- (4) Educadores, psicólogos, pedagogos, pediatras, todos sabem disto: as crianças são seres em formação e têm a proteção do Estado, como está no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e, principalmente, na nossa Constituição Federal. Ora, a quem interessa isso?!
- (5) E eu vou lhe dizer, Presidente: a pessoas que vão doutrinar, buscar tornar a mente de nossas crianças com a sua patologia diabólica, com o seu interesse escuso. São pessoas que têm um objetivo só: vencer a guerra ideológica neste País, desconstruir a nossa sociedade e os valores da família brasileira.
- (6) Vamos lutar de todas as maneiras e vamos debelar esse mal do Brasil. Aqui falou o Deputado Alan Rick, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família⁹⁵.

O deputado Alan Rick deu prosseguimento aos discursos anteriores, reafirmando algumas posições e trazendo novos elementos em sua lógica argumentativa. Na sua compreensão, o Brasil estava passando naquele momento por um processo de “degradação” e “inversão” dos valores da sociedade, vinculado também às manifestações artísticas que estavam “expondo” as crianças a cenas qualificadas como “criminosas” (de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente), “obscenas” e “inadequadas” (1). Assim, o deputado se utilizou de uma série de perguntas como um recurso retórico de aproximação do/a receptor/a ao texto, na qual foi desenvolvida uma lógica de raciocínio que vincula determinados significantes – como “crianças”, “erotizar”, “ideologia de gênero”, “homem nu” e “genitália” (2) – em um conjunto agregado, que estaria vinculado ao interesse de um sujeito indefinido, produzido e caracterizado por meio de uma pergunta retórica: a “quem interessa” fazer algo tão absurdo?

Seguindo esta lógica argumentativa, o deputado qualificou este interesse/ação como algo que violenta as crianças em sua “fragilidade moral e psicológica”, tratando-se de “seres em formação” que possuem a proteção do Estado brasileiro (3 e 4). E, se utilizando da estratégia da generalização, a partir da mobilização de identidades, Alan Rick definiu uma série de atores sociais que se “levantam” contra a “ideologia de gênero”, como “pais do Brasil inteiro”, “cidadãos de todo o País”, “sociedade brasileira”, profissionais e especialistas vinculados/as ao campo da infância (3 e 4).

A argumentação jurídica também foi mobilizada, com a citação do respaldo do ECA, do Código Civil e da Constituição Federal na proteção às crianças (4); ou seja, a promoção da

⁹⁵ Trechos do pronunciamento realizado pelo dep. Alan Rick (DEM/AC) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 19h14.

“ideologia de gênero” para crianças se constituiria enquanto um crime. Desse modo, esta “ideologia”, por ser uma ameaça às crianças – caracterizadas novamente enquanto sujeitos frágeis e vulneráveis – se constituiria não apenas como um problema moral, mas também como um problema jurídico-legal, um crime passível de repreensão e punição.

Outra vez, o sujeito indeterminado que produz a ameaça (“patologia diabólica”, “interesse escuso”) foi mobilizado, em meio a uma “guerra ideológica” que tem como fim a desconstrução da sociedade e dos valores da “família brasileira”. A forma como esta guerra se materializa seria pela “doutrinação” da mente das crianças (5), algo que produz um efeito potencialmente paranoico, pois se trata de uma ameaça difusa que alcança um aspecto pouco “palpável” dos sujeitos: sua conformação subjetiva e psicológica. Misturam-se assim as metáforas do “contágio” e da “guerra”, com enunciação de uma batalha que é travada no campo moral contra um agente (patológico) que produz o desvio e a desordem social. A “ideologia de gênero” é ora apresentada enquanto uma doença, um desvio; ora como uma arma, em um campo de batalha moral imerso no terreno da cultura. Em termos de um pânico moral, nas palavras do deputado, como um “mal” que deve ser “debelado” (extinguido) de qualquer maneira (6).

A autoafirmação de seu nome e do seu lugar de autoridade como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família demonstrou uma dupla função da enunciação destes discursos, que podem tomar formas estereotipadas e exageradas não apenas vinculadas a um confronto político-ideológico, mas também a um processo de autopromoção visando alcançar uma determinada base social e, conseqüentemente, eleitoral. Busca-se assim a estabilização do seu enunciator enquanto uma referência política para determinados grupos sociais, e os discursos podem ser construídos tendo em vista a satisfação das motivações e tendências psicológicas (Jost, 2017; Jost et al., 2003) de seus/suas receptores/as, refletindo e reafirmando o clima ideológico de um determinado contexto sociocultural e político.

Por fim, algumas falas depois, tivemos o pronunciamento realizado pelo deputado Delegado Éder Mauro (PSD/PA) que, em um tom mais agressivo, condenou as exposições artísticas e a “ideologia de gênero”. Portanto, para a realização de sua análise, transcrevemos de forma integral o seu pronunciamento:

(XIX)

- (1) Com todo respeito ao colega que falou ainda há pouco, eu quero Lula é na cadeia – e tenho certeza de que a grande maioria do povo brasileira também quer.
- (2) Eu quero falar sobre os últimos acontecimentos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, onde houve aquela exposição que mostrou zoofilia, pedofilia e tudo mais. Agora a audácia ocorreu em São Paulo, onde uma mãe colocou uma criança, uma menina de 4 anos, para passar a mão

em um homem estranho nu. Em outras situações, Sr. Presidente, isso se chama crime de estupro de vulnerável.

- (3) Eu não quero nem comparar essa infeliz com os animais, porque tenho certeza de que uma cadela ama e protege o seu filhote muito mais do que esta mãe. Eu não quero compará-la, Sr. Presidente, porque tenho certeza de que, por trás dessa arte satânica que esta minoria da minoria quer impor para destruir a família e os valores corretos de família, o que ocorre é nada mais do que uma tentativa de transformar este País em Sodoma e Gomorra.
- (4) Família brasileira, abra o olho para esse tipo de coisa! Nós devemos defender as nossas crianças e os valores da família. Enquanto aqui eu estiver, não vou deixar que esse tipo de coisa aconteça.
- (5) Esse pessoal que aqui defende esse tipo de coisa não vai ter trégua não só da bancada da segurança, mas também de todos aqueles que vieram de uma família. Não vamos deixar as nossas crianças passarem pelo que estão passando. Estão confundindo a cabeça das nossas crianças em escolas, tentando impor a ideologia de gênero⁹⁶.

De forma distinta aos outros pronunciamentos, o deputado Éder Mauro apresentou um discurso bastante agressivo, recorrendo a ofensas pessoais e uma lógica argumentativa bastante dura. Logo no início do pronunciamento, temos a referência ao ex-presidente Lula, condenado a 12 anos de prisão na primeira instância, em julho daquele ano. Assim, antes de adentrar na questão das exposições artísticas, o deputado ressaltou o seu desejo pela prisão de Lula, que considera compartilhado pela “maioria do povo brasileiro” (1), desvelando a inclinação de seus posicionamentos ideológicos para o campo político conservador.

Em seu pronunciamento, o deputado associou o caso do Queermuseu com a zoofilia e a pedofilia, e qualificou o caso da criança e do homem nu no MAM como um “crime de estupro de vulnerável” (2). Dessa forma, Éder Mauro caracterizou a mãe da criança como uma “infeliz” que não ama sua filha, chamando-a de forma indireta de “cadela”, reproduzindo representações sobre a mulher/mãe pautadas em posições sociais sexistas e machistas (Saffioti, 2004). No entanto, as ações desta mãe e desta “arte satânica” foram também apresentadas como algo maior, como um movimento de uma “minoridade da minoridade” que quer impor a destruição da “família” e dos “valores corretos da família”, realizando uma analogia com as passagens bíblicas e a de Sodoma e Gomorra (3) – cidades destruídas pela ira de Deus por seus pecados e problemas morais. Assim, o deputado realiza um processo de estereotipização dos sujeitos antagonizados por seu discurso; novamente sujeitos indeterminados, caracterizados como uma “minoridade” que visa apenas a destruição daquilo que é “correto”.

⁹⁶ Pronunciamento realizado pelo dep. Delegado Éder Mauro (PSD/PA) no Plenário da Câmara em 02/10/2017, às 19h36.

Neste sentido, o parlamentar realizou um chamado à “família brasileira” em defesa das crianças e dos valores da família, junto a sua autodeclaração como um legítimo representante desta posição que, enquanto permanecer na Câmara Federal como deputado, não deixará que “esse tipo de coisa aconteça” (4). A evocação da “bancada da segurança” como um ator político antagônico à “ideologia de gênero”, que se mobiliza a partir de pautas como a liberalização do porte civil de armas e o combate ao crime – também chamada de “bancada da bala” pela mídia e por grupos de oposição às suas políticas – destaca uma confluência de atores e demandas vinculadas a uma “agenda conservadora”, que se articula em torno de uma diversidade de políticas (sobretudo articuladas no campo da moral) imersas em uma projeto societal mais amplo.

Novamente, lançamos reflexões sobre a conformação de um novo “bloco histórico” (Gramsci, 1971) sobre o cenário sociopolítico brasileiro, com a confluência de diversos atores políticos e grupos sociais em torno de um projeto de hegemonia sobre a sociedade, junto ao estabelecimento de consensos sociais, e de um projeto de Estado, com o fortalecimento de mecanismos de coerção e repressão dos grupos opositores e antagônicos (Coutinho, 1990, 2000). Por outro lado, sendo a hegemonia algo que se estabelece a partir das disputas ideológicas e discursivas (Fairclough, 1996, 2003), o discurso da “ideologia de gênero” nos possibilita uma análise de caso sobre como os grupos conservadores estruturam seus posicionamentos sociopolíticos na conformação de um projeto societal.

4.4 Síntese, aspectos gerais e análise crítica do conjunto dos discursos

Como discorrido anteriormente, neste capítulo, nos guiamos por uma “análise discursiva linguisticamente orientada”, tendo como base a realização de uma análise de princípios linguístico-textuais (Titscher et al., 2000) a partir dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso em Fairclough, (1992, 1995, 2003) e van Dijk (1993, 1995, 1998, 1999, 2009). Assim, buscamos analisar como as relações de poder perpassaram o discurso da “ideologia de gênero” enunciado no Plenário da Câmara, sobretudo por meio da descrição das interações e disputas sociopolíticas.

Nos tópicos anteriores, efetuamos uma análise descritiva dos aspectos linguístico-textuais dos discursos, traçando alguns pontos iniciais de análise crítica, porém sem a realização de maiores aprofundamentos. Neste tópico, realizamos uma síntese do conjunto dos discursos analisados, ressaltando os aspectos gerais e as principais características deste discurso, a partir de uma análise crítica das relações de poder estabelecidas.

Ao todo, foram analisados 19 discursos, distribuídos em três sessões legislativas ocorridas em momentos distintos: na 164ª Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 23 de junho de 2015 (6 discursos), na 9ª Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 18 de fevereiro de 2016 (8 discursos), e na 284ª Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 2 de outubro de 2017 (5 discursos). Tendo em vista a apresentação de um panorama geral, tais discursos foram organizados no Quadro 3 por sua numeração, data de enunciação, parlamentar e posição ideológica.

Quadro 3 – Conjunto de discursos individualmente analisados por numeração, data, parlamentar e posição ideológica

Discurso/Data	Parlamentar	Posição	Discurso/Data	Parlamentar	Posição
Discurso (I) - 23/06/2015	Vitor Valim (PMDB/CE)	conservadora	Discurso (XI) - 18/02/2016	Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)	conservadora
Discurso (II) - 23/06/2015	Jair Bolsonaro (PSC/RJ)	conservadora	Discurso (XII) - 18/02/2016	Ronaldo Nogueira (PTB/RS)	conservadora
Discurso (III) - 23/06/2015	Flavinho (PSB/SP)	conservadora	Discurso (XIII) - 18/02/2016	Marco Feliciano (PSC/SP)	conservadora
Discurso (IV) - 23/06/2015	Victório Galli (PSC/MT)	conservadora	Discurso (XIV) - 18/02/2016	Alfredo Kaefer	conservadora
Discurso (V) - 23/06/2015	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	<i>progressista</i>	Discurso (XV) - 02/10/2017	Lincoln Portela (PRB/MG)	conservadora
Discurso (VI) - 23/06/2015	Ságuas Moraes (PT/MT)	<i>progressista</i>	Discurso (XVI) - 02/10/2017	Onyx Lorenzoni (DEM/PR)	conservadora
Discurso (VII) - 18/02/2016	Vinicius Carvalho (PRB/SP)	conservadora	Discurso (XVII) - 02/10/2017	Lincoln Portela (PRB/MG)	conservadora
Discurso (VIII) - 18/02/2016	Erika Kokay (PT/DF)	<i>progressista</i>	Discurso (XVIII) - 02/10/2017	Alan Rick (DEM/AC)	conservadora
Discurso (IX) - 18/02/2016	Jô Moraes (PCdoB/MG)	<i>progressista</i>	Discurso (XIX) - 02/10/2017	Éder Mauro (PSD/PA)	conservadora
Discurso (X) - 18/02/2016	Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	<i>progressista</i>			

Dos 19 discursos analisados, 5 foram enunciados por parlamentares que se contrapuseram ao discurso da “ideologia de gênero”, identificados no Quadro 3 pela posição ideológica “progressista”, e 14 foram enunciados por parlamentares que ampararam suas lógicas argumentativas no discurso da “ideologia de gênero”, identificados pela posição “conservadora”. Cabe ressaltar que estas duas posições (conservadora e progressista) foram

utilizadas apenas como formas de exemplificação e simplificação dos posicionamentos, não se conformando enquanto campos ideológicos dispostos em uma análise empírica (Freeden, 1996). Apenas na última sessão analisada, de outubro de 2017, não tivemos discursos “progressistas”, impossibilitando a visualização de confrontos ideológicos.

Os discursos políticos enunciados no Plenário da Câmara, em termos gerais, podem ser lidos a partir de uma chave analítica macrossocial, visualizando as disputas discursivas que estão imersas nas esferas sociocultural e política (Fairclough, 1995, 2003). Em nosso entendimento, o discurso da “ideologia de gênero” se conformou enquanto um dos principais campos semânticos e lexicais de uma agenda conservadora mais ampla, organizando uma série de práticas e discursos relacionados à esfera das políticas da sexualidade (Rubin, 1984; Weeks, 1985/2002). Compreendemos que o discurso da “ideologia de gênero” produziu a estabilização de uma determinada “ordem do discurso” que perpassa o campo das políticas sexuais – estabelecendo formas de ser (estilos), de representar (discursos) e de agir (gêneros) específicas, estruturando assim um conjunto de regras de enunciação e de práticas discursivas que atuam na organização social e no controle da variação linguística (Fairclough, 1995, 2003).

Dessa forma, temos o revigoramento de uma ordem do discurso – logicamente, anterior à “ideologia de gênero” – que reafirma as práticas socioculturais defendidas pelo conservadorismo cristão, com a fixação da heteronormatividade enquanto a única expressão legítima que pode ocupar o espaço público, junto a um modelo da família estático e hierárquico, com papéis bem estabelecidos para homens, mulheres e crianças. Algo que se tornou explícito no discurso II, com a estigmatização e rejeição aberta da homossexualidade, e no discurso XII, com a afirmação da família como a união entre o homem e a mulher. Praticamente quase todos os pronunciamentos analisados trouxeram as “crianças” como um elemento central das construções discursivas, com destaque para os discursos XVI e XVIII que caracterizaram as crianças como sujeitos influenciáveis, marcados por uma fragilidade psicológica, em uma condição natural de passividade.

Assim como definido por Fairclough (2003), a ordem do discurso se constitui enquanto a faceta discursiva/ideológica do equilíbrio contraditório e instável que configura a hegemonia, com a estabilização do “senso comum” da sociedade e da dominância de determinadas ideologias sobre a esfera pública. No entanto, constatamos que a ordem do discurso na qual está contido a enunciação da “ideologia de gênero”, em determinada medida, perdeu importantes espaços de influência sociocultural nos últimos anos, a partir da pluralização das identidades e das formas “legítimas” de se expressar a sexualidade, sobretudo após o avanço social das políticas e da sociabilidade LGBT em diversas partes do mundo (Weeks, 1985/2002, 2007).

O discurso do conservadorismo cristão no campo da sexualidade perdeu a sua capacidade de se estabilizar enquanto “senso comum” nas sociedades capitalistas, abrindo o espaço para um processo de crise das normativas socioculturais instituídas para os costumes e as práticas sexuais. Se antes a homossexualidade estava no campo das patologias e dos desvios, e era abertamente reprimida pela sociedade e pelo Estado; atualmente, as identidades LGBT lutam por sua “normalização” enquanto expressões sexuais legítimas a partir da disputa do espaço público. Ao menos no Brasil e em diversas partes do mundo (Carrara, 2015; Facchini, Daniliauskas & Pilon, 2013; Mello, Brito & Maroja, 2012; Parker, Petchesky & Sember, 2008), presenciamos a emergência de uma ordem do discurso alternativa no campo da sexualidade que ganhou importantes espaços socioculturais, institucionais e políticos nas últimas décadas.

Desse modo, lançamos a hipótese de que o discurso da “ideologia de gênero” seria uma expressão de uma crise de hegemonia que se manifesta principalmente no campo das práticas socioculturais. As posições do conservadorismo cristão no campo da sexualidade – que antes se apresentavam enquanto o “senso comum” da sociedade, se constituindo como um discurso natural que detém o monopólio da verdade – agora precisam ser afirmadas em uma lógica de demarcação política, articulando antagonismos e confrontos na esfera político-ideológica. De certa maneira, a necessidade pela constante afirmação política dos “valores cristãos da família” acaba por revelar a perda de sua “naturalidade” nas práticas socioculturais. Neste sentido, podemos afirmar que o discurso da “ideologia de gênero” se constituiu enquanto uma reação conservadora às constantes ameaças a ordem heteronormativa instituída no campo da sexualidade, dando organicidade e unidade política aos discursos que antes se encontravam dispersos, e proporcionando a constituição de identidades e antagonismos que possibilitam a mobilização política de determinados grupos sociais.

Por outro lado, sendo o campo da disputa hegemônica marcado por instabilidades e pela impossibilidade da totalização simbólica (Laclau & Mouffe, 1985/2001), os grupos conservadores mobilizados em torno do discurso da “ideologia de gênero” buscam articular formas extra-ideológicas de manutenção da supremacia de suas posições socioculturais, sobretudo por meio de mecanismos de coerção, visando a repressão dos grupos “subversivos” a partir do poder do Estado – algo que Gramsci intitulou de hegemonia escudada pela coerção (Coutinho, 1990, 2000). Nos discursos, isto foi explicitado pela representação da “ideologia de gênero” como um “mal” que precisa ser extinguido por ameaçar sexualmente as crianças e gerar a destruição das famílias, sendo necessária a sua criminalização e eliminação dos espaços públicos (como apontaram os discursos II e XVIII).

Atualmente, existem diversos projetos legislativos que criminalizam a “ideologia de gênero” nas escolas, assim como propõem os projetos do Escola Sem Partido – demonstrando que com as dificuldades em se estabelecer enquanto “senso comum” a partir das disputas ideológicas e do convencimento, as ordens do discurso podem recorrer ao poder de coerção do Estado para a supressão das oposições antagônicas, visando a manutenção de sua supremacia societal. Neste caso específico, o poder de coerção do Estado vem sendo demandado por ideologias que contribuem para a manutenção do *status quo* e de desigualdades sociais fundadas na heteronormatividade e no patriarcado (Rubin, 1984; Saffioti, 2004; Weeks, 1985/2002).

Esta busca pela estabilização de ordens do discurso foi consequentemente perpassada por uma atuação ativa dos indivíduos nos processos de produção, assimilação e difusão dos discursos políticos. Assim, a partir da constante movimentação de grupos conservadores na propagação do discurso da “ideologia de gênero”, vemos a conformação de representações e de uma memória social (van Dijk, 1998) que coesiona uma identidade grupal, possibilitando assim a ampla mobilização social e política.

Por exemplo, o caso dos planos de educação foi constantemente lembrado como um evento que representou a rejeição da sociedade à “ideologia de gênero”, se conformando enquanto uma memória social que potencializa a atuação de tais grupos e sujeitos políticos. Os modelos mentais de contexto (van Dijk, 1995, 1998) também possuem um papel fundante na construção deste discurso, com a produção de uma percepção de mundo centrada na defesa contra as “ameaças” que estão difusas nas ideias e no campo das expressões culturais. Para o discurso da “ideologia de gênero” enunciado no Plenário da Câmara, vivemos atualmente uma “guerra ideológica” (como dito no discurso XVIII), em que se disputam distintos “modelos de sociedade” (discurso XII), com a construção de uma leitura de contexto que possibilita a emergência de antagonismos, condicionando a conformação dos processos intersubjetivos e das disputas político-ideológicas.

Certamente, o discurso da “ideologia de gênero” contribuiu para a constituição de um discurso político unitário de oposição às diversas mudanças socioculturais e políticas que perpassaram o campo da sexualidade, se constituindo tanto enquanto um “aglutinante simbólico” (Kováts & Põim, 2015), quanto como um “significante vazio” (Mayer & Sauer, 2017). Por “aglutinante simbólico” visualiza-se o processo de mobilização de distintos discursos e significações em torno de um campo simbólico unitário, como, por exemplo, a congregação de distintos discursos e significações – como questões relacionadas a aborto, família, sexualidade, educação, etc. – em torno de um único significante.

A noção de “significante vazio” destaca um uso discursivo do significante por meio do seu esvaziamento de significado, possibilitando assim o estabelecimento de uma função retórica na qual o preenchimento simbólico ocorre de forma situada aos diferentes contextos de enunciação e direcionada aos distintos sujeitos receptores do discurso⁹⁷. No campo conservador, significantes como “corrupção”, “liberdade”, “família” e “moral” são comumente esvaziados de significado, visando a sua não fixação em uma base de apoio social restrita ou muito específica.

Como discorrido por José Amaya (2017) sobre a difusão do discurso da “ideologia de gênero” na realidade colombiana, tivemos uma estratégia retórica que possibilitou “o uso de uma linguagem comum que conecta mobilizações que, de outro modo, estariam desconectadas ou, inclusive, estariam opostas” (Amaya, 2017, p. 160, tradução nossa), se assemelhando, na compreensão do autor, à noção de aglutinante simbólico ou termo “guarda-chuva” (Grzebalska, Kováts & Pető, 2017; Kováts & Põim, 2015).

Por outro lado, Stefanie Mayer e Birgit Sauer (2017) ressaltaram o uso estratégico do termo “ideologia de gênero” enquanto um significante vazio nas disputas políticas que percorreram o contexto sociocultural austríaco, produzindo cadeias de equivalência que unificam os diferentes antagonismos entre homens e mulheres; a elite (do “gênero”) e as pessoas “normais”; os grupos LGBT e as “famílias”; os/as austríacos/as nativos/as e os/as muçulmanos/as (Mayer & Sauer, 2017, p. 36). Estando o significante “ideologia de gênero” vazio ou preenchido de significado, vemos um direcionamento à unificação de diferentes agendas e atores políticos tendo em vista a produção de uma mobilização social capaz de influir sobre a esfera pública e o âmbito das políticas públicas.

Nos discursos analisados, foi perceptível a utilização deste discurso ora como um “significante vazio”, ora como um “aglutinante simbólico”, relacionado fundamentalmente ao campo das políticas sexuais. No quadro 4, trouxemos as representações vinculadas à “ideologia de gênero” presentes nos discursos que legitimaram o seu uso, divididas em associações (ass.) e qualificações (qual.). Dessa forma, nestes discursos, vemos que o discurso da “ideologia de gênero” esteve associado fundamentalmente aos costumes e às práticas socioculturais que perpassam o campo da sexualidade, se articulando em torno de dois sujeitos sociais representados como basilares para a organização da sociedade: as “famílias” e as “crianças”.

⁹⁷ Sobre a importância dos “significantes vazios” na política, ver Laclau (1996) e Henrique Lee e Camila Francisco (2017)

Quadro 4 – Representações vinculadas à “ideologia de gênero” nos discursos dos deputados federais do campo conservador

Discurso/parlamentar	Representações sobre a “ideologia de gênero”
(I) Vitor Valim (PMDB/CE)	orientação sexual, aborto, gravidez, cartilhas de educação sexual, identidade de gênero (ass.), aberração (qual.)
(II) Jair Bolsonaro (PSC/RJ)	homossexuais, pedofilia, bordel homoafetivo (ass.), canalhice (qual.)
(III) Flavinho (PSB/SP)	destruir a família e tirar a inocência das crianças (ass.), ideologia maquiavélica (qual.)
(IV) Victório Galli (PSC/MT)	gênero, orientação sexual (ass.)
(VII) Vinicius Carvalho (PRB/SP)	(não enunciadas)
(XI) Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)	desconstrução da família brasileira (ass./qual.)
(XII) Ronaldo Nogueira (PTB/RS)	novo modelo de sociedade, terceira ordem sexual (ass.)
(XIII) Marco Feliciano (PSC/SP)	(não enunciadas)
(XIV) Alfredo Kaefer (PSDB/PR)	(não enunciadas)
(XV) Lincoln Portela (PRB/MG)	destruir as crianças brasileiras e transformá-las, no futuro, em verdadeiros zumbis (ass.), malfadada, maldita (qual.)
(XVI) Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	libertinagem, safadeza, fragilidade psicológica das crianças, sexualização das crianças, doutrinar (ass.)
(XVII) Lincoln Portela (PRB/MG)	turismo sexual, pedófilo (ass.)
(XVIII) Alan Rick (DEM/AC)	criminosas, inadequadas, obscenas, erotizar as crianças, patologia diabólica, guerra ideológica, desconstruir a sociedade e os valores da família (ass.)
(XIX) Éder Mauro (PSD/PA)	zoofilia, pedofilia, arte satânica, destruir a família, Sodoma e Gomorra (ass.)

Em alguns discursos (discursos VII, XIII e XIV) não tivemos a enunciação de representações vinculadas diretamente à “ideologia de gênero”, que se manteve enquanto um significante vazio, utilizado unicamente para justificar os posicionamentos em defesa da supressão do termo “perspectiva de gênero” do MPV 696/2015. Muito provavelmente, isto ocorreu por conta de uma estratégia retórica dos/as enunciadore/as, que optaram pela omissão dos conflitos ideológicos vinculados a diferentes formas de representar o mundo, visando à conquista do maior número de apoiadores/as para a votação no “não” (pela supressão do termo). Nos outros discursos, a “ideologia de gênero” foi associada a comportamentos desviantes e a

ameaças produzidas no campo da sexualidade, sendo comumente qualificada a partir de representações negativas e/ou pejorativas, que direcionam as respostas políticas.

A representação de “criança” esteve associada à imagem da vulnerabilidade, como algo que se mantinha em um estado de inércia e passividade antes de ser ameaçado pela “ideologia de gênero” – um perigo representado pela proximidade da sexualidade, a partir de representações como da “pedofilia” (discursos II, XVII e XIX), da perda da “inocência” infantil (III), da “sexualização” (XVI) e da “erotização (XVIII). Desse modo, as crianças foram representadas como sujeitos que precisam de proteção, possibilitando assim a construção do “protetor”, encarnado nos próprios parlamentares que enunciavam o discurso da “ideologia de gênero”. Os discursos XVI e XVII aprofundaram a construção de significações em torno das crianças, vinculando-as a uma fragilidade moral e psicológica que possibilita uma fácil manipulação por meio da “doutrinação” ideológica.

Tratando-se do elo mais “fraco” da sociedade, as crianças seriam sujeitos em formação que poderiam ser induzidos a comportamentos antinaturais e desviantes, compreendidos como recipientes vazios, manipuláveis e passivos, sujeitos à influência de outros; em contrapartida à representação do adulto, marcada pela atividade e pela responsabilidade, por ter “maturidade psicológica” (discurso XVI) e capacidade de produção de escolhas próprias. Apesar deste discurso se articular em torno de uma retórica de “proteção” às crianças, compreendemos que esta representação de passividade e fragilidade, de forma inversa, acaba por produzir estereotipizações, corroborando para a subordinação passiva das crianças perante a vontade dos “adultos”. Como destacado por Sidanius e Pratto (1999), a subalternização das crianças se constitui enquanto uma das estruturas fundantes de hierarquia grupal presentes no mundo, com a concentração do poder social em determinados grupos (neste caso, os adultos) e a submissão dos grupos considerados inferiores e, consequentemente, desprovidos de poder social.

No discurso II, enunciado pelo deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), essa representação da criança enquanto um sujeito subordinado aos adultos foi ressaltada, por exemplo, em “o homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando de boneca” – sendo o mesmo deputado que declarou, em novembro 2010, que daria “um coro” para mudar o comportamento de um filho “meio gayzinho”⁹⁸; e que comparou, em 2018, já como candidato à Presidência da

⁹⁸ “Palhada muda filho ‘gayzinho’, declara deputado federal”, Folha de São Paulo (26/11/2010). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2611201025.htm>. Acesso em 02/12/2018.

República, as execuções de opositores pela ditadura a um “tapa no bumbum do filho” dado pelo pai⁹⁹.

Esta representação das crianças esteve fortemente articulada com uma noção de “família”, em que as crianças são apresentadas como um ingrediente de um conjunto maior intitulado de família (como nos discursos II e XVII). Em diversos discursos, o sintagma “família” foi mobilizado enquanto um significante vazio, tratando-se de pronunciamentos que recorreram à memória social e pessoal (van Dijk, 1995, 1998) de seus/suas receptores/as sobre este sintagma para a produção do convencimento e do apoio social – ou seja, se tais parlamentares visam proteger as famílias do perigo e do “mal”, esses discursos devem necessariamente produzir o “bem”. Em outros momentos, um significado explícito foi atribuído às famílias, como a união entre um homem, uma mulher e sua “prole” (como dito no discurso XII), fixando um posicionamento político-ideológico de defesa da heteronormatividade como o modelo societal de organização das práticas socioculturais.

Por conseguinte, a “ideologia de gênero” não seria uma ameaça às “famílias” enquanto entidades plurais, mas sim a um modelo “tradicional” de família, pautado pelas concepções restritas e pelas políticas morais do conservadorismo cristão, que constroem as expressões de união e associação familiar a um modelo único e totalizante. Como descrito por Marilena Chaui (2006), recorreu-se à afirmação do caráter natural e sagrado da família, sem o enfrentamento das violências domésticas que podem ocorrer (e se tornar constantes) no seio do convívio familiar, a partir da constituição de uma hierarquia rígida que “torna o poder paterno inquestionável e legítima sua violência” (Chaui, 2006, p. 132).

Essa representação de família, em determinada medida, se vincula a uma organização sociocultural antiga¹⁰⁰ – desestabilizada pelas transformações recentes ocorridas no campo das políticas sexuais – na qual se estabelece uma hierarquia social que subordina as mulheres e as crianças ao poder do homem adulto (Sidanius & Pratto, 1999). Assim, defende-se um modelo único de família que deve ser protegido de ameaças, inclusive por meio da coerção e de medidas repressivas patrocinadas pelo Estado. Por outro lado, foi produzida também uma cadeia de equivalência entre as representações de “família” e de “sociedade” (como no discurso XI), com a compreensão da família como a unidade basilar de um conjunto maior intitulado de sociedade.

⁹⁹ “Bolsonaro compara execuções na ditadura a palmada em filho”, Valor Econômico (11/05/2018). Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5519445/bolsonaro-compara-execucoes-na-ditadura-palmada-em-filho>. Acesso em 02/12/2018.

¹⁰⁰ Por exemplo, na Grécia Antiga do século III a.C., Aristóteles (2006), em sua obra *A Política*, definiu a organização da sociedade a partir de uma hierarquia que se estabelece da seguinte maneira: homens livres, mulheres (esposas) livres, crianças filhas dos homens livres, e escravos.

Nesta lógica argumentativa, se a família se encontra ameaçada pela destruição, por conseguinte, toda a estrutura social encontra-se também ameaçada. Portanto, luta contra a “ideologia de gênero” se conforma como uma luta em defesa da “sociedade”, logicamente de uma sociedade pautada pelos “valores cristãos”.

Desse modo, chegamos a outra representação de grande importância nestes discursos: a afirmação de uma identidade cristã, católica e evangélica (como dito nos discursos XV e XVII), que assume o discurso da “ideologia de gênero” como princípio estruturante de uma “ordem do discurso” particular. Em alguns discursos (como no discurso XIII), tais identidades grupais foram representadas como vítimas de perseguições e ataques vindas de um “outro” indeterminado, em uma lógica de fortalecimento da identidade grupal a partir da construção da ameaça, do “outro” antagônico.

No entanto, a maioria dos discursos não se focaram na construção e afirmação de uma identidade grupal específica. Em diversos momentos, tivemos a utilização de uma estratégia discursiva de representação dos atores a partir da “generalização”, ou seja, de mobilização de representações identitárias gerais e abstratas (características pela indeterminação de seus sujeitos gramaticais), úteis para a sustentação de determinada lógica retórica. Tais generalizações serviram tanto para o processo de deslegitimação e estereotipização de atores antagônicos (dos “outros”), quanto para o processo de afirmação do “nós” enquanto um grupo majoritário, que representa a “vontade popular” e a sociedade brasileira em sua totalidade (como destacado pelo discurso XVI), garantindo assim a sua legitimidade social.

Figura 6. Legitimação e deslegitimação no processo de identificação de atores a partir da generalização

A construção do “nós” generalizado, que representa a vontade da sociedade brasileira, se constituiu enquanto uma estratégia retórica comum no discurso da “ideologia de gênero”

enunciado no Plenário da Câmara. Em contrapartida, tivemos a produção da estereotipização do “outro” antagônico, sobretudo a partir da representação da degradação moral, da conspiração pela destruição da família e dos valores cristãos, e da “minoría” que busca impor a sua vontade sobre uma “maioría”. Dessa maneira, buscamos exemplificar na Figura 6 os distintos direcionamentos, de legitimação e deslegitimação, desta estratégia discursiva ancorada em formas de identificação dos atores representados.

Apesar deste processo marcante de identificação dos atores do discurso a partir de estratégias de generalização, em alguns discursos (marcantemente nos discursos de 2015), tivemos a conformação de uma estratégia retórica de identificação a partir da focalização, na qual a responsabilidade de determinadas ações e eventos é atribuída a atores bastante específicos. Por exemplo, nos discursos de que trataram sobre a questão dos planos de educação, por conta de um contexto político de polarização e pressão sobre as políticas do governo, o discurso da “ideologia de gênero” foi direcionado a sujeitos não abstratos (como o PT, o Governo Federal, o MEC e Dilma Rousseff) visando atingir um determinado fim político por meio da focalização dos atores antagônicos. Este processo de identificação dos atores também esteve vinculado à construção do direcionamento da lógica argumentativa, seja voltada para a afirmação de “polarização”, ou para a tentativa de convencimento e consenso a partir da “conciliação”, com o apaziguamento estratégico de alguns antagonismos – a despeito deste último direcionamento ter aparecido unicamente na sessão de 2016, por conta da iminência de uma votação no plenário.

Concomitantemente, como um elemento de suma importância, tivemos a construção retórica de uma tríade de sujeitos dispostos no discurso da “ideologia de gênero”, relacionada a localização dos atores (1) que produzem a ameaça, (2) que são ameaçados e (3) que protegem os atores ameaçados. Como apresentado acima, no núcleo 2, tivemos fundamentalmente as “crianças” e as “famílias”, protegidas pelo núcleo 3, composto por uma diversidade de atores vinculados ao campo político-ideológico conservador. Desse modo, temos um discurso político de construção do problema e da solução (Charaudeau, 2017), encarnados nos sujeitos do discurso – ou seja, com os sujeitos que causam o problema, os sujeitos que sofrem e são ameaçados pelo problema, e os sujeitos que possuem a solução.

Portanto, ao mesmo tempo em que se promove a comoção necessária para gerar a mobilização social por conta de um “problema” existente, é construída também a referência política daqueles que se apresentam enquanto portadores da solução. Por outro lado, em relação à construção do problema, tivemos também o uso constante do recurso retórico da “factualidade” (como nos discursos VI, VII e XI), com a construção de fatos que não possuem

abertura para questionamentos, tratando-se de representações que expressam de forma fidedigna e factual a “realidade”.

Em relação ao processo discursivo de construção da ameaça, a associação das metáforas da “guerra” e do “contágio” ao discurso da “ideologia de gênero” (bastante evidentes no discurso XVIII) se constituiu enquanto uma forma primária de representação do contexto. Nesta linha argumentativa, o combate à “ideologia de gênero” estaria imerso em uma guerra ideológica e moral, travada fundamentalmente no campo das ideias e dos discursos, apesar de se converter em práticas e políticas de coerção física. Para este modelo mental de contexto (van Dijk, 1998), o mundo estaria atravessado por uma guerra oculta, que se esconde no terreno da cultura e das práticas socioculturais. Os atores que combatem a “ideologia de gênero” seriam integrantes de uma “cruzada moral” contra ideologias que visam a destruição das famílias e dos valores cristãos. Por outro lado, a partir da metáfora do contágio, ou da doença, a “ideologia de gênero” é representada como um agente patológico, que produz desvios e adoecimento moral. As crianças seriam os principais sujeitos ameaçados, por este agente patológico que é transmitido através da “doutrinação ideológica” promovida por partidos de esquerda, movimentos sociais, grupos empresariais, pela ONU, pelo Governo Federal, etc.

A combinação destas duas metáforas, que atuam como formas de estruturação da percepção subjetiva e cotidiana da realidade pelos sujeitos (Resende, 2009), produz uma potente amplificação do sentimento da ameaça – amplificando o medo da desordem e da destruição (fruto de uma guerra) e do adoecimento (por contágio a partir de uma agente patológico). Seguindo uma estrutura que possibilita a emergência de pânico morais (Cohen, 1972/2002; Goode & Ben-Yehuda, 2009; Machado, 2004), o discurso da “ideologia de gênero” conduz a uma percepção do mundo perpassada pelos sentimentos de medo e de ameaça, tão caros ao conservadorismo enquanto uma estrutura político-ideológica (Jost et al., 2003; Pierucci, 1987).

Por fim, optamos por dar uma ênfase aos cinco discursos que fizeram oposição ao discurso da “ideologia de gênero” a partir da análise das estratégias discursivas mobilizadas no processo de enunciação. Como destacado no Quadro 5, tivemos o uso de distintas estratégias retóricas, que se contrapuseram ao discurso da “ideologia de gênero” nos embates político-ideológicos que ocorreram no Plenário da Câmara.

Cabe destacar que tais estratégias discursivas estiveram constrangidas por um contexto situacional, se estruturando de forma relacional aos outros discursos enunciados na mesa sessão. É perceptível que muitos dos elementos presentes nos discursos conservadores compartilham das mesmas estratégias discursivas evidenciadas no Quadro 5. Estratégias como o uso do recurso da factualidade, das retóricas de polarização e conciliação, da construção do “outro”

antagônico a partir de sujeitos gramaticais indeterminados, da enunciação do “nós” generalizado e, inclusive, da estereotipização. Por exemplo, o discurso V tratou os antagonistas a partir do estereótipo da estupidez; enquanto que os discursos VIII e IX evidenciaram um “nós” generalizado, que aparentemente fala em nome da “sociedade”, em uma retórica de factualidade da necessidade do “gênero” a partir da ampla aceitação social das “políticas para as mulheres”.

Quadro 5 – Estratégias discursivas de oposição ao discurso da “ideologia de gênero” pelos/as parlamentares agrupados no campo progressista

Discurso/Parlamentar	Estratégias de oposição ao discurso da “ideologia de gênero”
(V) Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Estereotipização dos reprodutores deste discurso; singularização das identidades e afirmação da pluralidade, em contraponto a um discurso de “maioria”
(VI) Ságua Moraes (PT/MT)	Apresentação de estatísticas (factualidade); retórica de conciliação; polarização de sujeitos indeterminados (“algumas forças religiosas (...) fundamentalistas”)
(VIII) Erika Kokay (PT/DF)	Gênero como “direito das mulheres” (factualidade e aceitação social do tema); mulher como significante vazio; “nós” generalizado; retórica de conciliação
(IX) Jô Moraes (PCdoB/MG)	Gênero como “direito das mulheres” (factualidade e aceitação social do tema); retórica de conciliação; antagonista representado em um sujeito gramatical inexistente
(X) Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Retórica de polarização (antagonista indeterminado); gênero para além de mulheres (diversidade sexual), factualidade

Certamente, tais estratégias discursivas se constituem como práticas comuns ao discurso político, visando o convencimento de um amplo público para um determinado projeto sociopolítico. No entanto, podemos ressaltar algumas diferenças entre os discursos que compõem o polo “conservador” e o polo “progressista”. Primeiramente, vemos uma linguagem pautada pela noção de ampliação de “direitos”, principalmente para grupos minoritários ou desfavorecidos em termos de poder social, como mulheres e homossexuais.

Segundo, enquanto que o discurso conservador se sustenta fundamentalmente em um “nós” generalizado, em um discurso de “maioria”, os discursos do campo “progressista” atuam em uma lógica de afirmação das identidades singulares e das particularidades (como visto no discurso V). E, por fim, trata-se de um discurso que se sustenta, em princípio, em uma agenda “positiva” – em contrapartida a agenda conservadora “negativa”, de reação a uma ameaça – confluindo com a ausência da evocação estrutural dos sentimentos de medo e ameaça, que conformam o modelo mental de contexto, ou a percepção de mundo, do discurso da “ideologia de gênero”.

Desse modo, compreendemos que esta análise discursiva nos propiciou a visualização dos aspectos psicopolíticos (microssociais e operacionais) do discurso da “ideologia de gênero” enunciado no Plenário da Câmara dos Deputados. Algo que evidenciou algumas tendências já percebidas sobre este discurso (Bracke & Paternotte, 2016; Kováts & Põim, 2015; Machado, 2018; Miskolci & Campana, 2017), relacionadas a sua proximidade com a emergência de pânico morais, que potencializam a sua capacidade de comoção e mobilização social, visando influir sobre as práticas socioculturais e, principalmente, sobre a agenda de políticas públicas.

Como demonstrado nos discursos – apesar desta “cruzada moral” perpassar fundamentalmente o campo das disputas político-ideológicas e das práticas socioculturais – o principal objetivo almejado ainda é o poder de coerção do Estado, possibilitando a estabilização da hegemonia de um ordenamento heteronormativo fortemente desestabilizado por novas expressões sexuais possibilitadas pela sociabilidade e pelas políticas feministas e LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apresentar que, em relação a presente década (2010-2019), o discurso da “ideologia de gênero” se configurou enquanto uma importante inovação discursiva difundida no contexto sociopolítico brasileiro, provocando modificações no campo das políticas sexuais e influenciando a agenda de políticas públicas em todo o país. Apesar deste discurso ter sido formulado no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, foi apenas nos últimos cinco anos – mais precisamente de 2014 e 2015 em diante, a partir da votação do PNE e dos planos municipais e estaduais de educação – que presenciamos a sua chegada no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, evidenciando e elevando a sua importância política, a sua difusão sociocultural e a sua capacidade de influir sobre os assuntos da esfera pública.

Assim, o discurso da “ideologia de gênero” amplificou e instrumentalizou uma forte reação às políticas LGBT, que vinham sendo implementadas no âmbito do Governo Federal ao longo dos anos 2000 a partir do apoio de uma ampla rede institucional pró-LGBT e da emergência de novas expressões sexuais contidas na esfera das práticas socioculturais. Por outro lado, também potencializou a ofensiva contra a agenda de direitos reprodutivos, que abarca pautas historicamente demandadas pelos movimentos feministas, como o direito ao acesso facilitado a métodos contraceptivos e à interrupção segura da gravidez; questões tensionadas por atores religiosos (católicos e evangélicos) no contexto brasileiro.

Como explicitado pelo deputado Arolde de Oliveira (atual. PSD/RJ) – membro histórico da Igreja Batista e senador eleito pelo Rio de Janeiro em 2018, por conta do apoio da família Bolsonaro – em outubro de 2017, em uma sessão solene em comemoração à Reforma Protestante:

Eu queria dizer que essa onda conservadora é real, e essa onda conservadora vai varrer sim todas aquelas ideologias que venham a se contrapor aos fundamentos judaico-cristãos da nossa cultura, aos nossos fundamentos éticos e morais. Não será a ideologia de gênero, não será o casamento entre pessoas de mesmo sexo, não será o aborto, não serão essas tentativas que vão desconstruir os nossos valores. Nós vamos reconstruir no Brasil a grande onda conservadora, para nós nos contrapormos a essa nova ordem mundial que começa a se instalar, desestruturando toda a nossa cultura, toda a nossa formação histórico-cultural¹⁰¹.

¹⁰¹ Trecho do pronunciamento realizado pelo dep. Arolde de Oliveira (PSC/RJ) no Plenário da Câmara em 31/10/2017, às 12h20.

Nos marcos da lógica-argumentativa apresentada pelo deputado, a grande ameaça aos valores que sustentam a cultura “judaico-cristã” encontra-se no campo das políticas sexuais, propagadas internacionalmente por ideologias que promovem o casamento homoafetivo, a legalização do aborto e a “ideologia de gênero”. A onda conservadora seria uma reação a todas estas transformações políticas e socioculturais, congregando uma série de atores sociais em torno de antagonismos fundados na percepção de uma “existência ameaçada”. Ou seja, neste discurso que permeia o campo político-ideológico conservador, as vidas das pessoas se encontram ameaçadas por forças que promovem a destruição de tradições e de modos de ser (destruição ontológica) – construindo assim subjetividades atravessadas pelo medo de uma ameaça iminente, promotora de caos e desestruturação, que deve ser combatida e eliminada para a manutenção da existência individual e coletiva.

O discurso da “ideologia de gênero” possibilitou a canalização de antagonismos diversos em um ameaça comum, mobilizando sujeitos, grupos e instituições, antes dispersos, em torno de uma agenda política unitária para o campo das políticas sexuais. Assim, temos a união de atores, outrora antagônicos em outros contextos, como grupos de católicos e evangélicos, em volta de questões como a defesa da “família”, dos “valores cristãos” e das “crianças”. Como mostramos anteriormente, o discurso da “ideologia de gênero” se estruturou fundamentalmente a partir de duas metáforas: a da guerra, com a percepção de uma batalha cultural contra a destruição dos valores cristãos e da moralidade, percorrendo os campos de disputa político-ideológica e sociocultural; e a do contágio, a “ideologia de gênero” como uma ideia que produz desvios e patologias sociais, contaminando a tessitura moral da sociedade e adoecendo seus entes mais frágeis – no caso, as crianças.

O levantamento e a análise dos pronunciamentos que utilizaram o termo “ideologia de gênero” na Câmara Federal (majoritariamente realizados na 55ª Legislatura) trouxeram importantes elucidações e pontos de reflexão sobre a conformação deste discurso na realidade política e sociocultural brasileira. Lembrando que ao utilizarmos a noção de “termo”, compreendemos o referido significante independente de seu significado; enquanto que por “discurso”, visualizamos uma complexa trama discursiva conformada em uma estrutura semântica e lexical particular. Dessa maneira, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, a “ideologia de gênero” foi inicialmente mobilizada como um simples termo (uma expressão gramatical), para posteriormente a analisarmos enquanto um discurso (uma expressão linguística, cognitiva e sociocultural).

Neste sentido, podemos apresentar três pontos de reflexão, que sintetizam as contribuições analíticas desenvolvidas ao longo desta dissertação: (1ª) reflexões sobre o perfil

dos sujeitos e grupos sociais mobilizados; (2º) reflexões sobre o contexto e os processos sociopolíticos; e (3º) reflexões sobre as formas de enunciação e as estratégias político-discursivas efetuadas.

Primeiramente, podemos traçar algumas reflexões sobre os sujeitos e grupos sociais que atuam na difusão do discurso da “ideologia de gênero” no contexto brasileiro. Em nosso *corpus* documental, vemos que os/as parlamentares que mobilizaram este discurso possuem uma característica primordial: a vinculação com o cristianismo católico e evangélico, junto à mobilização das identidades “cristãs”. Praticamente, todos/as os/as parlamentares que enunciaram o discurso da “ideologia de gênero” possuíam algum tipo de vínculo religioso com o cristianismo. Por outro lado, vimos também um forte protagonismo da bancada evangélica na difusão deste discurso, apesar da presença significativa de católicos/as – lembrando que, como descrito anteriormente (tópico 3.4, capítulo 3), este termo foi introduzido no contexto brasileiro por meio de lideranças políticas católicas.

Dentre os atores evangélicos, tivemos uma presença marcante de parlamentares vinculados/as à Igreja Assembleia de Deus (13 parlamentares), seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e pela Igreja Batista (ambas com 4 parlamentares), além de outras seis denominações evangélicas – ver o quadro completo no Apêndice 2. Em relação aos aspectos de gênero e raça/etnia, temos um discurso mobilizado fundamentalmente por homens (de 42 parlamentares do campo conservador, apenas uma mulher compôs este polo), porquanto que na questão da raça, vemos uma proporção maior de pessoas negras (pardas, de acordo com os dados do TSE) em relação a proporção total presente na Câmara dos Deputados. Certamente, um importante ponto de análise em aberto, que demanda a realização de novos estudos e investigações, é a melhor compreensão sobre as particularidades da difusão do discurso da “ideologia de gênero” pelos grupos e lideranças evangélicas, marcados por diferentes denominações religiosas e por uma grande pluralidade de expressões.

Em um segundo ponto, nosso estudo evidenciou um caminho possível percorrido pelo discurso da “ideologia de gênero” no contexto brasileiro, a partir da análise da sua aparição em pronunciamentos no Plenário da Câmara. Nos primeiros momentos de sua difusão, ao longo da década de 2000, o termo foi poucas vezes utilizado por parlamentares vinculados a setores ultraconservadores do catolicismo, por parlamentares com pouca expressão social e política. A partir da década de 2010, o termo começou a ser gradualmente absorvido por lideranças evangélicas, ganhando capilaridade social e política após a votação do PNE e dos planos municipais e estaduais de educação, nos anos de 2014 e 2015. Naquele momento, o discurso da “ideologia de gênero” passou a compor o campo semântico e lexical do campo político-

ideológico conservador, focalizado fundamentalmente nas discussões que perpassavam as políticas públicas de educação.

Em meio a uma metáfora do contágio, as crianças (como agentes passivos) deveriam ser protegidas de uma ideologia “alienígena” (agente patológico) que promove a degradação moral e psicológica, assim como a destruição dos valores da “família”. Como visto nas polêmicas que envolveram as exposições artísticas em 2017, posteriormente esta lógica argumentativa de necessidade de proteção às crianças, contra a ameaça da “ideologia de gênero”, deixaria de circundar unicamente as políticas de educação, sendo ampliada para o “espaço público” por meio das expressões artísticas. Neste sentido, se a “ideologia de gênero” gera graves prejuízos ao desenvolvimento moral e psicológico das crianças, por conseguinte, ela deve ser suprimida de todos os espaços em que as crianças possuem acesso e circulam livremente; ou seja, todo e qualquer espaço público. Dessa forma, temos diversos pronunciamentos que reivindicam a criminalização da “ideologia de gênero” e de suas expressões, visando a sua eliminação do espaço público – retomando processos, existentes no século passado, de supressão das sexualidades “desviantes” do espaço público, que podiam se expressar apenas no âmbito privado.

No terceiro ponto, podemos destacar que o discurso da “ideologia de gênero” possui algumas particularidades, que devem ser melhor trabalhadas em investigações e reflexões posteriores. Como apresentamos logo acima, tivemos a articulação das metáforas da guerra e do contágio, que potencializaram, por um lado, a percepção da ameaça e do medo da destruição existencial, e por outro instrumentalizaram uma linguagem política de reação – tanto com a construção de um inimigo que deve ser combatido em uma “guerra” cultural, quanto com a produção de um mal (ou agente patológico) que deve ser controlado e eliminado, evitando assim o adoecimento da sociedade.

Outro importante elemento foi a utilização de uma retórica da “maioria” a partir da utilização de formas de identificação baseadas na generalização, com a construção do discurso da “ideologia de gênero” como uma narrativa cristã que representa a sociedade brasileira em sua totalidade. Dessa maneira, a “ideologia de gênero” seria promovida por minorias que tentam impor a sua visão político-ideológico para uma maioria, que estaria sendo agredida e prejudicada por tal ideologia. Nesta linha argumentativa, os/as enunciadore/as deste discurso se apresentariam como canais de veiculação da “vontade popular”, por protegerem a sociedade contra ameaças e investidas de grupos minoritários que violam a vontade majoritária.

Esta retórica se aliou às representações de “família” e “crianças”, construídas sob a imagem da vulnerabilidade e da passividade política, indefesas contra a ação das ideologias,

demandantes da proteção de atores políticos engajados com a agenda conservadora. Neste discurso, a representação de família é estabilizada como a união entre um homem e uma mulher, junto aos seus filhos, em uma construção sociocultural heteronormativa; e a representação de criança como um recipiente passivo, que pode ser facilmente influenciado por ideologias políticas e, conseqüentemente, corrompido em sua esfera sexual e moral. Portanto, proteger as crianças seria defender um modelo específico de família, preservando a sociedade de sua “desconstrução” moral.

O uso recorrente à evocação de pânico morais também se configurou enquanto um importante elemento deste discurso, que atua na lógica de produção do medo contra uma ameaça em comum, ou um “problema” social que demanda uma resolução imediata e uma atuação energética de agentes do poder público. Concomitantemente, com a ativação de pânico morais, temos a instrumentalização política das emoções (no caso, sobretudo negativas), que direcionam os processos sociocognitivos de produção, difusão e assimilação dos discursos. Neste estudo, não foi possível se debruçar mais longamente sobre este elemento enquanto um recurso analítico, apesar de termos, em diversos momentos, traçado reflexões sobre a questão. A compreensão sobre como o uso instrumental das emoções potencializa a existência política do discurso da “ideologia de gênero” ainda se configura como um empreendimento em aberto, e acreditamos que o conceito de pânico moral nos proporciona um importante recurso teórico para a realização de investigações psicopolíticas posteriores.

Se por um lado a escolha pela análise dos discursos dos/as deputados/as federais possibilitou o levantamento de um extenso *corpus* documental (pelos motivos explicitados no capítulo 1), com a visualização do aspecto “formal” deste discurso político; por outro, muitos questionamentos permanecem em relação aos seus aspectos “informais”. Ou seja, como o discurso da “ideologia de gênero” perpassa a vida destas pessoas para além da enunciação de uma retórica política em um ambiente altamente institucionalizado, como a Câmara dos Deputados? Sendo os/as deputados/as elites simbólicas, de que forma este discurso produz atravessamentos junto a uma determinada base social? E, portanto, como o discurso político da “ideologia de gênero” perpassa diferentes níveis de interação sociopolítica – das elites políticas, perpassando os grupos de interesses, às pessoas “comuns”?

Por fim, cabe destacar que se trata de um fenômeno sociopolítico bastante recente, em plena ascensão não apenas na realidade brasileira, mas também em diversos países que possuem uma forte presença sociocultural cristã. Nosso estudo abarcou o levantamento de pronunciamentos até o ano de 2017, que compreendia o banco de dados disponível na página da Câmara dos Deputados, porém até o término desta dissertação, em dezembro de 2018, um

número significativo de pronunciamentos já estava disponível, demonstrando que o discurso da “ideologia de gênero” vem se perpetuando nos debates político-legislativos e em diversos outros campos políticos no contexto sociocultural brasileiro.

Lembrando que a “ideologia de gênero” se tornou um importante ponto de debate e mobilização social em torno do projeto legislativo do Escola Sem Partido, em tramitação no Congresso Nacional; e que o seu combate foi evocado em diversos momentos durante a eleição à Presidência da República de 2018, na qual tivemos a vitória de Jair Bolsonaro (PSL), que se utilizou largamente deste discurso em seus pronunciamentos públicos. Muito certamente, estamos apenas no início da propagação e instrumentalização política do discurso da “ideologia de gênero” e novas análises serão demandas para a melhor compreensão de seus efeitos sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

- Acosta, Y. J. (2016). III Congreso Ibero-latinoamericano de Psicología Política. *Cuadernos del Cendes*, 33(92), 129-132.
- Aghdgomelashvili, E. (2015). The Fight for the Public Space. In Heinrich Böll Foundation, *Anti-Gender Movements on the Rise?* (pp. 11-14). Berlin: Heinrich Böll Stiftung. Recuperado em 12 de outubro de 2018, de <https://www.boell.de/en/2015/04/21/anti-gender-movements-rise>
- Almeida, R. (2017). A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50, s/p.
- Amaya, J. F. S. (2017). La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 27, 149-171.
- Aragusuku, H. A., & Lopes, M. A. S. (2016). Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. *ACENO*, 3(5), 242-258.
- Aragusuku, H. A., & Lopes, M. A. S. (2018). Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). *Sexualidad, Salud & Sociedad*, 29, 147-171.
- Aristóteles (2006). *A Política*. São Paulo: Escala Educacional.
- Balieiro, F. F. (2018). “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sobre ameaça. *Cadernos Pagu*, 53, s/p.
- Bernardin, P. (2013). *Maquiavel Pedagogo – ou o ministério da reforma psicológica*. Campinas, SP: Ecclesiae & Vide Editorial.
- Best, J. (2001). *Damned lies and statistics: untangling numbers from the media, politicians and activists*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Blázquez-Rodríguez, M., Cornejo-Valle, M., & Pichardo-Galán, J. I. (2018). La disputa del género en el Estado español desde el análisis del activismo católico. *Ex Aequo*, 37, 47-61.

- Boito Jr., A. (2017). Lava-Jato e Classe Média e Burocracia do Estado. *Revista Lumen*, 2(3), s/p.
- Borges, R. O., & Borges, Z. N. (2018). Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 1-23.
- Bracke, S., & Paternotte, D. (2016). Unpacking the Sin of Gender. *Religion & Gender*, 6(2), 143-154.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 10 de novembro de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil (2010). Ministério da Educação. *Documento Final - CONAE 2010*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 3 de novembro de 2018, de http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf
- Brasil (2014). Fórum Nacional de Educação. *Documento Final - CONAE 2014*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 3 de novembro de 2018, de http://confinteabrilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf
- Brasil (2015). Ministério da Educação. Nota Técnica nº 24/2015 - CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Recuperado em 10 de outubro de 2018, de <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>
- Brussino, S., Imhoff, D., Paz García, A. P., & Dreizik, M. (2018). El Análisis Psico-Político de la Ideología Política. In S. Brussino (Ed.), *Políticamente: Contribuciones desde la Psicología Política en Argentina* (pp. 72-102). Buenos Aires: CONICET.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Carrara, S. (2015). Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*, 21(2), 323-345.
- Carrara, S., & Ramos, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, 16(2), 185-205.

- Carvalho, M. C., & Sívori, H. F. (2017). Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, 50, s/p.
- Cavalcante, J. M. (2017). *Análise da “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa - PB (2015-2025)*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- César, M. R. A., & Duarte, A. M. (2017). Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, 66, 141-155.
- Charaudeau, P. (2017). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.
- Chauí, M. (2006). Democracia e Autoritarismo: o mito da não-violência. In M. Chauí, *Simulacro e Poder: uma análise da mídia* (pp. 115-142). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chilton, P. (2004). *Analysing Political Discourse: Theory and practice*. London: Routledge.
- Cioccarelli, D. (2015). Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. *Revista Alcega*, 6(2) 58-78.
- Cohen, S. (2002). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers* (3a ed.). New York: Routledge. (Trabalho original publicado em 1972)
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1969). *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Organização dos Estados Americanos. Recuperado em 2 de novembro de 2018, de https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2015). *SG – Nº. 0298/15*. Brasília, DF: Secretariado Geral.
- Cornejo-Valle, M., & Pichardo, J. I. (2017). La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos Pagu*, 50, s/p.
- Corrêa, S. (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 53, s/p.
- Coutinho, C. N. (1990). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Coutinho, C. N. (2000). *Notas sobre Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Coutinho, M. A. (2006). O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a lingüística. *Revista Veredas*, 10(1/2), s/p.
- Cruz, L. C. L. (2011). Apresentação. In J. Scala, *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família* (p. 5-8). São Paulo Katechesis & Editora Artpress.
- Cyrino, R. (2013). A produção discursiva e normativa em torno do transexualismo: do verdadeiro sexo ao verdadeiro gênero. *Crítica e Sociedade: Revista de cultura política*, 3(1), 92-108.
- Defago, M. A. P., Faúndes, J. M. M., & Vaggione, J. M. (2018). *Religious conservatism on the global stage: threats and challenges for LGBTI rights*. Global Philanthropy Project. Recuperado em 6 de dezembro de 2018, de <https://globalphilanthropyproject.org/2018/11/04/religious-conservatism-on-the-global-stage-threats-and-challenges-for-lgbti-rights/>
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014). *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Brasília, DF: DIAP.
- Deutsch, M., & Kinnvall, C. (2002). What Is Political Psychology?. In K. R. Monroe (Ed.), *Political Psychology* (pp. 15-42). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dorlin, E. (2016). Unreal: Catholic Ideology as Epistemology War. *Religion & Gender*, 6(2), 264-267.
- Dorna, A. (1998). *Fondements de la psychologie politique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Facchini, R., Daniliauskas, M., & Pilon, A. C. (2013). Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, 44(1), 161-193.
- Fairclough, I., & Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis: A method for advanced students*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.

- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London: Longman.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Farr, R. M. (2013). *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (11a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figari, C. (2007). *@s “outr@s” cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Foucault, M. (1999). *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (13a ed., M. T. C. Albuquerque; J. A. G. Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and Political Theory: a conceptual approach*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Freeden, M. (2003). *Ideology: a very short introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Freire, P. (2018). ‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex Aequo*, 37, 33-46.
- Frigotto, G. (Org.). (2017). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP.
- Frøemming, C. N., Irineu, B. A., & Navas, K. (2010). Gênero e sexualidade nas pautas das políticas públicas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, n/e, 161-172.
- Gabatz, G. (2017). Religião, laicidade e direitos sexuais e reprodutivos: a presença de grupos religiosos conservadores nos espaços públicos da contemporaneidade. *Estudos de Religião*, 31(1), 1-23.
- Garzón, A. (1993). Psicología Política en España. *Boletín de Psicología*, 39, 35-65.
- Germon, J. (2009). *Gender: a genealogy of an idea*. New York: Palgrave Macmillan.

- Gramsci, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci* (Q. Hoare; G. N. Smith, ed. trad.). London: Lawrence & Wishart.
- Green, J. N. (2000). *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP.
- Grzebalska, W., Kováts, E., & Pető, A. (janeiro, 2017). Gender as symbolic glue: how 'gender' became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. *Political Critique*. Recuperado em 30 de outubro de 2018, de <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (2009). *Moral Panics: the social construction of the deviance* (2a ed.). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Haraway, D. J. (1991). 'Gender' for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word. In D. J. Haraway (Ed.), *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature* (pp. 127-148). New York: Routledge.
- Heilborn, M. L., Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil: 1975-1995. In S. Miceli (Org.), *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)* (pp. 183-221). São Paulo: Editora Sumaré.
- Hur, D. U., & Lacerda Júnior, F. (Orgs.). (2016a). *Psicologia Política Crítica: Insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Hur, D. U., & Lacerda Júnior, F. (Orgs.). (2016b). *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2015. *Contas Nacionais*, 56. Brasília: IBGE
- Iyengar, S., & McGuire, W. J. (Eds.). (1993). *Explorations in Political Psychology*. Durham, NC: Duke University Press.
- Jost, J. T. (2006). The End of the End of Ideology. *American Psychologist*, 61(7), 651-670.
- Jost, J. T. (2017). Ideological Asymmetries and the Essence of Political Psychology. *Political Psychology*, 38(2), 167-208.

- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political Conservatism as Motivated Social Cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339-375.
- Jost, J. T., & Sidanius, J. (Eds.). (2004). *Political Psychology*. New York, NY: Taylor & Francis Books.
- Junqueira, R. D. (2017). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In P. R. C. Ribeiro & J. C. Magalhães (Eds.), *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade* (pp. 25-52). Rio Grande, RS: Editora da FURG.
- Kaoma, K. (2016). The Vatican Anti-Gender Theory and Sexual Politics: An African Response. *Religion & Gender*, 6(2), 282-292.
- Kováts, E. (2017). The Emergence of Powerful Anti-Gender Movements in Europe and the Crisis of Liberal Democracy. In M. Köttig, R. Bitzanm, & A. Petö (Eds.), *Gender and Far Right Politics in Europe* (pp. 175-189). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kováts, E., & Põim, M. (2015). *Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Berlin: Foundation for European Progressive Studies & Friedrich Ebert Stiftung.
- Kuhar & D. Paternotte (Eds.). (2017). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. New York: Rowman & Littlefield International.
- Laclau, E. (1996). Why the Empty Signifiers Matter to Politics?. In E. Laclau, *Emancipation(s)* (pp. 36-46). London: Verso.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (2 ed.). London: Verso. (Trabalho original publicado em 1985)
- Lee, H. O., & Francisco, C. R. (2017). Embates discursivos e significantes vazios nas manifestações de junho de 2013. *Revista Polis e Psique*, 7(1), 101-119.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, 124, 652-664.
- Luna, N. (2017). A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, 50, s/p.

- Machado, C. (2004). Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interacções*, 7, 60-80.
- Machado, L. Z. (1998). Gênero, um novo paradigma?. *Cadernos Pagu*, 11, 107-125.
- Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 26(2), 1-18.
- Maia, M. F. G. (2017). *O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação de Tocantins*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Tocantins, Palmas.
- Marcus, G. E. (2002). Political Psychology: A Personal View. In K. R. Monroe (Ed.), *Political Psychology* (pp. 95-106). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Mariano, R. (2016). Expansão do ativismo político de grupos evangélicos conservadores. *Civitas*, 16(4), 710-728.
- Marsh, D., & Furlong, P. (2010). A Skin, not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In D. Marsh, & G. Stoker (Eds.), *Theory and Methods in Political Science* (3a ed., pp. 17-41). Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Martín-Baró, I. (2013). Psicologia Política Latino-Americana (F. Lacerda-Júnior, trad.). *Psicologia Política*, 13(28), 555-573.
- Mayer, S., & Sauer, B. (2017). “Gender ideology” in Austria: Coalitions around an empty signifier. In R. Kuhar & D. Paternotte (Eds.), *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality* (pp. 23-40). New York: Rowman & Littlefield International.
- McGuire, W. J. (1994). The Poly-Psy Relationship: Three Phases of a Long Affair. In S. Iyengar, & W. J. McGuire (Eds.), *Explorations in Political Psychology* (pp. 9-35). Durham, NC: Duke University Press.
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.
- Mello, L., Maroja, D., & Brito, W. (2010). *Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*. Relatório de Pesquisa, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

- Mendonça, A. A. (2017). *Estado, Religião e Democracia: reflexões a partir dos debates sobre a “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação*. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Miguel, F. L. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, 7(15), 590-621.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.
- Monroe, K. R. (Ed.). (2002). *Political Psychology*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Montero, M. (Ed.). (1987). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.
- Montero, M. (1991). Una Orientación para la Psicología Política en América Latina. *Psicología Política*, 3, 27-43.
- Montero, M. (2015). Para que Psicologia Política? (E. R. Hernández & G. B. Costa, trads.). In A. S. Silva, & F. Corrêa (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política* (pp. 39-64). Curitiba, PR: Editora Prismas.
- Moreno, M. E. (2016). *Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira: “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação 2014*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Mueller, F. (1968). *História da Psicologia: Da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo, RJ: Companhia Editora Nacional.
- Nesbitt-Larking, P., Kinnvall, C., Capelos, T., & Dekker, H. (Eds.). (2014). *The Palgrave Handbook of Global Political Psychology*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Oakley, A. (1985). *Sex, Gender and Society*. Aldershot, UK: Gower/Maurice Temple Smith. (Trabalho original publicado em 1972)

- O'Leary, D. (1997). *The Gender Agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issues Press.
- Oliveira, J. M. F. (2017). *Ideologia de gênero no cotidiano escolar em escola no município de Cuiabá, Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Orofino, P. S. (2018). *Concepções de educadores da área de Ciências da Natureza associadas ao Programa Escola Sem Partido e à ideologia de gênero*. Dissertação de Mestrado, Faculdades de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.
- Parisi, E. R. (2008). Definindo a la psicología política. *Boletín (Soc. Psicol. Urug.)*, 46, 20-38.
- Parker, R. (2002). *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Parker, R., & Aggleton, P. (2007). *Gender, Society and Sexuality: A reader* (2a ed.). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1999)
- Parker, R., Petchesky, R., & Sember, R. (Eds.). (2008). *Políticas sobre a Sexualidad: Reportes desde las líneas del frente*. Sexuality Policy Watch. Recuperado em 10 de junho de 2017, de <https://sxpolitics.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/03/sexpolitics-en.pdf>
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, 26-45.
- Pontifício Conselho para a Família. (2014). *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* (2a ed.). Brasília, DF: Edições CNBB.
- Prandi, R., & Santos, R. W. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, 29(2), 187-213.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38(138), 9-26.
- Resende, V. M. (2009). Análise Discursiva Crítica do uso de metáforas em uma interação etnográfica no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. *Revista da ABRALIN*, 8(1), 125-148.

- Rodríguez Kauth, A. (2008). La investigación y enseñanza en Psicología Política. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 6(17), 1-17.
- Rojo, L. M. (2004). A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In L. Iñiguez (Ed.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 206-257). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rosado-Nunes, M. J. F. (2015). A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, 13(39), 1237-1260.
- Rubin, G. (1984). Thinking Sex: Notes to a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In C. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: exploring female sexuality* (pp. 267-319). Boston: Routledge & Kegan Paul.
- Sabucedo, J. M. (1996). *Psicología Política*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Sabucedo, J. M, & Rodríguez, M. (2000). La construcción social de la psicología política. *Suma Psicológica*, 7(1), 1-14.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sandoval, S. A. M., Dantas, B. S. A., & Ansara, S. (2014). Considerações Históricas sobre a Psicologia Política. In S. A. M. Sandoval, D. U. Hur, & B. S. A. Dantas (Orgs.), *Psicologia Política: temas atuais de investigação* (pp. 13-24). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Sandoval, S. A. M., Hur, D., U., & Dantas, B. S. A. (Orgs.). (2014). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Scala, J. (2010). *La ideología de género o el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos.
- Scala, J. (2011). *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis & Editora Artpress.
- Shapiro, I. (2002). Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What’s Wrong with Political Science and What to Do about It. *Political Theory*, 30(4), 596-619.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Silva, A. (2017). *Da “ideologia de gênero” à família heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-425.
- Silva, A. S. (2015). A psicologia política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. In A. S. Silva, & F. Corrêa (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política* (pp. 13-38). Curitiba, PR: Editora Prismas.
- Silva, A. S., & Corrêa, F. (Orgs.). (2015). *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política*. Curitiba, PR: Editora Prismas.
- Silva, M. E. F., Brabo, T. S. A., & Moraes, A. (2017). Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21(n. esp. 2), 1260-1282.
- Souza, W. E. R. (2018). Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. *Em Questão*, 24(1), 267-295.
- Spink, P. (2013). Análise de Documentos de Domínio Público. In M. J. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 100-126). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Stein, J. G. (2002). Political Learning and Political Psychology: A Question of Norms. In K. R. Monroe (Ed.), *Political Psychology* (pp. 107-117). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Stoller, R. J. (1974). *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity*. London: Karnac Books. (Trabalho original publicado em 1968)
- Tempesta, O. J. (março, 2015). Reflexões sobre a “ideologia de gênero”. ArqRio, Arquidiocese de São Sebastião. Recuperado em 2 de novembro de 2018, de <http://arqrio.org/formacao/detalhes/386/reflexoes-sobre-a-ideologia-de-genero>
- Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R., & Vetter, E. (2000). *Methods of Text and Discourse Analysis* (B. Jenner, trad.). London: SAGE Publications.

- Vaggione, J. M. (2017). La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, 50, s/p.
- Van Dijk, T. A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283.
- Van Dijk, T. A. (1995). Discourse, semantics and ideology. *Discourse & Society*, 6(2), 243-289.
- Van Dijk, T. A. (1997). The Study of Discourse. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as Structure and Process* (1-34). London: SAGE publications.
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: a Multidisciplinary Approach*. London: SAGE publications.
- Van Dijk, T. A. (1999). ¿Qué es análisis del discurso político? In T. A. van Dijk, & I. R. Mendizábal, *Análisis del Discurso Político y Social* (pp. 9-102). Quito: Ediciones ABYA-YALA.
- Van Dijk, T. A. (2009). *Discurso y Poder: Contribuciones a los Estudios Críticos del Discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Van Dijk, T. A. (2010). Discourse studies and hermeneutics. *Discourse Studies*, 13(5), 609-621.
- Velasco e Cruz, S. (2015). Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e da esquerda) a partir do Brasil no atual momento. In S. Velasco e Cruz, A. Kaysel & G. Cudas (Orgs.), *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (pp. 13-47) . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Velasco e Cruz, S., Kaysel, A., & Cudas, G. (Orgs.). (2015). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Vital, C., & Lopes, P. V. L. (2013). *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Ward, D. (2002). Political Psychology: Origins and Development. In K. R. Monroe (Ed.), *Political Psychology* (pp. 61-78). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Weeks, J. (1989). *Sex, Politics and Society: the regulation of sexuality since 1800*. London: Longman.
- Weeks, J. (2002). *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. New York: Routledge & Kegan Paul. (Trabalho original publicado em 1985)
- Weeks, J. (2007). *The World We Have Won: The Remaking of Erotic and Intimate Life*. London: Routledge.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2001). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: SAGE publications.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Sistematização dos pronunciamentos que compõem o *corpus* documental por ano, data/hora, parlamentar e principal tema

Ano	Data/hora	Parlamentar	Principal tema
2003	2003/07/14 19h16	Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP)	Aborto, homossexualidade
2004	2004/05/27 16h06	Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP)	Aborto, homossexualidade
2010	2010/10/05 15h08	Paes de Lira (PTC/SP)	Avaliação do mandato
2013	2013/11/22 10h39	Pastor Eurico (PSB/PE)	PLC 122
	2013/12/03 19h46	Takayama (PSC/SP)	PLC 122
	2013/12/16 16h27	Erivelton Santana (PSC/BA)	Políticas de educação
2014	2014/03/26 16h58	Eros Biondini (PTB/MG)	Plano Nacional de Educação
	2014/04/09 16h18	Givaldo Carimbão (PROS/AL)	Plano Nacional de Educação
	2014/04/09 19h32	Ivan Valente (PSOL/SP)	Plano Nacional de Educação
	2014/04/30 10h56	Jair Bolsonaro (PP/RJ)	Candidatura à Presidência
	2014/04/30 14h45	Jair Bolsonaro (PP/RJ)	Candidatura à Presidência
	2014/05/28 20h00	Givaldo Carimbão (PROS/AL)	Plano Nacional de Educação
	2014/05/28 20h32	Major Fábio (PROS/PB)	Plano Nacional de Educação
	2014/07/01 18h28	Antonio Bulhões (PRB/SP)	PL da pessoa com deficiência
2015	2015/03/05 16h28	Alan Rick (PRB/AC)	Dia de “quem cuida de mim” na escola
	2015/04/15 15h12	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Plano de educação
	2015/05/21 10h50	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Plano de educação
	2015/06/02 18h48	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Plano de educação
	2015/06/16 16h58	Ivan Valente (PSOL/SP)	Plano de municipal educação, S. Paulo
	2015/06/16 14h40	Marx Beltrão (PMDB/AL)	Planos de educação em Alagoas
	2015/06/17 13h00	Flavinho (PSB/SP)	Plano de educação
	2015/06/17 11h00	Flavinho (PSB/SP)	Plano de educação
	2015/06/18 15h22	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Plano de educação

2015/06/23 17h32	Flavinho (PSB/SP)	Planos de educação (tópico 4.1, do capítulo 4)
2015/06/23 15h24	Jair Bolsonaro (PP/RJ)	
2015/06/23 17h44	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	
2015/06/23 17h38	Professor Victório Galli (PSC/MT)	
2015/06/23 17h44	Ságuas Moraes (PT/MT)	
2015/06/23 18h56	Stefano Aguiar (PSB/MG)	
2015/06/23 15h00	Vitor Valim (PMDB/CE)	
2015/06/25 14h44	Ivan Valente (PSOL/SP)	Plano de educação
2015/06/29 17h27	Izalci (PSDB/DF)	Plano de educação
2015/06/30 20h00	Jefferson Campos (PSD/SP)	Malefícios da “ideologia de gênero”
2015/06/30 17h18	Ronaldo Martins (PRB/CE)	Plano de educação, Fortaleza e Ceará
2015/07/01 13h14	Alan Rick (PRB/AC)	Políticas de educação
2015/07/01 17h54	Jefferson Campos (PSD/SP)	Casamento homoafetivo nos EUA
2015/07/02 17h27	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Plano de educação, Mato Grosso
2015/07/03 10h21	Izalci (PSDB/DF)	Situação do Distrito Federal
2015/07/07 17h36	Antonio Bulhões (PRB/SP)	Planos de educação
2015/08/05 15h56	Lincoln Portela (PR/MG)	Planos de educação
2015/08/11 18h50	Flavinho (PSB/SP)	Plano municipal de educação, S. Paulo
2015/08/20 14h33	Flavinho (PSB/SP)	Plano municipal de educação, S. Paulo
2015/09/03 10h44	Carlos Andrade (PHS/RR)	Crítica à “ideologia de gênero”
2015/09/03 10h16	Flavinho (PSB/SP)	Plano de educação, S. J. dos Campos
2015/09/16 15h40	Eduardo Bolsonaro (PSC/SP)	Planos de educação
2015/09/17 18h51	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Comitê de Gênero do MEC
2015/09/23 15h44	Givaldo Carimbão (PROS/AL)	Frente Parlamentar Católica
2015/09/23 16h58	Marco Feliciano (PSC/SP)	“Ideologia de gênero”, academia
2015/09/30 12h26	Flavinho (PSB/SP)	Estatuto da Família
2015/10/27 16h22	Geovania de Sá (PSDB/SC)	ENEM

	2015/11/26 17h15	Ronaldo Fonseca (PROS/DF)	Campo “genitor” no passaporte
	2015/12/15 15h00	Lincoln Portela (PR/MG)	Plano de educação, Belo Horizonte
2016	2016/02/03 15h18	Elizeu Dionizio (PSDB/MS)	Livros didáticos do MEC
	2016/02/03 20h30	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Reconhecimento judicial, criança trans
	2016/02/04 15h09	Alan Rick (PRB/AC)	Plano de educação, Acre
	2016/02/18 12h28	Ronaldo Nogueira (PTB/RS)	A votação da “perspectiva de gênero” no MPV 696/2015 (tópico 4.2, capítulo 4)
	2016/02/18 12h28	Alfredo Kaefer (PSDB/PR)	
	2016/02/18 12h28	Erika Kokay (PT/DF)	
	2016/02/18 12h28	Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	
	2016/02/18 12h28	Jô Moraes (PCdoB/MG)	
	2016/02/18 12h28	Marco Feliciano (PSC/SP)	
	2016/02/18 12h28	Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)	
	2016/02/18 12h28	Vinicius Carvalho (PRB/SP)	
	2016/02/24 14h06	Alberto Fraga (DEM/DF)	Lei antiterrorismo
	2016/02/24 14h06	Alberto Fraga (DEM/DF)	Lei antiterrorismo
	2016/02/24 12h22	Pastor Eurico (PSB/PE)	Livros didáticos do MEC
	2016/02/25 16h18	Alan Rick (PRB/AC)	Avaliação do mandato
	2016/02/25 9h32	Marco Feliciano (PSC/SP)	Liberdade de expressão
	2016/03/02 11h54	Marco Feliciano (PSC/SP)	Base Nacional Curricular Comum
	2016/03/03 17h57	Jefferson Campos (PSD/SP)	Plano Nacional de Educação
	2016/03/08 18h48	Chico Alencar (PSOL/RJ)	Dia Internacional da Mulher
	2016/03/09 11h42	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Conferência Estadual LGBT de MT
	2016/03/10 14h12	Professor Victório Galli (PSC/MT)	CPI contra o MEC
	2016/03/10 11h10	Professor Victório Galli (PSC/MT)	CPI contra o MEC
	2016/03/23 15h15	Diego Garcia (PHS/PR)	Avaliação do mandato
	2016/04/07 15h30	Carlos Andrade (PHS/RR)	Base Nacional Curricular Comum
	2016/04/15 23h52	Stefano Aguiar (PSD/MG)	Impeachment

	2016/04/16 05h04	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Impeachment
	2016/04/16 05h04	Marco Feliciano (PSC/SP)	Impeachment
	2016/04/16 23h56	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Impeachment
	2016/04/17 14h04	Givaldo Carimbão (PHS/AL)	Impeachment
	2016/04/27 20h58	Givaldo Carimbão (PHS/AL)	Estatuto do Nascituro
	2016/05/10 18h40	Lincoln Portela (PRB/MG)	Governo Temer
	2016/05/31 15h14	Bacelar (PTN/BA)	Defesa do debate de gênero
	2016/05/31 18h42	Maria do Rosário (PT/RS)	Violência contra a mulher
	2016/06/01 19h24	Alice Portugal (PCdoB/BA)	Violência contra a mulher
	2016/06/09 16h27	Professor Victório Galli (PSC/MT)	PL sobre a “ideologia de gênero”
	2016/08/16 15h54	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Governo Temer
	2016/08/29 15h24	Vinícius Carvalho (PRB/SP)	PL união poliafetiva
	2016/09/14	discurso não parlamentar	
	2016/09/14 12h28	Jair Bolsonaro (PSC/RJ)	Violência contra a mulher
	2016/09/14 13h20	Pedro Uczai (PT/SC)	Violência contra a mulher
	2016/09/14	discurso não parlamentar	
	2016/09/20 17h36	Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)	Colégio Dom Pedro II
	2016/10/18 11h12	Jair Bolsonaro (PSC/RJ)	Mais Médicos
	2016/10/18 11h02	Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)	Colégio Dom Pedro II
	2016/11/08 15h14	Ezequiel Teixeira (PTN/RJ)	Vitória de Crivella
	2016/11/09 15h12	Chico Alencar (PSOL/RJ)	Eleições municipais
	2016/11/30 16h58	Antonio Bulhões (PRB/SP)	Banheiro unissex
	2016/12/20 11h14	Lincoln Portela (PRB/MG)	Avaliação do mandato
2017	2017/02/08 16h22	Vinicius Carvalho (PRB/SP)	Associação Americana de Pediatria
	2017/02/21 12h14	Marco Feliciano (PSC/SP)	Programa Fátima Bernardes, Globo
	2017/03/29 14h48	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Agenda conservadora
	2017/04/05 9h38	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Bispo Arquidiocese do Rio de Janeiro

2017/06/01 9h02	Daniel Almeida (PCdoB/BA)	Escola Sem Partido
2017/06/01 9h26	Takayama (PSC/PR)	Base Nacional Comum Curricular
2017/06/20 16h20	Ezequiel Teixeira (PODE/RJ)	“Ideologia de gênero”
2017/06/20 16h29	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Rebate discurso anterior
2017/06/20 16h20	Maria do Rosário (PT/RS)	Continuidade ao debate
2017/06/28 14h04	Franklin (PP/MG)	Leis sobre “ideologia de gênero”
2017/08/02 14h36	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Defesa do Governo Temer
2017/08/10 10h40	Lincoln Portela (PRB/MG)	Escolas Sem Partido
2017/08/22 15h06	Flavinho (PSB/SP)	Palestra “ideologia de gênero”, PUC/RJ
2017/08/31 14h51	Takayama (PSC/PR)	MEC, Fórum Nacional de Educação
2017/09/13 14h16	Geovania de Sá (PSDB/SC)	Queermuseu
2017/09/19 16h12	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Queermuseu
2017/09/21 18h00	Professor Victório Galli (PSC/MT)	PL 5002/2013, identidade de gênero
2017/10/02 19h14	Alan Rick (DEM/AC)	O pânico moral em torno das exposições artísticas (tópico 4.3, capítulo 4)
2017/10/02 19h36	Delegado Éder Mauro (PSD/PA)	
2017/10/02 19h08	Lincoln Portela (PRB/MG)	
2017/10/02 17h54	Lincoln Portela (PRB/MG)	
2017/10/02 18h02	Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	
2017/10/03 17h52	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Revista Veja
2017/10/03 17h52	Lincoln Portela (PRB/MG)	“Ideologia de gênero” no mundo
2017/10/11 14h30	Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	“Ideologia de gênero”
2017/10/17 14h30	Flavinho (PSB/SP)	Exposições artísticas
2017/10/18 14h58	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Sociedade judaico-cristã
2017/10/19 16h10	Flavinho (PSB/SP)	União católicos e evangélicos
2017/10/19 16h33	Roberto de Lucena (PV/SP)	“Ideologia de gênero”, crianças
2017/10/24 15h42	Lincoln Portela (PRB/MG)	“Ideologia de gênero”
2017/10/25 15h32	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Base Nacional Curricular Comum

2017/10/30 18h18	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Judith Butler
2017/10/31 13h48	Antonio Bulhões (PSDB/SP)	Processo, shopping, mulher trans
2017/10/31 11h28	Cesar Augusto	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/10/31 12h20	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/10/31 10h40	Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/10/31 10h56	Stefano Aguiar (PSD/MG)	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/10/31 11h52	Takayama (PSC/PR)	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/10/31 10h32	Takayama (PSC/PR)	Sessão Solene Reforma Protestante
2017/11/06 17h28	Flavinho (PSB/SP)	Judith Butler
2017/11/06 17h56	Ivan Valente (PSOL/SP)	Judith Butler
2017/11/08 12h18	Arolde de Oliveira (PSC/RJ)	Valores Cristãos
2017/11/10 11h34	João Campos (PRB/GO)	Resolução 01/99, CFP, Psicologia
2017/11/10 10h12	Pastor Luciano Braga (PRB/BA)	“Ideologia de gênero”, família
2017/11/28 11h58	Discurso não parlamentar	
2017/11/29 15h42	Maria do Rosário (PT/RS)	Violência contra a mulher
2017/11/29 10h40	Silas Câmara (PRB/AM)	100 anos Assembleia de Deus no AM
2017/12/05 13h16	Cabo Sabino (PR/CE)	Apoio candidatura Bolsonaro
2017/11/05 22h04	Marco Feliciano (PSC/SP)	Registro de nascimento, genitores
2017/11/05 18h12	Professor Victório Galli (PSC/MT)	Exposições artísticas

Apêndice 2 – Informações especificadas e quantificadas sobre os/as parlamentares que utilizaram o termo “ideologia de gênero” no Plenário da Câmaraⁱ

Quadro 1 – Informações dos parlamentares por partido, UF, número de pronunciamentos, religião, raça, gênero e números de mandatos

Nome	Partido	UF	N.	Religião	Raça	Gênero	Mandato
Professor Victório Galli	PSL (ant. PSC)	MT	18	Evangélico (Assembleia de Deus)	branca	masc.	1 mandato e 2 suplências (desde 2007) - suplência (2018)
Flavinho	PSC (ant. PSB)	SP	11	Católico (Canção Nova, Ren. Carismática)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - não disputou (2018)
Lincoln Portela	PRB (ant. PR)	MG	9	Evangélico (Igreja Batista Solidária)	branca	masc.	5 mandatos (desde 1999) - reeleito (2018)
Arolde de Oliveira	PSD (ant. PSC)	RJ	8	Evangélico (Igreja Batista)	branca	masc.	8 mandatos e 1 suplência (desde 1984) - eleito senador (2018)
Marco Feliciano	PODE (ant. PSC)	SP	7	Evangélico (Assembleia de Deus, Catedral do Avivamento)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Alan Rick	PRB (ant. DEM)	AC	5	Evangélico (Igreja Batista do Bosque)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Givaldo Carimbão	AVANTE (ant. PHS e PROS)	AL	5	Católico	parda	masc.	5 mandatos (desde 1999) - suplência (2018)
Jair Bolsonaro	PSL (ant. PATRI, PSC, PP)	RJ	5	Católico	branca	masc.	7 mandatos (desde 1991) - eleito Presidente (2018)
Takayama	PSC	PR	5	Evangélico (Assembleia de Deus)	amarela	masc.	4 mandatos (desde 2003) - suplência (2018)
Antonio Bulhões	PRB	SP	4	Evangélico (Igreja Universal do Reino de Deus)	branca	masc.	3 mandatos (desde 2007) - não disputou (2018)
Ivan Valente	PSOL	SP	4	Católico	branca	masc.	6 mandatos (desde 1995) - reeleito (2018)
Jean Wyllys	PSOL	RJ	3	n/e	preta	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)

Jefferson Campos	PSB (ant. PSD)	SP	3	Evangélico (Igreja do Evangelho Quadrangular)	branca	masc.	4 mandatos (desde 2003) - reeleito (2018)
Maria do Rosário	PT	RS	3	n/e	branca	fem.	4 mandatos (desde 2003) - reeleita (2018)
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	3	Evangélico (Igreja Evangélica Luterana do Brasil)	branca	masc.	4 mandatos (desde 2003) - reeleito (2018)
Pastor Eurico	PATRI (ant. PHS e PSB)	PE	3	Evangélico (Assembleia de Deus em Pernambuco)	parda	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Sóstenes Cavalcante	DEM (ant. PSD)	RJ	3	Evangélico (Assembleia de Deus, Vitória em Cristo)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Stefano Aguiar	PSD (ant. PSB e PSC)	MG	3	Evangélico (Igreja do Evangelho Quadrangular)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Vinicius Carvalho	PRB	SP	3	Evangélico (Igreja Universal do Reino de Deus)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2007) - reeleito (2018)
Alberto Fraga	DEM	DF	2	n/e (frente parlamentar católica)	branca	masc.	4 mandatos (desde 1999) - não eleito (2018)
Carlos Andrade	PHS	RR	2	Evangélico (Assembleia de Deus em Roraima)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Chico Alencar	PSOL	RJ	2	Católico	parda	masc.	4 mandatos (desde 2003) - não eleito (2018)
Elimar M. Damasceno	PRONA	SP	2	Católico	n/e	masc.	1 mandato (2003-2007)
Ezequiel Teixeira	PODE (ant. PTN, MDB, SD)	RJ	2	Evangélico (Projeto Vida Nova)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - suplência (2018)
Geovania de Sá	PSDB	SC	2	Evangélica (Assembleia de Deus)	branca	fem.	1 mandato (desde 2015) - reeleita (2018)
Izalci	PSDB	DF	2	n/e (frente parlamentar católica)	branca	masc.	3 mandatos (desde 2007) - eleito senador (2018)
Alfredo Kaefer	PP (ant. PSL e PSDB)	PR	1	n/e (frente parlamentar católica)	branca	masc.	3 mandatos (desde 2007) - suplência (2018)

Alice Portugal	PCdoB	BA	1	n/e (frente parlamentar católica)	branca	fem.	4 mandatos (desde 2003) - reeleita (2018)
Bacelar	PODE (ant. PTN)	BA	1	n/e	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Cabo Sabino	AVANTE (ant. PR)	CE	1	Evangélico (Assembleia de Deus, Ministério da Graça)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - suplência (2018)
Daniel Almeida	PcdoB	BA	1	n/e	parda	masc.	4 mandatos (desde 2003) - reeleito (2018)
Delegado Éder Mauro	PSD	PA	1	n/e	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2108)
Diego Garcia	PODE (ant. PHS)	PR	1	Católico (Renovação Carismática)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	1	Evangélico (Igreja Batista)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Elizeu Dionizio	PSB (ant. PSDB)	MS	1	Evangélico (Assembleia de Deus, Missões)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - suplência (2018)
Erika Kokay	PT	DF	1	n/e	branca	fem.	2 mandatos (desde 2011) - reeleita (2018)
Erivelton Santana	PATRI (ant. PEN e PSC)	BA	1	Evangélico (Assembleia de Deus)	parda	masc.	2 mandatos (desde 2011) - não eleito (2018)
Eros Biondini	PROS (ant. PTB)	MG	1	Católico (Canção Nova, Ren. Carismática)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Franklin	PP (ant. PTdoB)	MG	1	Evangélico (Igreja Mundial do Poder de Deus)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - indeferido (2018)
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	1	n/e	branca	fem.	6 mandatos (1991) - reeleita (2018)
Jô Moraes	PCdoB	MG	1	n/e	branca	fem.	3 mandatos (2007) - não eleita (2018)
João Campos	PRB (ant. PSDB)	GO	1	Evangélico (Assembleia de Deus, Vila Nova)	branca	masc.	4 mandatos (desde 2003) - reeleito (2018)
Major Fábio	PROS (ant. DEM e PFL)	PB	1	n/e	parda	masc.	2 suplências (desde 2008) - suplência (2018)

Marx Beltrão	PSD (ant. MDB)	AL	1	Católico	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - reeleito (2018)
Paes de Lira	PTC	SP	1	Católico	n/e	masc.	1 mandato (2009-2010)
Pastor Luciano Braga	PRTB (ant. PRB, DEM e MDB)	BA	1	Evangélico (Igreja Internacional da Graça de Deus)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - suplência (2018)
Pedro Uczai	PT	SC	1	Católico	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Roberto de Lucena	PODE (ant. PV)	SP	1	Evangélico (O Brasil para Cristo)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - reeleito (2018)
Ronaldo Fonseca	PODE (ant. PROS)	DF	1	Evangélico (Assembleia de Deus)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - não disputou (2018)
Ronaldo Martins	PRB	CE	1	Evangélico (Igreja Universal do Reino de Deus)	branca	masc.	1 mandato (desde 2015) - suplência (2018)
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	1	Evangélico (Igreja Universal do Reino de Deus)	branca	masc.	1 mandato e 1 suplência (desde 2011) - suplência (2018)
Ságuas Moraes	PT	MT	1	n/e (frente parlamentar católica)	branca	masc.	2 mandatos (desde 2011) - não disputou (2018)
Silas Câmara	PRB (ant. PSD)	AM	1	Evangélico (Assembleia de Deus)	parda	masc.	5 mandatos (desde 1999) - reeleito (2018)
Vitor Valim	PROS (ant. PMDB)	CE	1	n/e (frente parlamentar católica)	parda	masc.	1 mandato (desde 2015) - eleito estadual (2018)

Tabela 1 – Número de parlamentares por gênero e campo político-ideológico

	Gênero	Conservadores/as	Progressistas/as	Total
	Masculino	41	7	48
	Feminino	1	5	6
Total		42	12	54

Tabela 2 – Número de parlamentares por raça, gênero e posicionamento político-ideológico

	Raça/cor	Con. fem.	Con. masc.	Pro. fem.	Pro. masc.	Total
	Branca	1	26	5	4	36
	Parda	0	12	0	2	14
	Preta	0	0	0	1	1
	Amarela	0	1	0	0	1
	Não encontrado	0	2	0	0	2
Total		1	41	5	7	54

Tabela 3 – Número de parlamentares por filiação religiosa

	Religião	Conservadores/as	Progressistas/as	Total
	Católica	12 (3 Renovação Carismática)	5	17
	Evangélica	28	0	28
	Não encontrado	2	7	9
Total		42	12	54

Tabela 4 – Número de parlamentares por denominação evangélica

Denominação Evangélica	Total
Assembleia de Deus	13 (1 fem.)
Igreja Batista	4
IURD	4
Igreja do Evangelho Quadrangular	2
Projeto Vida Nova	1
Igreja Internacional da Graça de Deus	1
Igreja Mundial do Poder de Deus	1
O Brasil para Cristo	1
Luterana	1
	28

Tabela 5 – Número de parlamentares por raça, gênero, filiação religiosa e posicionamento político-ideológico

		Conservadora				Conservador				Progressista (fem.)				Progressista (masc.)				Total
	Raça/ cor	Total	Cat.	Eva.	n/e	Total	Cat.	Eva.	n/e	Total	Cat.	Eva.	n/e	Total	Cot.	Eva.	n/e	
	Branca	1	-	1	-	26	8	18	-	5	1	-	4	4	3	-	1	36
	Parda	0	-	-	-	12	1	9	2	0	-	-	-	2	1	-	1	14
	Preta	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	1	-	-	1	1
	Amarela	0	-	-	-	1	-	1	-	0	-	-	-	0	-	-	-	1
	n/e	0	-	-	-	2	2	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	2
Total		1	0	1	0	41	12	28	2	5	1	0	4	7	4	0	3	54

ⁱ Os dados deste levantamento foram extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/>) e da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/>). Os dados referentes à religião foram extraídos de fontes diversas a partir de pesquisa no Google (<https://www.google.com.br/>) e revisados com base na publicação *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014). O levantamento foi realizado durante dos dias de 16 a 18 de outubro de 2018.